

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**NÍVEL DOUTORADO**

**SUÊNIA THATIANE SOUZA DE ALMEIDA**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE  
CRISE DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS:**

**Um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal**

**FRANCA**

**2019**

**SUÊNIA THATIANE SOUZA DE ALMEIDA**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE  
CRISE DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS:**

**Um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Formação e Prática Profissional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dra.Cirlene Aparecida Hilário da Silva  
Oliveira

FRANCA

2019

**SUÊNIA THATIANE SOUZA DE ALMEIDA**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE  
CRISE DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS:**

**Um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Formação e Prática Profissional.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira - Orientadora**

**1º Examinadora:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Irene Lopes Bogalho de Carvalho – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade de Lisboa**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Waldeir Eustáquio Dos Santos – Centro Universitário Unihorizontes– Belo Horizonte/MG**

**3º Examinadora:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josiani Julião Alves de Oliveira – FCHS/UNESP**

**4º Examinadora:** \_\_\_\_\_

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Giaqueto Jacinto - FCHS/UNESP**

**Franca, 29 de Maio de 2019.**

A447f Almeida, Suênyia Thatiane Souza de  
Formação Profissional do/a Assistente Social em tempos de crise do capital e seus rebatimentos: : Um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal / Suênyia Thatiane Souza de Almeida. -- Franca, 2019

234f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, Franca

Orientadora: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1. Serviço Social. 2. Formação Profissional. 3. Trabalho Profissional. 4. Crise do Capital. 5. Brasil e Portugal. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

*Dedico à minha família, exemplo de amor, dedicação, abdicção!  
Ao meu marido Juliano, pelo apoio, colaboração e compreensão!  
Aos sujeitos da pesquisa, que contribuíram exponencialmente para o  
desenvolvimento da mesma!*

## **AGRADECIMENTOS**

Bem, chegou a hora de agradecer...

Acredito que esse seja o melhor momento de toda a construção deste trabalho, pois sabemos que já estamos perto do fim...

A construção desta Tese foi para mim foi uma experiência única e enriquecedora, que contribuiu significativamente para o meu aprimoramento profissional. Foram muitas pessoas envolvidas em todo esse processo, fico até temerosa em esquecer alguém, mas, vamos lá...

Início os meus agradecimentos àquele que nunca nos abandona, mesmo nos momentos mais difíceis e solitários da escrita da Tese nunca deixou que a minha Fé e coragem para seguir em frente abalassem. DEUS, obrigada por tudo!

Aos meus pais, razão da minha vida, pelo amor incondicional, incentivo, apoio e dedicação, que mesmo distante sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, me apoiando e rezando por mim, em especial, quando fui me aventurar do outro lado do atlântico, em Portugal, para realizar o Doutorado Sanduíche. Vocês são os grandes responsáveis por eu ter me tornado uma pessoa digna, que sabe respeitar o próximo e que acredita que devemos ir em busca dos nossos ideais. Sei que sou motivo de orgulho para vocês. Obrigada pelos ensinamentos!

Ao meu marido Juliano, pelo amor e companheirismo, colega de profissão e de trabalho, meu grande incentivador e parceiro. Foi o maior incentivador quando decidi ir para Portugal realizar o Doutorado Sanduíche, me substitui no trabalho nesse período e segurou firme aqui com dedicação e a competência habitual. Sou sua grande admiradora e sei que posso contar com ele em todos os momentos!

Aos meus irmãos, meus sustentáculos, quem devo gratidão pelo amor incondicional, união, cumplicidade e amizade. Apostam em mim, no meu sucesso e me encorajam em tudo que me proponho a fazer.

Meus sobrinhos, que são a luz que irradia força e coragem em minha vida, o motivo pelo qual me dá forças para seguir em frente na certeza que estarão me esperando com abraços, beijos e o mais importante AMOR. Obrigada meu Deus por tê-los colocados em minha vida!

Ao meu cunhado Ulisses que também se faz presente em todas as minhas conquistas com suas palavras de otimismo e entusiasmo, me motivando sempre.

À família do meu marido, que se tornou minha segunda família, pessoas que aprendi a amar e respeitar.

Aos meus verdadeiros amigos de longa data, que fazem parte da minha história, da minha vida e sabem personificar o verdadeiro sentido da palavra AMIZADE!

Agradeço aos colegas da turma do Doutorado UNESP – Franca Ano 2015, pelas trocas de experiências, saberes e também compartilhamento de aflições, desesperos e incentivo na construção do trabalho, em especial, apoio “moral” na reta final.

Aos colegas de trabalho do Centro Universitário Unihorizontes de Belo Horizonte/MG, pelo apoio, compreensão e colaboração!

Aos queridos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), pelo incentivo e pelas reflexões profícuas em nossos momentos de encontro.

Agradeço, em especial, aos sujeitos da pesquisa que foram fundamentais para o desenvolvimento da mesma, contribuindo de forma significativa e exitosa para as considerações deste trabalho.

À CAPES, pelo financiamento do Doutorado Sanduíche, através do Edital 19/2016, Processo: 88881.134070/2016-01, realizado em Lisboa/Portugal no ano de 2017. Momento ímpar em minha vida, que me proporcionou muito aprendizado, crescimento pessoal e profissional.

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPP) da Universidade de Lisboa pelo aceite à realização do Doutorado Sanduíche na referida instituição.

Aos amigos que lindos que tive a sorte de conhecer no ISCSPP, Ives e Fany, ambos Doutorandos. Passamos muitos momentos maravilhosos, com inúmeras descobertas juntos por estarmos em um país diferente, em que tudo era “novo” para nós, mas, o aprendizado, a possibilidade de conhecer outra cultura e trocarmos as experiências vividas, foi excepcional!

Às amigas do Doutorado Sanduíche, Danila e Vanessa, ambas da UNESP, fomos juntas para Lisboa e lá compartilhamos vários momentos, passeios, encontros, reflexões e participações em eventos profissionais e culturais. Através delas, conheci ainda a querida Kathiúscia, também do Doutorado Sanduíche, porém, de outra Universidade Brasileira. Uma pessoa incrível, que me ajudou muito na finalização da Tese. Valeu!

Quero agradecer de maneira muito especial à querida Co-orientadora estrangeira, Maria Irene de Carvalho, que me acolheu com todo carinho, profissionalismo e presteza. Uma pessoa encantadora, que consegue nos passar tranquilidade mesmo em momentos de “tensão” e muito trabalho. Desenvolve suas atividades laborais com tamanha competência e dedicação, me proporcionou oportunidades de participar e compartilhar de vários momentos da sua carreira profissional em Lisboa, como participação em Congressos, Palestras, Grupo de Investigação em Serviço Social (GISS), além de possibilitar a publicação de três artigos meus no livro Serviço Social em Educação, organizado por ela. Um desses artigos foi escrito com ela e a Professora Carla Pinto. Outro, com a também queridíssima orientadora brasileira, Cirlene Oliveira. Maria Irene, obrigada pelo apoio quando a saudade de casa batia forte, pelos “gelatos” e pela amizade! Realmente, sou uma pessoa abençoada por Deus, por encontrar pessoas tão especiais em minha caminhada!

Agora, peço atenção especial de quem estiver lendo este trabalho para um agradecimento mais que especial... Deixei por último, para que eu possa dar o “destaque” merecido! Agradeço à minha orientadora de longa data, desde o Mestrado, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. Minha ídola, inspiração, exemplo de força, perseverança, grande mulher, profissional espetacular, que me acalenta com uma simples palavra nos momentos mais difíceis que passei no desenvolvimento dessa Tese, no momento em que estive fora do país, longe da minha família com palavras de otimismo e reflexões. Nessa fase de finalização deste trabalho, em que achei que não fosse conseguir, a Cir sempre com o seu carinho e incentivo, acreditou em mim, me deu forças para seguir em frente e não desistir jamais! Só tenho que agradecer à Deus por tê-la não somente como orientadora, mas, sim como uma amiga que levarei para a vida... Obrigada Cir e que Deus te abençoe sempre!

Agradeço ainda, à minha pequena de “quatro patas” Diva, linda Shitzu amada, adorada e fiel escudeira, que foi companheira nas madrugadas afora nesse momento tão solitário da escrita da Tese!

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse ter chegado até aqui e realizar esse grande sonho!

**MUITO OBRIGADA!!!**



*Sonhei, planejei, lutei, cair...  
Alguns sonhos me foram tirados.  
Mas não desistir!  
Busquei forças inimagináveis  
Lutei novamente...  
Mesmo em momentos descorçoados,  
a minha maior inspiração era saber,  
que ainda existiam sonhos a serem realizados!!!*

*(Renato William)*

ALMEIDA, SuênyaThatiane Souza de. **Formação profissional do/a assistente social em tempos de crise do capital e seus rebatimentos: um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal**. 2019. 234f. Tese— Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

## RESUMO

O Serviço Social no Brasil e em Portugal tem sua atuação comprometida com o atendimento dos interesses de segmentos sociais. O/A profissional de Serviço Social dos referidos países atuam nas expressões da “questão social” oriundas neste processo de transformações societárias, ao mesmo tempo em que também sofre os rebatimentos da precarização do trabalho e da formação profissional de forma mais acirrada com a “lógica” da mercantilização da educação superior. Sob tais considerações, o presente trabalho visa analisar a formação profissional do/a assistente social na atualidade, através de um estudo aproximativo da realidade do Brasil e Portugal, em tempos de crise do capital. O trabalho fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, visando refletir suas particularidades, singularidades e universalidade entre os dois países. Para tanto, a pesquisadora adentrou-se no universo internacional português a fim de desvelar e desvendar a formação profissional em Portugal, viabilizada por meio da Bolsa de Doutorado Sanduíche financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no referido país. Fez-se necessário situar, inicialmente, a evolução sócio-histórica do Serviço Social de ambos os países; posteriormente, as bases da formação profissional da/o assistente social em cada um deles, bem como os rebatimentos do sistema capitalista na docência e no ensino superior. A pesquisa foi de cunho qualitativo, narrativa e descritiva, a partir de entrevistas realizadas “in lócus”, e também por meio de observações. Foram pesquisadas três Universidades brasileiras e também a representante do Conselho Regional de Serviço Social do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG), totalizando onze sujeitos entrevistados/as. Em Portugal, foram quatro Universidades pesquisadas, além da Presidente da Associação dos Profissionais de Serviço Social de Portugal, totalizando onze sujeitos entrevistados/as. Esse estudo viabilizou sintetizar as aproximações da formação profissional do/a assistente social no Brasil e em Portugal, de forma a identificar as particularidades e especificidades de ambos países, com realidades distintas e práticas convergentes. Para tanto, após entrevistas e coletas de dados, a análise foi dividida em quatro categorias: Formação Profissional Brasil – Portugal; Relação Teoria e Prática; Exigências do Mercado de Trabalho – Rebatimentos do Sistema Capitalista na Formação / Atuação Profissional e Elementos Reguladores da Profissão.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Formação Profissional; Trabalho Profissional; Crise do Capital; Brasil e Portugal.

ALMEIDA, Suênyathatiane Souza de. **Professional training of the social worker in times of capital crisis and its refutations: an approximate study of the realities of Brazil and Portugal.** 2019. 234f. Tese- Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2019.

### **ABSTRACT**

The Social Service in Brazil and Portugal is committed to attending to the interests of social segments. The social work professionals of the aforementioned countries act in the expressions of the "social question" arising in this process of societal transformations, at the same time as it also suffers the refusals of the precariousness of work and professional formation in a more fierce way with the "logic" of the commodification of higher education. Under these considerations, the present work aims at analyzing the professional training of the social worker in the present, through an approximate study of the reality of Brazil and Portugal, in times of capital crisis. The work is based on the historical-dialectical materialist method, aiming to reflect its particularities, singularities and universality between the two countries. In order to do so, the researcher entered the Portuguese international universe in order to unveil and unveil the professional training in Portugal, made possible through the Sanduíche Doctorate Scholarship funded by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) in that country. It was necessary to situate, initially, the socio-historical evolution of the Social Service of both countries; later, the bases of the professional training of the social worker in each of them, as well as the refutations of the capitalist system in teaching and in higher education. The research was qualitative, narrative and descriptive, based on interviews conducted "in loco", and also through observations. Three Brazilian universities were surveyed, as well as the representative of the Regional Council of Social Services of the Regional Council of Social Services of Minas Gerais (CRESS / MG), totaling eleven subjects interviewed. In Portugal, four universities were surveyed, in addition to the President of the Association of Social Service Professionals of Portugal, totaling eleven subjects interviewed. This study made it possible to synthesize the approximations of the professional training of the social worker in Brazil and Portugal, in order to identify the peculiarities and specificities of both countries, with different realities and convergent practices. To do so, after interviews and data collection, the analysis was divided into four categories: Professional Training Brazil - Portugal; Relationship Theory and Practice; Labor Market Requirements - Rebates of the Capitalist System in Professional Training / Performance and Regulatory Elements of the Profession.

**Keywords:** Social Service; Professional qualification; Professional Work; Capital Crisis; Brazil and Portugal.

ALMEIDA, SuênyaThatiane Souza de. **formación profesional / a trabajador social en los tiempos de capital de crisis y sus repercusiones: un estudio aproximado de las realidades de Brasil y Portugal.** Y en el caso de las mujeres, en el caso delasmujeres.

## RESUMEN

El trabajo social en Brasil y Portugal se han comprometido su rendimiento con el cuidado de los intereses de los grupos sociales. El / la profesional de servicio social de dichos países actúan en las expresiones de la "cuestión social" oriundas en este proceso de transformaciones societarias, al mismo tiempo que también sufre los rebajes de la precarización del trabajo y de la formación profesional de forma más fuerte con la "lógica" de la mercantilización de la educación superior. Bajo estas consideraciones, este estudio tiene como objetivo analizar la formación profesional / a trabajador social en la actualidad, a través de un estudio aproximado de la realidad de Brasil y Portugal, capital de los tiempos de crisis. El trabajo se fundamenta en el método materialista histórico-dialéctico, buscando reflejar sus particularidades, singularidades y universalidad entre los dos países. Por lo tanto, el investigador a entrar en el universo internacional portugués con el fin de comprender y desentrañar la formación profesional en Portugal, posible gracias a la Beca de Doctorado Sandwich financiado por la Coordinación de Educación Superior de Personal de Mejora (CAPES) en ese país. Se hizo necesario situar, inicialmente, la evolución socio-histórica del Servicio Social de ambos países; posteriormente, las bases de la formación profesional de la asistente social en cada uno de ellos, así como los rebatimientos del sistema capitalista en la docencia y en la enseñanza superior. La investigación fue de cuño cualitativo, narrativo y descriptivo, a partir de entrevistas realizadas "in luscus", y también por medio de observaciones. Se investigó tres Universidades brasileñas y también la representante del Consejo Regional de Servicio Social del Consejo Regional de Servicio Social de Minas Gerais (CRESS / MG), totalizando once sujetos entrevistados / as. En Portugal, había cuatro universidades encuestadas, así como el presidente de la Asociación de Profesionales de Servicio Social de Portugal, por un total de once entrevistados / as. Este estudio ha permitido sintetizar la formación / trabajadora social profesional aproximaciones en Brasil y Portugal, con el fin de identificar las particularidades y especificidades de ambos países con diferentes realidades y prácticas convergentes. Por lo tanto, después de las entrevistas y la recopilación de datos, el análisis se divide en cuatro categorías: Formación Profesional Brasil - Portugal; Relación Teoría y Práctica; Exigencias del Mercado de Trabajo - Rebatimientos del Sistema Capitalista en la Formación / Actuación Profesional y Elementos Reguladores de la profesión.

**Palabras claves:** Servicio Social; Formación profesional; Trabajo profesional; Crisis del Capital; Brasil y Portugal.

## **LISTA DE SIGLAS**

- ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- APSS- Associação dos Profissionais de Serviço Social
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS/MG – Conselho Regional de Serviço Social – Minas Gerais
- CEE- Comunidade Econômica Europeia
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CRESS- Conselho Regional de Serviço Social
- EaD – Ensino à Distância
- ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
- ERAUSMUS- Projeto de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes
- FIES – Financiamento Estudantil
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FMI- Fundo Monetário Internacional
- GATT- Acordo Geral de Tarifas e Comércio
- ICSPU - Serviço Social no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- ISMT- Instituto Superior Miguel Torga
- ISSP- Serviço Social do Porto
- ISSSP- Instituto Superior de Serviço Social do Porto
- ISSL- Instituto de Serviço Social de Lisboa
- ISSSL - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
- MEC – Ministério da Educação
- MESS- Movimento de estudantes do Serviço Social

NAFTA- Acordo Norte-Americano de Livre Comércio

OEA- Organização dos Estados Americanos

ONGs- Organização Não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PB- Processo de Bolonha

PIB- Produto Interno Bruto

PNE – Política Nacional de Estágio

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

TSSS – Técnico Superior de Serviço Social

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO – Organização das Nações Unidas

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: QUANTITATIVO DE ENTREVISTADAS .....	142
QUADRO 02: PERFIL DOS DOCENTES E PROFISSIONAIS DESERVIÇOSOCIALENTREVISTADOS EM PORTUGAL.....	142
QUADRO 03: PERFIL DOS DOCENTES E PROFISSIONAIS DESERVIÇO SOCIAL ENTREVISTADOS NO BRASIL.....	143

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL PARTINDO DO CONTEXTO NEOLIBERAL.....</b>	<b>34</b>
<b>1.1 SERVIÇO SOCIAL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS.....</b>	<b>35</b>
<b>1.1.1 A GLOBALIZAÇÃO E AS ALTERAÇÕES NA PRODUÇÃO E NA FORÇA DE TRABALHO E O ESTADO MÍNIMO .....</b>	<b>39</b>
<b>1.1.2 A CRISE NA BASE DE SUSTENTAÇÃO FUNCIONAL-LABORAL DO ASSISTENTE SOCIAL .....</b>	<b>42</b>
<b>1.2 O PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL IDEALIZADO PELA ABEPSS POR MEIO DAS DIRETRIZES CURRICULARES E OS ELEMENTOS E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>1.3 EXIGÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS “IMPOSTAS” AO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE CAPITAL FETICHE .....</b>	<b>62</b>
<b>1.4 MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E OS SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL .....</b>	<b>67</b>
<b>CAPÍTULO 2 - TRABALHO, DOCÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>72</b>
<b>2.2 DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES EM DEBATE .....</b>	<b>83</b>
<b>2.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DOCENTES</b>	<b>90</b>
<b>2.4 EXIGÊNCIAS MERCANTIS PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>95</b>
<b>CAPÍTULO 3 - SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: RECORTE SÓCIO HISTÓRICO .....</b>	<b>100</b>
<b>3.1 RECORTE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL .....</b>	<b>101</b>



3.2 OS REBATIMENTOS DO SISTEMA CAPITALISTA NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM PORTUGAL.....	119
3.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DOCENTE EM PORTUGAL: REALIDADES E DESAFIOS. ....	128
3.4 A INEXISTÊNCIA DE INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A ATUAÇÃO ATÉ APROVAÇÃO DO CÓDIGO DEONTOLÓGICO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM PORTUGAL .....	138
CAPÍTULO 4 - UMA APROXIMAÇÃO ÀS REALIDADES DO SERVIÇO SOCIAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL .....	141
4.1 O PERFIL DA AMOSTRA / CENÁRIO DA PESQUISA .....	142
4.1.1 AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS NO BRASIL E EM PORTUGAL.....	142
4.1.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS NO BRASIL E EM PORTUGAL .....	143
4.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL – PORTUGAL .....	144
4.2.1 MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	144
4.2.2 BRASIL: ENSINO EAD EM SERVIÇO SOCIAL E A PROLIFERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS.....	149
4.2.3 PORTUGAL: PROCESSO DE BOLONHA E O ALIGEIRAMENTO DA FORMAÇÃO .....	153
4.3 RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....	156
4.3.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O IDEAL E O REAL.....	156
4.3.2 PRÁTICAS DE ESTÁGIO NOS DOIS PAÍSES .....	159
4.3.3 DIMENSÕES: TEÓRICO-METODOLÓGICO; TÉCNICO-OPERATIVO; ÉTICO-POLÍTICO .....	167
4.3.4 FORMAÇÃO CRÍTICA; FORMAÇÃO TECNICISTA .....	171
4.4 EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO – REBATIMENTOS DO SISTEMA CAPITALISTA NA FORMAÇÃO / ATUAÇÃO PROFISSIONAL .....	173
4.4.1 BRASIL: LÓGICA MERCANTIL; PRECARIZAÇÃO; SUCATEAMENTO DO ENSINO.....	173
4.4.2 PORTUGAL: LÓGICA TECNICISTA ; REPETITIVO; REITERADO .....	176

<b>4.4.3 IMEDIATISMO E QUANTITATIVO NO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>178</b>
<b>4.4.4 REDUÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO E O FENÔMENO DA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>181</b>
<b>4.4.5 O ADOECIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE .....</b>	<b>182</b>
<b>4.5 CATEGORIA 4: ELEMENTOS REGULADORES DA PROFISSÃO .....</b>	<b>185</b>
<b>4.5.1 BRASIL: CÓDIGO DE ÉTICA; DIRETRIZES CURRICULARES; PROJETO ÉTICO POLÍTICO; CONJUNTO CFESS-CRESS; ABEPSS .....</b>	<b>185</b>
<b>4.5.2 PORTUGAL: CÓDIGO DE CONDUTA; CURRÍCULO MÍNIMO; ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>190</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>193</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>202</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>227</b>

## INTRODUÇÃO

*“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei pelo que o melhor fosse feito.  
Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus não sou o que era antes”.*

(Martin Luther King)

O presente trabalho se propõe a analisar a formação profissional dos/as assistentes sociais na contemporaneidade, considerando as diversas frentes que o profissional se insere diante das transformações do mundo do trabalho globalizado e cada vez mais precário. O processo de formação do/a profissional nas várias instituições de ensino superior tem sido uma das grandes indagações da pesquisadora, que diante da sua experiência profissional vem se deparando com questões expressivas que acomete essa formação que se encontra progressivamente mais fragilizadas e sucateadas.

Esta proposta é justificada pelo fato de a discente possuir um acúmulo significativo acerca do tema. A mesma se viu instigada a refletir, pesquisar e problematizar o que tange a Formação Profissional dos/as assistentes sociais em tempos de crise do capital.

Outro fator preponderante na escolha do tema pesquisado decorre das experiências profissionais e conjunturais vivenciadas em diferentes espaços sócio-ocupacionais de intervenção da pesquisadora profissional no exercício da docência, além de compor a Comissão de Trabalho e Formação Profissional do Conselho Regional de Minas Gerais, que trouxe elementos para o debate.

A (re)democratização do ensino, as possibilidades de acesso e o aligeiramento profissional tem contribuído para colocar no mercado um número expressivo de profissionais sem um conhecimento teórico devido, acrítico, imediatista e que atenda às exigências do mercado de forma superficial e descomprometida. Mas, não se pode deixar de levar em consideração que tais ações podem se caracterizar também como “estratégias” de sobrevivência dentro desse sistema competitivo, excludente e desleal no qual a sociedade está inserida.

O/A assistente social tem como objeto de trabalho, a “questão social” e suas múltiplas expressões. Na dada atualidade, o profissional é chamado a intervir neste contexto, de desmonte dos direitos sociais e precarização das condições/relações de trabalho. A intervenção profissional se dá frente às necessidades sociais, sendo estas, as demandas da profissão, que levam o/a assistente social a se qualificar para que seja capaz de responder às exigências contemporâneas, de forma crítica e transformadora, tendo em vista os padrões de produção e acumulação do capital, que implicam numa reestruturação do Estado e sua relação com as classes sociais.

Partimos do pressuposto de que a realidade está em constante movimento, sendo necessário compreender a sua complexidade para, então, decifrar essa realidade que nos oferece várias possibilidades para a atuação profissional.

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (IAMAMOTO, 2011. p. 21).

Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o/a assistente social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão (IAMAMOTO, 1992).

A “questão social” desde a sua gênese é o objeto primordial do trabalho do/a assistente social. Como fora mencionada anteriormente neste trabalho, a questão social é “apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes”. (IAMAMOTO, 2011, p. 162). Em outras palavras, decorre da maçante luta de classes e, de acordo com o contexto histórico da sociedade assume perfis e expressões particulares.

Importante ressaltar, que não se pode deixar de considerar o momento de luta e crise que nos acomete, induzindo alguns profissionais a se sujeitarem às condições mercantilizadas da atual conjuntura. Entretanto, é imprescindível perceber o engajamento ético político com a profissão, pautados nos princípios de garantias de direitos da classe trabalhadora, emancipação dos sujeitos e comprometimento com os cidadãos.

Em resposta ao combate da “questão social”, os profissionais se inserem no mercado de trabalho, usando na sua forma de atuação o conteúdo assimilado da teoria apreendida, com base em suas três dimensões: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-política. Além disto, é preciso cautela para que não ocorra uma “incorporação” da questão social por parte do assistente social, como sendo específica do seu trabalho.

De acordo com Carvalho e Iamamoto (1982), a desigualdade social retratada na atual conjuntura se apresenta com a metamorfose das expressões da questão social intrínsecas ao modo capitalista de produção, ou seja, “coisificando” as relações humanas e humanizando as relações entre os homens e os seus objetivos.

A tendência de naturalizar a “*questão social*” é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais. (Idem, p. 163, grifos da autora).

Na sociedade contemporânea, a desigualdade social é fruto de um contexto de expropriação do trabalho e dos direitos sociais. A sociabilidade entre os homens estabeleceu que as relações fossem determinadas e, essa imposição social provocou

um distanciamento entre os mesmos, legitimou a divisão social de classes e elucidou a questão social.

A questão social é o eixo central do trabalho do/a assistente social, que as demandas emanadas da população exigem respostas políticas à luz do projeto ético-político do Serviço Social.

A defesa intransigente dos direitos dos sujeitos e a emancipação dos mesmos é foco de ação do Serviço Social, frente às novas demandas provindas do contexto capitalista, rumo a uma nova ordem societária. De acordo com Lamamoto (2011, p.231), pode ser percebido que:

O crescimento das desigualdades de renda, da concentração da propriedade territorial e do poder é potenciado pela intolerância e disparidades étnica, racial, religiosa e de gênero, além da degradação do meio ambiente.

Na contemporaneidade, há uma crise no mundo do trabalho, e tal crise potencializa a questão social, pois segundo Lamamoto (1998, p.115) “o trabalho encontra-se no centro da questão social: tanto as formas de trabalho, quanto a apologia do trabalho, ou seja, sua louvação ou beatificação expressa na ética do trabalho”.

Oliveira (2004) sinaliza que a atualidade requer um profissional que complemente a sua formação com uma educação continuada, que não se acabe na conclusão do curso, pelo contrário, este deve ser o desencadeador para a construção de um perfil profissional competente. É sempre necessária a busca pela qualificação, para que o profissional possa ter subsídios teóricos e metodológicos para atender às demandas postas. É na prática que será possível o atendimento da realidade da profissão, e é ela que amadurece os profissionais. Neste mundo contemporâneo é preciso estar em busca de formação permanente. Pode-se concluir que a formação profissional não é unicamente uma qualificação adquirida e acabada, não basta simplesmente ser graduado/a, é preciso ir além.

A formação profissional do aluno de Serviço Social inicia-se no curso e vai sendo construída no decorrer do exercício de sua prática profissional enquanto assistente social, adquirindo maior solidez, conforme o profissional vai se identificando como membro efetivo da categoria, apropriando-se do seu compromisso social e do significado sócio-histórico da profissão. (OLIVEIRA, 2004a, p. 61).

É importante elucidar ainda, a necessidade de um maior aprofundamento na temática, para que não se caia na velha “esparrela” do Serviço Social, que se questiona se “na prática a teoria é outra”? Outro fator a ser discutido nesta pesquisa é a precarização do trabalho e quais são os seus rebatimentos na atuação profissional, especificamente, o trabalho do assistente social docente, como por exemplo: a

precarização e intensificação do trabalho, exigências do mercado de trabalho, rebatimentos do sistema capitalista na formação profissional do/a assistente social, redução dos espaços de trabalho, trabalho tecnicista e imediatista, sucateamento do ensino e, como consequência desses fatores, o adoecimento profissional docente, em que se nota uma sobrecarga de trabalho e, muitas vezes, com poucas condições de efetivá-lo.

A precarização passa também por outro viés, que se dá devido à mercantilização do ensino, pois se pode dizer que o profissional se sujeitará a determinadas condições de trabalho em virtude da sua formação acadêmica. Pensar a precarização em Serviço Social é entender a relação capital e trabalho, marcado pela luta de classes e as expressões da questão social que surgem em virtude dessas relações, o/a assistente social também se insere neste contexto, afinal ele também é trabalhador e se sujeita a ordem do capital.

Conforme Ortiz (2010), vale ressaltar que não há possibilidade de se analisar o processo de formação profissional de forma desagregada da semântica capitalista. Nesta, o indivíduo por muitas vezes se coloca em um terreno árduo e perigoso de atuação, no eixo do “centro” da balança que se configura e se materializa na desigual luta entre capital e sua relação com o trabalho, considerando que o Serviço Social encontra-se nas relações sociais, norteadas pelo capitalismo, e nas transformações a ele inerente.

Devido o tema do Mestrado da pesquisadora, no qual investigou “Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social”, é que a pesquisa e aprofundamento da temática se fez necessário, uma vez que descortinou outros objetos de estudos significativos e, a autora enquanto pesquisadora, se comprometeu à dar continuidade, uma vez que a temática encontra-se em evidência no atual cenário da formação e, inclusive, com destaque em eventos, congressos, seminários e encontros de grupos de pesquisa, a autora decidiu dar continuidade em sua pesquisa, porém, dessa vez com outra abordagem e maior aprofundamento teórico.

Outro fator preponderante na escolha do tema pesquisado decorre das experiências profissionais e conjunturais vivenciadas em diferentes espaços sócio-ocupacionais de intervenção técnica da pesquisadora: enquanto coordenadora de estágio, supervisora acadêmica e, docente de várias disciplinas, dentre elas, além de docente das disciplinas acerca do estágio supervisionado, sendo este parte central da formação profissional. No desenvolvimento de suas ações identificou ainda um

distanciamento relativo entre os sujeitos envolvidos na materialização da práxis<sup>1</sup> profissional.

A dimensão da formação e da identidade profissional tem sido objeto de estudos no Serviço Social desde 1982 com a aprovação do currículo mínimo e, sendo este objeto de uma revisão curricular em 1996 com as novas diretrizes curriculares<sup>2</sup> para a formação profissional do assistente social. Cada vez mais se faz urgente refletir sobre a formação de qualidade em Serviço Social, para que os futuros/as profissionais possam intervir frente às demandas advindas do sistema capitalista, com ações propositivas e criativas, pautadas no Código de Ética da profissão, com vistas à materialização do Projeto Ético Político.

O estudo realizado, objetivou analisar a formação profissional do/a assistente social em tempos de crise do capital, visando contribuir para uma formação qualificada e fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social, com uma reflexão crítica sobre os novos desafios impostos à profissão. O problema do referido tema se expressa na detecção de lacunas, que conspiram para a fragilidade do processo de formação em graduação do discente enquanto futuro assistente social, visto que a mercantilização do ensino superior rebete de forma direta na construção do perfil ético político bem como no arcabouço teórico metológico e técnico-operativo, deste. Lacunas estas que se configuram às vezes em impossibilidades de implementação de um processo dialético, que permita a interlocução e interação da teoria com a prática e vice e versa.

Na contemporaneidade, há uma crise no mundo do trabalho, e tal crise potencializa a questão social, pois segundo Yamamoto (1998) “o trabalho encontra-se no centro da questão social: tanto as formas de trabalho, quanto a apologia do trabalho, ou seja, sua louvação ou beatificação expressa na ética do trabalho”.

Com o advento da possibilidade de aprofundar nesse debate, a pesquisadora se lançou a terrenos dantes ainda não explorados pela mesma e se candidatou a uma

---

<sup>1</sup>As primeiras noções de práxis surgiram com Aristóteles, mas foi Karl Marx o responsável pelo aprofundamento desta concepção. Práxis é um conceito básico da filosofia marxista, que remete para a transformação material da realidade. Segundo Marx, a práxis é o fundamento da teoria, sendo que para Marx a teoria deve estar incluída na práxis. De acordo com a visão de Karl Marx, práxis remete para os instrumentos em ação que determinam a transformação das estruturas sociais. Marx utilizou o conceito de práxis como uma crítica ao idealismo e materialismo. Fonte: <https://www.significados.com.br/praxis/>. Acesso em 10/03/2018.

<sup>2</sup> As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. Ver a proposta das Diretrizes Curriculares na página da ABEPSS: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> Acesso em 31/03/2019.



Bolsa da CAPES<sup>3</sup> para o Doutorado Sanduíche em Lisboa, na qual foi contemplada. A partir daí buscou-se outro contexto para ampliar a óptica dos seus estudos, com contribuições de outro país que também foi acometido por uma grande crise econômica e social, mas, com suas especificidades em relação ao Serviço Social.

A Universidade escolhida para a pesquisa em pauta foi a Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). A partir daí, com o desenvolvimento das pesquisas, viu-se a necessidade de adentrar em outros espaços de formação na cidade de Lisboa, para pesquisas e entrevistas, Como: A Universidade Católica Portuguesa de Lisboa; Instituto Universitário de Lisboa; Universidades Lusíada; Universidade Lusófona de Lisboa e a Associação dos Profissionais de Serviço Social de Portugal

A fim de desenvolver esse estudo aproximativo com o Brasil, foram pesquisadas três universidades: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerias e Universidade Federal de Ouro Preto – Minas Gerais.

### **Objeto de Estudo**

O objeto de Estudo é a Formação Profissional do/a Assistente Social, no qual aproximou as realidades desta formação no Brasil e em Portugal, analisando suas singularidades, particularidades, universalidades e desafios encontrados na realidade contemporânea, tendo o estágio supervisionado, como o aporte central da pesquisa. Estudar-se-á ainda, os elementos que desencadearam a Mercantilização do Ensino Superior, precarização e aligeiramento da formação.

### **Problematização**

Para o necessário enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, os profissionais de Serviço Social desenvolvem o seu trabalho profissional, alicerçado nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, em consonância com a dimensão ético-política e técnico-operativa. Pela complexidade da questão social e seu agravamento na conjuntura contemporânea, é fundamental que os/as assistentes sociais compreendam que as ações profissionais com as suas múltiplas expressões não se constituem competência privativa da área, requerendo assim um trabalho multiprofissional.

---

<sup>3</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Especificamente em relação ao Serviço Social, a ação profissional está envolta em conflitos, articulações políticas e econômicas, e a interesses individualistas; o processo de trabalho do/a assistente social transita por todas as formas de expressões da questão social, nas diversas áreas e ou setores, e segmentos. O trabalho coletivo dos/as assistentes sociais deve ser compreendido em vários aspectos, na articulação do profissional com seus usuários, com órgãos representativos de classe e com o Estado. Superar a intermediação e alcançar a mediação nesta relação se apresenta como desafio, tendo como uma das estratégias de intervenção a categoria mediação, possibilitando que o trabalho do assistente social rompa com as amarras institucionais privadas e ou estatais, e potencialize a participação dos/as usuários/as dos serviços sociais na construção de uma democracia participativa e transformar, assim, a realidade.

Vive-se na contemporaneidade desafios marcantes na formação profissional em Serviço Social, alicerçado às exigências do mercado e do outro os propósitos do projeto de formação profissional que delinea a profissão.

Concorda-se com Abreu e Santos (2012), que o sucateamento da educação, a formação profissional na perspectiva instrumental, certamente repercute no perfil profissional bem como no seu trabalho, comprometendo a prestação de serviços de qualidade conforme preconiza os princípios éticos da profissão.

O resultado do processo de ampliação avassaladora do ensino superior mercantilizado com formato instrumental vendido por inúmeras instituições de ensino, certamente repercutirão no perfil profissional dos anos que se seguem. Como já vimos, infelizmente não é difícil antecipar lastimavelmente as conseqüências da formação “*fastfood*” ofertada por parte significativa dos cursos presenciais e a distância em Serviço Social, onde a ausência do exercício crítico de compreensão e análise da sociedade na formação implicará na capacidade de intervenção comprometida e qualificada nos diferentes campos de atuação profissional. (Abreu e Santos, 2012, p. 78)

Como aponta Santos (2010), o cenário em que envolve o curso de Serviço Social no Brasil sofre influências categóricas desde a década de 1990. Período este que culmina com o momento em que o país passa por processo de abertura e inserção a uma política de globalização econômica<sup>4</sup>.

O fato é que com tal abertura há todo um processo de reorganização do sistema econômico, que de forma contundente causa efeitos devastadores no que tange a

---

<sup>4</sup> Trata das relações entre globalização, Serviço Social e prática profissional na perspectiva da correlação de forças, de fortalecimento de poder dos dominados e sujeitos de direitos dos serviços sociais. Aprofunda a discussão da atuação profissional nas condições de mercadorização capitalista global, de agravamento das desigualdades e de precarização do trabalho. Maior aprofundamento em: FALEIROS, V. P. Globalização, correlação de forças e Serviço Social. Ed.: Cortez, São Paulo, 2013

perspectiva de ensino e que também atinge a formação em Serviço Social, comprometendo o desenvolvimento do mesmo,

Com uma crítica radical e precisa sobre as determinações do capital para a educação superior, Pereira realiza uma profunda análise sobre a realidade do Serviço Social brasileiro e o viés privatista que ilumina a organização dos cursos de Serviço Social, sobretudo a partir de 1990, sob o aval dos governos da época. O estudo realizado traz elementos relevantes para a compreensão da trajetória da formação profissional do assistente social, que tem sua gênese marcada pelo caráter confessional das primeiras Escolas de Serviço Social, impressa pela lógica caritativa, mas que, atualmente, pode ser enxergado como mais um “serviço” promissor a ser comercializado. (SANTOS, 2010, p. 387).

É com essa perspectiva que a autora citada tece questionamentos sobre a condução que a formação em Serviço Social assume após este período de 1990, tendo em vista que com a proliferação de cursos e modalidades diversas de formação do profissional. Entretanto, o que se discute não é o anseio do/a futuro profissional alcançar a possibilidade de formação de nível superior, mas, como esta formação tem se dado e quais os critérios em que a mesma têm se consolidado na atual conjuntura.

Reforçando esta idéia, Koike (2009) enfatiza que a educação surge nos anos 1990 como um grande negócio, ou seja, um mundo mercantil que gera muitos lucros. O discurso do mercado e do Estado é a “redemocratização” do acesso ao ensino superior àqueles que antes não o tinham, mas, na verdade não passa de uma maneira “velada” de inserção social.

Tais instrumentos expressam o horizonte de “*qual é a formação que desejamos*”, mesmo que num contexto adverso de lutas e contradições. (Abreu e Santos, 2012, p. 86). Nota-se a preocupação da categoria frente aos desafios latentes no mundo do trabalho atual. Entretanto, no presente trabalho, enfatiza-se as reflexões na formação profissional no que concerne o estágio supervisionado.

Portanto, o objetivo geral desse trabalho, foi analisar a formação profissional do/a assistente social na atualidade, através de um estudo aproximativo da realidade do Brasil e Portugal, em tempos de crise do capital, tendo em vista as exigências do mercado na atualidade que se contrapõem com os princípios éticos e políticos da profissão. São objetivos específicos: Investigar o processo de profissionalização do Serviço Social e sua inserção na divisão sócio-técnico do trabalho; Identificar de que forma se dá a precarização do ensino superior na atual conjuntura; Fazer um estudo aproximativo da formação profissional do assistente social entre Brasil e Portugal.

## **Percurso Metodológico**

A corrente teórica que embasa a referida pesquisa, está alicerçada na perspectiva crítica, remontando ao pensamento marxista. O método histórico dialético contribui para que seja desvendada a constituição do todo, através de aproximações sucessivas. Quando o método é definido, adota-se uma teoria de base, sem perder de vista a categoria da totalidade (PONTES, 2010).

Na concepção crítica dialética, como um nível mais alto de apreensão do fato que tem na realidade concreta apenas seu ponto de partida e de chegada, o que se quer afirmar é a necessidade fidedigna da apreensão do cotidiano a partir da tríade singularidade, universalidade, tendo a particularidade como função mediadora:

A particularidade é o espaço reflexivo-ontológico onde a legalidade social se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza. É nesse espaço privilegiado de síntese de determinações, que a razão cognoscente, tendo negado a imediaticidade (aparência), vai processar o nível do concreto pensado, penetrando em um campo de mediações, onde se entrecruzam vários sistemas de mediação, sistemas estes responsáveis, pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os complexos componentes do real. (PONTES, 2010, p. 16).

As categorias, que por expressarem relações mais fundamentais, são consideradas um ponto de partida para a análise proposta. As categorias teóricas e filosóficas contribuirão para problematizar a tese, sendo estas as que sustentam a pesquisa numa perspectiva teórico-crítica.

A totalidade, enquanto categoria da Teoria Social de Marx conduz ao conhecimento da unidade do real que representa uma compreensão mais específica de cada campo ou particularidade desse real. A totalidade não quer dizer todos os fatos ou a soma das partes. Implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode ser reconhecido e compreendido como um momento definido e em relação com outros fenômenos. O ser social se caracteriza por ser totalidade, visto que se relaciona e interage com os demais elementos constitutivos do real e é determinado pela sua dinâmica histórica. (BOURGUIGNON, 2006, p.47).

Ao concluir o processo, almeja-se não só um concreto figurado e abstrato, mas uma aproximação significativa da essência do fenômeno estudado, indo além da compreensão interna, tentando interpretá-lo em dimensões maiores.

A presente pesquisa foi desenvolvida sob um enfoque teórico-bibliográfico e prático, com pesquisa "in lócus" que objetivou analisar, pesquisar, refletir e problematizar a formação profissional do/a assistente social na atualidade, através de um estudo aproximativo da realidade do Brasil e Portugal, em tempos de crise do capital.

Inicialmente, a mesma foi realizada através de pesquisa bibliográfica a revisão de Literatura: a busca por produções teóricas que contribuíssem analiticamente com a temática proposta. Para tanto, foi utilizada os seguintes métodos, os seguintes elementos de acordo com as orientações trazidas por Luna (1999): levantamento de dados em plataformas digitais; pesquisa documental em estudo dos currículos para o Curso de Serviço Social nos dois países; análise documental e entrevistas semi estruturadas.

Revisão de Literatura: a partir de referências pertinentes ao tema, a pesquisa se pautou em teorias sedimentadas por autores relevantes e fundamentações para subsidiar a proposta;

Determinação do “estado da arte”: esse fenômeno direcionou para descrever sobre o objeto a ser pesquisado à partir que já é conhecido, destacando os principais problemas e desafios a serem superados.

Análise histórica: foi realizada uma evolução cronológica sobre os conceitos, mudanças e transformações do objeto de estudo.

E, por último, entrevistas semiestruturadas “in lócu” com profissionais docentes, coordenadoras/es de Curso de Serviço Social nas instituições pesquisadas, bem como as/os coordenadoras/es de estágio supervisionado e as profissionais das entidades de classe dos respectivos países.

A pesquisa de caráter exploratório e qualitativa, teve por fim desvelar as práticas de formação profissional desenvolvidas nos dois países.

À princípio, seria pesquisada somente uma instituição em Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa e outra no Brasil, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Porém, ao chegar à referida instituição europeia, a pesquisadora se viu instigada à pesquisar em outras quatro Universidades da cidade que oferecem o curso de Serviço Social, com a colaboração imprescindível da co-orientadora estrangeira, que também considerou interessante investigar as demais e, assim, foi realizado. Pesquisou-se ainda, a Associação dos Profissionais de Serviço Social de Portugal, através da Presidente da mesma.<sup>5</sup>

O mesmo aconteceu no Brasil, que durante o Exame Geral de Qualificação do Projeto de Doutorado, foi sugerido pela Banca Examinadora pesquisar outras

---

<sup>5</sup> No quarto capítulo será apresentada detalhadamente a caracterização das instituições pesquisadas.

instituições no Brasil e, ainda representando do Conselho de Classe da categoria, sendo tais sugestões acatadas pela pesquisadora.

Para a pesquisa de campo, utilizou-se uma metodologia que consiste em leitura crítica da realidade, baseada na abordagem dialética, dos atores que configuram e fazem parte do processo de formação dos futuros técnicos com a compreensão das representações sociais. De acordo com GOHN, 2005,

O que torna a ciência necessária é o fato de a realidade não ser transparente. A aparência e a essência dos fenômenos não coincidem, embora uma revele elementos da outra. Portanto, o que é dialético é a própria realidade; por isso, precisamos de instrumentos que captem essa dialética, ou seja, um método de abordagem adequado à própria natureza dos fenômenos e fatos sociais, enquanto objetos de investigação. (GOHN, 2005, pg. 255).

Foi adotado o método *dialético*, sendo analisados os fatos e fenômenos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 1994).

A referida pesquisa teve cunho qualitativo por buscar desvendar o fenômeno a partir do seu significado e, principalmente, compreender os fatores que estão intrinsecamente relacionados ao estágio supervisionado. (MINAYO, 1994).

Para a escolha dos sujeitos entrevistados, baseou-se em Martinelli (1994:05) que afirma “a prática é uma construção coletiva. O construtor da prática não é apenas o profissional que a realiza, mas sim o conjunto de sujeitos que, articuladamente com o assistente social, dá vida e concretude a prática”.

Sendo assim, analisar-se-á, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, os principais fatores que levam a precarização da formação profissional da/o assistente social, seus rebatimentos e consequências nestes tempos de “capital fetiche” e de mercantilização do ensino superior.

Ao estabelecer uma relação com os sujeitos da pesquisa, Bourguignon (2008, p. 306) assinala que:

A relação estabelecida com o sujeito no processo de pesquisa é orientada por uma preocupação ética, ou seja, por escolhas pessoais e profissionais em relação ao sujeito, que por sua vez revela o projeto ético-político profissional que fundamenta o desenvolvimento de pesquisas favoráveis à democracia, à cidadania e aos valores humanos emancipatórios.

Todas/os as/os entrevistadas/os foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa, a fim de optarem por participar ou não da pesquisa.

Foi fundamental que os/as entrevistadas/os fossem esclarecidos, antes da realização da pesquisa, sobre a natureza da mesma, seus objetivos, métodos, a necessidade de participação voluntária, a garantia do sigilo que assegure a privacidade e o cuidado na utilização das informações, cabendo a cada um a decisão final de participar ou não da mesma.

Todos os sujeitos que participaram, preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, em duas vias, sendo uma via para o pesquisador e outra para o pesquisado.

Para ser possível garantir a máxima confiabilidade da coleta de dados, foi utilizado um gravador durante as entrevistas, com conhecimento e autorização prévia das/os entrevistadas/os.

A natureza do objeto é o que define a sua trajetória teórico-metodológica. Assim, entende-se que natureza de objeto pesquisado, requer um estudo qualitativo sobre a formação profissional do assistente social em tempos neoliberais, de retrocessos e perda dos direitos sociais, fazendo uma aproximação com a formação em Portugal, devido às suas diferenças e especificidades. A abordagem qualitativa trabalhou com o significado apresentado pelos sujeitos em relação a sua realidade, contribuindo para a apreensão das mediações existentes.

Sustentado num arcabouço teórico-metodológico crítico, é preciso que o pesquisador da área social conheça a realidade em sua complexidade e através de diálogo permanente com ela apreenda e construa as categorias explicativas capazes de orientar o processo de pesquisa e de mobilizar as ações profissionais pautado em valores ético-políticos que se preocupem com o alcance e impacto social de conhecimento produzido (BOUGUIGNON, 2006, p.50).

A observação é inerente ao observador e faz parte da pesquisa qualitativa; ressaltando que esta abordagem trabalha com os significados atribuídos pelos sujeitos, nos permite um diálogo com outras disciplinas e, também, conhecer as contradições e complexidades dos fenômenos singulares.

No momento, o fenômeno, como define Munhoz (2006), se apresenta apenas em nível de aparência e o contato com os processos através da pesquisa documental, propiciará uma compreensão totalizadora e crítica.

Por fim, a partir de uma análise qualificada, com fundamentação teórica acerca da temática em questão, finalizou-se a pesquisa com resultados e discussão.

Este estudo foi estruturado em quatro capítulos: no primeiro capítulo, intitulado **A Formação profissional do/a assistente social no Brasil partindo do contexto neoliberal**, refletiu-se acerca do Serviço Social e o processo sócio-histórico, que vem se alterando em decorrência das mudanças do mundo do trabalho que afetam

significativamente a condição de trabalhador assalariado, sendo fatores preponderantes: a globalização; o neoliberalismo; o Estado Mínimo. Discorre-se sobre a crise na base de sustentação funcional-laboral do/a assistente social, que trouxe mudanças significativas nas relações de trabalho, precarizando-o com contratos terceirizados, temporários e a privatização de empresas públicas. Há que se discutir ainda, o projeto de formação profissional do/a assistente social, se o mesmo está em consonância com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social (ABEPSS), sendo este um instrumento para nos situar no contexto da formação profissional, buscando competências e habilidades que são exigidas ao profissional na atualidade, numa visão crítica e interventiva que se alinhe com o projeto profissional. Por fim, será abordado ainda nesse capítulo a mercantilização do ensino superior e os seus rebatimentos na formação profissional do/a assistente social, como um tópico a ser observado e problematizado no sentido de identificar até que ponto o aligeiramento da profissão, a proliferação dos cursos de Serviço Social e a intensificação do trabalho, rebatem diretamente na formação do/a assistente social.

No segundo capítulo, foi abordado o **Trabalho, docência e Serviço Social: elementos para a reflexão**. Inicia-se destacando as transformações do mundo do trabalho e as suas implicações para o Serviço Social, que com a expansão do número de escolas de Serviço Social, contribuiu para a manutenção de práticas reinerativas, embora com um discurso teórico-metodológico “aparentemente” crítico. Será debatido questões acerca da Docência em Serviço Social, fazendo um apanhado histórico do seu papel, no qual a educação era vista como um instrumento “libertador”, em que há trocas de experiências gerando o conhecimento, sendo reconhecido pela sociedade como um espaço educativo, o mais abrangente e efetivo de todos, até chegar-se à às bases educativas modernas, em que o/a docente vêm perdendo sua condição de transformação social através da educação, uma vez que o capital e o neoliberalismo orientam para uma formação genérica, mais técnica e acrítica. As Condições de Trabalho dos/as Assistentes Sociais Docentes também serão discutidos neste capítulo, tendo em vista a precariedade do trabalho, sucateamento das instituições de ensino, gerando um sofrimento institucional e/ou pessoal. Completando esse capítulo, finalizar-se-á com as Exigências Mercantis nesse cenário contemporâneo, com o surgimento de novas formas sociais de trabalho e mudanças que geram sentimentos de insegurança, devido às instabilidades dos empregos

No terceiro capítulo, discutiu-se sobre o **Serviço Social em Portugal: marco histórico**, em que apresentou-se um recorte histórico do Serviço Social em Portugal, com destaque para o processo de crise que o país atravessou, a licenciatura em Política Social em que formavam-se assistentes sociais e, após 1984 alterou-se a nomenclatura



para Serviço Social, porém, os currículos permaneceram os mesmos. Perpassou-se ainda, pela mudança nos currículos pós Processo de Bolonha, que impactou significativamente na formação profissional dos/as assistentes sociais no referido país. Com isso foi abordado os rebatimentos do sistema capitalista na profissão. Debate-se ainda acerca do trabalho do/a assistente social docente em Portugal: realidades e desafios, em que a qualificação desse/a profissional foi um dos pontos abordados nas entrevistas. Por último, deu-se destaque à aprovação do Código Deontológico dos/as Assistentes Sociais em Portugal (2018) sendo uma luta da categoria para ater-se desse instrumento para subsidiar a atuação profissional legalmente.

No quarto capítulo intitulado **Uma aproximação às realidades do Serviço Social entre Brasil e Portugal**, apresentar-se-á a análise dos dados a partir das entrevistas realizadas nos respectivos países. Primeiramente, será ilustrado quadro demonstrativo das instituições pesquisadas, bem como o número de sujeitos envolvidos. Com base nas entrevistas coletadas, que para melhor compreendê-las, utilizou-se o método das categorias de análises, dividindo-as em quatro: Formação Profissional Brasil e Portugal; Relação Teoria e Prática; Exigências do Mercado de Trabalho; Rebatimentos do Sistema Capitalista na Formação; Atuação Profissional e Elementos Reguladores da Profissão.

A partir de todos os pressupostos analisados, serão expostas as considerações finais, não como forma de esgotar o assunto ora apresentado, mas como subsídios para debates e trabalhos futuros.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o fomento de novas discussões acerca da formação profissional do assistente social em tempos de crise do capital nos referidos países, uma vez que toda pesquisa científica visa a partilha de conhecimentos e a superação do empirismo.

## **CAPÍTULO 1**

### **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

*“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.*  
*(Marielle Franco)*

## 1.1 Serviço Social: perspectivas históricas

A partir de uma perspectiva histórica, a gênese do Serviço Social deve ser entendida como o resultado de um processo sócio-histórico, condensado nas lutas que envolvem as classes básicas ligadas à fase monopolística do capitalismo. Neste modo para compreender o surgimento de Serviço Social é necessário analisar um universo que engloba atores sociais e instituições que constituem: a classe burguesa, o Estado, a classe trabalhadora, igreja, etc. (TINTI, 2015).

Dentro do contexto emoldurado por lutas de classes em torno de projetos sociais antagônicos na fase monopolista do capitalismo, surge a profissão do Assistente Social. De fato, a fração da classe hegemônica, na virada do capitalismo competitivo para sua fase monopolista, precisa dar legitimidade ao sistema socioeconômico e político que o sustenta (MONTAÑO, 2007, p.77).

Assim, com o aumento do conflito - real ou potencial - como resultado do desemprego, más condições de trabalho, queda dos salários reais espelha a hegemonia burguesa que se estende do Estado, retirando a exclusividade das lutas de classe da sociedade econômica ou civil e também levando-a para a esfera política e estadual.

Dessa forma, de acordo com Raichelis (2011) a lógica de ligação que representa a participação democrática deve institucionalizar disputas políticas e econômicas, reduzindo o fator crítico e revolucionário das lutas de classes. Neste quadro democrático, de acordo com Spolander *et al* (2015), as lutas evoluíram em torno do aumento dos direitos civis (liberdade individual), direitos políticos (expansão da participação democrática) e legislação laboral (com maior participação dos sujeitos na distribuição dos bens produzidos).

Nesse contexto de conflitos institucionalizados, políticas sociais emergem como instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora. Com efeito, essas políticas sociais constituem instrumentos privilegiados de redução de conflitos, pois contêm conquistas populares, pois são vistas como concessões do Estado. Tudo indica que a preservação dessas políticas sociais e a incorporação daqueles sujeitos são uma espécie de acordo, de um "pacto social", onde o Estado fornece benefícios para a população carente em troca de este último aceitar legitimidade do primeiro (MONTAÑO, 2007, p.75).

Além disso, essas políticas sociais têm um papel econômico significativo, confirmando a "desmotivação" da reprodução capitalista da força de trabalho. As políticas sociais, de um lado, permitem que sejam realizados os cortes de salários, mas,

por outro lado, os sujeitos passam a ter direito de usufruir dos serviços sociais e de bem-estar oferecidos pelo Estado. O sujeito está socializado ao Estado à medida que ele obtém recursos para as suas políticas sociais através de impostos cobrados da população. Com isso, ocorre a acumulação de capital consolidada e o aumento de custos como capital variável (trabalho).

Mas essas políticas sociais não são concebidas a partir de uma perspectiva da totalidade da sociedade, que entenderia a realidade social como histórica e estrutural. (MONTAÑO, 2007, p.99).

Desse modo, com essa perspectiva segmentada da realidade, as políticas sociais tornam-se instrumentos voltados para cada uma das expressões da "questão social" fragmentárias, transformando-se em respostas específicas. Dessas políticas sociais fragmentadas, dois atores são necessários. Por um lado há um profissional que planeja e projeta (com base no conhecimento teórico e nas orientações políticas de outros atores); por outro lado, há um profissional responsável pela implementação de tais instrumentos estatais. Assim, o Serviço Social surge nesta perspectiva, cuja função social dessa profissão refere-se à execução das políticas sociais dirigidas (NETTO, 2000).

O Assistente Social, nos primórdios da profissão, aparece então como um ator subalterno e com uma prática basicamente instrumental. Seu campo privilegiado de trabalho é o Estado (subordinado, além dos cientistas, a uma lógica política burocrática) e sua base de ação é composta de políticas sociais. Aqui reside, então, a base funcional de apoio ao trabalho do Serviço Social: um profissional que emerge dentro de um projeto político, no quadro das lutas de classes desenvolvidas no contexto do capitalismo monopolista clássico, cujo meio fundamental de emprego é na órbita do Estado, este último contratando-o para desempenhar o papel de participar da fase final da operacionalização das políticas sociais. Aí reside sua funcionalidade e, portanto, sua legitimidade. Algumas questões contextuais devem ser minimamente analisadas para considerar a situação atual do Serviço Social dentro do neoliberalismo e para que seja possível a análise de sua perspectiva futura. Questões estas que têm a ver com alterações no escopo de inserção laboral do trabalhador social: no Estado, de onde emana sua legitimidade funcional (MONTAÑO, 2007, p.115).

Testemunha-se nesta fase de globalização das capitais, uma nova fase das lutas sociais e ações coletivas. Ações que são acionados pelos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho, que ocorrem diariamente em muitas partes do mundo, seja através de ações dos movimentos sociais dos desempregados, que incluem o aumento e enorme parcela de que estão integrados no mundo do trabalho sob a forma de desemprego. A desintegração é, portanto, exemplos ricos de novas formas de confronto social contra a lógica destrutiva que preside a (des) sociabilidade

contemporânea. Morfologia que deve ser entendida a partir do (novo) caráter multifacetado de trabalho.

Observações sobre as mudanças no mundo do trabalho atingem não só a situação dos sujeitos profissionalmente, mas também geram grandes mudanças em sua condição de trabalhador assalariado; também há as questões relacionadas às variações macroestruturais substantivas, tanto políticas, econômicas quanto sociais, conhecidas sob o nome de globalização (ANTUNES, 2009).

É preciso ressaltar questões que afetam substancialmente a base de apoio funcional do Serviço Social e que devem ser consideradas para determinar a magnitude das consequências que isso gera na realidade do trabalho do Assistente social, a funcionalidade e a legitimidade da profissão (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Primeiro, nota-se que o projeto neoliberal – cujas origens teórica datam dos escritos de Hayek em 1944 (A estrada para a servidão) – representa a resposta do capitalismo ocidental a uma rede de fatores econômicos e políticos em todo o mundo. De fato, as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho não são alheias aos fundamentos da proposta neoliberal, nem aos seus impactos políticos. Essas alterações – na organização da produção, na gestão da indústria, nas relações contratuais de trabalho, na comercialização – são baseadas no modelo de produção japonês, inicialmente concebido por Ohno, na indústria automobilística da Toyota. Vários fatores conjunturais da economia japonesa nos séculos de 1950 e 1960 (que superam nossos objetivos aqui) constituem a estrutura na qual o chamado "Toyotismo" se desenvolve. A empresa japonesa enfrentou uma crise financeira em um país com um mercado pequeno e heterogêneo e sem capacidade de exportação. Assim, os custos de produção tiveram que ser reduzidos diferentemente do que é normalmente feito dentro do modelo taylorista / fordista; assim, surge a necessidade de cortes no pessoal ocupado e na infraestrutura industrial.

Esta redução da força de trabalho é possível, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento tecnológico. Este último atinge um nível de sofisticação que deriva do fenômeno conhecido como automação da produção, ou seja, o acirramento da substituição do trabalho pela máquina automática (MONTAÑO, 2007, p.115).

É com este último desenvolvimento da tecnologia que o ponto mais alto da "desumanização" da produção é atingida, desde a Revolução Industrial onde inciou-se a substituição da máquina pelo homem, mas logo observou-se que este nunca poderia ser totalmente eliminado do processo de produção, dada a necessidade de comando

humano sobre a máquina. Assim, a máquina sem a manipulação do homem, não poderia fazer nada.

Com este panorama, não apenas o trabalhador manual passou a segundo plano, mas muitas posições gerenciais, de inspeção, de engenharia industrial, administrativas etc. Estes profissionais começaram a ser considerados muitas vezes como dispensáveis. As consequências sobre o desemprego estrutural que derivam desse fato são verdadeiramente chocantes. Por outro lado, a redução do pessoal trabalhando nas indústrias deve ser buscada sem afetar o volume de comercialização da empresa, o que resultaria em perda de lucro para o capitalista (MENEZES, 2010).

Pela ótica capitalista, o volume de comercialização deve ser mantido e até crescer. A forma de reduzir pessoal e infraestrutura devem ser realizadas sem afetar a comercialização seguindo os pressupostos da proposta de Ohno, na mais significativa alteração das relações de trabalho. Se no capitalismo desenvolvido para o modelo fordista a base contratual é a relação de "assalariado", agora o elo tende a ser a de "subcontratação". De fato, as indústrias incorporaram o modelo da "fábrica mínima", ou seja, poucos funcionários de fábrica; poucos encarregados; inspetores e gerentes de nível médio; redução de pessoal administrativo e de serviço, menos edifícios perdulários; menos investimento em máquinas etc (FERGUSON, 2004).

Desta forma, em primeiro lugar, os funcionários são contratados por serviços prestados, por peça e não pela sua participação em um dia inteiro, independentemente da flutuação da demanda ou da colheita. Isto cria a "propriedade individual" ligada à empresa-matriz, que, na verdade, realiza o mesmo trabalho que era realizado pelo ex-funcionário assalariado (geralmente a mesma "pessoa natural", apesar da "entidade legal" diferente), mas com mais trabalho para obter o equivalente ao seu salário e sem os direitos sociais anteriores (FALEIROS, 2014).

Em segundo lugar, a matriz pode reduzir o capital variável sem reduzir sua produtividade e marketing subcontratando empresas produtivas; assim, não é mais necessário produzir dentro da indústria. A produção de outras empresas pode ser comprada; de modo que a empresa-matriz passa a utilizar mão de obra subcontratada que é bem mais barata do que arcar com encargos sociais. Com esses novos recursos, a matriz evita grandes investimentos, diminui custos e adapta sua produção (em quantidade e qualidade) às variações do mercado (CEOLIN, 2014).

Assim, os empregos devem ser criados com baixos salários-base acrescidos de compensações, recompensas, comissões, etc., com isenção ou dispensa de benefícios trabalhistas, com a precarização em relação à permanência no cargo; ou seja, trabalhos que refletem relações contratuais "flexíveis", que envolvam, assim, a redução dos

custos de reprodução da força de trabalho ao capitalista e a maleabilidade da quantidade de trabalho remunerado com base nas variações demanda de mercado. Todos esses elementos levam ao desemprego e a perda de participação sindical e política.

Dessa forma, verifica-se que a precariedade do mercado de trabalho, com a polarização entre fixo e temporário traz abalos para a Seguridade Social, alerta-se que a degradação das condições de trabalho, salários inadequados e perspectivas em declínio para o futuro não são inócuas, não têm apenas consequências econômicas e sociais.

### ***1.1.1 A globalização e as alterações na produção e na força de trabalho e o Estado Mínimo***

A globalização e as alterações na produção e na força de trabalho e o Estado Mínimo serão abordados nesse tópico:

As alterações na organização da produção e comercialização desenvolvidas em torno da indústria japonesa determinaram um lugar privilegiado da economia no processo de globalização. De fato, custos mais baixos e flexibilidade nos contratos de trabalho e na produção (derivados da subcontratação) determinaram uma melhor adaptação ao mercado global heterogêneo e variado capaz de atender as diversas demandas em quantidade e qualidade dos mercados de vários países(MONTAÑO, 2007, p.115).

Nesse sentido, a relação de subcontratação de empresas permite algo inédito na história da produção: a globalização da produção. Assim, hoje é possível produzir peças de montagem de mercadorias em vários países, através da terceirização de empresas no exterior. Esse fenômeno permite que a empresa matriz terceirize as empresas que produzem melhor e mais barato não só nacionalmente, mas em todo o mundo; assim, um produto específico pode ser feito com subprodutos (peças), cada um vindo de um país diferente, dependendo das vantagens que, para cada peça, esses países ofereçam. Desta forma, as empresas asiáticas entram na competição do mercado mundial como àquelas que oferecem as melhores condições: melhores preços, produtos adaptados às particularidades de cada mercado e com melhores níveis de produtividade. Dessa forma, para se adaptar às vantagens competitivas da terceirização e organização da produção japonesa e incorporá-las aos padrões de produção ocidentais, o neoliberalismo propõe desenvolver sua própria versão, dessa forma de produção, surge o termo "terceirização" ou "produção em parceira".

Por outro lado, o processo de globalização política que surgiu em paralelo à globalização da economia resulta na perda de autonomia e poder político dos Estados nacionais. A presença, no cenário político mundial, de organizações internacionais (Organização dos Estados Americanos-OEA, Organização das Nações Unidas-ONU, Acordo Geral de Tarifas e Comércio-GATT, O Acordo Norte-Americano de Livre Comércio-NAFTA, etc.), de Instituições Financeiras (por exemplo: Fundo Monetário Internacional-FMI) e de empresas multinacionais, muitas delas com Produto Interno Bruto-PIB ou movimentos financeiros maiores do que a maioria dos Estados nacionais, minimiza o impacto das decisões deste último, não apenas em questões que afetam o globo ou certas regiões, mas em questões de interesse para uma nação específica. Mas esse fenômeno não se apresenta de forma homogênea para todos os países. O poder político de um governo como o dos Estados Unidos segue sendo de grande impacto (nacional e mundial), tanto no boicote político-econômico que realiza, quanto nas barreiras que impuseram para diversos países, como realiza em Cuba, por exemplo.

Obviamente, esse não é o peso político dos governos dos países em desenvolvimento. Na realidade, a perda de autonomia dos Estados nacionais é uma realidade apenas para os países periféricos. Neles, os fundamentos democráticos perdem espaço e legitimidade. As decisões emanadas dos processos democráticos nacionais são subordinadas às decisões unilaterais tomadas pelas organizações transnacionais. Com este panorama, a participação popular, o controle da cidade sobre os organismos e autoridades estatais, a disputa política nacional, as decisões tomadas pelos representantes da cidade, perdem conteúdo e relevância. Estas nações sucumbem ao desejo de instituições como o FMI. Essa perda real da legitimidade democrática permite que o neoliberalismo, herdeiro de uma tradição antidemocrática, se oponha a tal sistema de governo, opondo-se a liberdade de justiça social (CAPUTI; BENATI, 2010).

Com um sistema econômico político e globalizado, como foi descrito, os Estados nacionais e seus sistemas de governos democráticos cujas autonomias são minimizados com relações econômicas, não precisam ser controlados por um organismo central. A existência de um Estado forte e intervencionista torna-se não apenas supérfluo e desnecessário, mas também negativo aos olhos dos neoliberais. Assim, a proposta de minimização do Estado cria raízes tanto do ponto de vista econômico quanto do político. Por um lado, o Estado não deve, pela ótica dos neoliberais, intervir na "liberdade" econômica no jogo do mercado "livre", por outro, a



democracia torna-se, para os adeptos de fórmulas neoliberais no verdadeiro adversário de tal "liberdade" (CEOLIN, 2014).

Minimizar o Estado significa então, primeiramente ao ataque frontal aos fundamentos democráticos das decisões nacionais, a partir da intervenção, não democrática, das organizações transnacionais nas questões de um país. A minimização do Estado nos assuntos econômicos baseia-se na perda já anunciada da autonomia e na diminuição da legitimidade democrática (MONTAÑO, 2007, p.75).

No modelo do Estado Mínimo, este não deve participar da atividade econômica neoliberal com empresas públicas e muito menos em algumas linhas essenciais de produção e serviços, detentora do monopólio de certas atividades (telefonia, energia elétrica, combustíveis, segurança pública, etc.). Aqui a proposta é transferir para o domínio privado o que era propriedade pública (FALEIROS, 2014).

O Estado, como emerge nesta ótica neoliberal, não deveria investir tanto em atividades econômicas, levando a um declínio na receita, dada a redução da atividade econômica. Mais uma vez, se observa como esta receita varia dependendo se é uma economia central ou periférica. Este é o caso da venda da estatal de eletricidade do Brasil (Light) que foi comprada por uma empresa estatal francesa.

Como apontado anteriormente, uma das consequências da privatização das empresas estatais é a queda das receitas do Estado por meio de canais não tributários. Se for somado a isso a tão falada reforma tributária - onde os impostos diretos são reduzidos (permanece basicamente o ônus sobre os salários), aumentando proporcionalmente (principalmente dirigidos ao consumo) a tributação indireta. É nesse sentido que se propõe reduzir o gasto público e, principalmente, reduzir os recursos alocados às políticas sociais. Na verdade, a "inviabilidade financeira" aparente dos Estados nacionais que o neoliberalismo visa denunciar leva encaixar apenas as atividades essenciais para assegurar o mercado "livre"; a defesa das fronteiras e a repressão sindical. As áreas sociais, neste caso, também devem ser passadas para a esfera da sociedade civil (elas devem ser privatizadas) e / ou seus recursos reduzidos.

Como menciona Santos (2015) a globalização trouxe consigo no mundo atual um considerável aumento da desigualdade humana. Pois isso é lembrado neste documentário, pensador, ativista e intelectual, como é Milton Santos, geógrafo, levanta essa necessidade que todos os seres humanos possuem, para que, com uma cultura de mudança e uma unidade globalizada dos povos do mundo, em contraste, mas sem a eliminação da própria globalização, para que seja possível criar uma verdadeira sociedade baseada em valores humanos.

### **1.1.2 A crise na base de sustentação funcional-laboral do Assistente Social**

A crise na base de apoio ao trabalho funcional Serviço Social inicia a partir das inovações de produção japonesa que provocaram mudanças significativas nas relações de trabalho, na organização da produção, na automação de trabalho dentro das indústrias ocidentais. Essas alterações (adaptações ocidentais dos métodos e processos japoneses) significam respostas à situação de vantagem competitiva da produção / comercialização em face do conhecido fenômeno da globalização (PIANA, 2009).

Assim, a "terceirização" de áreas de produção, administração e serviços, a "flexibilização" do contrato de trabalho (com perda de salário base e direitos trabalhistas), o aumento do desemprego estrutural substituindo trabalho manual por máquinas, o avanço da "automação" e desenvolvimento de tecnologia, todos esses elementos juntos produzem enormes mudanças nas condições de trabalho, na qualidade de vida, na facilidade / dificuldade de encontrar emprego para as pessoas que compõem a classe heterogênea de trabalhadores (CEOLIN, 2014).

Como observa-se a globalização ajuda no movimento de precarização do trabalho isso é causado pela tensão entre o global e o local. Para Santos, a tensão entre o local e o global é um fato que deve ser entendido por meio do papel da formação social nacional, que "funciona como uma mediação entre o Mundo e a Região, o Lugar. Ela é também mediadora entre o Mundo e o território" (1996, p.270).

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. (...) O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. (...) Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o 'Mundo' necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o 'Mundo' escolhe alguns lugares e rejeitam outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar (SANTOS, 1996, p.271).

No contexto atual, verifica-se as alterações substantivas no mundo do trabalho (tecnologia, organização e relações de produção) que afetam a realidade do/a trabalhador/a, que são os/as beneficiários/as centrais das políticas sociais. Observa-se

grandes mudanças nas diretrizes de Estados nacionais (que vão desde uma perspectiva de "bem-estar social" para uma orientação neoliberal), isto é, na agência beneficiante ou o fornecedor de serviços, e se, finalmente, as políticas sociais moldam mediações entre o Estado e as classes trabalhadoras e que se comportam como instrumentos do primeiro, então é possível afirmar que, conseqüentemente, as políticas sociais, no atual contexto neoliberal, global e produtivo, estão substancialmente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade (MENEZES, 2010).

Assim, em primeiro lugar, a orientação das políticas sociais foi significativamente alterada. Por um lado, elas são privatizadas, gradualmente retirados da órbita do Estado (são repassados à sociedade civil – Igreja, ONG, instituições de apoio, organizações de bairro, etc.); por sua vez, essas políticas sociais são direcionados (contra o princípio universalista, eles são usados hoje apenas para pessoas carentes com um serviço pontual – o que resulta, como será mostrado a seguir, a baixa qualidade de assistência para aquelas pessoas que dependem apoio do Estado); e finalmente eles também são desconcentrados (o que implica uma descentralização executiva, uma centralização normativa e administrativa e uma excessiva centralização econômica)(CAPUTI; BENATTI, 2010).

Em segundo lugar, serviços sociais, assistência estatal, subsídios para produtos e serviços de uso popular, suplementos salariais, etc., são bastante reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade. Se o Estado está falido como querem fazer crer neoliberais, o subfinanciamento e a privatização, seriam a possibilidade de obtenção de recursos. O Estado não pode e nem deve, de acordo com a linhagem neoliberal, alocar um volume importante de financiamento para políticas sociais e Serviço Social. Ele dificilmente desviará recursos escassos para cobrir alguns serviços não fornecidos por instituições não-governamentais ou privadas, ou destinados (direcionados) para aqueles que não têm condições de contratá-los privadamente. Assim, estes "serviços estatais para os pobres" são transformados em "serviços estatais pobres"; ou seja, quem tiver condições de contratá-lo na órbita privada terá um bom serviço, quem não poderá fazê-lo deverá então recorrer à prestação do serviço estadual, e receberá um tratamento ruim, despersonalizado e escasso(MENEZES, 2010).

Por um lado, como foi expresso nos parágrafos anteriores, a função social e de bem-estar das políticas sociais tem sido significativamente alterada, dada a variação de suas orientações, que é prejudicial à qualidade, quantidade e variedade das políticas sociais. Por outro lado, profundas alterações na significância e peso específico da função política desses instrumentos estatais são verificadas dentro desse contexto. Isso se refere basicamente, no âmbito do Bem-estar social, onde ocorre a legitimação do sistema político e econômico através da minimização e institucionalização de conflitos

potenciais ou reais. Agora, dada a hegemonia neoliberal, tanto o regime democrático quanto as políticas sociais estão perdendo peso em relação ao mercado.

De acordo com Piana (2009) a democracia como elemento legitimador perde destaque por diferentes razões. Essa perda decorre da crescente globalização política e econômica que faz com que os diferentes Estados nacionais percam cada vez mais autonomia e liberdade, mas, também a função econômica das políticas sociais é significativamente alterada. Se estes operam, como já foi apontado, socializando os custos de reprodução da força de trabalho, retirando a responsabilidade absoluta do capitalista e assumindo o Estado parte dele, hoje esta função, na medida em que as políticas sociais estão focadas para populações especificamente carentes, ela é reduzida em sua amplitude e abrangência.

Se as políticas sociais constituem o suporte funcional dos assistentes sociais (a sua funcionalidade e instrumentalidade e legitimidade) e se eles estão substancialmente alterados no contexto sócio-econômico e político atual (as suas orientações e funcionalidade), é possível, portanto, afirmar que a base de apoio funcional-trabalhista do Serviço Social sofreu (ou ainda sofre) mudanças significativas. Dessa forma, alterações nas diretrizes e na funcionalidade das políticas sociais comprometem a base funcional de apoio ao trabalho da profissão de Assistente social. Segundo Mito; Nogueira (2013) este profissional possui papel social de intervir na fase terminal de políticas sociais (agora com participação relativa no projeto e avaliação desses, bem como intervir fora da órbita do Estado: nas ONGs, nas empresas, etc. Mesmo que a maioria deles ainda aja como tradicionalmente, ou seja, no Estado e ligados à implementação dessas políticas sociais).

O Assistente Social nesse quadro, teve uma redução no seu campo de intervenção, com a perda de sua intervenção social (MENEZES, 2010). Ou seja, se o Serviço Social surge como um passo necessário para implementar um instrumento do Estado (política social) considerado essencial para uma estratégia particular, promovido pelos setores hegemônicos, legitimando o sistema e aumentando a acumulação de capital, e se eles gradualmente perdem sua importância, dadas as atuais mudanças na estratégia das classes dominantes, em seguida, esses profissionais podem ir se tornando cada vez mais dispensáveis, menos necessários. Seu campo de trabalho, na esfera do Estado, está encolhendo, sendo significativamente reduzido. Assim, mudanças nas políticas sociais no contexto neoliberal não só são prejudiciais para as classes populares, os beneficiários de tal mecanismo, mas também impactam negativamente a atuação do Assistente social (ABRAMOVOTIZ, 2012). No entanto, esta declaração, que é expressa como uma tendência desde a categoria profissional não está posicionado na frente da imagem, não deve ser alarmante hoje.

Como diz Netto,

Quando se considera as características estruturais da sociedade brasileira e seu modo de inserção no sistema capitalista contemporânea, independentemente das orientações políticas imediatas, verificou que a demanda objetiva para uma profissão como o Serviço Social não tende a encolher.(NETTO, 2000, p. 115).

Essa crítica é lançada no quadro em que mesmo com as adversidades, a profissão de Serviço Social teve uma ampliação nos últimos 10 anos, com a inserção de novos campos de atuação, porém a profissão não passou inerte a questão da precarização do trabalho. Segundo Netto (2000) este profissional (um funcionário público ou empregado do setor privado) começa a sofrer alterações em suas bases contratuais e nas suas relações de trabalho, ele começa a ser terceirizado, a um aumento do desemprego. Assim, é possível dizer que o Serviço Social começa a viver um processo de "liberalização" profissional. Assim, os Assistentes sociais são cada vez mais contratados como "proprietários individuais" de serviços prestados. Esse fenômeno nos assegura a concepção de que este profissional é, essencialmente, um trabalhador, dada a co-participação, juntamente com todos aqueles que vendem seu trabalho, esta é a tendência da terceirização.

É com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho* [...] [e o assistente social] tornando-se vendedor de sua força de trabalho. [...] Não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas. (NETTO, 1992, p. 69, grifo do autor).

Para Faleiros (2014) esses dois fenômenos observados anteriormente (tendências para o aumento do desemprego e terceirização profissional) convergem num determinado processo que pode ser caracterizado como uma tendência a re-filantropização do Serviço Social.

É que, em primeiro lugar, a privatização das políticas sociais levam a um processo de multi-fragmentação: não só a fragmentação causada pelas políticas sociais (saúde, emprego, etc.) e típica gênese desses instrumentos estatais, mas também a origem atual da implementação privada geralmente destinada a pequenas parcelas de população e fragmentação descoordenada.

Em segundo lugar, a falta de uma coordenação das políticas sociais implementadas por instituições privadas prejudicam a atuação dos Assistentes sociais que ficam com a sua prática também descoordenada, pois acabam intervindo em micro-

espaços, mesmo sem poder (ou quer) para ter impacto a nível nacional, nem mesmo em áreas setoriais.

E, em terceiro lugar, estas organizações têm duas alternativas básicas: ou vendem seus serviços para a população atendida, e reproduzindo a organização de auto-financiamento, ou, então, fornecem serviços gratuitos para obtenção de financiamento do exterior. No primeiro caso, é uma entidade, se não comercial, muito perto da lógica de negócios de compra e venda de bens (serviços) e servem apenas aqueles que podem pagar por eles. No segundo caso, é uma versão moderna da agência de caridade, jogando quase todas as características das antigas práticas voluntaristas. Aqui, a re-filantropização do Serviço Social aparece como um corolário para a privatização dessas políticas sociais, com seu retorno à órbita da sociedade civil e as características voluntaristas envolvendo organizações e profissionais.

Outro fenômeno é a tendência ao Estado Mínimo modificando a forma de trabalho desta categoria profissional. Essa teoria se encaixa, em dois tipos principais de respostas ou soluções para a crise do estado de bem-estar social. O primeiro seria o reforço e melhoria do estado dos serviços. A segunda, a redução forçada das demandas e necessidades sociais dos cidadãos. De acordo com os dados dos últimos anos, como resultado do aumento generalizado de neoconservadorismo, é claro que as grandes majorias dos governos dos países desenvolvidos optam, com maior ou menor intensidade, para a segunda solução. É uma alternativa que visa a enfraquecer, se não pura e simples, o desmantelamento das conquistas sociais ao longo dos anos separados leva a pequenas nuances diferenciais precedentes. Deixando entre duas versões, uma tradicional, uma conservadora e outra ultra-liberal. Os defensores do desmantelamento do estado de bem-estar defendem suas posições com base em duas razões fundamentais.

A primeira delas, econômica, insiste nos problemas de sobrecarga produzidos na demanda econômica. A segunda, de natureza política, estaria enraizada nos fatores de ingovernabilidade que derivam dessa sobrecarga imposta ao Estado. A solução consiste, portanto, em "descarregar" o Estado daquele fardo pesado que o impede de funcionar. Daí a necessidade de desregulamentar e liberalizar certas funções até agora assumidas por ela. Uma liberalização que afetaria não apenas certas atividades econômicas, mas também, e acima de tudo, a política de assistência social (saúde, emprego, aposentadorias, etc.) (NETTO, 2000).

Segundo estas teses, o desgaste e a conseqüente transferência da atividade econômica do Estado para setores privados provocariam o que poderia ser denominado como "síndrome da história da vaca leiteira". Uma recuperação na economia começaria; isso levaria a um maior crescimento, esse crescimento maior facilitaria a redução do

desemprego, a redução do desemprego melhoraria os níveis de bem-estar dos cidadãos, esse nível de bem-estar aumentaria o consumo e assim por diante.

Os atuais processos de liberalização estão sendo impulsionados principalmente por certas instituições econômicas e financeiras internacionais, em nível global; Instituições comunitárias a nível europeu e governos com ideologias e interesses muito específicos no âmbito dos diferentes Estados. Tanto quanto descrito na literatura (NETTO, 2000), nenhuma dessas instituições é neutra. Além disso, salvando o caso dos governos dos diferentes Estados, praticamente nenhuma dessas instituições supranacionais seria capaz de resistir ao teste do limiar mínimo democrático necessário para qualquer instituição pública que representa, teoricamente, os interesses dos cidadãos. Com efeito, nem seus membros foram eleitos pelos cidadãos nem sua ação está sujeita ao controle mínimo das instituições democráticas. A isto deve ser acrescentado que a tomada de certas decisões de natureza econômica ou tecnológica requer conhecimentos que só podem ser fornecidos através de treinamento técnico de quadros daqueles que só estão disponíveis para essas instituições.

Assim, a especialização técnica dessas organizações, por um lado, mostra a falta de controle de muitas de suas atividades, por outro, resultaram no estabelecimento de uma ideia muito clara: o caos. Segundo essas organizações, a economia tem suas próprias regras, as coisas são como são e, portanto, não há alternativa possível às medidas e políticas adotadas por elas. O resultado de tudo isto é muito evidente: ajuste duro, precarização do emprego, etc. Vacinados como se é contra todos os tipos de determinismos, sejam eles econômicos ou tecnológicos marxistas ou capitalistas, fica claro que o que está por trás dessa suposta alternativa não são apenas critérios científicos, mas interesses político-econômicos. Por trás dessa aparente racionalidade científica, escondem-se objetivos inconcebíveis. Basta olhar para os efeitos que está causando a política dos atuais campeões do neoliberalismo com a concentração de riqueza nas mãos de poucos, aumentando a expansão do emprego precário; aumento do desemprego; marginalização e exclusão social; expulsão dos emigrantes; crescente desigualdade na distribuição de renda, etc. É certamente difícil admitir como a política neoliberal está gerando um mundo cada vez mais ingovernável, no qual os cidadãos, não apenas dos países em desenvolvimento, mas até mesmo do mundo desenvolvido, estão se tornando cada vez mais pobres.

É falaciosa a ideia de que a redução do Estado à sua antiga pressão mínima é uma necessidade decorrente das demandas econômicas. O que sustenta a defesa do Estado mínimo não é, pelo menos em essência, as razões da racionalidade econômica, mas fatores de poder e dominação. A figura do Estado forte mesmo no sentido de um forte poder político democrático, qualquer que seja a forma institucional constitui um

obstáculo, dessa forma, adotar essa postura seria fundamental para o desenvolvimento de grande obstáculo das sociedades financeiras e econômicas. O ideal para essas corporações seria o simples desaparecimento do Estado, do poder político. No entanto, não é conveniente para seus interesses. Essas organizações precisam de um mandachuva para legitimar as suas atividades é preciso manter uma aparência de legitimidade pública, e essa legitimidade é concedida pelo Estado, sendo sua presença inerente ao neoliberalismo, uma vez que exerce um papel crucial como indutor titular e seus interesses de uma posição de relativa autonomia. A solução é, portanto, ter um Estado, mas, sim, sem um mínimo na expressão, ou seja, um estado limitado aos interesses do setor privado.

## **1.2 O projeto de formação profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares e os elementos e os desafios para a sua efetivação.**

As particularidades do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro são impensáveis sem considerar a história recente do país. A trajetória da profissão é um afluente do desenvolvimento histórico da sociedade e do Estado no Brasil na expansão monopolista sob a égide do capital financeiro, impulsionado pelas condições criadas pela ditadura militar e sua crise em 1960-1970. O processo de luta contra a arbitrariedade e em defesa do Estado de Direito se torna visível na cena política na transição para a década de 1980. Este processo determina essencialmente o horizonte dos profissionais de Serviço Social no Brasil exigindo novas respostas para garantir sua própria contemporaneidade, isto é, sua conciliação com a história atual. Nesse período, desencadeou-se um extenso processo de renovação crítica da profissão (PIANA, 2009).

Ainda sofrendo os impactos da ditadura militar e seu projeto de modernização conservadora, os Assistentes Sociais emergem no cenário social, no período de "transição democrática", com um novo perfil acadêmico-profissional. O contingente profissional se expande, e ocorre a integração efetiva do Serviço Social na estrutura universitária, através da formação a ser sujeita aos requisitos de pesquisa e extensão, que também são aprovados nos currículos mínimos aprovados pelo Ministério da Educação em 1982. Cursos de *stricto sensu* de pós-graduação e mestrado e doutorado se expandem a partir de 1972. O Serviço social recebe reconhecimento científico dos organismos oficiais com incentivos para promover a pesquisa, ajudando no processo de consolidação e desenvolvimento acadêmico do Serviço Social no Brasil. O mercado editorial cresce, alimentado pela produção acadêmica (FALEIROS, 2014).



No campo da organização político-empresarial, sindicatos crescem e se fortalecem em todo o país na década de 1980, em seguida, estes mesmos sindicatos foram em sua maioria desativada por decisão política coletiva. Ao mesmo tempo, foi redefinida a liderança política dos conselhos profissionais, que são fortificados. É importante salientar que, nesse contexto, as respostas profissionais são presididas por algumas preocupações teóricas (MIOTO;NOGUEIRA, 2003).

Em primeiro lugar, é preciso mencionar a preeminência incontestável da histórico-crítica que tem como base a tradição marxista que assumiram gradualmente a liderança em performances no debate acadêmico profissionais. A hegemonia progressista que domina o conservadorismo traz uma revisão crítica abrangente das fraquezas do movimento de reconceituação na perspectiva de superá-los. As controvérsias teóricas e políticas foram estimuladas, formando uma visão essencialmente crítica no Serviço Social Brasileiro. O que se desdobra em uma crítica do próprio "marxismo" presente no movimento de reconceituação da América Latina. Essa crítica foi alimentada pela incorporação de fontes clássicas e contemporâneas do pensamento social à modernidade. Existe um esforço realizado por pesquisadores, na apropriação de diferentes matrizes intelectuais e sociais teóricas e metodológicas. As contribuições de Marx (1980) não foram assumidas evangelicamente, mas como uma fonte inesgotável de sugestões que têm de ser atualizadas através de pesquisa histórica criativa sobre as condições particulares da sociedade atual.

Em segundo lugar, no processo de renovação do Serviço Social sobre novas bases se reconecta com o Estado em suas relações com a sociedade, particularmente com as políticas sociais especiais em Segurança Social apoiadas no tripé: saúde e bem-estar social e movimentos sociais. Uma releitura da história da profissão na história da sociedade é feita através de análises regionais e estudos de caso. Esta passa a ser reconhecida como uma profissão registrada na divisão social e técnica do trabalho, nas suas relações entre os órgãos estaduais e os movimentos da sociedade civil, dotados de uma dimensão política (TINTI, 2015).

A partir da década de 1980 e 1990 houve uma ruptura com o empirismo e o utilitarismo no tratamento da produção teórica, que se propagou fortemente no passado profissional. Registaram-se progressos, também, do ecletismo em lidar com teorias para a busca de uma convivência plural de ideias no mundo profissional, o que não elimina a luta pela hegemonia. As diretrizes para formação profissional do Assistente Social na década de 1990, passa a ter um triplo desafio (IAMAMOTO, 2010, p.76):

a) alcançar, incorporando subsídios acumulados no nível de análise da situação e relações de poder institucional, atribuindo uma atenção mais específica para

o desenvolvimento de propostas de trabalho e estratégias de intervenção; b) unir a discussão dos fundamentos teórico-metodológicos - que devem ser aprofundados - à investigação de situações históricas específicas que são objeto de ação profissional; c) coordenar a análise de políticas sociais públicas que condensam estratégias de estados e ações do governo contra as tensões presentes na sociedade civil com o conhecimento de assuntos sociais, ou seja, as condições de vida, trabalho, cultura e as lutas cotidianas das classes subalternas em suas relações com grupos ou segmentos dominantes, todos baseados na história do presente. Essas questões são reabastecidas na agenda contemporânea.

O Código de Ética de 1993 estabelece os direitos e deveres do Assistente Social e valores humanísticos como princípios, diretrizes para o exercício diário. Destacam-se entre os princípios do comportamento ético:

o reconhecimento da liberdade como um valor ético central, o que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e desenvolvimento integral dos indivíduos e seus direitos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbitrariedade e autoritarismo; A defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como a socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social, o que implica universalidade no acesso a bens e serviços e na gestão democrática; o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados em coordenação com outros profissionais e trabalhadores. A evolução do Serviço Social do Brasil avançou com a regulamentação da profissão, estabelecendo as competências e funções do Assistente social, correspondendo com os ganhos acumulados, com o desenvolvimento do Estado e da sociedade no país e definindo o papel dos Conselhos Profissionais Também foi redimensionada a formação profissional, através da construção coletiva de novas Orientações Curriculares para as unidades de ensino da área proposta, sob a liderança da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e aprovado, com restrições, pelo Conselho Nacional de Educação. Essas iniciativas respondem à reconfiguração dos espaços ocupacionais, resultante das profundas transformações nas relações entre Estado e sociedade, em uma situação de recessão na economia internacional, sujeita à ordem financeira das grandes capitais (CFESS, 2012, p.80).

O crescimento da dívida interna e externa e os juros e serviços relacionados, as dificuldades de impulsionar o crescimento econômico, o aumento do desemprego e do subemprego e a radicalização das desigualdades de renda, propriedade e poder - aliadas as disparidades religiosas, raciais, de gênero e étnicas - comprometem processos e valores democráticos. Esta situação é agravada pela contra-reforma do Estado, definida pela privatização, pela abertura da economia ao grande capital internacional e pela redução da responsabilidade pública em lidar com as necessidades sociais da grande maioria. Este quadro impõe a mercantilização dos serviços sociais, que desarticulam os direitos sociais, quebrando os padrões de universalidade, contribuindo para uma radicalização da questão social.

E esse contexto que redimensiona as demandas profissionais, modifica o mercado de trabalho, alterando as relações e condições de trabalho dos agentes assalariados, que tendem a ser desregulamentados e flexibilizados. Há uma ampla retração dos recursos institucionais para desencadear a defesa dos direitos e os meios para acessá-los. Em resumo, pode-se afirmar que, em resposta a esses desafios históricos, os Assistentes sociais no Brasil construíram coletivamente um novo projeto profissional. De acordo com Netto (2000), projetos profissionais representam a auto-imagem da profissão, pois são baseados em valores que foram socialmente legitimados, definidos e priorizados em seus objetivos e funções, formulando requisitos (técnicos, institucionais e práticas) para os limites de exercício prescrito para o comportamento profissionais; estabelecendo padrões relativos aos utilizadores dos seus serviços com outras profissões e organizações e instituições, públicas e privadas (entre estes, também, e notavelmente, com o Estado, que historicamente é o reconhecimento legal dos estatutos profissionais). Projetos profissionais inseparáveis dos projetos corporativos que oferecem matrizes e valores. Eles expressam um processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão. São, portanto, estruturas dinâmicas, que respondem às alterações das necessidades sociais em que atuam, fruto das transformações econômicas, históricas e culturais da sociedade. Mas eles também mostram o desenvolvimento teórico e prático da profissão e mudanças na categoria profissional.

O debate sobre formação profissional é intenso no país. Além disso, outros temas essenciais à formação profissional, embora pouco visíveis nas linhas de pesquisa da pós-graduação, são contemplados nas pesquisas realizadas e o grau de unidades de ensino é o fórum privilegiado. O debate sobre a formação profissional é abrangente e está intimamente relacionada com a atual "Diretrizes Curriculares". Exprime-se nos seguintes tópicos: Fundamentos do Serviço Social, ensino de pesquisa, ensino de política social, estratégias didático-pedagógicas, atividades complementares de ensino, articulação entre exercício e formação profissional, práticas no espaço acadêmico (prática pré-profissional, estágios), validade da formação profissional, perfil dos alunos graduados e mercado de trabalho, etc.

Em relação ao estágio supervisionado ressalta-se que:

Pode-se inferir que os questionamentos sobre Estágio Supervisionado em Serviço Social não se constitui como uma nova discussão sobre a formação profissional da categoria no âmbito brasileiro. Entretanto, diante do cenário atual, de mercantilização da educação e contrarreformas do ensino superior, a busca por mão de obra capacitada intensificou-se e competências comportamentais, éticas e políticas passaram a ser mais exigidas pelo mercado do que a qualificação em si. Diante destes desafios o tema, Estágio Supervisionado adquire novas nuances e se torna um debate atual, para os/as assistentes sociais e suas organizações, para as Unidades de Formação

Acadêmica em Serviço Social, campos de estágios bem como para todos os sujeitos que estão direta ou indiretamente envolvidos nesse processo. O Estágio supervisionado é concebido como atividade curricular obrigatória, objetivando a capacitação do aluno a partir da sua inserção em espaço sócio ocupacional, onde pressupõe supervisão sistemática, tendo como base a Lei 8.66/93 (Lei que Regulamenta a Profissão de Serviço Social), o Código de Ética Profissional (1993) e a RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Sendo assim, a formação profissional do assistente social é alicerçada em um direcionamento crítico que vincula as bases da profissão ao projeto social das classes subalternas e seus interesses coletivos e põe no horizonte do Projeto Ético Político profissional a superação da ordem burguesa. É necessária a feitura de indagações acerca do Estágio Supervisionado uma vez que, o mesmo configura-se como *locus* de apropriação da prática profissional dos futuros/as Assistentes Sociais. Este processo encontra-se diretamente ligado ao futuro da profissão dos Assistentes Sociais, e o modo em que ele está sendo capacitado para enfrentar o mercado de trabalho e formular respostas aos usuários de seus serviços. Deste modo, considero de grande relevância a problematização a respeito desta temática (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016, p.3-4).

As atuais diretrizes curriculares, propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, apesar de não terem sido endossada na íntegra, pelo Ministério da Educação - MEC, assumem como perfil do Licenciado do Serviço Social: O profissional que atua nas expressões da questão social, elaborando e implementando propostas para o seu confronto, através de organizações públicas, empresariais, sociais, da sociedade civil e movimentos sociais; profissional com formação crítica generalista intelectual e cultural, competente em sua área de atuação, com capacidade criativa e proativa de inserção em todas as relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios orientadores do Código de Ética do Assistente Social (TINTI, 2015).

Nesse sentido, as Diretrizes reconhecem a pesquisa como um elemento constitutivo - e não apenas complementar - da formação e da prática profissional. Situações específicas de pesquisa, aliada as macro determinações sociais, é uma condição necessária, tanto para superar o fosso entre o discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com que o Assistente social enfrenta em seu cotidiano para revelar as possibilidades de ação contida na realidade. Por outro lado, a proposta de formação profissional traz novos desafios à pesquisa, como a integração entre História, Teoria e Método no Serviço Social, entendida como dimensões indissociáveis da configuração da profissão nos diferentes momentos históricos; a leitura da prática profissional como um trabalho especializado no âmbito do trabalho social coletivo, que envolve salários e sofre das mesmas pressões que afetam os trabalhadores como um todo nos tempos atuais; a questão social - em suas expressões particulares - como uma questão de prática profissional e políticas sociais como mediações fundamentais do trabalho do Assistente social; tendo a ética como um princípio governante de todo o treinamento; o redimensionamento de práticas articuladas a estratégias de pesquisa e extensão-pedagógicas e supervisão acadêmica e relações entre o ambiente acadêmico e profissional (IAMAMOTO, 2001, p.88).

A pesquisa está surgindo como um poderoso recurso acadêmico e político para atribuir visibilidade e produzir propostas alternativas ao desastre social, que é produzido

as necessidades de ajustes nas diretrizes de trabalho do Assistente Social influenciado pelas políticas neoliberais (peço para reler/rever este trecho... a redação está bem confusa!). Tais políticas são o resultado de uma reestruturação política conservadora do capital, em resposta à perda de lucratividade e governabilidade enfrentada na década de 1970 (CAPUTI; BENATI, 2010). É, de fato, uma maneira de capturar e submeter os Estados nacionais colocando-os a serviço do capital financeiro, sob a justificativa da globalização.

De acordo com John Galbraith afirma em uma entrevista em 1997 *apud* Yamamoto (2001) a globalização não é um conceito sério. Esse conceito foi inventado para disfarçar a política de entrada econômica em outros países e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos do capital, que são sempre a causa de sérios problemas. Na caracterização do mundo atual em suas tendências globalizatórias, verifica-se que há uma falta de ferramentas teóricas e metodológicas para apreender a realidade, há um constante conflito entre as categorias de análise do marxismo clássico com o proletariado industrial revolucionário determinado pela superestrutura da infraestrutura da força de trabalho com uma constituição hegemonicamente industrial. Reflete-se aqui sobre o fenômeno da globalização atual como Império. O conceito de Império aqui é especificamente concebido na leitura do livro *Império* dos autores Negri e Hardt (2001). O primeiro ponto observado é que os autores tentam descriptografar o projeto de Globalização se opondo às leituras que afirmam que a globalização faria um tipo de desordem mundial. Além disso, o Império encerra a fase do imperialismo como é tradicionalmente conhecido. O objetivo de aprofundar o conceito de Império é basicamente entender o campo local e global que movem a força de trabalho atual e quais habilidades eles esperam em sua práxis. Falar de Império significa falar de sofisticação de alguns meios de dominação já visto no Imperialismo.

O período do imperialismo começou no final do século XIX e início do século XX. Nesse período houve uma expansão das potências capitalistas impactantes e foram desenvolvidas relações políticas estabelecidas entre estes países que foram denominados subdesenvolvidos. Mas o impacto principal é no estabelecimento das relações econômicas entre os países. O estabelecimento e o aprofundamento dessas relações levaram a uma crescente inter-relação da economia dos países do globo, que se desenvolveram a cerca de quatro séculos antes da conquista das Américas. Assim, começa a se formar um sistema econômico global que foi caracterizado por um desenvolvimento desigual de cada país e uma subordinação de um ao outro. Portanto, a globalização não é um tema exclusivamente contemporâneo, o fenômeno possui um desenvolvimento histórico. Além disso, no final do século XIX houve o Progresso do Capital que estabeleceu uma lógica comum que ignora as fronteiras nacionais,

penetrando toda a resistência e subsumindo os vestígios de modos produção anterior (MASARDO, 2001).

O teórico russo e político Vladimir Lenin refletiu sobre o imperialismo politicamente, ele aponta que o imperialismo é o estágio mais elevado e último do capitalismo. Este estágio possui uma concentração de tais resultados de capital elevados na criação de monopólios que influenciam a economia dos Estados capitalistas (CUENCA, 1989). Antes de qualquer revisão dos princípios leninistas, deve ficar claro que de acordo Masardo, Lênin caracterizou o imperialismo como uma fase de transformações históricas suscetíveis tendo como base a experiência específica da Rússia. Assim, este autor afirma que, Lenin não fala da sociedade em geral, ou da luta de classes no abstrato. Ele permanentemente avalia a formação social particular em que uma correlação é dada. A ideia de Lenin sobre o Imperialismo parte da observação da revolução do proletariado e da destruição do sistema capitalista que foi cortado pelo desenvolvimento histórico das lutas de classes, que atualmente adquiriram as mesmas características que este autor conheceu, produzindo um novo cenário para continuar lutando na mesma batalha, a maioria contra a elite monopolista hegemônica. O conceito de Império se refere necessariamente ao seu passado histórico, o imperialismo. Mas o capitalismo não é mais o mesmo, para a manutenção das relações de produção, hoje, não são utilizadas tanto as mesmas formas de controle da sociedade disciplinar. A economia computadorizada também contém em si o sujeito histórico que vai lançar o partido e mão da velha união, o proletariado tradicional não tem a mesma gravidade na negociação interclasista, e sua recuperação é muito tímida em consideração as novas formas de produção.

Hardt e Negri (2001) enfaticamente observaram a identidade específica do Império como estrutura, onde não há nenhum poder centralizado. As características fundamentais que Hardt e Negri dão ao império não têm limites espaciais. Elas se estendem para as profundezas do social e possuem um conceito dedicado à paz, mesmo que seja banhado em sangue. Este império transnacional inclui não só a ditadura do capital, mas também as instituições políticas e jurídicas com soberania em nível global coberto em indústrias de energia militar e produção cultural de difusão de acordo com as necessidades da administração imperial. O poder transnacional é então estruturado e distribuído através do poder militar, do poder econômico e do poder da mídia. Este poder imperial é articulado em termos dos sinais de soberania tradicional: poder militar, monetário, comunicacional, cultural e linguístico. Para nomear o tipo de hegemonia na gestão global (Império) basta mencionar a concentração de poder destrutivo (incluindo o poder nuclear e armas biológicas), uma moeda universal (dólar), e o estabelecimento de uma cultura universal com uma linguagem hegemônica. O

imperialismo agora chamado de Império possui uma situação monopolista do capital que continua a ser uma realidade em vários estudos, ao contrário do que aconteceu na era industrial em que o trabalho tende hegemonicamente a produção de objetos e bens materiais. A tendência dominante hoje seria o imaterial do Trabalho, cujas ideias básicas é a produção de redes virtuais onde enormes fluxos circulam. Essa fase também é caracterizada pelo início dos processos de integração social e tratamento de situações de conflito de classe germinadas em seu ventre.

Hardt e Negri (2001) apontam a globalização como um processo maior de integração do capital no mundo, onde existem as barreiras rígidas entre ruptura a interior e exterior sobre a expansão do capital com base nos limites fixos do Estado-nação. Sobre este processo de transformação ou de mudança de fase, Furtado (2009) diz que o processo de crescente interdependência das economias nacionais é o que possível entender como globalização. Vive-se em um tempo em que fica claro a falha do quadro conceitual para explicar uma realidade que se transforma rapidamente. No entanto, Hardt e Negri (2001) não diferenciam o Estado e a nação como categorias diferentes ou distintas realidades. Ao longo do texto eles apontam que as entidades e as implicações desse erro metodológico levam a um repensar da organização das forças que procuram intervir na prática. Os autores consideram a distinção entre Estado e nação a fim de não cometer os mesmos erros, os autores comentaram e identificaram aspectos que permanecem nessas construções.

Seguindo a definição de Engels, o Estado é entendido como um aparelho que tem um poder que visa regulamentar as relações entre diferentes classes sociais, por meio de um sistema jurídico-territorial que protege a propriedade que sustenta o controle privado da entidade. Em suma, o nascimento do Estado é entendido como o surgimento de um aparelho da administração, que visa a regulação da produção e corresponde a propriedade privada. Um aspecto importante do Estado é o seu monopólio e sua força coercitiva, no esforço de manter regulamentos sociais entre as classes. A Nação, por sua vez, é concebível como uma comunidade já existente do Estado, com laços históricos, culturais e religiosos entre si e cooperam na obtenção de determinados objetivos. Na teoria, o Estado como administração nesta comunidade preexistente (nação) deve ser fielmente representativo dos seus movimentos democráticos, isto é, representam a totalidade deste projeto. Hardt e Negri (2001) identificam a tomada do poder estatal por grupos econômicos transnacionais, quase em desrespeito das constituições burocráticas nacionais, com o desaparecimento do que é entidade. Eles entendem o imperialismo como uma conquista de aventura espacial ainda não integrada na dominação real do capital como uma mera extensão do Estado-nação que é uma constituição enfraquecida pelas revoluções democráticas burguesas.

Dentro desse contexto, os países periféricos recomendam políticas de ajuste, rigor fiscal e reformas, que não são adotadas nos países centrais que são controlados por organizações multilaterais. As "reformas estruturais" preconizadas pela globalização podem ser separadas em três conjuntos de políticas: a) aquelas que levam em conta o desmantelamento dos mecanismos de mercado extra para regular a vida social (sistemas previdenciários, legislação trabalhista e outros); b) aqueles cujo objetivo é o enfraquecimento direto do Estado (privatizações, desmoralização de operações, etc.); c) aqueles que visam aumentar o grau de exposição da economia nacional aos movimentos do capital internacional (desregulamentação dos fluxos comerciais e financeiros).

Aplicadas simultaneamente, essas políticas e reformas criam um novo ambiente econômico que favorece a tendência do capital à mercantilização universal, ampliando assim o espaço de acumulação de capital. Do ponto de vista dos trabalhadores, o resultado é o desemprego resultado estagnação da taxa média de crescimento da economia. Por outro lado, o Estado está paralisado pagando dívidas que são priorizadas em detrimento dos investimentos em serviços sociais públicos, o que causa angústia na maioria da população.

Isso resulta no agravamento da questão social, que assume proporções de desastre social. Nesse contexto, a questão social torna-se objeto de ações filantrópicas e caritativas, bens e serviços tornam-se objetos de consumo privado, e políticas sociais universais são substituídas por "programas direcionados ao combate à pobreza". Esse quadro também afeta a Universidade Pública. O desenvolvimento da pesquisa é amplamente condicionada pelo ambiente universitário e pela política da ciência e tecnologia. O diagnóstico da universidade latino-americana, realizado por organizações multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é altamente desfavorável. O Brasil, desde 1986, é o beneficiário privilegiado do financiamento do Banco Mundial para o ensino superior na América Latina. Ele é acompanhado pela Nigéria, na África, China e Indonésia na Ásia Ocidental e Hungria na Europa. Na visão das entidades financiadoras, o retrato da universidade latino-americana revela a acelerada deterioração da qualidade do ensino e da pesquisa. Segundo os relatores oficiais, o precário funcionamento das instituições (MIOTO; NOGUEIRA, 2003).

O Ensino superior reflete-se na deterioração das instalações físicas, na falta de recursos para livros, laboratórios e materiais didáticos. Para a redução de recursos, soma-se o uso ineficiente, a baixa relação aluno / professor, a duplicação de programas, as altas taxas de evasão, as taxas de repetência e a alta proporção do orçamento alocado ao que são consideradas "despesas não-educativas. O ponto de vista do Banco



Interamericano de Desenvolvimento (BID) não é diferente. Sua leitura do Ensino superior é orientada segundo critérios importados do mundo dos negócios, válidos para qualquer tipo de investimento: custo / benefício, eficiência / inoperabilidade e produtividade. O foco da crítica é colocado na universidade pública, embora ofereça educação de melhor qualidade do que as universidades privadas. Estes, regidos por critérios de negócio, são tomados como referência organizacional, considerados mais ágeis, eficientes, financeiramente equilibrados, apresentando maior diferenciação institucional e menor índice de conflitos e tensões políticas (MIOTO;NOGUEIRA, 2013).

Não é de surpreender que a democracia interna, a luta pela autonomia do conhecimento, o debate crítico e a politização presentes no mundo acadêmico sejam vistas como indícios nefastos de uma dinâmica organizacional flexível, dotada de agilidade e eficiência. Assim, defende-se a maior diferenciação de instituições e a promoção da oferta privada.

Nas últimas décadas o Brasil adotou os preceitos neoliberais que constituem a "reforma do Estado" em uma gestão embasada na lógica comercial e de negócios para a universidade brasileira, incentivando a privatização, formando o que está sendo nomeado como "Universidade Operacional" ou "Resultados e Serviços". Essa concepção de universidade é consistente com as recomendações de organizações internacionais e é impulsionada pela revolução científica baseada na microeletrônica, com avanços nos campos da física, química, microbiologia, entre outros, a ciência e a tecnologia tornaram-se a força produtiva por excelência. As descobertas científicas e seu uso na produção tornaram-se o meio de obter lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade a interesses comerciais(MIOTO;NOGUEIRA, 2013).

O capital não se apropria apenas dos resultados da pesquisa, mas também pretende interferir no direcionamento da própria pesquisa, rebatendo no mundo acadêmico. A universidade torna-se um centro de produção de ciência e tecnologia filtrada pelos interesses do grande capital, em troca de subsídios e financiamentos concedidos. Nosso desafio, entretanto, é preservar a universidade pública, lutando para integrar ensino, pesquisa e extensão, garantindo a sua liberdade educativa, científica e administrativa para produzir e disseminar conhecimento e perceber a sua crítica. Uma universidade que seja um centro para a produção de ciência, tecnologia, o cultivo das artes e das humanidades focada na qualificação de profissionais com alta competência, que podem ir além das necessidades do capital e do mercado, e que incorporem as necessidades e demandas da sociedade como um todo. Uma universidade que cultive a razão crítica e compromisso com valores universais consistentes com os desafios e dilemas nacional e regional funcionando publicamente, incorporando-os como uma

questão de vida acadêmica e participando na construção de respostas no campo das suas atribuições específicas. Uma universidade plural e democrática que treina cidadãos conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais (SPOLANDER *et al*, 2015). Mas também, que coloca o zelo em sua auto-qualificação acadêmica - e sua melhoria permanente, contribuindo para a formação de cientistas, pesquisadores e profissionais, com os olhos voltados para os horizontes de amanhã.

A Associação brasileira, sendo uma das mais críticas no que diz respeito à colonização do Serviço Social por entidades internacionais, propôs uma noção de Serviço Social referindo-se explicitamente às condições de desigualdades, sendo estas claramente assumidas como resultantes de relações desiguais de poder que se constroem na sociedade capitalista (CARVALHO, 2016, p.15).

De acordo com Duarte (2009) não há um currículo mínimo e/ou Diretrizes Curriculares que sustentem a necessidade de conteúdos mínimos necessários à construção de um perfil profissional específico para os assistentes sociais, ou mesmo a descrição de demandas profissionais e objetivos a serem alcançados com a formação.

Todo o processo de crescimento, desenvolvimento e qualidade da formação em Serviço Social foi iniciado pelo ensino particular universitário e posteriormente pelo ensino público. No entanto, a par deste processo de afirmação observa-se, igualmente no contexto actual, alguns riscos da sua vulnerabilização, designadamente a ausência de formas elementares de regulação da formação, uma vez que toda esta trajetória incluindo a adequação ao Processo de Bolonha foi realizada sem regulamentação (DUARTE, 2009, p.143).

Na década de 1990, exatamente em 1995 o documento “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional” foi elaborado apresentando os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular e, posteriormente, em 1996, o documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”. O resultado final dessa Proposta foi o documento nomeado de “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”, para chegar a essa Proposta oriundos de muitos debates realizados com representantes da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social- ABESS, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, conjunto Conselho Federal de Serviço Social- CFESS/ Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo- CRESS, pelo Grupo de Consultores de Serviço Social e pela Consultoria Pedagógica que acompanhou o processo, e aprovado em Assembleia Geral da ABESS, realizada no mês de novembro, no Rio de Janeiro, em 1996. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, em 20 de dezembro do mesmo

ano, a proposta do novo currículo recebeu a nomenclatura de Diretrizes Curriculares que foi desenvolvida tendo como base os seguintes princípios:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rígido trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016, p.28).

As Diretrizes postuladas direcionam que a estrutura curricular adotada deve “objetivar romper com uma perspectiva curricular formalista, que reduz a apreensão do conhecimento a um conjunto de matérias e disciplinas” (ORTIZ, 2010, p. 202). Não obstante, a estrutura curricular proposta foi desenvolvida em prol de superar problemas na fragmentação dos conteúdos e da tríade história, teoria e método, do currículo anterior. Ao contrário dessa fragmentação, é uma estrutura cuja orientação está na perspectiva de totalidade que compreende profissão como produto histórico.

Ao abordar os Fundamentos do Serviço Social nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, é preciso entender que este estudo não é epistemológico, “a nossa discussão não é epistemológica, ela tem um conteúdo prático-crítico, porque ela há que se traduzir nos vínculos, nas relações, nas lutas com os conjuntos dos movimentos sociais, das classes, dos segmentos da classe trabalhadora” (BATISTONI, 2017, p.23). A estrutura curricular proposta foi estabelecida em núcleos, como descrito a seguir (ABEPSS, 1996):

#### **1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social.**

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da

sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. [...]

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica a priori ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

### **2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.**

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.

### **3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.**

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. [...]

Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social. [...]

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais

Como visto essa lógica curricular buscou superar fragmentação de conteúdos, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS indicam conteúdos mínimos, ou seja, matérias básicas como parâmetro geral para os cursos de Serviço Social no Brasil. “As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 2018, p. 15).

Como matérias básicas, estão:

Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica Do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos, Processo de Trabalho e Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional, bem como estipula atividades indispensáveis integradas ao currículo, sendo: Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (ABESS, 1997, p. 63).

De acordo com Guedes (2018), os princípios dão sustentação a esse projeto de formação são baseadas em núcleos de fundamentação e conteúdos mínimos para a formação profissional, implicam em capacitar o aluno nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Após o processo de construção das Diretrizes, a ABESS conseguiu abrir espaço no MEC-Sesu (Secretaria de Ensino Superior) para a indicação de uma Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, responsável por apreciar e encaminhar ao CNE as Diretrizes que foram amplamente debatidas no interior da categoria (IAMAMOTO, 2014). Sob exigências do MEC para adequações em relação ao perfil do bacharel em Serviço Social, a Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social com o auxílio de um grupo de assessores elaboraram um novo documento no ano de 1999, intitulado “Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas. Nesse documento, a Comissão recorre à Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) e ao Código de Ética de 1993 para estabelecer as competências previstas nas Diretrizes.

Porém, quando da aprovação em de abril de 2001 pelo CNE, o MEC não aprovou o documento da comissão na íntegra, fazendo relevantes alterações. De acordo com lamamoto (2014) as diretrizes sofreram fortes descaracterizações em relação “à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2014, p. 616). Antes das alterações propostas no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, texto que foi subtraído e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Em relação às competências e habilidades profissionais, é retirada a redação original o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.

Também os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos (IAMAMOTO, 2014, p. 616-617).

Ressalta-se que as mudanças feitas pelo MEC no texto original apontam um direcionamento da profissão para a lógica mercantil conforme orientado pelos

Organismos Internacionais. Fato é que essas alterações no documento original da ABEPSS gerou uma grande resistência política que tem se firmado por intermédio de estratégias, seja por meio das próprias instituições e docentes, seja no âmbito das avaliações dos cursos, realizada por docentes e consultores, os quais priorizam as Diretrizes da ABEPSS em detrimento das Diretrizes do MEC.

### **1.3 Exigências contemporâneas “impostas” ao Assistente social em tempos de capital fetiche**

A profissão do Assistente Social adentra ao século XXI com perspectivas de redefinições no campo de atuação, ou seja, a profissão como um todo redefine-se para atuar ativamente na definição do apoio ao emprego funcional. Com efeito, o Serviço Social pode e deve tornar-se o sujeito determinante de tal processo: através da definição de um Regulamento Profissional, de um Código de Ética; pela organização de eventos para debates teóricos-políticos onde é discutido o significado político da prática profissional, onde é gerado o desenvolvimento substancial de conhecimentos sobre a realidade e que resulta em colocar a profissão em termos de igualdade acadêmica e status funcional com outras disciplinas sociais; alterando os planos de estudo, adaptando-os à realidade em que vive-se e à necessidade da melhor formação profissional; através de estratégias que permitam ao assistente social aumentar o poder específico detido a nível organizacional, podendo negociar melhor as suas propostas e colocando o profissional em melhores situações dentro da organização; através da participação em atividades de análise teórica, definição de política organizacional, planejamento social e avaliação de serviços prestados pela organização (FALEIROS, 2014).

Exigências contemporâneas levam o Assistente social a alinhar-se ao desenvolvimento no nível político acadêmico (teórico e prático) a nível profissional para realizar sua tarefa com uma maior concorrência levando as demandas mais fortes colocados pelas respostas da sociedade. O profissional deixa a inércia, assumindo um papel cívico e intelectual mais preponderante, conforme Netto (2000). O Assistente social passa a desempenhar um papel transcendente em relatar à opinião pública e aos órgãos competentes, as mudanças sofridas pelas políticas sociais e pelos serviços prestados pelas organizações. Este é um profissional especializado, conhecedor da realidade dos beneficiários e consciente dos recursos disponíveis ao Estado, a atuação do Assistente social é uma arma fundamental para ajudar a conter o avanço nefasto de um capitalismo que valoriza apenas o lucro. O Assistente social deve estar ciente das privatizações das políticas sociais, da diminuição dos recursos alocados a elas, da perda de qualidade

dos serviços prestados; e esse profissional não pode, sabendo dessa realidade, ser apático a esse fenômeno; pelo contrário, devem participar na defesa feroz da política social (em quantidade, qualidade e variabilidade) de recursos do Estado para os princípios sociais, democráticos, deve denunciar o desperdício de recursos, a corrupção. Se a população é beneficiária de tais serviços, conseqüentemente ela tem o direito de conhecer, avaliar e determinar o destino dessas políticas sociais; o Assistente social, nesse quadro, tem o dever cívico e o compromisso ético-político de favorecer, através de sua intervenção profissional, os mecanismos para tornar isso possível.

Um grande desafio para quebrar com a realidade subalterna e subalternizante de Serviço Social, é a incorporação de novas demandas decorrentes de questões sociais emergentes, assim estes novos desafios precisam de alternativas originais de intervenção e da adoção de estudos rigorosos e críticos, levando aos profissionais a apreender esses fenômenos, pesquisar, discutir e debater (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Nessa nova realidade, cujas práticas profissionais ainda trazem práticastradicionais, encontra-se a mais forte possibilidade de alterar substantivamente a função social e a imagem que o Serviço Social traz como herança desde o seu surgimento. Com essa preocupação, Netto propõe "distinguir intervenções profissionais dirigidas a situações imediatas daquelas que estão abertas a fenômenos emergentes" (NETTO, 2000, p. 200). É nesse sentido que o primeiro passo para romper com o conservadorismo no campo da intervenção profissional é assumir a responsabilidade e o desafio de enfrentar demandas novas ou emergentes, onde faz-se essencial absorver o conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade.

Nesse conhecimento do social, o diálogo com as teorias sociais em geral deve ser fluidas e constante. E para manter uma relação horizontal com outras disciplinas sociais, o Serviço Social como um todo também deve produzir conhecimento teórico-científico sobre relações e questões sociais, que devem contribuir com elementos para o debate teórico. No entanto, a prática do trabalhador social deve ser discutida em esferas particulares da realidade, segmentadas em "questões sociais", tomando para si, como sendo seu próprio campo de intervenção(MONTAÑO, 2007, p.188).

A pesquisa não é o único fator que determina o desenvolvimento profissional, isto deve ser refletido na formação profissional, ou seja, é necessário que os professores e os discentes incorporem o produto de conhecimento original e realizem a crítica da realidade no ensino e façam a constante atualização do campo profissional. Para se inserir na definição da base de apoio funcional-laboral do Serviço Social, a formação nas universidades devem ser articuladas com a pesquisa e com as práticas de campo. O Assistente social deve sempre estar em busca por novos espaços de trabalho. Mais do que a possibilidade de que o Serviço Social possa auto-estabelecer sua base de

apoio, esse aspecto é vital para a permanência futura da profissão. De fato, se o Estado, o empregador chave deste profissional, tende a ser "minimizado", instrumentos centrais da intervenção do Assistente social, estão gradualmente drenando de recursos, e se as políticas do Estado de bem-estar e sociais constituem uma estratégia hegemônica (que legitima e atributos da base tradicional de apoio ao trabalho funcional Serviço social), que já é substituída pela estratégia hegemônica do "mercado livre", em seguida, como já anunciou, esses profissionais tendem a perder seus empregos dentro da órbita do Estado (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Parece que a alternativa de trabalho para a profissão é apresentada da seguinte forma: de um lado, o Assistente social continua a desempenhar uma tarefa instrumental simples, subordinada, o que resultaria na confirmação da tendência para a exclusão deste profissional da órbita de um Estado, o que exigiria ao Assistente social procurar empregos na órbita privada), ou, por outro lado, o Serviço Social está ativamente envolvido na redefinição de seu apoio funcional, desenvolvendo atividades mais complexas, que exigem habilidades e qualificações mais sofisticadas. Neste último caso, o profissional do Serviço Social pode continuar sendo um ator necessário para o desempenho das funções estatais como: na execução, mas também desenho de políticas sociais; na realização de pesquisas sobre a realidade que envolve os usuários, na avaliação de projetos, no diálogo entre organização-população etc. É nesse sentido que Lamamoto (2001) se refere à definição de um projeto profissional que, condicionado pela realidade histórica, é capaz de responder a novas demandas, tanto a partir da lógica do mercado de trabalho dentro das organizações de empregadores, quanto no reconhecimento e na conquista de novas e criativas alternativas de ação, expressão das exigências históricas colocadas diante dos profissionais pelo desenvolvimento das sociedades nacionais.

Desta forma, a formação profissional, o desenvolvimento de uma pesquisa substantiva, com o aumento do status e do poder político do profissional em organizações que permite não só executar, mas projetar políticas sociais, devem incorporar demandas emergentes e discutir o mercado de trabalho. O trabalho do profissional no atual cenário de trabalho traz desafios urgentes na formação dos profissionais.

No fetichismo do capital, o próprio homem e seu próprio trabalho se tornam um apêndice de dinheiro transformado no capital. Nas relações pré-capitalistas, o tesoureiro tem que trabalhar e produzir, porque ele só pode valorizar o dinheiro se ele já entregou o produto de seu trabalho para venda. Agora, depois da transformação do dinheiro em capital, ele pode entregar o produto de outros ao mercado - do trabalho assalariado - para acumular. O trabalho de outros substitui o próprio trabalho e a acumulação. Não é



mais simplesmente um mundo fantasma gótico de mercadorias que têm relações sociais entre si. Este mundo é transformado em um mundo de fantoches liderados por um novo senhor, o capital. Um monoteísmo surge do mundo mercantil, que agora tem uma aparência trinitária: capital, terra, trabalho. Mas o capital é acima de tudo uma medida de mais-valia relativa que se desenvolve dentro do regime verdadeiramente específico que é o regime capitalista de produção, com o qual as forças sociais produtivas do trabalho se desenvolvem, parece que essas forças produtivas e as conexões sociais do trabalho no processo direto do trabalho mudaram do trabalho para o capital. Deste modo, o capital já se torna uma entidade muito mística, já que todas as forças sociais produtivas do trabalho aparecem como suas propriedades e não como trabalho como tais, como forças que brotam de seu próprio seio (IAMAMOTO, 2014).

Mas ainda é um fenômeno relativamente compreensível. No entanto, a transformação da mais-valia em suas diferentes formas envolve cada vez mais esse mundo. Sua forma suprema tem a petrificação no capital emprestado por juros. Com isso, o fetichismo do capital é definitivamente constituído. O capital, apoiado na terra, usa o trabalho como seu servo. O capital é agora o senhor do mundo das mercadorias, estas manifestações de homem abstrato, que é seu proprietário. Como um detentor de mercadoria, este homem abstrato tem que usá-los na forma de capital.

A transformação do trabalho como acessório ao capital não significa que agora o sistema capitalista desfrutasozinho. Vende-se a ilusão que o princípio da acumulação é devolver a mais-valia à capitalização. Portanto, ao contrário do estilo de vida do aristocrata, o capitalista, por meio de um ato de vontade, divide sua renda em duas partes: a parte acumulada e a parte consumida. Mas essa contradição entre acumulação e consumo, na qual o consumo aparece como uma limitação da acumulação existe na sociedade capitalista apenas em seu primeiro estágio.

Então o relacionamento é invertido. A acumulação aparece como a renúncia do consumo. O capitalista clássico condena o consumo individual como um "pecado cometido" contra sua função e anatematiza tudo o que é "abster-se" da acumulação. Por outro lado, o capitalista moderno já sabe como apresentar a acumulação como fruto da "abstinência" e da renúncia ao seu prazer individual. Essa nova atitude em relação à acumulação não a restringe. O consumo do capitalista se desenvolve agora sem entrando em contradição com a acumulação. O luxo torna-se parte das despesas de representação de capital.

Com isso, o fetichismo do capital é completo. Todo o consumo tornou-se uma condição da expansão do capital. O consumo não é mais simplesmente um resultado do processo de produção, mas é totalmente penetrado pela necessidade de acumulação de capital. No desperdício e na miséria, o acúmulo de mais-valia determina

as etapas da produção e do consumo. Embora Marx não siga adiante nessa análise, é óbvio que ele está apontando para um fenômeno que caracteriza especialmente o capitalismo moderno. Neste, com o consumo de massa, a mesma produção de mais-valia pelo trabalhador torna-se mediada pelos resíduos necessários, transformando o mesmo modo de consumo. Marx já demonstra o consumo do capitalista como um consumo sem gozo. O capitalista, no segundo estágio do capitalismo, consome como se não consumisse. Esse modo de consumir penetra, então, no modo de consumir as massas trabalhadoras de certas regiões do mundo capitalista e se torna a aspiração dos demais. Neste novo estágio do capitalismo, a mesma fórmula trinitária muda. Em sua forma original, ligava capital, terra e trabalho. O capital, na ânsia de acumular mais-valia; recrutou trabalhadores para aumentar a produção. Tudo é capital e o desejo de acumulação é a força motriz. Enquanto esta ligação de fatores não muda simplesmente, agora assume outra aparência. O consumo capitalista torna-se um elemento importante do processo, o que significa que o próprio desejo do capital de acumular mais-valia modifica o sistema capitalista. Ele percebe seu consumo - e mais tarde o consumo de outras classes também - como o elemento que define a mesma atividade acumuladora. A acumulação aparece como uma renúncia ao consumo que é o não consumir. Qualquer aumento na produtividade do trabalho - e mesmo o nível dessa produtividade hoje - aparece como o produto da renúncia ao consumo de uma minoria, o que tornou isso possível. Parece não haver nada em todo o processo econômico além desses três fatores: o consumo, não consumo (abstinência ou espera) e trabalho. Todas as condições do processo de trabalho tornam-se, a partir de agora, tantas práticas de abstinência capitalista.

O fato de os bens de consumo terem que ser produzidos aparece como abstinência. O esforço para produzir parece ser a negação do consumo do produto. No final, essa teoria expressa o fato de que o trabalho não tem significado em si e que o recebe exclusivamente do produto que dele resulta. A verdadeira vida parece ser a passividade contemplativa de consumir diversos produtos, a liberdade aparece como uma possibilidade de escolher entre esses produtos, e a produção deles o principal aborrecimento da vida humana. Tomando a fórmula trinitária neste último sentido - consumo, não consumo (abstinência) e trabalho -, o mundo real é o do consumo. A liberdade deste mundo é escolher entre produtos. Como diz Yamamoto (2014), a grande vantagem do mercado é que ele permite uma ampla diversidade. É, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Todo homem pode, por assim dizer, votar pela cor de um empate que gosta e obtê-lo. Ele não precisa ver a cor que a maioria gosta e submeter se estiver em minoria. O fetiche desse novo tipo de consumidor é essa liberdade. É a liberdade de escolher entre produtos do processo, mas a negação

absoluta de colocar em questão o próprio processo, que gera os produtos. Este processo é agora tabu. Ao declarar que é um tabu, as mesmas opiniões que não têm mais outro significado que esses bens. São produtos da mente humana à disposição livre, como laços.

Essas novas formas de fetichismo mercantil têm sido pesquisadas muito, então não é preciso cavar mais fundo aqui. Mas pode ser útil recorrer brevemente a Max Weber, que percebeu esse mesmo processo e analisou-o nos termos ideológicos de seu tempo. Decisões políticas não podem mais ser racionalizações de opções humanas arbitrárias. Nesse contexto, ele fala da substituição do monoteísmo anterior por um novo politeísmo, dentro do qual o homem escolhe livremente o Deus que deseja venerar. É, no final, uma primeira expressão do que hoje se chama pluralismo. É o tratamento do pensamento como mercadoria, excluindo em si o fato de que a produção da mercadoria em si pode ser objeto de análise, no sentido de um processo de produção de opções. Isso é declarado novamente como um campo nos quais os meios e fins são combinados de maneira neutra, um mundo natural, em cujas leis o homem não pode e não deve se envolver. A fórmula trinitária é, portanto, apresentada da seguinte forma: consumo, que é a realização da liberdade de escolha entre os produtos. Acima dessa liberdade exploratória está a liberdade criativa, que é o não-consumo ou capital livremente escolhido. É o verdadeiro fiador (endosso) da liberdade exploradora e, portanto, o princípio unitário do todo. E na base de tudo isso há uma massa humana que, através de seu trabalho, adquire a possibilidade de participar desse mundo livre.

#### **1.4 Mercantilização do Ensino Superior e os seus rebatimentos na formação profissional do assistente social**

Na medida em que interesses econômicos sutilmente condicionam o financiamento da atividade científica, uma parte crescente do grupo de intelectuais abandona sua posição crítica diante do poder e um êxodo vergonhoso ocorre, especialmente na periferia, rumo à integração nas estruturas de poder dos regimes neoliberais. O pensamento neoliberal, hegemônico nesse longo estágio do capitalismo contemporâneo, procura habitar em instituições que historicamente constituíram territórios de espaços críticos e de pensamento livre (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Neste sentido, o neoliberalismo sutilmente assedia os processos de reforma de financiamento e estruturação de currículos, a fim de imprimir um viés ideológico específico no ensino universitário de futuros assistentes sociais. Atualmente, a gravitação asfixiante da abordagem neoliberal como 'pensamento único' sobre a

organização e gestão da reforma universitária e todos aqueles qualitativamente importante no desenvolvimento dos aspectos da Academia nos arrasta inevitavelmente (SPOLANDER *et al*, 2015).

Ações deveriam defender a universidade pública, mas na contramão se observa uma mercantilização dificilmente reversível da vida universitária liderado pelas instituições governamentais e por uma rede de gerentes de negócios, assalariados blindados (na "universidade paralela" da extensão universitária e de empresas próprias ou participadas). E todos eles apregoam a necessidade da criação de um currículo alinhado aos critérios económicos de negócios, para alcançar a eficiência técnica (benefício de curto prazo) em detrimento da eficiência social (rentabilidade social a médio e longo prazo)(PIANA, 2009).

O processo de mercantilização do ensino superior é, pelo menos alarmante em um momento histórico em que se observa a agonia da universidade como o reduto principal, apesar das deficiências de funcionamento, do pensamento livre e de crítica. Os mais altos representantes da corrente neoliberal (K. Popper, F. Von Hayek, I. Berlin, M. Friedman ...) sabiam da capacidade da universidade em espalhar a sua ideologia econômica, social e política. Em vez disso, as posições heterodoxas e críticas, longe do paradigma neoliberal, estão atualmente excluídos ou tratados como pitorescas em instituições cujos líderes medem a "excelência" de ensino em termos quantitativos (FALEIROS, 2014).

Simultaneamente, a universidade está sujeita a ajustes de financiamento público e existe aqueles que defendem uma "universidade-empresa", onde a arrecadação de receitas desmascara as prioridades científicas independentemente dos objetivos qualitativos, que uma universidade pública defendida como um contributo essencial para a dinâmica de crescimento / desenvolvimento econômico estratégico da sociedade em questão. Também é verdade que a necessária atualização das instituições implica também mudanças adaptativas que são essenciais para estimular e aceitar se a organização tem vocação para permanência e serviço. Mas as mutações presentes e planejadas na universidade pública têm, uma direção diferente. A mudança sutil, semântica e semiótica, em nome dos destinatários do ensino superior, "cientistas" para "profissionais; técnicos; empresários; inovadores ..." degrada, todo o ensino superior, sobretudo as áreas de Ciências Sociais e Humanas, por ser específica desta pesquisa. A deterioração do grau, essencial na universidade pública devido à sua generalização e efeitos redistributivos; a articulação do curso de pós-graduação com um segundo ciclo socialmente diferenciado devido ao seu preço e sem garantir a cobertura global das bolsas; a assimetria na dedicação dos professores e o financiamento da pesquisa em detrimento das Ciências Sociais e Humanas, cujos departamentos tendem a contribuir

mais para os custos do que para a renda em relação aos campos experimentais de conhecimento, etc (ABROMOVITZ, 2012).

Sem dúvida, qualquer debate que seja possível levantar sobre o presente e o futuro da universidade adquire uma classificação mais alta se o assunto for colocado nas relações internacionais. Na verdade, as reformas de currículos e a funcionalidade das instituições de Ensino superior no âmbito do processo de integração da União Europeia assume uma nova dimensão que se relaciona em um duplo debate que ocorre em instâncias reguladoras da política econômica internacional: em primeiro lugar, o Ensino superior é uma mercadoria cujo preço e quantidade são determinados pelo mercado através da adequação da oferta e demanda de estudos universitários ou, por outro lado, é um direito social incorporado em um bem público cuja provisão e garantias correspondem ao Estado.(DAHMER PEREIRA, 2007).

Sem dúvida, a formação universitária representa um dos principais fatores do desenvolvimento integral de nossa sociedade. No entanto, em uma reflexão coletiva sobre a natureza e o papel da universidade, o conjunto de desafios e oportunidades do atual processo de globalização não pode ser ignorado. (PIANA, 2009).

Os impactos da globalização sobre aspectos importantes do ensino superior são vistos: a partir do acesso, qualidade, diversificação e financiamento do ensino universitário para questões relativas à produção e aplicação do conhecimento científico e técnico, a liberdade acadêmica, as demandas de direitos de propriedade intelectual, e mesmo em relação ao grau de autonomia, dependência ou vulnerabilidade de cada desenvolvimento socioeconômico no atual cenário internacional.(MIOTO;NOGUEIRA, 2013).

A análise desses impactos requer, inevitavelmente, uma reflexão sobre a natureza da Educação superior como um bem público ou como um serviço comercial. Tal reflexão também deve ater-se ao surgimento de fornecedores de serviços de ensino superior dentro de um contexto de político e ideológico.

É necessário, portanto, aprofundar a reflexão sobre o financiamento do ensino superior que atua como um catalisador em transformações cruciais para nossas instituições de ensino superior. É necessário observar, em primeiro lugar, o surgimento de novos fornecedores internacionais e novos produtos educacionais "universidades corporativas" ligadas a empresas transnacionais. Segundo, é preciso observar a diversificação dos diplomas e uma oferta permanente renovada de cursos de pós-graduação. E em terceiro lugar, é preciso verificar o aumento significativo em instituições privadas oferecendo ensino superior em paralelo com o aumento da tendência na mobilidade de estudantes / professores / gestores e projetos de investigação. Reafirma-se que a educação superior não é uma mercadoria, mas um

bem público que contribui para melhorar a equidade e a qualidade de vida dos cidadãos e, portanto, a construção de um espaço comum de ensino superior nesta área é, acima de tudo, um bem social que se baseia em valores comuns. (SPOLANDER et al, 2015).

Instituições de ensino superior, especialmente universidades públicas estão passando por um momento histórico singular que cria tanta incerteza como as expectativas. Em tal encruzilhada, os problemas surgem num contexto de rápidas mudanças tecnológicas, geopolíticas e econômicas no processo de globalização, que afeta diretamente as universidades. E não só os seus métodos e recursos educacionais, mas também as grandes mudanças de mentalidade que estão propensas as modificações de valores de segurança e crescimento econômico. (MIOTO;NOGUEIRA, 2013). Há uma tendência de pensar a universidade como sendo uma prestadora de serviços, onde determinado curso pode ser destinado a um segmento social. O estudante é visto como um consumidor e o conhecimento, nesse quadro, passa por um processo de coisificação sendo tratado como uma mercadoria.

## **CAPÍTULO 2**

### **TRABALHO, DOCÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO**

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.*

*(Paulo Freire)*

## **2.1 As transformações do mundo do trabalho e suas implicações para o Serviço Social**

No Brasil, o debate sobre a profissão e a relação visceral entre Serviço Social e política social floresceu e aprofundou-se significativamente nas duas últimas décadas do século XX e se consolidou no início do século XXI. Isso pode ser explicado pela mudança que os sistemas de proteção social brasileiros sofreram depois que o país retornou ao estado de direito em 1985, levando a um amplo processo de produção de conhecimento sobre política social, que se tornou um pilar central na consolidação do Serviço Social como campo do conhecimento nas ciências sociais. Isso favoreceu tanto a inserção da profissão e seus profissionais nos confrontos políticos da sociedade brasileira, como também estimulou o debate sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no campo da seguridade, segundo Simionatto (2000).

Com referência à intervenção profissional no atual mundo de trabalho, nota-se que a inclusão da política social no debate sobre a profissão permitiria localizar mais concretamente seus objetivos na sociedade capitalista. No que diz respeito à intervenção, isso pode sobrepor a questão do "por que fazer" algo sobre o "como fazer" algo.

Com o aprofundamento da investigação sobre a relação entre política social e Serviço Social nas bases da teoria social crítica, o conhecimento pode ser avançado na direção de "fazer por que razão". "As propostas que derivam disso constituem as bases de um projeto profissional para os assistentes sociais brasileiros, que é coletivamente construído e conhecido como Projeto Ético-Político Profissional" (MIOTO, 2009, p. 214).

Nunca, duas situações provocaram a ruptura entre essa relação virtuosa, levando a uma séria divergência que merece ser debatida. A primeira foi a inversão ocorrida na década de 1990 nas propostas essenciais da política de assistência social brasileira, quebrando as expectativas de parte da sociedade de que haveria uma expansão dos direitos sociais. A segunda é a forma complexa de demandas, em termos quantitativos e qualitativos, que foram além do desenho e modo de institucionalização dos programas sociais, influenciados pelas diretrizes regulatórias das agências multilaterais de financiamento e desenvolvimento, que exigiram avaliações de natureza quantitativa e intenso controle administrativo-burocrático sobre as ações empreendidas e os resultados obtidos. Essas duas situações, além de produzir impactos significativos nos processos interventivos dos assistentes sociais, revelam a existência de questões relacionadas ao manejo da intervenção nas políticas sociais no âmbito da profissão que devem ser consideradas (CFESS, 2009).



É precisamente a questão da intervenção profissional no campo da política social que é o desafio no mercado de trabalho. Embora este texto se proponha em analisar as transformações do mundo do trabalho e suas implicações para o Serviço Social, é necessária uma breve incursão histórica, considerando que as alterações profissionais são herdadas dos elementos do passado e as novas funcionalidades contêm traços do que lhes precedeu, que pode ser negado ou consolidado.

Uma revisão da trajetória da profissão no Brasil desde sua institucionalização no país até o período que será analisado situa a intervenção profissional à margem do debate sobre o enfrentamento das demandas sociais pela sociedade brasileira, ainda que com a presença de atores sociais. Trabalhar os profissionais entre as fileiras de funcionários do Estado, especialmente em nível federal, além de sua inserção em sistemas e organizações de natureza religiosa e confessional.

A intervenção dos assistentes sociais convergiu para os objetivos institucionais de integração social e redução de "desvios comportamentais". O momento particular do Serviço Social deve ser considerado, buscando consolidar-se como profissão em um campo que supostamente é considerado uma causa de valor e que realiza ações para organizar a demanda por serviços e benefícios oferecidos pelo aparato institucional público e privado. Debater o significado das funções no tratamento de questões sociais, e destas, juntamente com questões estruturais e atuais, não era uma preocupação profissional dos assistentes sociais.

Até meados da década de 1970, essas funções eram focadas de maneira bastante endógena no interior do Serviço Social, nos processos e métodos de intervenção, de forma autônoma a partir de instâncias institucionais.

Desde a segunda metade da década de 1950, num ambiente de grandes expectativas, devido à filosofia de desenvolvimento do pós-guerra e aos primeiros planos de desenvolvimento em andamento, enquanto o Serviço Social incorporou a filosofia, também reconheceu a necessidade de rever sua teoria, postura e métodos, como condição para melhor integrar esse processo (JUNQUEIRA, 1980, p. 5).

A ditadura militar que tomou o poder em 1964 não só sufocou o debate sobre as direções do Serviço Social iniciadas na década de 1960, mas isolou a categoria profissional do movimento de revisão crítica vivenciado na América Latina.

Em termos da relação da ditadura militar com o campo da proteção social, a organização estatal foi usada para ampliar a base de apoio ao governo militar através

da provisão de alguns benefícios previdenciários, e houve uma expansão dos programas sociais nacionais. Entre elas, a criação de Centros Sociais Urbanos e Rurais, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O último expandiu seu leque de ações tanto geograficamente como no âmbito de suas atividades de proteção. A provisão de serviços e benefícios sociais, ou o "manejo da pobreza", estava restrita a organizações da sociedade civil geralmente de natureza confessional.

Com a rápida urbanização da década de 1970 e o empobrecimento da população, as demandas por ações no campo da proteção social atingiram os governos estaduais e municipais. A oferta de serviços expandiu-se, consolidando a rede público-privada, especialmente para a proteção de crianças e adolescentes.

No final desse período, experiências isoladas trouxeram uma perspectiva crítica para a atividade dos assistentes sociais, separando-a do discurso "tecnicista" dominante que se originou tanto da influência americana quanto da influência técnico-administrativa da ditadura militar, e também de explicações reducionistas sobre a relação entre a estrutura social e a questão social. "A lógica dos programas e projetos sociais aparece no coração do racional técnico adotado na época e moldou o surgimento de um processo de planejamento como forma de orientar e controlar as mudanças sociais" (CFESS, 2009).

No entanto, o método de formulação e acompanhamento do planejamento estadual, nos níveis federal, estadual ou municipal, foi conduzido de forma isolada e não sistemática, sempre em termos de grandes objetivos. Isso favoreceu a autonomia da ação profissional, mesmo quando divergiu da posição dominante oficial, porque as instâncias de controle não compreendiam os processos intervencionistas locais e particulares. É interessante notar o início do debate sobre política social e sua relação com a conduta profissional no âmbito da categoria profissional. A expressão mais forte disso foi o lançamento da primeira edição da revista *Serviço Social & Sociedade* pela editora Editora Cortez. Lançado em setembro de 1979, o tema central era a política social e o primeiro artigo era uma declaração do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), intitulado pela prática dos direitos sociais, que abordava "a dimensão política da política social baseada na compreensão do Serviço Social" (CFAS, 1979, p. 5). Levantou um debate sobre a questão dos direitos sociais, assumindo posições fortes em questões como a democracia e o exercício da liberdade, a dominação social, a prática e os direitos sociais. O artigo identificou uma posição de vanguarda que revelou críticas ao processo de formação profissional dos profissionais. "Nesse momento, a política social estava sendo entendida em sua relação com a questão social, e a criação de programas de pós-graduação favoreceu uma leitura mais crítica da realidade

brasileira, enquanto uma perspectiva marxista foi gradualmente inscrita na produção teórica de segmentos da categoria profissional” (CFESS, 2009).

O retorno ao estado de direito em 1985 trouxe nova vida à profissão, principalmente com a aprovação da Constituição em 1988, que incorporou os ideais de direitos sociais, definindo uma perspectiva de valores éticos que são caros aos assistentes sociais, bem como garantia de proteção social universal sob a responsabilidade do Estado, especialmente no campo da atenção à saúde e da assistência social.

A intervenção profissional visou a implementação de políticas nacionais. Primeiro, logo após o fim da ditadura, houve uma identificação entre os valores profissionais e as medidas constitucionais relacionadas aos direitos sociais. A convergência entre os princípios e valores do Serviço Social e as políticas governamentais não durou muito tempo. O ciclo virtuoso foi quebrado em pelo menos dois sentidos - no campo profissional e no âmbito das políticas nacionais de proteção social.

No âmbito profissional, o tempo necessário não foi encontrado para reordenar as práticas numa perspectiva de acordo com as oportunidades de sedimentação dos direitos sociais oferecidos pelo novo momento. Uma das possíveis explicações para isso foi a forma de apropriação do novo currículo nas escolas de Serviço Social, que se baseou na teoria crítica, que no plano ético assumiu uma posição radical do lado da classe trabalhadora. Este currículo mínimo, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura para as Escolas de Serviço Social em 1982, a ser implementado em 1985, foi incorporado de forma bastante heterogênea pelas universidades, com ajustes que substituíram as práticas anteriores por um novo foco argumentativo, como analisado por Carvalho (1992).

Por esse motivo, o processo educativo reduziu as mudanças em termos de intervenção profissional, o que, aliado à expansão do número de escolas de Serviço Social, contribuiu para a manutenção de práticas reiterativas, embora com um discurso teórico-metodológico aparentemente crítico e conducente ao novo paradigma de proteção social brasileiro.

Outra grande transformação nesse campo foi relacionada às demandas que foram colocadas aos assistentes sociais. Estas tornaram-se complexas, multifacetadas e expandidas qualitativa e quantitativamente. Novos espaços sócio-ocupacionais surgiram com duas implicações para as intervenções dos assistentes sociais.

A primeira foi a exigência de contextualização e apreensão do significado dos novos requisitos, que, por sua complexidade, constituíram campos de conhecimento compartilhados com diversas áreas profissionais. O aprofundamento desse

entendimento desvelou as especificidades das áreas profissionais envolvidas, produzindo conhecimentos que devem ser incorporados ao conhecimento e à ação profissional.

O segundo foi a exigência de aparelhos institucionais que tivessem maior capacidade de fornecer suporte físico e operacional às novas demandas, considerando sua diversificação e expansão.

No campo institucional, as crises globais das economias capitalistas ocidentais levaram a uma redução violenta da ênfase em ideais universalistas e igualitários no campo dos direitos sociais, com esses ideais substituídos pela demanda de se concentrar nas populações vulneráveis e no risco social, conforme pregado por agências globais de desenvolvimento e finanças.

Após 1988 houve alterações na atuação do profissional de Serviço Social. A consequência disso para a intervenção profissional, como resultado das formas de operacionalização das políticas sociais, logo se tornou evidente. Os novos modelos nacionalmente institucionalizados, que eram bastante rígidos em termos de controle da implementação de políticas sociais, que antes não existiam, reduziam a autonomia relativa dos assistentes sociais. Sua ação estava ligada a procedimentos burocráticos no desenvolvimento de programas sociais e a exigências constantes para a quantificação de resultados. A relativa independência profissional, decorrente da leitura das condições reais e da implementação de ações atreladas aos valores éticos da profissão, ficou restrita por não ter sido possível programar ações, pois elas ficaram sujeitas a controles administrativos que buscavam a informatização das fases de implementação e avaliação das políticas sociais setoriais.

A atividade realizada por profissionais de trabalho social nos domínios da formulação, gestão e execução da política social é sem dúvida um elemento importante para a institucionalização de políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica que visa garantir os direitos sociais e para a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Neste sentido, a análise dos resultados dos estudos sobre a prática profissional em diferentes políticas setoriais, e contato sistemático com assistentes sociais inseridos nestas políticas indicou a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a intervenção profissional, contextualizando-o no campo da política social. Isso porque, ao se apresentarem em inúmeros espaços sócio-ocupacionais, os assistentes sociais devem se apropriar do debate sobre a intervenção profissional em seu campo de conhecimento e a necessidade de colocá-lo em ação. Isso envolve sua ativação em um campo que está sob extrema pressão de projetos profissionais e sociais conflitantes,

em uma dinâmica que expressa contradições e interesses sociais públicos e privados no contexto de processos de trabalho coletivo.

“Em termos de autonomia profissional, o desenvolvimento do pensamento social crítico e a postulação de que a profissão está inserida na divisão sociotécnica, permite avançar no debate relacionado à condição dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados” (CFESS, 2009). Essa condição impõe limites à condução de seu trabalho e, conseqüentemente, à implementação do projeto profissional, confirmando sua relativa autonomia, condicionada pelas lutas sociais entre diferentes projetos sociais. Ou seja, essa autonomia pode ser ampliada ou comprimida, dependendo das bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo profissional em suas ações (IAMAMOTO, 2003, 2007).

Iamamoto (2007) indica que a tensão gerada entre o projeto profissional, que designa que os assistentes sociais são pontilhados de liberdade e teleologia<sup>6</sup>, e sua situação de assalariado, quando compreendido subjetivamente, se expressa por queixas sobre o distanciamento entre o projeto profissional e a realidade, ou sobre a discrepância entre teoria e prática. Nesta análise de Iamamoto, é importante destacar a atenção que ela dá às questões relacionadas a essas expressões ou a essas "denúncias" que são:

(a) a existência de um campo de mediações que deve ser considerado para passar da análise da profissão para o seu exercício efetivo na diversidade dos espaços ocupacionais em que está inscrita; (b) a necessidade de romper com as análises unilaterais que enfatizam um dos pólos dessa tensão que é transversal ao trabalho dos assistentes sociais, anulando as relações sociais de suas contradições (IAMAMOTO, 2007, p. 9).

Seguindo o pensamento de Iamamoto, é possível afirmar que o processo de intervenção profissional é particularizado no campo setorial da política social, com implicações imediatas para a reconstrução do objeto com base nessa particularidade. Wellen e Carli (2010, p. 127) afirmam que é "peculiar ao marxismo que cada circunstância concreta requer uma modalidade particular de análise".

Portanto, compreender como o objeto de intervenção é particularizado nos diferentes contextos da política social e quais são as matrizes teóricas que sustentam as diferentes práticas que são incidentes a esses contextos, constitui a primeira das mediações exigidas no campo contraditório em que as políticas são formuladas e implementadas.

---

<sup>6</sup>Ciência que se pauta no conceito de finalidade (causas finais) como essencial na sistematização das alterações da realidade, existindo uma causa fundamental que rege, através de metas, propósitos e objetivos, a humanidade, a natureza, seus seres e fenômenos. (Fonte: Dicionário Filosófico).

Trata-se de uma condição indispensável para, de um lado, desvincular-se de "análises unilaterais" que impedem a interlocução com os administradores (federal, estaduais e municipais) de políticas e serviços sociais e com outros profissionais. Essa interlocução se realiza no campo dos "complexos processos de negociação e luta política que dão lugar à gestação de políticas sociais, que não se resolvem em nenhum campo profissional, senão na arena da política, sem adjetivos" (GONZÁLES; AQUIN 1992, p. 6).

Essa particularização torna-se essencial para que os assistentes sociais possam visualizar e posicionar-se diante dos processos em curso e não se reduzam, como afirma Aquin (2009, p. 156), a um "mero braço instrumental" da política social.

O Serviço Social reproduz-se como uma especialização do trabalho por ser socialmente necessário: o agente profissional produz serviços que têm um valor de uso, porque atendem as necessidades sociais. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, enquanto trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um *efeito na produção -ou na redistribuição- do valor e/ou da mais valia e nas relações de poder político e ideológico*. Assim, por exemplo, na empresa industrial, o assistente social, como parte de um trabalhador coletivo, participa do processo de reprodução da força de trabalho, essencial à produção da riqueza. Na esfera estatal participa do processo de redistribuição da mais valia, via fundo público. Aí seu trabalho se inscreve, também, no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da *coisapública*. Pode contribuir para a partilha do poder e sua democratização - no processo de construção de uma "contra-hegemonia" no bojo das relações entre as classes - ou ainda, para o reforço das estruturas e relações de poder pré-existentes (IAMAMOTO, 2010, p.22).

Esses processos buscam romper com essa tendência, que ainda é persistente a partir da relação mimética entre o Serviço Social e a política social. Esse mimetismo se expressa em ações rotineiras, prescritivas e burocratizadas, apoiadas não só pela permanência de uma perspectiva técnica em relação à profissão, mas também estimulada pelos redesenhos e formas de administração da política social desde a década de 1990. Essas formas se desenvolveram no centro de uma lógica republicana com um compromisso do Estado com a ampliação do direito à proteção social por meio de amplos programas e políticas, com amplas fontes de financiamento e com a provisão de recursos humanos (RIZZOTTI, 2010). Mas eles também foram redefinidos sob a lógica da eficácia e eficiência através da redução de custos e, conseqüentemente, uma intensificação da mão de obra no âmbito dos serviços sociais. (BRITOS, 2006).

O uso disseminado de tecnologia, a padronização de procedimentos e o controle da produtividade em serviços por meio de ações pré-determinadas, mesmo quando defendidos em nome da transparência e da qualidade na prestação de serviços (RIZZOTTI, 2010), parecem ter aumentado as dificuldades no exercício da autonomia profissional. Os assistentes sociais encontram-se cada vez mais envolvidos nas tarefas

de alimentar os sistemas de informação e de realizar ações prescritas ao nível da administração central e menos focados na realização de processos interventivos que respondam às necessidades levantadas pelos utilizadores no contexto das realidades locais. (MONIEC; GONZÁLES, 2009).

Malacalza (2009, p. 191) afirma que a despolitização das demandas sociais que tendem a encontrar indivíduos culpados por sua condição, foi um dos principais triunfos do neoliberalismo. Malacalza afirma que o Serviço Social não está imune a essa lógica, porque uma parcela importante dos profissionais "o incorpora de forma quase fatalista, estabelecendo uma tendência que reduz as políticas sociais e, portanto, sua própria intervenção, a um "tecnicismo aggiornato "que pretende para ser autônomo da dimensão política que constitui ambos".

Rachelis (2010), ao discutir a questão do assistente social – como trabalhador – na organização do trabalho no Sistema Único de Assistência Social, chama a atenção para as qualificações necessárias para o exercício da profissão. Ela afirma que essa atividade não pode ser separada da dinâmica macrossocial e que a qualificação dos profissionais envolve, de um lado, a superação de uma cultura histórica de pragmatismo, naturalização e criminalização da pobreza, além de ações improvisadas. Por outro lado, critica e resiste aos métodos quantitativos "produtivistas", medidos pelo número de reuniões, visitas domiciliares e outras atividades, sem a necessária clareza sobre a direção política ética da ação empreendida.

Para complicar ainda mais o exercício da autonomia profissional, não se pode esquecer outra injunção da atual política social brasileira, que é o aumento significativo da participação de entidades privadas e filantrópicas na prestação de serviços sociais, ainda que financiados pelo Estado. Isso força os profissionais a operar em lógicas bastante contraditórias.

Ao mesmo tempo em que estabelecem diretrizes, fórmulas e parâmetros, que emanam da "garantia de direitos sociais" apoiada pelo Estado, essas entidades também procuram atender às respectivas lógicas que sustentam sua existência, exigindo um processo de acomodação de interesses por parte dos profissionais. Ou, eles tendem a ter um forte vínculo com documentos e leis emanadas do estado, de acordo com o projeto profissional. Isso obscurece o caráter contraditório imanente ao campo da política social e dificulta romper a relação mimética entre a profissão e a política social, impedindo as oportunidades de exercer uma possível autonomia.

Com base nessa particularização, é possível considerar o antigo problema da profissão: a recorrente falta de distinção entre objetivos institucionais e profissionais no âmbito do trabalho social.

Mesmo quando os objetivos institucionais são baseados em leis que orientam a execução da política social, eles não deixam de expressar sua afiliação a certos valores e conceitos que orientam decisivamente a organização do processo de trabalho. Uma análise mais refinada pode não encontrar uma sinergia real entre os objetos profissionais e institucionais com as propostas constitucionais, marcadas por uma lógica de cidadania, nem com o projeto definido pelos objetivos profissionais, expresso em seu código de ética. São os antagonismos entre as demandas institucionais e as demandas dos usuários que levam os profissionais a entrar em conflito com a instituição por meio de seus processos de trabalho. É imprescindível que sejam apropriados a partir dos processos institucionais em andamento para permitir o planejamento e a tomada de decisões sobre ações profissionais e para a movimentação no restrito campo da autonomia profissional (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Paradoxalmente, quanto mais apertado o círculo em torno da autonomia profissional, criado pelos diversos fatores indicados, maior é a demanda por conhecimento dos limites impostos para o exercício dessa autonomia. A outra questão levantada para a agenda da atividade cotidiana dos profissionais que atuam no contexto da política social é a da especificidade profissional. No debate do campo disciplinar do Serviço Social, pode-se dizer que essa questão é resolvida, se entendida dialeticamente como Argueta (2006, p. 220) sugere, como "a perspectiva a partir da qual certos campos sociais são abordados e intervêm neles de forma sistemática, com base em uma perspectiva específica".

Argueta (2006) também afirma que isso expressa uma disposição de focar, dentro do âmbito social, aquilo que pode ser servido pela profissão e também como condição para a interdisciplinaridade. Nunca, a inserção de assistentes sociais na implementação de várias políticas setoriais revelou dificuldades em definir seu papel em equipes multiprofissionais. A postulação da interdisciplinaridade como diretriz para os processos de trabalho nas políticas sociais, particularmente nos serviços sociais, tem exigido cada vez mais - em tempos de crescente corporativismo e esforços para ampliar os campos disciplinares - uma definição objetiva das competências de cada profissão.

Iamamoto (2002) defende claramente que a identidade das equipes profissionais em torno das coordenadas comuns não dilui as particularidades profissionais. Ela afirma que os assistentes sociais, mesmo quando compartilham o trabalho com outros profissionais, têm interpretações particulares dos processos sociais e uma competência distinta para conduzir ações profissionais. Isso se deve a vários fatores, incluindo sua formação profissional e treinamento teórico-metodológico, bem como sua competência na realização de determinadas ações. Nesse sentido, um projeto profissional crítico vai além de postular um quadro de valores, implica a existência de



um conjunto de conhecimentos que sustenta a definição e execução de ações profissionais (AQUIN, 2009; CAZZANIGA, 2005).

Em relação ao Projeto Ético-Político do/a assistente social brasileira, é importante lembrar que ele inclui, tanto no âmbito da educação quanto no exercício profissional, a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

[...] no quadro das transformações sociais típicas do capitalismo tardio, das demandas do mercado de trabalho e da cultura profissional, é levantada a necessidade de desenvolver respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e aquelas com maior legitimidade (do ponto de vista sócio-político), às questões que se enquadram em sua esfera de intervenção institucional. Assim, indicou que "as possibilidades objetivas de expansão e enriquecimento do espaço profissional [...] só se converterão em ganhos profissionais [...] se o Serviço Social puder antecipá-los". Ele também indica que essas possibilidades tendem a ser permeadas por tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias sócio profissionais (NETTO, 1996, p. 124).

Essas considerações podem ser indicativas de que a especificidade da profissão - no campo das políticas sociais - é afirmada no grau em que os profissionais possuem um campo organizado de conhecimento que envolve suas ações. Essas ações estruturam sua especificidade ao longo de sua história e são expressas através das atribuições e competências profissionais que são socialmente apoiadas. Uma especificidade do objeto de sua intervenção profissional são as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2003), com ações que estão envolvidas com a articulação dos recursos necessários para viabilizar a proteção social de sujeitos singulares ou grupos de sujeitos, que são usuários de diferentes setores políticos.

A conformação da proteção social é condicionada pelos processos sociais em andamento em determinado momento histórico e também pela forma como os profissionais configuram e viabilizam suas ações (CFESS, 2009). Ou seja, depende da matriz teórico-metodológica que é particularizada no campo específico de ação, que lhe dá direção; na forma como interpretam as demandas levantadas por seus usuários, e pelo conhecimento estruturado da natureza e do conteúdo das ações profissionais necessárias para atingir os objetivos profissionais. Esses fatores estão sempre relacionados, no campo sociopolítico, às possibilidades de conformação da proteção social, que demandam outros desdobramentos, que estão relacionados tanto ao conteúdo das ações, quanto ao conhecimento sobre o conjunto de instrumentos e técnicas necessários à abordagem. os sujeitos de intervenção que colocam o projeto profissional em movimento.

No contexto atual, verifica-se alterações substantivas no mundo do trabalho (tecnologia, organização e relações de produção) que afetam a realidade do trabalhador (MENEZES, 2010). De acordo com Montano (2010) a função social e de bem-estar das políticas sociais tem sido significativamente alterada, dada a variação de suas orientações, que é prejudicial à qualidade, quantidade e variedade das políticas sociais. Isso se refere basicamente, no âmbito do Bem-estar social, onde ocorre a legitimação do sistema político e econômico através da minimização e institucionalização de conflitos potenciais ou reais. Agora, dada a hegemonia neoliberal, tanto o regime democrático quanto as políticas sociais estão perdendo peso em relação ao mercado.

De acordo com Piana (2009) a democracia como elemento legitimador perde destaque por diferentes razões. Essa perda decorre da crescente globalização política e econômica que faz com que os diferentes Estados nacionais percam cada vez mais autonomia e liberdade. Mas também a função econômica das políticas sociais é significativamente alterada. Se as políticas sociais constituem o suporte funcional dos assistentes sociais (a sua funcionalidade e instrumentalidade e legitimidade) e se eles estão substancialmente alterados no contexto sócio-econômico e político atual (as suas orientações e funcionalidade), pode-se, portanto, afirmar que a base de apoio funcional-trabalhista do Serviço Social sofreu (ou ainda sofre) mudanças significativas.

Dessa forma, alterações nas diretrizes e na funcionalidade das políticas sociais comprometem a base funcional de apoio ao trabalho da profissão de Assistente social. Segundo Miotto; Nogueira (2013) este profissional possui papel social de intervir na fase terminal de políticas sociais (agora com participação relativa no projeto e avaliação desses, bem como intervindo fora da órbita do Estado: nas ONGs, nas empresas, etc. Mesmo que a maioria deles ainda aja como tradicionalmente, ou seja, no Estado e ligados à implementação dessas políticas sociais).

Assim, as mudanças nas políticas sociais no contexto neoliberal não só são prejudiciais para as classes populares, os beneficiários de tal mecanismo, mas também impactam negativamente a atuação do Assistente social (ABRAMOVOTIZ, 2012). Para Faleiros (2014) a falta de uma coordenação das políticas sociais implementadas por instituições privadas prejudicam a atuação dos Assistentes sociais que ficam com a sua prática também descoordenada, pois eles acabam intervindo em micro-espacos, mesmo sem poder (ou querer) para ter um impacto a nível nacional, nem mesmo em áreas setoriais.

No entanto, isto não deve ser visto com alarde. Como diz Netto, "quando se considera as características estruturais da sociedade brasileira e seu modo de inserção no sistema capitalista contemporâneo, independentemente das orientações políticas

imediatas, observa-se que a demanda objetiva para uma profissão como o Serviço Social não tende a encolher "(NETTO, 2000, p. 115).

Segundo Netto (2000) o profissional de Serviço Social (um funcionário público ou empregado do setor privado) começa a sofrer alterações em suas bases contratuais e nas suas relações de trabalho. Assim, pode-se dizer que o profissional começa a viver um processo de "liberalização" profissional, cuja característica da relação de trabalho básica é a de deixar de ser um trabalhador assalariado para passar a ser um profissional liberal.

## **2.2 Docência em Serviço Social: questões em debate**

Os seres humanos são educados de acordo com dois processos fundamentais e complementares: um de ordem social e outro de ordem individual. No curso de ambos os processos, ele transita entre o que ele aprende na teoria e o que ele aplica através de sua experiência em uma comparação desses conhecimentos específicos com o conhecimento contextual (Faleiros, 2014).

Netto (2000) citando John Dewey, sublinhou que "a essência de toda a filosofia é a filosofia da educação" e, nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade da educação surge enraizada na própria sociedade e este fato não é novidade, mas remonta à Antiguidade, onde as necessidades educacionais foram estabelecidas. Basta lembrar a essência da paideia grega, ou outras culturas como a egípcia, asteca, chinês e maia, onde a educação foi baseada em um conceito cósmico que colocou o homem como parte desse universo resultando essencial conhecer o contexto em que ele desenvolveu sua existência.

A educação das pessoas é o resultado de múltiplas variáveis de tipo contextual que têm seu efeito positivo ou negativo em relação ao seu comportamento, sua ideologia e seu desenvolvimento profissional, para o qual se poderia dizer que o ser humano como ser social é educado e transformado em seu contexto, fundamentalmente em sua família, trabalho e amizades. A sociedade, portanto, constitui um espaço educativo, o mais abrangente e efetivo de todos. Por isso, a educação deve orientar a pessoa a questionar seu contexto, não apenas submetê-lo. Cultura e educação formam um binômio nodal na capacidade de transformação crítica dos indivíduos em uma sociedade de mudanças e incertezas permanentes. O conceito de aprendizagem ao longo da vida para aprender a aprender indica que o conhecimento é um processo de

construção inacabada que ocorre em abordagens sucessivas aos objetos de estudo. Inserido nessa visão de integração e inteireza, o ensino é concebido como um processo que facilita a aprendizagem.

Os desafios atuais da sociedade exigem do professor a demonstração de uma competência profissional real, baseada em um sólido domínio científico e na capacidade de exercê-lo. Como consequência, uma quebra no paradigma da repetição e transmissão do conhecimento será vislumbrada por outra baseada nas competências que são construídas e transformadas a partir do mercado de trabalho (FALEIROS, 2014).

Em meio aos desafios vivenciados pelo corpo docente, como: a instabilidade no trabalho, a sobrecarga, a pressão da instituição por produtividade, as infinitas atividades extra-classe, orientações, e ainda a necessidade de conciliação de horários com outras atividades laborativas, almeja-se um docente comprometido com a construção do ser em formação, alicerçado em bagagem histórico-crítica e possuidor de identidade e consciência social (FRANÇA, 2012, p.93).

Dentro desse contexto, o ensino não é visualizado como uma carreira ao longo da vida, mas como um processo de formação inicial. A partir daí, discussões insuperáveis de planos, programas, currículos de Serviço Social são aninhados, como se em si resolvesse o assunto da atitude de estudante permanente. Ter alunos encarregados e "ensinar" não significa ser um professor. Torna-se necessário estabelecer uma carreira docente universitária, abrangendo várias etapas de um *continuum*. Passar por esse *continuum* é distinguir as habilidades alcançadas em um momento inicial, em um estágio posterior, para depois se tornar um professor proeminente. Nesse sentido, a carreira docente não deve ser uma soma de anos atuados, mas a socialização e o impacto de sucessivas intervenções pedagógicas(IAMAMOTO, 2008).

Vários autores apontam que o exercício da docência deve ser abordada a partir de um continuum. Netto (2000) destaca três etapas, dependendo se o professor é recém-formado i) novo, um pouco mais experiente no crescimento de sua carreira ii) competente, para alcançar a excelência profissional, iii) especialista. A ideia de uma carreira com essas etapas obedece ao caráter dinâmico da construção do conhecimento e das práticas pedagógicas. Essa construção progressiva teria seu correlato em diferentes remunerações de acordo com os desempenhos demonstrados. Um contínuo com padrões claros garantiria que os professores soubessem o que eles têm para demonstrar em diferentes fases de sua carreira, ajudar os avaliadores a saber o que procurar e tornar possível identificar "áreas de conhecimento" no desempenho de

professores em serviço para permitir a concepção de programas de desenvolvimento profissional que vão para essas áreas (FALEIROS, 2014).

Essa estrutura, em etapas, significa enfrentar as "perversidades" de muitos sistemas educacionais, que recompensam a antiguidade em relação à produção e ao desempenho.

Entre as questões em debate sobre a docência em Serviço Social está a prática profissional, vista como exercício da profissão, formação acadêmica e união política. Todas essas questões estão intimamente ligadas no processo de profissionalização.

Sobre a Prática Profissional desde a criação da profissão de Serviço Social no Brasil, verifica-se que esses profissionais estão inseridos nas estruturas do Estado responsáveis pela implementação de políticas sociais por meio de programas e projetos nas áreas de: saúde, educação, habitação, família, infância que exigiram profissionais especializados no cuidado dos problemas sociais gerados pelo sistema capitalista. A partir de um olhar crítico sobre a intervenção desempenhada pelo trabalho social permanece praticamente inalterado e sem grandes inovações, ele continua a desempenhar papéis tradicionais e estão sendo reproduzidas ritualmente, hoje em vez de apresentar mudanças e inovações no seu desempenho, as ações desses profissionais são reduzidas à sua expressão mínima; relatórios sociais, estudos socioeconômicos que estão longe do rigor de atenção e investigação de um caso, já que estes devem aderir às demandas de outras profissões com posições de poder que estão mais preocupadas em preencher padrões de eficiência(IAMAMOTO, 2008).

Em geral, o desempenho profissional é muito limitado, não há autonomia na intervenção, sua ação está condicionada ao alcance e aos recursos institucionais. Atualmente, o assistente social seu local de trabalho compete com outros profissionais que compõem as equipes multidisciplinares e que subalterna mesma situação com as outras ciências sociais, é muitas vezes profissionalmente vulneráveis e risco de espaço ocupacional. Como em toda a América Latina, organizações não-governamentais absorveram um grande número de profissionais na disciplina de Serviço Social. O papel assumido pela ONG sobrepõe ao Estado, na intervenção e na resolução de problemas sociais dos trabalhadores. A ONG está inclinada para a área de desenvolvimento humano que de alguma forma abre possibilidades para uma maior autonomia no exercício da profissão, o que exige uma intervenção mais crítica e busca de alternativas construídas em conjunto com organizações civis. Todas essas questões devem ser foco na formação do profissional. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Um problema comum é a precariedade do trabalho enfrentado pelos profissionais nesses espaços; já que a estabilidade no emprego é perdida e os

benefícios sociais são diminuídos, porque sua permanência no trabalho depende do tempo e dos valores financeiros de um projeto.

As condições de trabalho postas junto a estas instituições de formação superior se efetivam através de um claro movimento, impulsionado pelas forças produtivas neoliberais, de forte caráter destrutivo, e que, incidem diretamente sobre os trabalhadores docentes, que compõem este universo de pesquisa e, indubitavelmente, sobre a qualidade da formação profissional dos assistentes sociais oriundos desta realidade. A mercantilização da educação superior impõe aos docentes, uma realidade de trabalho e a um repasse do saber nada estimulante, já que não excitam e ainda embaraçam a capacitação continuada, além de oferecer múltiplos desafios cotidianos para o trabalho profissional como à sobrecarga, o acúmulo de funções e os baixos salários (FRANÇA, 2012, p.116).

Um problema que também permanece é o empirismo em sua prática profissional, faltam pesquisas, há poucos ou nenhum esforço nesse sentido. O estudo da realidade em que intervém, não é visualizado, não é estudado por essa profissão, portanto, não há capacidade de proposta ou transcendência a outros níveis de intervenção. Profissionais do Serviço Social, no exercício de sua profissão, não conseguem contextualizar sua prática com a realidade social de seu país (ABRAMOVOTIZ, 2012).

Muitas vezes o docente atuante nas universidades faz análise do contexto econômico, social, político e cultural, mas não consegue relacionar a base de apoio funcional de seu discurso que lhe confere o âmbito da aplicação dos Direitos Humanos, o quadro ético da profissão que se concretiza na prática diariamente, nessa intermediação com sujeitos sociais. Em todo o mundo, foi demonstrado que o sistema econômico do livre mercado e as políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas aprofundaram a pobreza e ampliaram as disparidades de desigualdade; atualmente enfrentando o maior da crise econômica. Diante da impossibilidade do Estado de resolver as necessidades resultantes da pobreza, dita políticas direcionadas que levam, de forma acelerada, ao assistencialismo; dar validade a novas práticas de voluntariado que ameacem os avanços e conquistas da profissão, que está mais envolvida nas práticas de bem-estar (FALEIROS, 2014).

Com base na análise acima da prática do docente em Serviço social no Brasil, não se pode dizer que o currículo atual, que orienta o treinamento da carreira acadêmica não atende aos requisitos exigidos pelas instituições. Com efeito, o currículo mantém os métodos tradicionais de intervenção aplicados pela profissão: caso, grupo e comunidade (IAMAMOTO, 2008).

Na área da formação profissional são amplos debates, reflexões, auto-crítica e análise dos desafios docentes. Entre eles, está a emergência de afastamento daquele

imaginário que concebe o trabalho social como uma construção filantrópica da profissão e a mais preocupante a uma prática ligada ao bem-estar.

Por outro lado, nota-se em alguns casos que a identidade com a profissão é quase inexistente, mas, pelo contrário, o individualismo e a alienação são impulsionados para um consumismo massivo que não permite a formação de ideais e utopias. Que tipo de profissionais são formados hoje nas universidades? Qual o papel dos professores? O objetivo do corpo discente é ter uma carreira, ter acesso a um mercado de trabalho com objetivos diferentes daqueles estabelecidos no perfil de saída no Currículo de Carreira. No tema da formação profissional, a análise crítica do papel dos professores no processo de ensino-aprendizagem, a descrição da prática de ensino que é então feita, seria uma particularidade do Brasil e não um problema. No entanto, devido à experiência e ao diálogo com outros professores da região da América do Sul, algumas preocupações são compartilhadas.

A equipe de ensino se limita ao cumprimento de uma das funções básicas do ensino superior, que é o ensino, deixando de lado a pesquisa e a projeção social. Ensino medido pela quantidade de horas de aula ministradas e temas sob a responsabilidade de cada docente e não pela qualidade e métodos aplicados no processo de ensino-aprendizagem para formação de novos profissionais. Um professor que não investiga e não realiza periódicos treinamentos é limitado à mera transmissão e repetição de conhecimento. A carreira de Serviço Social como tal, não produziu pesquisa, sua estrutura administrativa-organizacional ainda não a contempla (ABRAMOVOTIZ, 2012).

Deve-se levar em conta que a carreira do Serviço Social é um novo projeto educacional, mas já está envolvida nessa dinâmica institucional. A situação atual no Brasil com um governo que representa alternância de poder que está comprometida com uma mudança na política social e considera políticas de inclusão social, cenários favoráveis que desafiam a intervenção do Serviço Social; No entanto, esta corrida está ausente, não ocupa o centro dessa realidade, não há acompanhamento com as comunidades, nem com as organizações da sociedade civil na demanda de suas necessidades(IAMAMOTO, 2008).

No país, a organização sindical dos profissionais de Serviço Social é muito fraca, economicamente uma união muito pobre, sem impacto na sociedade como organização sindical, marcada por uma cultura organizacional de apatia para com a organização que não consegue reunir os profissionais destas especialidades. No país não existe lei que exija associatividade, portanto, há fragilidade em seu arcabouço legal e no respaldo legal da prática profissional. Todas as associações profissionais estão nessa situação, porém a diferença na capacidade de seu trabalho político, que no caso do trabalho social, requer esse componente político em sua análise e em seu

desempenho (MIOTO; NOGUEIRA, 2013). Dessa forma, eu diria, de forma bastante crítica, que as deficiências no desempenho ou intervenção do trabalho social estão diretamente voltadas por problemas basilares do ensino docente delegado durante a formação profissional.

Somando, ainda, os problemas existenciais da profissão, que historicamente são tema de discussão em seminários nacionais e internacionais: O que é Serviço Social? Qual é o propósito do trabalho social? Em suma, persiste a ignorância sobre o trabalho do assistente social.

No Brasil, a profissão é uma carreira com demanda crescente e a cada ano aumenta o número de estagiários que solicitam uma mudança de carreira para o trabalho social é maior. Como, então, esta realidade é explicada? Por que a população estudantil cresce?

A qualidade da educação superior deve ser analisada em um contexto onde se multiplicam a quantidade de universidades particulares no Brasil. De acordo com Lewgoy (2009, p. 25):

O Brasil tem um dos mais acelerados processos de privatização do ensino superior no mundo o que resulta em instituições do mais variados níveis, em sua maior parte deficientes em relação às universidades públicas, como no aspecto do pouco investimento na área de pesquisa em razão de elevado custo demandado. Nessa perspectiva, pensar as exigências e os desafios contemporâneos à formação profissional demanda, necessariamente, refletir sobre as formas que transformam o processo educacional em mera mercadoria. Implica, também, debater as atribuições e o significado da produção de Serviço Social perante forças presentes na sociedade e como a atividade inscrita na divisão social do trabalho, o que supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional. A profissão é uma atividade historicamente determinada pelo modo como a sociedade se organiza, e ao mesmo tempo, pelo resultado do desempenho da categoria profissional, isto é, do posicionamento e das respostas oferecidas por ela às demandas sociais dos distintos grupos e classes sociais.

Iamamoto (2001) explica que o trabalho social é reproduzido como uma sociedade especializada que produz serviços que atende às necessidades sociais, ou seja, enquanto houver desigualdades haverá espaço de trabalho, mas se tem a grande desvantagem de que esses espaços de trabalho não são exclusivos dessa profissão em particular, competem com outras profissões, mas preenchem as habilidades tecnicamente esperadas que é facilmente deslocada nesse mercado de trabalho.

Cada ponto levantado merece uma investigação mais aprofundada; uma vez que, a participação na discussão do tema e o estudo de pesquisa no campo da formação profissional, no entanto, é essencialmente parte da experiência da docência, onde o objetivo é identificar pontos de partida para trabalhar uma proposta de fortalecimento do trabalho de formação profissional Social.



Dessa forma, faz-se importante a necessidade de atualizar o quadro teórico metodológico e instrumental ensinado e aplicado na profissão, identificando as quebras inevitáveis aos métodos tradicionais, sem perder a natureza, a filosofia e a essência da profissão; visualizando onde a profissão aponta e deve estar localizada no contexto histórico nacional e global. Isso envolve uma redefinição do currículo de carreira e uma revisão de seu arcabouço teórico, bem como sua prática, seu desempenho e seu papel profissional na sociedade (ABRAMOVOTIZ, 2012).

Além disso, a equipe de professores de Serviço Social deve estar aberta ao diálogo e discussão não atendo-se exclusivamente em funções de ensino administrativos, mas parando de estudar, repensar e criar um projeto de formação profissional sólido para retomar e efetivar as funções básicas da instituição: ensino, pesquisa e projeção social, assumindo também as expectativas e demandas do sindicato junto aos responsáveis pela formação profissional (FALEIROS, 2014).

Nesse quadro, um dos principais desafios dos docentes que devem ser realizadas na academia são os processos de ensino e aprendizagem com os alunos que devem restaurar e promover a construção de seu poder como sujeitos sociais, por que desenvolvem uma consciência crítica que lhes permite tornarem-se sujeitos éticos, políticos, não se deve excluir o conhecimento ou as ferramentas, mas não se limitam à área técnica. Treine-os como profissionais, capazes de analisar o novo contexto emergente e que possam conscientemente decidir por si mesmos o que é bom fazer e que serviço uma profissão deve ser como um trabalho social. Tomar ações que aproximem a academia das comunidades e, a partir daí, contribuam e acompanhem as organizações da sociedade civil, promovam a prática social entre os próprios professores e os alunos dessas experiências e estimular e desenvolver a identidade com a profissão, a solidariedade, o compromisso social com a luta pela realização dos direitos humanos e a construção de uma sociedade democrática (ABRAMOVOTIZ, 2012).

Como uma instituição de ensino superior que deve incluir e fazer uso eficiente da educação tecnológica, comunicações e organizações existentes na educação, envolvendo professores, alunos, funcionários, administradores com capacidade de decisão. Tomar iniciativas na criação de projetos regionais de: pesquisa, treinamento, intercâmbios entre outros (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

As entidades educacionais e comerciais se unem para promover a ética profissional de exercícios com base no compromisso social e responsabilidade social e ter em conta o contexto histórico-social, o assistente social reconhece que seu trabalho tem implicações sociais. As novas realidades que são experientes na América Latina e as demandas de assistentes sociais em exercício e aqueles em formação assumem a

prática da ética social, que se funda nos princípios de compromisso e responsabilidade social (IAMAMOTO, 2008).

O Serviço Social passa institucionalmente por uma série de dificuldades e limitações de natureza acadêmica e certamente também de recursos que impedem o desenvolvimento da carreira. No entanto, a sua própria história demonstra a capacidade para resolver situações de crise que, apesar de terem feito progressos significativos no fortalecimento da carreira em nível superior. Por outro lado, há trabalhadores/as sociais profissionalmente comprometidos neste país, assim como se espera que os estudantes façam a diferença; portanto, reconhecer, analisar a situação atual do trabalho social pode significar o tom para uma discussão acadêmica de seus problemas. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Assim, acredita-se que entre os maiores desafios dos docentes no Brasil é o desenvolvimento de um diagnóstico da formação profissional que possibilite a harmonização de um currículo básico de carreira e que atenda as reais emergências de atuação profissional, que não esteja limitada apenas ao atendimento daqueles que sofrem mazelas sociais.

No entanto, o fazer diário do profissional de Serviço Social vem nos mostrar que é necessária a articulação teórico-metodológico como ponto de partida para o desvelamento da realidade, aliada a dimensão ético-político numa postura crítica e de compromisso para com a garantia de direitos de seus usuários e uso da dimensão técnico-operativa na perspectiva de construir habilidades e atitudes que contribuem para dar respostas às demandas societárias.

### **2.3 Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais Docentes**

O trabalho acadêmico desenvolvido no contexto das universidades não tem sido historicamente, uma ocupação especialmente propensa a ser considerada causa de sofrimento institucional ou pessoal, ou seja, não tem sido considerada uma fonte de estresse. Isto foi devido, fundamentalmente, às suas características tradicionais de trabalho. De fato, o ensino e a pesquisa universitária foram realizados em meio a um contexto de liberdade, de autonomia intelectual, que proporcionou condições ideais de trabalho para o seu desenvolvimento (FALEIROS, 2014).

Essas condições foram aquelas de falta de pressões externas relacionadas ao cumprimento de prazos ou formas de execução das diversas tarefas. Por outro lado, a comunidade acadêmica proporcionou um contexto humano e organizacional favorável ao desenvolvimento de atividades de busca e transmissão de conhecimento. Isso não

significa idealizar o passado, já que a atividade acadêmica sempre implicou a necessidade de responder aos desafios do momento(IAMAMOTO, 2008).

A especificidade deste momento, que começou na década de 1980 e está se aprofundando e se acelerando na década de 1990, não é apenas que as demandas para a Universidade parecem ter aumentado, mas que elas mudaram em natureza; e, além disso, simultaneamente, o contexto socioeconômico em que as universidades operam mudou, assim como o resto do sistema educacional. Quando fala-se sobre o contexto faz-se referências a duas características centrais, como a perda progressiva do orçamento disponível para as universidades em todo o mundo no contexto mais amplo das restrições financeiras impostas a um sistema educacional voltado ao modelo neoliberal, e a transformação da função do Estado em relação às universidades, até atingir o atual papel de Estado avaliador. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Esse duplo movimento, de definição e de maior interferência nas atividades das universidades, está mudando rapidamente as características do trabalho acadêmico e introduzindo fortes causas de tensão nos campos universitários. (IAMAMOTO, 2008).

Nesse panorama, o poderoso condicionamento imposto pelo contexto socioeconômico e sócio-político em nosso país aparece claramente. Existe um consenso entre os especialistas sobre restrições à autonomia das universidades em todo o mundo pelos governos, embora vários métodos são mencionados, desde as formas mais sutis de pressão do governo para formas evidentes de intervenção através da manipulação dos orçamentos e o ditado de regras, normas, legislação, que cortam essa autonomia.

Existem argumentos que são utilizados pelos governos para limitar a autonomia, são, em primeiro lugar, que, como as fontes de financiamento são principalmente governamentais, os governos precisam assumir decisões sobre política universitária; a segunda seria que as universidades não estão mais "torres de marfim" são agora uma parte integrante da sociedade esse cobertor e, por isso, o governo deve assumir a responsabilidade por suas atividades, como representante de todo o corpo social. Terceiro, uma vez que as universidades não são a única instituição de ensino superior e nem a única área em que a pesquisa é realizada, o governo deve coordenar todas elas(FALEIROS, 2014).

Qualquer intervenção, não importa qual a sua justificação, irá resultar em uma deterioração da autonomia e sem o seu pleno gozo, a Universidade será impedida de cumprir suas funções. A liberdade acadêmica e a independência, a neutralidade e a imparcialidade, a preocupação com o avanço do conhecimento, cuidados intensivos pela transmissão de conhecimento e a preocupação com o aumento da riqueza cultural

da sociedade são variáveis que afetam as condições do trabalho docente. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Estas condições, longe de requisitos abstratos, determinam as condições de trabalho em todo o mundo acadêmico. A universidade hoje tem de negociar as suas próprias definições de poder político e econômico, numa lógica que manifesta a tensão entre os princípios e as práticas tradicionais da universidade, em face da racionalidade governamental e dos princípios do mercado. A percepção clara desta intervenção aparece a cada passo no discurso dos docentes de Serviço Social, bem como a certeza de que as medidas governamentais implementadas em nossas universidades por meio de programas diferencial e de incentivos destinados a alcançar uma maior eficiência e produtividade, estão em detrimento das condições de trabalho do setor. Na literatura anglo-saxônica, o termo "autonomia" aparece com o duplo significado da autonomia institucional como um conceito político e liberdade acadêmica ou a liberdade acadêmica como uma categoria aplicável ao trabalho diário dos acadêmicos. (FALEIROS, 2014).

Neste segundo sentido, a liberdade acadêmica aparece dentro de uma centralidade como o componente característico do profissionalismo dos atores universitários sendo cortado por medidas de financiamento das universidades, e de novas diretrizes de avaliação externa e, por outro lado, há a necessidade de se adaptar às exigências de diferentes mercados com o aumento da interferência na formação e investigação realizadas em as universidades(IAMAMOTO, 2008). É fácil ver como esses dois componentes se entrelaçam e reforçam os significados do conceito de autonomia um do outro.

A deterioração das condições de trabalho acadêmico tem sido estudada em todo o mundo. Desde a década de 1970, embora com notável aceleração desde os anos 80, houve queda nos níveis salariais e deterioração nos ambientes de trabalho dos acadêmicos. O que chama-se de ambientes de trabalho incluem o prazer de satisfazer a curiosidade intelectual, interesse em trabalhar com ideias, o fascínio de participar na formação das novas gerações, as recompensas da participação em uma comunidade de recompensas intrínsecas dedicadas às tarefas intelectuais e a certeza de pertencer a uma comunidade mais ampla que aquela definida pelos limites da própria instituição.

Tudo isso é o que parece ter-se deteriorado em universidades juntamente com a defasagem dos salários, com a queda do número de professores em tempo integral, substituindo-os por professores em meio período, o número de alunos recebendo bolsas de estudos em período integral diminuiu etc. Alguns especialistas já alertam sobre o risco de "fuga de talentos" nas universidades, onde os jovens mais inteligentes prefeririam ter empregos nos setores de produção em vez de acessar a vida acadêmica desvalorizada. (ABRAMOVOTIZ, 2012).

No Brasil, esses fatores determinam outros problemas típicos das características da composição dos quadros acadêmicos de nossas universidades. Do Brasil vem um estudo sobre a profissionalização de professores universitários que se refere ao tema das possibilidades de formação no local de trabalho. Este trabalho é baseado no reconhecimento de que um dos principais problemas enfrentados pela universidade brasileira é a falta de treinamento e atualização do corpo docente, o que representa um problema para um processo adequado de formação de quadros universitários, de dificuldades institucionais, como incompatibilidades entre os horários de trabalho e horários de treinamento, a rigidez em ofertas de pós-graduação fazem que a inserção seja muito difícil para os trabalhadores criando possibilidades de acesso diferenciado para os professores de acordo com o tipo de contratação, etc.

O próximo seria a síntese das dificuldades enfrentadas pelos profissionais docentes. No geral, as condições de melhoria das condições de trabalho dos professores universitários dos cursos de graduação em Serviço Social dependem de salários justos, possibilidades para desenvolvimento de pesquisas e autonomia. Os maiores desafios para a disseminação dos cursos de pós-graduação é a rígida avaliação externa a que estão sujeitos os programas de pós-graduação e, por outro lado, determinantes como a primeira, as condições de trabalho dos professores e pesquisadores (FALEIROS, 2014).

É muito difícil organizar uma incorporação maciça a cursos e programas de pós-graduação com bolsistas de meio-período e sem a existência de um número suficiente de bolsas de estudo. Em nosso país - e isso ainda é uma exceção na América Latina -, aqueles que ingressam no curso de pós-graduação fazem isso em seu próprio tempo e como uma atividade extra-laboral. Assim, as condições de trabalho nas universidades se deterioram ainda mais (ABRAMOVOTIZ, 2012).

A política educacional dos anos 1990 é fortemente baseada nas noções de eficiência, produtividade e desempenho aplicadas ao trabalho dos professores e, no caso da universidade, aos pesquisadores. Essa visão pode não ser inteiramente nova, é uma tradição nos países anglo-saxônicos, especialmente, aplicar esses parâmetros - especialmente o da produtividade - ao caso dos pesquisadores universitários. O que é novo é que os programas que estão sendo realizados tentam medir, por um lado, o impacto destes programas sobre o desempenho acadêmico dos pesquisadores e professores.

Nos EUA, o recrutamento de professores é feito numa base individual, não se aplica, em geral, o princípio de "salário igual para trabalho igual". Essa forma de recrutamento tem o objetivo de estimular a produtividade. No México, um dos países com a instalação precoce deste tipo de recrutamento é interessante notar que o

"pagamento por mérito" também é uma forma de criar melhores condições para o trabalho docente. (ABRAMOVOTIZ, 2012).

Estudiosos expressam os seus problemas com o programa nas seguintes áreas: incerteza quais atividades são avaliadas e quais são os parâmetros a serem avaliados, o que causa confusão e especulação excessiva; Individualismo nas ações dos acadêmicos, que estariam tentando cobrir tantas áreas de atuação quanto possível para competir favoravelmente com seus colegas, o que causa uma deterioração nas possibilidades de empreender programas coletivos (IAMAMOTO, 2008). Na verdade, esses programas tornam-se dispositivos de diferenciação salarial, não incentivos para aumentar a qualidade acadêmica; não contempla as especificidades das carreiras dos acadêmicos, que podem estar mais focados no ensino ou na pesquisa. (FALEIROS, 2014).

Isso funciona em detrimento daqueles que invariavelmente enfrentam problemas em direção carreira docente, assim os programas de incentivo não incluem as muitas atividades que o professor desempenha, mas apenas produtos mensuráveis feitas pelos pesquisadores. (ABRAMOVOTIZ, 2012).

Em resumo, o programa implementado no México parece ter como objetivo classificar professores e pesquisadores em vez de influenciar positivamente seu desempenho. (ABRAMOVOTIZ, 2012). Fundamentalmente, o defeito original é o objetivo do presente programa que é segmentar o mercado de trabalho universitário, paralelos aos mecanismos legítimos de diferenciações das Universidades públicas como: concursos julgados por pares, cargos de ensino e bolsas para pesquisa.

Estudos de Malacalza (2009) investigaram em duas universidades as percepções dos docentes sobre os modos de gerenciamento da força de trabalho, os sistemas de incorporação do corpo docente e a estabilidade ou precariedade de empregos. Em ambas as faculdades, os professores das diferentes categorias e dedicatórias coincidem em apontar dois mecanismos de admissão ao ensino. O primeiro, do tipo formal, consistiria no acesso à posição através do sistema de competições. O segundo, informal, seria a designação direta ou a nomeação de um professor por uma autoridade superior ou uma cadeira. De acordo com a percepção dos entrevistados, essas formas de acesso à carreira docente têm repercussão direta sobre a natureza permanente / estável ou temporária / instável do trabalho.

Isto significa que aqueles que entram ensino através de concursos têm maior estabilidade no emprego do que aqueles que entram através de estágios, como o último está sujeito ao critério e arbitrariedade dos quais são eleitos.

Em primeiro lugar, grande parte dos professores entrevistados indicou que um dos obstáculos que impede o bom funcionamento do regime de concorrência é a

lentidão com que se organizam e se substanciam(IAMAMOTO, 2008). Este comentário foi feito principalmente pelos assistentes e chefes de trabalho prático de ambas as faculdades, em relação às escassas possibilidades de promoção e desenvolvimento de sua carreira. Em segundo lugar, em ambas as instituições, as opiniões sobre as competições, tanto dos assistentes como dos professores com diferentes dedicações, estão ligadas às formas pelas quais a "política universitária" é levada a cabo.

## **2.4 Exigências Mercantis para a atuação profissional do/a Assistente Social**

Com base nas características do ambiente em que o Serviço Social opera atualmente, surgem determinados requisitos que as universidades devem se adequar como a adoção de novos campos de trabalho. (FALEIROS, 2014). Embora o profissional ainda atue nas áreas tradicionais de trabalho, as universidades devem formar os alunos para atuarem, principalmente em atividades que são realizadas de forma independente (CASTEL, 1998). As exigências atuais do mercado de trabalho para o Serviço Social estão cada vez mais relacionadas à incorporação sistemática de tecnologia e ao desenvolvimento de bancos de dados com informações sociais (VASCONCELOS, 2002).

Há uma crescente necessidade de ter profissionais cada vez mais preparados e treinados para enfrentar as mudanças vertiginosas no ambiente de trabalho. Não pode ser desconsiderado que atualmente existem novas formas sociais de trabalho (IAMAMOTO, 2008). Essas mudanças geram sentimentos de insegurança, uma vez que nem todos os profissionais têm um emprego estável.

Assim, durante o processo de formação novas competências precisam ser desenvolvidas, Os profissionais precisam ser capazes de desenvolver níveis de intervenção social de maneira avançada e devem ter conhecimento dos diferentes temas do trabalho social sendo capazes de manter uma atualização constante sobre várias questões relevantes para o trabalho social (VASCONCELOS, 2002).

Além do mais, os profissionais precisam ser adaptáveis às diferentes situações sociais apresentadas. E também devem ser inovadores e criativos, capazes de desenvolver novas estratégias e ações de intervenção. A formação profissional deve propiciar diversas opções de atuação. Não obstante, o profissional deve ser estimulado a ser autônomo, sendo capaz de tomar decisões relevantes na realidade que terá que intervir.

O Serviço Social adentra ao século XXI com perspectivas de alteração (autoestabelecida), com base no suporte funcional-emprego da profissão. A profissão

como um todo redefine-se para atuar ativamente na definição do apoio ao emprego funcional. Com efeito, o Serviço Social pode e deve tornar-se o sujeito determinante de tal processo: através da definição de um Regulamento Profissional, de um Código de Ética; pela organização de eventos para debates teóricos-políticos onde é discutido o significado político da prática profissional, onde é gerado o desenvolvimento substancial de conhecimentos sobre a realidade e que resulta em colocar a profissão em termos de igualdade acadêmica e status funcional com outras disciplinas sociais; alterando os planos de estudo, adaptando-os à realidade em que vive-se e à necessidade da melhor formação profissional; através de estratégias que permitam ao assistente social aumentar o poder específico detido a nível organizacional, podendo negociar melhor as suas propostas e colocando o profissional em melhores situações dentro da organização; através da participação em atividades de análise teórica, definição de política organizacional, planejamento social e avaliação de serviços prestados pela organização (FALEIROS, 2014).

Exigências contemporâneas levam o/a Assistente Social a alinhar-se ao desenvolvimento no nível político acadêmico (teórico e prático) a nível profissional para realizar sua tarefa com uma maior concorrência levando as demandas mais fortes colocados pelas respostas da sociedade. O/A profissional passa a desempenhar um papel transcendente em relatar à opinião pública e aos órgãos competentes, as mudanças sofridas pelas políticas sociais e pelos serviços prestados pelas organizações. Este é um profissional especializado, conhecedor da realidade dos beneficiários e consciente dos recursos disponíveis ao Estado, a atuação do Assistente social é uma arma fundamental para ajudar a conter o avanço nefasto de um capitalismo que valoriza apenas o lucro.

Se faz necessário que o/a Assistente Social, tenha ciência das privatizações das políticas sociais, da diminuição dos recursos alocados a elas, da perda de qualidade dos serviços prestados; e esse profissional não pode, sabendo dessa realidade, ser apático a esse fenômeno; pelo contrário, devem participar na defesa feroz da política social (em quantidade, qualidade e variabilidade) de recursos do Estado para os princípios sociais, democráticos, deve denunciar o desperdício de recursos, a corrupção. Se a população é beneficiária de tais serviços, conseqüentemente ela tem o direito de conhecer, avaliar e determinar o destino dessas políticas sociais; o Assistente social, nesse quadro, tem o dever cívico e o compromisso ético-político de favorecer, através de sua intervenção profissional, os mecanismos para tornar isso possível.

Um grande desafio para quebrar com a realidade subalterna e subalternizante de Serviço Social, é a incorporação de novas demandas decorrentes de questões sociais emergentes, assim estes novos desafios precisam de alternativas originais de



intervenção e da adoção de estudos rigorosos e críticos, levando aos profissionais a apreender esses fenômenos, pesquisar, discutir e debater (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Nessa nova realidade, cujas práticas profissionais ainda são desprovidas de vícios tradicionais, encontra-se a mais forte possibilidade de alterar substantivamente a função social e a imagem que o Serviço Social traz como herança desde o seu surgimento. Com essa preocupação, Netto propõe "distinguir intervenções profissionais dirigidas a situações imediatas daquelas que estão abertas a fenômenos emergentes" (NETTO, 2000, p. 200). É nesse sentido que o primeiro passo para romper com o conservadorismo no campo da intervenção profissional é assumir a responsabilidade e o desafio de enfrentar demandas novas ou emergentes, onde faz-se essencial absorver o conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade.

Nesse conhecimento do social, o diálogo com as teorias sociais em geral deve ser fluidas e constante. E para manter uma relação horizontal com outras disciplinas sociais, o Serviço Social como um todo também deve produzir conhecimento teórico-científico sobre relações e questões sociais, que devem contribuir com elementos para o debate teórico. No entanto, a prática do trabalhador social deve ser discutida em esferas particulares da realidade, segmentadas em "questões sociais", tomando para si, como sendo seu próprio campo de intervenção (MONTAÑO, 2007, p.188).

É necessário que os professores e os alunos incorporem o produto de conhecimento original e realizem a crítica da realidade no ensino e façam a constante atualização do campo profissional. Para se inserir na definição da base de apoio funcional-laboral do Serviço Social, a formação nas universidades devem ser articuladas com a pesquisa e com as práticas de campo.

O/A Assistente Social deve sempre estar em busca por novos espaços de trabalho. Mais do que a possibilidade de que o Serviço Social possa auto-estabelecer sua base de apoio, esse aspecto é vital para a permanência futura da profissão. De fato, se o Estado, o empregador chave deste profissional, tende a ser "minimizado", instrumentos centrais da intervenção do Assistente social, estão gradualmente drenando de recursos, e se as políticas do Estado de bem-estar e sociais constituem uma estratégia hegemonia (que legitima e atributos da base tradicional de apoio ao trabalho funcional Serviço social), que já é substituída pela estratégia hegemônica do "mercado livre", esses profissionais tendem a perder seus empregos dentro da órbita do Estado (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

É essencial, então, que o Serviço Social assuma também o desafio de discutir novas fontes de emprego, novos campos de intervenção: Organização Não Governamentais-ONGs, movimentos sociais, associações, empresas, organizações comunitárias, etc. No entanto, não se pode pensar que a saída do Serviço Social é

apostar nas ONGs, porque isso, como afirma Netto, significaria "ignorar os sérios riscos do emprego múltiplo" (NETTO, 2000, p. 122).

Parece que a alternativa de trabalho para a profissão é apresentada da seguinte forma: de um lado, o Assistente social continua a desempenhar uma tarefa instrumental simples, subordinada, o que resultaria na confirmação da tendência para a exclusão deste profissional da órbita de um Estado, o que exigiria ao Assistente social procurar empregos na órbita privada), ou, por outro lado, o Serviço Social está ativamente envolvido na redefinição de seu apoio funcional, desenvolvendo atividades mais complexas, que exigem habilidades e qualificações mais sofisticadas.

Neste último caso, o/a profissional do Serviço Social pode continuar sendo um ator necessário para o desempenho das funções estatais planejando e executando políticas sociais; na realização de pesquisas sobre a realidade que envolve os usuários, na avaliação de projetos, no diálogo entre organização-população etc. É nesse sentido que Iamamoto (2001) se refere à definição de um projeto profissional que, condicionado pela realidade histórica, é capaz de responder a novas demandas, tanto a partir da lógica do mercado de trabalho dentro das organizações de empregadores, quanto no reconhecimento e na conquista de novas e criativas alternativas de ação, expressão das exigências históricas colocadas diante dos profissionais pelo desenvolvimento das sociedades nacionais.

Desta forma, a formação profissional, o desenvolvimento de uma pesquisa substantiva, com o aumento do status e do poder político do profissional em organizações que permite não só executar, mas projetar políticas sociais, devem incorporar demandas emergentes e discutir o mercado de trabalho. O trabalho do profissional no atual cenário de trabalho traz desafios urgentes na formação dos profissionais.

As universidades na preparação de suas grades curriculares precisam ser mais flexíveis, tendo uma visão geral dos principais campos de ação e demandas para os futuros profissionais. Desta forma, a formação à nível de graduação e pós-graduação estará alinhado com essas necessidades e exigências do mercado de trabalho atual(IAMAMOTO, 2008).

É recomendável as universidades manterem um diálogo permanente com ex-alunos, empregadores e associação profissional, uma vez que esses agentes permitem o *feedback* para aperfeiçoar os perfis de pós-graduação e currículos. No caso específico dos empregadores por exemplo, estes não parecem fazer a contribuição regular e sistemática ao conteúdo dos currículos universitários, ensinando práticas ou gestão institucional para dar-lhes a possibilidade para discutir mudanças(VASCONCELOS, 2002).

Deve ser revisto os campos de atuação profissional, de modo a formação recebida atenda às necessidades de integração teórica e metodológica, resultando em uma contribuição para as organizações, para os estudantes e, especialmente, para as pessoas que necessitam dos serviços do profissional de Serviço Social (IAMAMOTO, 2003).

Por último, mas não menos importante, as universidades brasileiras enfrentam o desafio de formar profissionais para desenvolver capacidades pró-ativas que lhes permitam atuar em um ambiente de trabalho dinâmico e exigente(IAMAMOTO, 2008).

## **CAPÍTULO 3**

### **SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: BREVE RECORTE SOCIO-HISTÓRICO**

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança;  
Todo o mundo é composto de mudança,  
Tomando sempre novas qualidades”.*  
*(Luís de Camões)*

### 3.1 Recorte Histórico do Serviço Social em Portugal

Os organismos internacionais são determinantes nas novas formas de configuração da política de educação, em especial, do ensino superior em todo o mundo. E vão influenciar diretamente o desenvolvimento do Serviço Social em Portugal como será apresentada a seguir.

A relação Estado Sociedade sempre fez parte do desenvolvimento do Serviço Social em Portugal.

O Serviço Social se constrói historicamente e se explica pela trama de relações sociais, políticas e culturais e pelas suas contradições implícitas nos projetos políticos e sociais num espaço-tempo determinado. Situamo-nos na inter-relação Estado/Sociedade, onde o Serviço Social, enquanto corpo de saber específico, se destaca entre o mundo da vida e o mundo dos sistemas na promoção da cidadania ativa, através da ação comunicativa (Habermas, 1987). O Serviço Social tem uma relação implícita com o processo de democratização das sociedades e com a construção de políticas públicas e uma relação explícita com os direitos humanos, a justiça social e a equidade. O Serviço Social português cruza-se com o movimento de construção desta profissão no mundo (Mouro, 2001; 2009), apresentando, contudo, algumas especificidades (CARVALHO; PINTO, 2014, p.3).

Fazendo uma contextualização histórica da institucionalização do Serviço Social em Portugal, ressalta-se que as primeiras tentativas para a criação de Escolas de Serviço Social em Portugal, foram em 1928 no Instituto de Orientação Profissional com o objetivo de instrumentalizar profissionais para desempenhar serviços de justiça de menores. Foi em 1935 que o Serviço Social institucionalizou a sua formação com a criação da primeira escola de serviço social (BRANCO, 2009a).

A institucionalização do Serviço Social como profissão, em Portugal, se reporta ao mesmo período do Serviço Social brasileiro. A primeira escola de Serviço Social em Portugal, de 1935, foi o Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL), mais tarde denominado Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). Em 1937 é criada a Escola Normal Social de Coimbra que, em 1965, muda para Instituto de Serviço Social de Coimbra, em 1969 para Instituto Superior de Serviço Social e hoje designado Instituto Superior Miguel Torga (ISMT). A criação das primeiras escolas de Serviço Social em Portugal, em 1935 e 1937, e a criação do terceiro curso, em 1956, no Instituto de Serviço Social do Porto (ISSP), hoje Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), ocorreu em plena ditadura Salazarista que só vem a ser derrubada em 1974. Dos 84 anos de formação em Serviço Social em Portugal, 39 foram em pleno período de ditadura fascista. A queda do regime ditatorial-fascista, com o processo revolucionário instaurado com o levantamento militar de 25 de abril de 1974, iniciou um novo momento político-econômico. A formação contou com esses três cursos até a década de 1990, quando foi permitido criar cursos de serviço social em Universidade públicas e privadas. (SANTOS; MARTINS, 2016, p.325).

Nos anos que antecederam a institucionalização da profissão em Portugal no período que compreende os anos 1930 e 1950 se verifica um movimento que reclamava a necessidade da ação do Serviço Social na sociedade e nas organizações:

Nesta etapa, da institucionalização do Serviço Social, Portugal era um dos países mais pobres da Europa, com taxas de pobreza e de analfabetismo que rondavam os 40 a 50% (Barreto, 2002). O ensino básico e secundário não eram valorizados, assim como o ensino superior, remetido para uma elite. Paralelamente a este déficit de escolarização, as recém criadas ciências sociais e humanas eram concebidas como perigosas e tanto a psicologia, como a sociologia e a antropologia não eram cátedras do ensino superior, em Portugal. A institucionalização do Serviço Social em Portugal decorre do movimento de construção do Serviço Social no mundo. A sua função era remetida para a melhoria das condições de vida, para a moral e controle da atenção aos “pobres”. O pensamento reformista e pragmático considerava que a pobreza já não se podia atribuir exclusivamente aos indivíduos e a caridade não poderia ser só benevolência. Era necessário transformar a caridade em ciência. Nos anos que antecederam a institucionalização da formação em Serviço Social em Portugal – décadas de 30 a 50 – assistiu-se a um movimento que reclamava a necessidade da ação do Serviço Social na sociedade e nas organizações. Este movimento tinha duas orientações: uma associada à medicina social e outra à educação moral e religiosa. Contudo, apesar de a necessidade do Serviço Social ser reivindicada por estes dois movimentos, o segundo, da educação moral e religiosa, prevaleceu sobre o primeiro. Uma das razões apontadas refere-se ao facto de no período entre 1926 e 1935 se assistir ao estabelecimento da ditadura em Portugal, denominada por Martins (1965 a/b) como o período de constituição do Estado Novo. Nesta etapa, de institucionalização do Serviço Social (décadas de 30 a 50) podemos identificar dois subperíodos: um que decorre nos anos 30 a 40 e o outro na década de 50. O primeiro refere-se à institucionalização do Serviço Social e à inserção das primeiras assistentes sociais na divisão sociotécnica do trabalho e o segundo ao estabelecimento da profissão e à recomposição dos conteúdos formativos (CARVALHO; PINTO, 2014,p.6).

Nas décadas de 1930 e 1940 a profissão de Serviço Social foi institucionalizada tendo como base um quadro de políticas ditatoriais e conservadoras.

No processo de institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social os ideais de modernidade, liberdade, fraternidade e os direitos foram secundarizados e substituídos pelas ideias da raça superior e da moralidade repressiva (Marques e Mouro, 2004:182). A institucionalização da formação e da profissão do Serviço Social iniciou-se com a abertura da primeira escola do Serviço Social em 1935. Esta escola era gerida pelo patriarcado (religioso).O surgimento da primeira escola de Serviço Social em Lisboa ficou associado ao Congresso da União Nacional, onde foi debatido o projeto político ideológico do denominado Estado Novo. Neste congresso foi defendida a criação de escolas de Serviço Social pela Condessa de Rilvas (corrente progressista/reformista associada à educação social). Estas personalidades encabeçavam um

movimento que defendia a necessidade de profissionais habilitados para a educação moral e que concebia as escolas do Serviço Social como um meio para atingir as finalidades ideológicas através da ação política e social (social (CARVALHO, PINTO, 2014, p.7).

De 1930 e 1940 a profissão de Serviço Social foi institucionalizada tendo como base um quadro políticas ditatoriais e conservadoras. Nesse período as bases da profissão estavam voltadas na organização e formação da família, na concretização das bases positivistas perpetuadas pela igreja e pela ciência social.

No início da formação, o curso de Serviço Social era organizado em 3 anos. A formação curricular incluía três grandes temas: educação social, medicina social e o exercício da prática em instituições sociais. O curso versava sobre o Serviço Social e os seus modos de funcionamento, enfatizando a dimensão individual e familiar, assim como as práticas, implicando a realização de inquéritos, visitas, relatórios e monografias (Martins, 1993). Além de assistentes sociais, formavam-se também nessas escolas visitadoras sociais escolares com curso, de menos duração, de 3 meses (CARVALHO, PINTO, 2014, p.7).

O Serviço Social é marcado nas décadas de 1930 e 1940 pelo trabalho feminino direcionado a mulheres da classe burguesa. A maioria das ações era desenvolvida por pessoas sem formação. “Neste período, a ação social desenvolvida por assistentes sociais, visitantes e/ou voluntárias confundia-se com a ação religiosa e de educação moral nacional. (CARVALHO, PINTO, 2014, p.8).

Após a Segunda Guerra Mundial, O estado novo foi objeto de crítica social e a ação exigia um corpo de pessoal qualificado para cuidar de suas tarefas governamentais, como distribuição de serviços sociais, aconselhamento e administração dos escritórios de assistência social.

Em 1950 foi traduzido para o português o livro *Diagnósticosocial*, de Mary Richmond (1917), pelo diretor do Instituto de Ricardo Jorge, o Dr. José Alberto Faria. Nessa data foi também criado o Sindicato de Assistentes Sociais, educadoras familiares e outros profissionais de Serviço Social. Os seus associados deveriam defender os interesses da nação. Destacamos ainda nessa etapa a fundação da Escola de Serviço Social do Porto em 1956. O objetivo era dar uma resposta aos problemas sociais emergentes decorrentes da industrialização dessa região. A partir de 1956 as escolas de Serviço Social podem formar três tipos de profissionais: monitoras, assistentes familiares e assistentes sociais e que assumem competências para atribuir os diplomas de Serviço Social. O ensino e a intervenção orientavam-se agora para os problemas sociais emergentes, tendo essa ideia sido reforçada por meio da reformulação dos planos de estudo das escolas de Serviço Social. Nessa reformulação foram introduzidas disciplinas da filosofia, das ciências sociais e da psicologia na formação em Serviço Social. O ensino encaminhou-se para o processo metodológico associado ao diagnóstico social e para o Serviço Social. Exemplo disso foi a introdução de alterações nos planos de estudo e o

distanciamento formal dos preceitos doutrinários do regime em 1956 (CARVALHO, 2000, p.67).

Na década de 1950 começam a eclodir movimentos contra a ditadura. Neste período foram efetuadas algumas alterações no ensino e na formação do Serviço Social. O ensino voltava-se para a resolução de problemas sociais emergentes, decorrente da acumulação de capital em grupos económicos (Lisnave, Cuf e da Banca). Nesta reformulação foram introduzidas disciplinas de filosofia, das ciências sociais e da psicologia na formação em Serviço Social. “O ensino encaminhou-se para o processo metodológico associado ao diagnóstico social e para o Serviço Social de caso (CARVALHO; PINTO, 2014, p.9).

Como é possível observar no fim da década de 50 houve uma reformulação dos currículos com a inclusão de disciplinas como Filosofia, Ciências Sociais e Psicologia. Com essas alterações nos currículos houve uma reordenação também na forma de atuação do profissional de Serviço Social que deixou de ser aquele que atendia exclusivamente às famílias passando a ser também aos trabalhadores.

O Serviço Social reorientava-se para problemáticas específicas em vez da exclusividade da intervenção com famílias. Contudo, a análise das monografias de fim de curso nesse período releva que as preocupações dos assistentes sociais eram com a caracterização dos lugares, territórios, a valorização dos costumes e das tradições, e não com as expressões da questão social. A ação social desenvolvida por assistentes sociais, visitantes e/ou voluntárias confundia-se com a ação religiosa e de educação moral nacional. Por exemplo, em 1955 cerca de 70% dos diplomados em Serviço Social exerciam a profissão na obra das mães para a educação nacional (CARVALHO; PINTO, 2015, p.68).

Em Portugal, desde a década de 50, do século XX, que existe um sindicato do Serviço Social, mas este sindicato respondia às exigências do governo do estado novo, relativo às corporações profissionais, sendo uma forma de controle da profissão. Na década de 1960 se a sociedade iniciou um processo de luta contra a ditadura de uma forma mais explícita com movimentos e estudantes e com movimentos contra a guerra no ultramar (Angola e Moçambique).

Ainda na década de 1960 houve um avanço do Serviço Social em Portugal voltada mais para cientificidade do que para o empirismo. O campo de atuação sofre uma ampliação com o afastamento da questão religiosidade, da caridade, indo para empresas, instituições e serviços do Estado.

Entre a década de 1960 até 1974 assistimos em Portugal a uma relativa abertura do regime político, com o desenvolvimento industrial e a construção de



algumas respostas sociais, assim como com a introdução das ciências sociais no ensino em Portugal. Essas mudanças tiveram um claro impacto no Serviço Social. Nessa década, surgem ideias contrárias ao conservadorismo e ao corporativismo do Estado, e acentuam-se os movimentos políticos contrários ao regime, surgindo igualmente algumas cooperativas culturais. Durante esse período, o Estado preocupava-se em melhorar as condições de saúde e de proteção social. Em 1960, o curso de Serviço Social das escolas foi considerado como curso superior e foi novamente objeto de reconfiguração do plano de estudos. Em 1961, o Serviço Social foi reconhecido como curso superior, mas não universitário (CARVALHO; PINTO, 2015, p.69-70) .

Ressalta-se que em 1964, “os “rapazes” foram autorizados a frequentar o curso de Serviço Social, apesar de, como refere Fernandes (2005), estes já terem sido admitidos no curso desde 1961” (CARVALHO; PINTO, 2014, p.10).

Em 1964, os “rapazes” foram autorizados a frequentar o curso de Serviço Social. em 1961 foi criado o curso de Serviço Social no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ICSPU) integrado em uma universidade pública, por despacho ministerial em abril de 1964, e em 1967 o curso complementar de Serviço Social (Idem). No espaço formativo do ICSPU, o Serviço Social vê incrementar no seu seio as competências de diagnóstico, planejamento e gestão/administração de planos de intervenção, afastando-se da visão praticista-voluntarista que vinha caracterizando o Serviço Social até essa data. Sendo uma escola de ciências sociais e políticas, também levou os profissionais de Serviço Social aí formados a valorizar metodologias coletivas. Em 1969, as escolas de Serviço Social passaram a ser institutos superiores, tendo em 1971 e 1972 alterado o plano de estudos orientado pelas ciências sociais. Durante esse período, assistiu-se a uma série de mudanças nas políticas de assistência e previdência, nomeadamente a reformulação do sistema de previdência, a redefinição das competências das entidades não lucrativas, as Santas Casas da Misericórdia, os regulamentos dos hospitais e o Serviço Social na saúde. Na década de 1960, nas escolas de Serviço Social de Lisboa e do Porto, inicia-se um processo de desvinculação religiosa, ainda que subtil, passando as unidades curriculares de Doutrina Social da Igreja e de Orientação Religiosa a ser optativas. Para essa desvinculação contribuiu a vinda de assistentes sociais brasileiras para dar formação na escola de Lisboa. Durante esse período foram introduzidas mudanças substantivas na formação teórica e prática direcionada para a dignificação do Serviço Social, cruzando com a tendência de reconceptualização do Serviço Social e do movimento de crítica ao empirismo (CARVALHO; PINTO, 2015, p.69-70)<sup>7</sup>.

Na década de 1960 prevalecia uma sociedade patriarcal, com uma hierarquia de gênero na qual os homens, devido à sua "liderança natural", organizavam o trabalho, a produção de conhecimento e o ensino, enquanto as mulheres, ainda mais subordinadas, continuavam seu trabalho nas diferentes práticas sociais. Uma suposição

---

<sup>7</sup> Com a abertura política de 1969/1970 (Martins, 2003:55), o sindicato dos assistentes sociais torna-se agora um meio para melhorar as condições de trabalho e de obtenção de reconhecimento profissional, atuando no sentido de modificar a representação da profissão, de “missionária” para uma profissão qualificada e socialmente útil (Martins. 2003:55). Contudo, só a partir de 1974, é possível “regenerar” a profissão. É nesta época que os assistentes sociais lutam pela construção de uma imagem moderna da mesma, comprometida com os direitos humanos, a justiça social e o bem-estar social (CARVALHO; PINTO, 2014, p.13).

óbvia é que os homens foram devidamente recompensados por suas posições de liderança, enquanto o trabalho prático do cliente das mulheres era mal remunerado. No século 19, o trabalho de caridade era mais valorizado do que é agora, porque se sentia que os trabalhos de amor não podiam ser realizados por dinheiro. Independentemente desse sentimento, ou talvez por causa dele, através de vários mecanismos, uma diferença salarial entre os sexos foi estruturalmente construída na profissão (MONTEIRO, 1995).

Um breve olhar comparativo demonstra que o desenvolvimento do serviço social como um campo educacional e profissional tomou caminhos diferentes em diferentes países e é explicado de diferentes maneiras. Não houve um padrão consistente para definir problemas sociais entre os países, nem existe uma definição inequívoca do próprio Serviço Social. Estabelecer o Serviço Social como profissão em um país dependia do contexto local e das perspectivas e pressuposições culturais embutidas no assunto.

Embora a maior parte da literatura sobre profissões não elucide ou lide com o aspecto de classe, a escassa literatura sobre a história do Serviço Social português mostra implicitamente como o gênero e a classe estavam intimamente inter-relacionados e formavam uma base para seu desenvolvimento através de um programa educacional (NEGREIROS, 1995).

Apesar desta hierarquização social e controle político o serviço social foi objeto de lutas tendo algumas assistentes sociais sido presas. Por exemplo:

Em 1973, pela primeira vez, surgem duas chapas para o sindicato dos assistentes sociais. Vence a defendida pela vanguarda que se afasta da legitimidade atribuída pela ditadura salazarista, apregoando que os/ as assistentes sociais devem ser conscientes e ativas cooperadoras da Revolução Nacional. Questionam uma suposta neutralidade do Serviço Social incorporada pelas orientações dominantes da metodologia norte-americana de feição positivista, passando a ser concebido como profissão, também fruto da aproximação às correntes do pensamento crítico, seja pelo diálogo entre cristianismo e marxismo, seja pela pedagogia de Paulo Freire. Destacamos, nesse período, a grande influência das primeiras produções do movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano, principalmente Argentina, Chile, Brasil e Uruguai. (SANTOS; MARTINS, 2016, p.326).

Mas todas estas condições sociais e políticas se alteram com a revolução democrática de 1974. Esta revolução democrática, também conhecida por revolução dos cravos foi o resultado de lutas populares e militares. A revolução de abril de 1974,

aproxima o Serviço Social Português de uma vertente crítica” (SANTOS; MARTINS, 2016, p.326)<sup>8</sup>.

Neste período, nas escolas de Serviço Social de Lisboa e do Porto, inicia-se um processo de desvinculação religiosa, ainda que sutil, passando por unidades curriculares de doutrina social da Igreja e de orientação religiosa a ser optativas (CARVALHO; PINTO, 2014).

Entre os anos de 1974 e 1989, a profissão de Serviço Social “regenerou-se” e criou uma imagem moderna com intervenções inovadoras. A igualdade de direitos entre mulheres e homens foi postulada na primeira constituição da república democrática portuguesa em 1976 (CARVALHO; PINTO, 2014).

Foi assumida a igualdade de direitos cívicos políticos e sociais entre homens e mulheres. Esta revolução democrática, que derrubou a ditadura, permitiu a reconfiguração do Serviço Social. Esta reconfiguração foi aliada com a reconceitualização dos países da América Latina e o Serviço Social radicalizou-se participando em movimentos sociais decorrentes da defesa e reivindicação de direitos cívicos, políticos e sociais.

A revolução democrática em 1974 possibilitou a criação da Associação de profissionais em 1979 e a reivindicação da licenciatura (bacharelato) em Serviço Social. Este movimento criado com a associação e com as escolas permitiu que em 1989 fosse assumido pelo ministério da educação o grau de licenciado em Serviço Social.

A profissão de assistente social desenvolveu-se com a implementação do regime democrático, com a institucionalização das ciências sociais e a assunção de responsabilidades sociais por parte do Estado – direitos cívicos, políticos e sociais. É importante referir que a democratização do país foi consolidada não só com a Constituição de 1976, mas também com um novo Código Civil de 1978 e com a entrada na União Europeia em 1986. A mudança social e política permitiu à profissão consolidar o estatuto profissional através da criação de associações profissionais, carreiras, definição de

---

<sup>8</sup>Durante a década de 60 assistiu-se ao desenvolvimento industrial de Portugal e a uma relativa abertura social e política. Nesta década, surgem ideias contrárias ao conservadorismo e ao corporativismo do Estado, e acentuam-se os movimentos políticos contrários ao regime, surgindo igualmente algumas cooperativas culturais. O regime político mostra, por um lado, uma certa abertura na orientação da política económica e social, mas, por outro lado, um maior controle face a essas ideias e movimentos. Algumas destas ideias associadas aos direitos humanos foram defendidas por algumas assistentes sociais que as levaram à prisão e à tortura. As mudanças políticas e sociais e do conhecimento científico permitiram também mudanças no Serviço Social. Em 1960, o curso de Serviço Social das escolas foi considerado como curso superior e foi novamente objeto de reconfiguração do plano de estudos. Em 1964, foi reconhecido como curso superior, mas não universitário (Fernandes, 1985 a; Martins, 2009; Monteiro, 1995). (CARVALHO; PINTO, 2014, p.12).

conteúdos funcionais, reconhecimento e valorização da formação académica, assim como a reconfiguração dos diplomas para o grau de licenciatura em 1989 e o acesso a outras formações pós-graduadas, como mestrados e doutoramentos. Durante este processo, de reconhecimento da profissão, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP-, recria-se a licenciatura em Serviço Social, no quadro universitário público (Branco e Fernandes, s/d; ISSSL, 1999) (CARVALHO; PINTO, 2014, p.14).

Na década de 1970 até a década de 1980, os Institutos de Serviço Social começaram a lutar pela integração nas universidades públicas. Uma manifestação ocorrida em 1975 em frente ao Ministério da educação mobilizou professores; estudantes; funcionários. Entre suas bandeiras estava a luta contra o Serviço Social ao serviço do Capital. Nesse período houve: “o avanço da consciência da Escola e a clarificação do seu papel na superação das condições e formas de exploração e opressão inerentes à situação da sociedade portuguesa na época” (SANTOS, MARTINS, 2016, p.328). Ressalta-se que o estabelecimento do Curso de Serviço Social foi apenas conseguido no século XXI.

Mas na década de 1980, foi criada uma licenciatura em Serviço Social no ensino superior público porém, teve o desenvolvimento controverso já que em 1984 procedeu-se à mudança da designação do curso, de Serviço Social para “Política Social”, mantendo-se inalterados o plano de estudos e os objetivos do curso.

Um marco na inserção do Serviço Social em Portugal foi a inserção do país na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, atualmente União Europeia, essa entrada trouxe muitas implicações para a profissão:

É nesta década que o ISSSL realiza convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brasil, para a realização do mestrado e doutoramento de professores e assistentes sociais portugueses. Essa parceria contribui com o processo de divulgação da vertente crítica do Serviço Social, de inspiração marxista, iniciado na década de 1960/70, com a presença de alguns professores brasileiros, tais como Carmelita Yazbek e José Paulo Netto. Esse processo contribui com o fortalecimento da leitura de produções de autores brasileiros, dentre eles, Marilda Vilela Iamamoto e Vicente de Paula Faleiros. Apesar disso, ganha força a influência anglo-saxônica, com a onda neoliberal que assola a Europa e a crise do capital intensificada na primeira década do século 21. A década de 1980 traz grandes conquistas em torno da formação, tais como a passagem do currículo da licenciatura de quatro para cinco anos e o reconhecimento, em 1989, do grau académico da licenciatura em Serviço Social pelo Ministério da Educação de Portugal. (SANTOS; MARTINS, 2016, p.327).

Ressalta-se que após 1989 houve o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Portugal o que representou um grande passo para o desenvolvimento da profissão no país, com a defesa de mais teses e artigos (CARVALHO; PINTO, 2014). Contudo esta expansão teve início em 1986/87.

Em 1986/87, a escola de Lisboa estabelece um protocolo com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil) para o desenvolvimento de formações pós-graduadas ao nível de mestrados e doutoramento (Branco e Fernandes. s/d; Negreiros, 1999-21). Deste protocolo surge, em 1987, a abertura do primeiro mestrado em Serviço Social em Portugal (Negreiros, 1999:21; Fernandes, 2005). O plano curricular de 5 anos incluía 2 anos com uma base teórica de disciplinas nas áreas do Serviço Social, sociologia, psicologia do comportamento pessoal e organizacional, direito, assim como métodos e técnicas de investigação científica. Esta transformação na formação permitiu construir um corpo profissional competente ao nível do saber, saber fazer, saber comunicar e saber ser assistente social, integrando vários campos: da ação direta, da concessão de políticas, da avaliação, da docência e da investigação. A mudança, na formação do Serviço Social, seguiu a tendência de expansão do ensino superior privado em Portugal, permitindo assim a consolidação de corpo profissional especializado e altamente qualificado para a intervenção social em paridade com outras formações. Durante esta etapa foram construídas as políticas sociais setoriais e assumidos como direitos, o acesso à escolaridade obrigatória para homens e mulheres, o acesso à saúde, à segurança social, à habitação e ao trabalho (Constituição da República Portuguesa, em 1976). A ação dos profissionais alterou-se radicalmente, integrando-se definitivamente no contexto das políticas sociais modernas (CARVALHO; PINTO, 2014, p.15).

Durante os anos de 1990 e 2006, Portugal procurou atingir padrões e valores europeus, construindo políticas ativas, participadas e atentas às necessidades dos cidadãos. As ciências sociais expandiram-se e o conhecimento do Serviço Social aproximou-se das mesmas, construindo-se enquanto ciências práticas. Nesses anos ocorreram algumas transformações no Serviço Social. Começando pelas mais importantes, que foram o reconhecimento do grau de licenciatura, 1989, e em 1991 a regulamentação da profissão com a categoria profissional de Técnico Superior de Serviço Social (CARVALHO; PINTO, 2014).

A partir de 1994 a formação em Serviço Social inseriu-se em universidades cruzando-se com outras ciências e outras disciplinas e com outras exigências (a primeira licenciatura numa universidade foi na Universidade Católica). Posteriormente, foram criados cursos em universidades e institutos politécnicos da rede pública do ensino superior (CARVALHO, 2014).

O Processo de Bolonha- PB é um marco importante na reforma do ensino superior na Europa e está alinhado às orientações do Banco Mundial e da Unesco no que se refere à constatação de que a globalização econômica e a sociedade da informação indicam um conjunto de reordenamento do mercado de trabalho, buscando uma formação e qualificação dos trabalhadores. As características dessa formação, pautam-se pelos cursos de curta duração, na eliminação dos obstáculos que possam

existir para a mobilidade de estudantes, diplomados e professores, na utilização das TIC e na uniformização dos currículos.

O PB foi considerado a maior operação de harmonização das formações, dos certificados e das qualificações testemunhadas no contexto europeu. Como uma política educacional supranacional, tal processo revolucionou o ensino superior europeu, sendo possível reconhecê-lo como formalização da proposta de criação do Espaço Europeu do Ensino Superior. Apesar de o marco inaugural do PB localizar-se na Declaração de Sorborne e, posteriormente na Declaração de Bolonha já em 1987 a Europa previa a mobilidade de estudantes através do ERAUSMUS. O Projeto de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes –ERAUSMUSesteve sob a competência da Comissão Europeia e pôde ser considerado como um esforço de compreensão mútua entre países europeus na busca de promover a internacionalização do ensino superior. Seu objetivo era promover a integração e a identidade europeia, além de aumentar a competitividade em relação aos Estados Unidos e ao Japão, por meio da educação (COELHO, 2018).

As propostas inicialmente formuladas em Bolonha, em 1999, foram ratificadas nas conferências de Praga (2001), em Berlim (2003) e em Paris (2003), sendo, nesse última realizada uma avaliação do referido processo. Essa avaliação foi publicada pela UNESCO no Relatório sintético sobre as tendências e os desenvolvimentos da Educação Superior (1998-2003).Atualmente 48 países fazem parte do Protocolo de Bolonha e seus objetivos atuais, conforme documentos oficiaisconsistem na introdução dos sistemas de três ciclos (licenciatura/mestrado/doutoramento); no reforço da garantia da qualidade; na facilitação do reconhecimento das qualificações e dos períodos de estudo. As dez linhas de ação apresentadas na Declaração de Bolonha podem ser resumidas nos seguintes pressupostos: mobilidade; convergência; regulação; cooperação/cosmopolitismo; mercado.

O PB não pode ser considerado um Tratado, pois não impõe aos países obrigatoriedades, mas recomendações. No entanto, do ponto de vista político, há um reconhecimento histórico desse processo e a tendência à adaptação dos estados signatários. O PB é governamentalizado pelos estados e, ao mesmo tempo, sobre determinados por agendas transnacionais. O papel dos estados nacionais na educação muda, consideravelmente, a partir do PB na Europa. Há o deslocamento da intervenção direta do Estado através de normativas, sanções, orientações para agências intermediárias que tendem a configurar uma regulação mais próxima do mercado (COELHO, 2018).

A direção neoliberal do ensino superior que orienta e impulsiona as políticas da EU transformou a educação em mercadoria. As autoras apontam que, desde o processo

de democratização e término da ditadura, o ensino superior em Portugal passou por profundas transformações, principalmente após a adesão do país à CEE em 1986, cujos índices em todos os níveis de escolaridade deveriam convergir para a Europa. O aumento de diplomados é extremamente significativo, passando de 19 mil em 1991 para 84 mil diplomados em 2008. Portugal possui particularidades em relação ao ensino superior, pois seu sistema binário integra universidades e institutos politécnicos. Segundo a DGES – Diretoria Geral do Ensino Superior.

O **ensino universitário** é orientado por uma perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber e visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concessão, inovação e análise crítica. O **ensino politécnico** é orientado por uma perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos e visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais (DGES, 2019)<sup>9</sup>.

O ensino universitário em Portugal engloba as universidades, os institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário. O ensino superior politécnico compreende os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico. Tanto o ensino universitário como o politécnico podem ser oferecidas em instituições públicas e privadas (na qual se inclui a Universidade Católica Portuguesa). Após as adequações ao PB, o ensino superior confere grau em 3 ciclos: 1º. Ciclo, correspondente à graduação no Brasil, o 2º. Ciclo, o mestrado e o 3º. Ciclo correspondente ao doutorado.

Dessa forma, os ciclos correspondem:

1. Grau de Licenciado - cursos de 1º ciclo do ensino superior, com duração de três anos. No ensino politécnico, a licenciatura tem uma duração normal de seis semestres curriculares correspondentes a 180 créditos. No ensino universitário, este ciclo de estudos tem entre 180 e 240 créditos e uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares. 2. Grau de Mestre - cursos de 2º ciclo do ensino superior, normalmente com a duração de dois anos, realizados depois da conclusão de um curso de 1º ciclo. Para a obtenção do grau de mestre, são necessários de 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares. O mestrado no ensino politécnico possui uma natureza profissional, enquanto no universitário possui uma natureza acadêmica, com uso de investigação ou que aprofunde competências profissionais. No ensino universitário, o grau de mestre pode, também, ser obtido após um ciclo de estudo integrado, com 300 a 360 créditos e uma duração normal compreendida entre dez e doze semestres curriculares. Normalmente, esta duração de mestrado ocorre quando há uma exigência para o acesso ao exercício de uma determinada atividade profissional estabelecida por normas legais da União Europeia. 3. Grau de Doutor - estudos de 3º ciclo do ensino superior, depois da obtenção do grau de mestre. Este título só é

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.dges.gov.pt/pt>. Acessado em 08/03/2019.

conferido no ensino universitário, diferentemente dos outros dois(DGES, 2019)<sup>10</sup>.

De acordo com Coelho (2018) com a adequação ao PB, as exigências às licenciaturas é que tenham duração mínima de 3 (três) anos e os mestrados, 2 (dois) anos. Informalmente, o novo modelo é chamado de três mais dois (3+2) e explicita o caráter de complementação dos mestrados em relação às licenciaturas. O mestrado torna-se a qualificação mínima requerida, já que o mercado de trabalho tende a não admitir apenas a licenciatura. O primeiro ciclo é caracterizado por dois tipos de ensino, a licenciatura e os cursos técnicos. Os cursos de licenciatura podem acontecer nas universidades (públicas ou privadas) e nos institutos politécnicos.

O grau de licenciado é conferido aos estudantes que forem aprovados em todas as disciplinas (unidades curriculares) que estão propostas no plano de estudos de cada curso. A duração dos cursos de licenciatura em Portugal varia entre 6 (seis) e 8 (oito) semestres. No caso do diploma de técnico superior profissional, os estudantes que concluem o curso recebem um diploma de técnico superior profissional, porém são concluintes de grau acadêmico, pois 70% das disciplinas dos cursos que frequentaram são: de caráter de formação técnica e apenas 30% de formação geral e científica; além disso, 70% das horas de aula das disciplinas de formação técnica são práticas.

Essa foi a grande luta do Serviço Social em Portugal, haja vista o enquadramento em curso superior até 1989, sem conferir grau de licenciatura e, portanto, não se configurando como ensino universitário superior. Não existe atualmente o grau de “bacharelado”, mas sim de licenciatura em Portugal. Os profissionais exercem funções de técnico superior, de diretor, de coordenador sendo estas as categorias profissionais na função pública e no setor privado não lucrativo.

Em 1999, a entrada de Portugal como signatário da Declaração de Bolonha traz implicações para o Serviço Social no país:

Em 1999 Portugal passa a ser signatário da Declaração de Bolonha. A adequação ao Processo de Bolonha, o desmantelamento do Estado Social e as políticas de austeridade advindas da crise do capital são processos que promovem um retrocesso nas condições de vida e de trabalho da população, afetando a formação e o trabalho dos assistentes sociais. Com o processo de Bolonha tem-se a exigência de, até o ano de 2010, harmonizar os graus e diplomas para facilitar as equivalências de cursos nas universidades de 45 Estados europeus subscritores, introduzindo os ciclos de estudos: 1º ciclo (licenciatura), 2º ciclo (mestrado), 3º ciclo (doutorado), em uma concepção de continuidade e desvalorização da formação. Nesta direção, primeiro e segundo ciclos passam, obrigatoriamente, a serem oferecidos perfazendo um total de cinco anos. Os cursos têm a flexibilidade para optarem por três anos na licenciatura e dois anos no mestrado ou três anos e meio na licenciatura e um

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.dges.gov.pt/pt>. Acessado em 08/03/2019.



ano e meio no mestrado. Ou seja, os cinco anos de licenciatura são transformados em licenciatura e mestrado, fortalecendo uma concepção de aligeiramento da formação e de uma educação voltada, fundamentalmente, para atender às necessidades do mercado e não da população. Não existem normas para a regulamentação da formação, um currículo mínimo e nem diretrizes gerais próprias da profissão. (SANTOS; MARTINS, 2016, p.327)

A implantação do PB em Portugal foi processo muito difícil com vários obstáculos a serem superados. Como forma de lidar com as dificuldades do processo e garantir a qualidade da formação preconizada pelo PB desde sua Declaração, em 2007, o governo português, por meio do Decreto-Lei n. 369/2007, cria a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, órgão responsável pela acreditação e avaliação dos cursos superiores em Portugal. A A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior possui natureza de direito privado, dotada de personalidade jurídica e é reconhecida de utilidade pública, constituída por tempo indeterminado. A A3ES pretende promover a internacionalização do sistema de ensino superior português por meio da participação no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior - EQAR, coordenando as atividades de avaliação e acreditação em Portugal com instituições e mecanismos de avaliação internacional. A adesão de Portugal às políticas internacionais de adequação ao PB resulta em um discurso homogêneo, justificado pela incontornabilidade da necessidade de modernização com vistas à aproximação de Portugal aos países do centro (COELHO, 2018).

A entrada de Portugal na PB evidencia a clara decorre a perda do protagonismo do país, que entrou em processo europeização, onde se vislumbra uma desnacionalização da educação superior, a qual rompe com as barreiras e fronteiras nacionais num franco processo de liberalização e harmonização. A padronização do ensino promovido pela PB é assentada em uma concepção de educação voltada para o mercado de trabalho e na diminuição do papel do Estado na política de Educação, expressando seu caráter neoliberal. O Estado deixa de ser o principal responsável por promover o ensino superior e compartilha tal responsabilidade com o setor privado, além de responsabilizar o próprio estudante por sua empregabilidade. As reformas na educação concebidas por Portugal espelham uma ideologia dominante na maioria dos países membros da OCDE, que enaltece o papel da educação para a competitividade econômica nacional num mercado cada vez mais global.

Decorrente desta transformação que desde 1999 que profissionais, o sindicato e a associação de profissionais têm lutado pelo reconhecimento da profissão como profissão superior que se autoregula por si através de um conselho. Esta estrutura organizativa e reguladora da profissão tem sido, até agora, sempre recusada pelo poder político. A ordem profissional está a ser debatida por uma comissão na assembleia da

republica onde estão a ser ouvidas entidades que formam e que empregam assistentes sociais. Este movimento foi reativado recentemente com a mobilização dos assistentes sociais para a criação da ordem profissional. O movimento pela ordem, que tinha emergido entre 1997 e 2000, foi consolidado no ano de 2002 com a aprovação, em assembleia geral, da APSS e depois com o congresso de Aveiro onde foi reiterada a vontade da sua criação (APSS, 2006).

Se em termos profissionais ainda não há entidade que regulamente a profissão, no que diz respeito ao ensino também não se vislumbram desenvolvimentos. Recentemente foi criada uma associação científica em Serviço Social, que integra doutores em Serviço Social, com o objetivo de criar consensos em torno desta área científica na sociedade. Destaca-se, também, a criação do Movimento de estudantes do Serviço Social (MESS) que pretende agrupar os estudantes das várias escolas, institutos e universidades no que diz respeito ao ensino e à profissão. Em relação ao ensino, a comissão de avaliação do ensino superior, composta por docentes da área, valia os cursos de licenciatura, mestrado e de doutoramento e tem, de algum modo, estabelecido padrões científicos e pedagógicos para o desenvolvimento do ensino de Serviço Social em Portugal.

Analisando o cenário atual do Serviço Social em Portugal verifica-se que existem 17 cursos de Serviço Social em universidades públicas, institutos politécnicos, universidades privadas e escolas de Serviço Social.

A reformulação do sistema de ensino, de acordo com as normas de Bolonha, centrado na ideia de formação ao longo da vida, alterou a estrutura curricular e a filosofia de base dos cursos. A universidade é desafiada a desenvolver a formação centrada na ideia de "fileira" de diplomas, em que a formação de base passou a ser de três anos; os mestrados, de dois anos; e os doutoramentos, de três anos. Esse diploma possibilita também que alunos com mais de 23 anos possam aceder ao ensino superior por intermédio da creditação das competências profissionais e experienciais (CARVALHO; PINTO, 2015, p.269).

As universidades, institutos ou escolas que oferecem o curso de Serviço Social apresentam formas distintas à nível da sua duração e dos conteúdos formativos (licenciatura em Serviço Social, grau que autoriza o aluno a ser profissional e a exercer a profissão). As licenciaturas podem ter a duração de seis ou sete semestres, incluem disciplinas nucleares de Serviço Social e outras complementares ao nível das ciências sociais e humanas. As disciplinas nucleares incluem os fundamentos teóricos, metodológicos e axiológicos do Serviço Social, com vistas à gênese e a institucionalização do Serviço Social, as teorias e metodologias tradicionais e contemporâneas, modelos de intervenção, metodologias de intervenção com

problemáticas específicas, tais como crianças e jovens, envelhecimento, multiculturalidade, e também questões de ética e de deontologia, e as práticas de estágio. Assim o Serviço Social em Portugal tem sofrido alterações quer a nível da sua formação quer a nível do exercício da profissão.

Quanto ao exercício profissional, temos a privatização de serviços sociais, com redução dos serviços sociais públicos e responsabilização da sociedade civil que passa a ser empregadora dos assistentes sociais. Alteram-se as práticas profissionais promovendo maior dependência do empregador, baseadas agora no controle e na fiscalização da população, reforçando uma atuação encerrada em gabinetes. O desemprego, o mercado de trabalho extremamente precário do ponto de vista do vínculo contratual e os baixos salários dificultam a inserção e manutenção da população no ensino superior (tanto privado quanto público). (SANTOS; MARTINS, 2016, p.328).

Sobre as características do Serviço Social em Portugal observa-se que:

Tanto o Serviço Social português como o brasileiro são formações superiores, graduadas e pós-graduadas com durações relativamente semelhantes. Contudo, há algumas especificidades. Em Portugal, os cursos podem ter a duração de 3 anos, nas universidades privadas e nos institutos universitários e politécnicos, e de 4 anos nas universidades públicas e nas escolas de Serviço Social. Pelo contrário, no Brasil, há um código de ética, desde a década de 50 do século XX. O código de ética é uma lei que tem de ser respeitada pelos profissionais e pelas entidades empregadoras. O conselho federal e os conselhos regionais regulam a profissão, promovem-na e fiscalizam-na, e a ABEPSS determina as diretrizes curriculares e a PNE. Em Portugal não existe um código de ética profissional nem diretrizes curriculares. Em Portugal não existe este poder regulador, sendo esta uma grande lacuna na nossa profissão específicos na formação dos estudantes, futuros assistentes sociais Este é precisamente um dos grandes desafios da atualidade para o Serviço Social, seja em Portugal seja no Brasil. É um desafio verdadeiramente global para o Serviço Social (CARVALHO; PINTO, 2015, p.205-211).

Em relação às atividades de estágio supervisionado verifica-se que:

O estágio supervisionado é um instrumento fundamental na graduação, pois neste momento é que o aluno passa a ter contato real com o campo de atuação do assistente social e experiências vividas nas praxis atreladas à teoria adquirida academicamente, que contribuem de forma positiva no processo de ensino-aprendizagem do ponto de vista prático, teórico e reflexivo. Este é um momento importante da construção do perfil profissional do aluno e para isto deve ser realizado de forma que venha a acrescentar na formação do mesmo, com discussões direcionadas e com criticidade acerca do estágio. O Serviço Social é uma especialização do trabalho, e sua prática histórica, gestada nas relações de poder da sociedade capitalista, e, portanto, permeada por contradições advindas dos interesses de classes. É nesse meio que se configura o estágio, pois as instituições nada mais são que ambiente contraditório de reprodução dessas relações, e que sempre tende a defender os interesses dos grupos dominantes, ou seja, o seu próprio interesse (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2015, p.3-4).

## A expansão das universidades trouxe o problema da falta de emprego.

Verificamos que, se até nos anos 90 do século passado este absorvia com relativa facilidade os licenciados que iam sendo formados, no momento presente a realidade da empregabilidade é outra. Não só a oferta de licenciados em Serviço Social é muito maior, como por sua vez a oferta de postos de trabalhos não acompanhou de todo o aumento de diplomados e encontra-se em retração geral. A situação de desemprego de profissionais, subempregos e empregos em condições precárias é hoje em dia (e, provavelmente, pela primeira vez) um importante desafio da profissão (Martins e Tomé, 2008b). A expansão quantitativa da formação em Serviço Social é uma das vertentes da falta de regulação geral da formação em Serviço Social. As universidades e entidades de ensino superior a exibir grande autonomia na construção da oferta educativa em Serviço Social, embora se assista as uma crescente dinâmica de qualidade e de controlo da oferta de ensino superior, nomeadamente através de processos de avaliação regulares pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (CARVALHO; PINTO, 2014, p.20)<sup>11</sup>.

Em uma visão crítica, acredita-se que as novas metodologias de aprendizagem ainda precisam evoluir muito para que a formação dada nas universidades realmente reflita com as demandas da sociedade. A expansão dos cursos universitários dessa forma não resultou em uma ampliação da área de atuação do profissional de Serviço Social.

A expansão do número de cursos e de alunos não se traduziu num aumento substantivo do número de professores formados em Serviço Social no sistema universitário. Esses profissionais doutorados ou mestres são remetidos para o ensino das práticas, e não das teorias, metodologias ou ética e deontologia, as quais continuam a ser da responsabilidade de doutorados em sociologia, educação ou antropologia. Esta situação está em linha com o que se passa com os outros países. Aos profissionais é requerida capacidade de ação, competências para a resolução dos problemas sociais rapidamente e com menos recursos, o que não pode deixar de colocar em causa a eficiência das políticas sociais e da intervenção do Serviço Social. (CARVALHO; PINTO, 2015, p.68).

Dessa forma, acredita-se que o Serviço Social ainda na atualidade precisa de desprender dos modelos tradicionalistas, e buscar novas formas de atuação.

É fundamental melhorar as qualificações dos profissionais e dos agentes académicos de formação, bem como o desenvolvimento de uma cultura profissional de associação, fundada na confiança recíproca e na colaboração solidária (Carmo e Pinto, 2011). De maneira a poder vingar como área do conhecimento e como profissão nos tempos futuros, o Serviço Social vai

---

<sup>11</sup>A desregulação do ensino do Serviço Social diluiu os antigos perfis profissionais, a desregulação do mercado de trabalho e a crescente importância, liderada pelo mercado, requer novos perfis profissionais do social. Atualmente as ofertas de trabalho que existem, mas menos bem pagas e com piores condições de trabalho do que no setor público, são no setor privado não lucrativo, e mais secundariamente no setor empresarial (quer nas respostas sociais desenvolvidas por este setor de bem-estar, como também na emergente área da responsabilidade social das organizações, que nos parece estar a abrir novos nichos de mercado que os assistentes sociais tem certamente competências e apetência para preencher). Neste novo cenário há ainda a salientar que os profissionais podem nem ficar com a denominação de assistentes sociais (mas, antes “técnicos de reinserção” ou “técnicos comunitários”, por exemplo), o que vem complexificar ainda mais questões de identidade e de saberes (CARVALHO; PINTO, 2014, p.20).

necessitar de viver em autenticidade, isto é, assumir, perante si próprio, os seus valores, saberes e práticas, de uma forma reflexiva e integrada. Estes são alguns dos desafios que o Serviço Social em Portugal terá de enfrentar nos anos vindouros (CARVALHO; PINTO, 2014, p.22).

Outra questão que se levanta é que a crise do capital influencia na profissão de Serviço Social:

Sendo o Serviço Social uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, pensá-la enquanto formação e exercício profissional demandam refletir sobre educação e trabalho numa totalidade social. Ambos, como expressão de unidade, sofrem os impactos da crise do capital, da reforma do Estado, da reestruturação produtiva, da exploração do trabalhador, da perda ou ressignificação dos direitos, da reforma universitária, da mercantilização da educação, da expansão desenfreada das universidades, da proliferação do Ensino à Distância (EAD) e da retomada do pensamento conservador nas universidades. O estágio supervisionado e a supervisão em Serviço Social (como unidade intrínseca e indissociável) sofrem implicações e rebatimentos da precarização da educação e do trabalho profissional. O trabalho profissional do assistente social na sociedade contemporânea, no bojo do Estado neoliberal - que traz implicações na desqualificação e precarização da educação e do trabalho - mediações pertinentes e atuais, que se fazem presente no arcabouço da produção de conhecimento<sup>35</sup> da categoria, no que tange nosso objeto de estudo (CAPUTI, 2014, p.44-45).

Como é possível observar o atual debate da formação do Assistente Social é a educação ser tratada como uma mercadoria, com a falsa defesa de uma educação para todos.

No contexto europeu e brasileiro, a profissão é confrontada com a desregimentação, com a privatização dos serviços do Estado, atingindo os direitos sociais, conseqüentemente, impactando os espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais e a formação profissional. Portugal e Espanha além de sofrerem os impactos da crise que atinge em escala planetária todos os países capitalistas, são constrangidos com as medidas de austeridades impostas pela Troika. Em Portugal, a atual realidade de reorganização do trabalho e a alteração do padrão de proteção social com o dismantelar do Estado Social conduzem à precarização, ao desemprego, e a um fenômeno novo para os diplomados à emigração, que vem atingindo também os assistentes sociais e mestres, além da desvalorização da formação e da profissão. Apesar de todo o esforço da Associação de Profissionais de Serviço Social para a constituição da Ordem dos Assistentes Sociais, a não regulação da formação e da profissão em Portugal é ainda hoje uma realidade que afeta a formação e fragiliza a luta por melhores condições de trabalho dos assistentes sociais portugueses e organização política da categoria (ORTIZ *et al*, 2015, p.3).

O processo de mundialização do capital supracitado envolve, além do processo produtivo, os serviços e funções do Estado. Dessa maneira, a educação não ficou isenta desse cenário. Como abordado anteriormente, o PB é uma das expressões de como os serviços, anteriormente prestados pelo Estado, configuram-se em serviços regidos por instâncias supranacionais, com protagonismos dos organismos internacionais.

A precarização da educação é um dos desafios mais proeminentes a ser enfrentado, para aprofundar essa temática no próximo tópico serão analisados os rebatimentos do sistema capitalista na formação do Assistente Social em Portugal.

### 3.2 Os rebatimentos do sistema capitalista na formação do Assistente Social em Portugal

A maioria das teorias das profissões demonstra amplamente que um caminho mais comum para o crescimento profissional tem sido que um grupo de atores privados com forte interesse próprio objetiva monopolizar um campo específico de práticas de trabalho baseadas no conhecimento de forma competitiva. Na formação do Serviço Social profissional no contexto português, tais interesses particulares dificilmente tiveram um papel proeminente. Com seu forte foco no papel do Estado no desenvolvimento do Serviço Social como um campo profissional, se observa uma importante, embora subestimada, dimensão no conhecimento comum do crescimento profissional que merece ser mais explorada (PINTO, 2004).

Ressalta-se que Portugal prioriza na constituição da república a promoção do Bem-estar: “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais” (PORTUGAL, 1989, Art.9º).

Por outro lado os direitos sociais estão assegurados na Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social traz os seguintes dispositivos:

1. O artigo 81º trata das incumbências prioritárias do Estado português, no âmbito económico e social, dentre as quais destacam-se duas. A primeira visa a promoção do aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, e a segunda busca a promoção da justiça social, bem como, assegura a igualdade de oportunidades e opera as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento, através da política fiscal (PORTUGAL, 2013, Art.81º).
2. O artigo 63º da Carta Magna que a segurança social portuguesa é assegurada como direito de todos. “O sistema de segurança social visa proteger os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho” (PORTUGAL, 1976, Art.63º).
3. A Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro é atualmente a que vigora em Portugal e esta traz as bases gerais do sistema da segurança social. A presente lei reforça a garantia de que “todos têm direito à segurança social” (PORTUGAL, 2013, Art.2º).
4. Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respectiva equidade; e Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão (PORTUGAL, 2013, Art.4º).
5. O sistema de proteção social português tem como princípios gerais: a universalidade; a igualdade; a solidariedade; a equidade social; a diferenciação positiva; a subsidiariedade; a inserção social; a coesão intergeracional; o primado da responsabilidade pública; a complementaridade; a unidade; a descentralização; a participação; a eficácia; a tutela dos direitos adquiridos e

dos direitos em formação; a garantia judiciária e a informação (PORTUGAL, 2013, Art.5º).

6. Os sistemas de ação social visam a efetivação do direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de carência económica; a prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão; a compensação por encargos familiares; e a compensação por encargos nos domínios da deficiência e da dependência (PORTUGAL, 2013, Art.26º)

7. Os objetivos da Ação Social concretizam-se, designadamente através de prestações pecuniárias, em espécie, utilização da rede de serviços e equipamentos sociais e apoio a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais (PORTUGAL, 2013, Art.30º). A lei estabelece que a “Ação social é desenvolvida pelo Estado, pelas autarquias e por instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelo Estado e em consonância com os princípios e linhas de orientação (...)” (PORTUGAL, 2013, Art.31º)

Entre os princípios da Ação Social em Portugal estão:

- a) Intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos;
- b) Desenvolvimento social através da qualificação e integração comunitária dos indivíduos;
- c) Contratualização das respostas numa ótica de envolvimento e de responsabilização dos destinatários;
- d) Personalização, seletividade e flexibilidade das prestações e dos apoios sociais, de modo a permitir a sua adequação e eficácia;
- e) Utilização eficiente dos serviços e equipamentos sociais, com eliminação de sobreposições, lacunas de atuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos envolvidos;
- f) Valorização das parcerias, constituídas por entidades públicas e particulares, para uma atuação integrada junto das pessoas e das famílias;
- g) Estímulo do voluntariado social, tendo em vista assegurar uma maior participação e envolvimento da sociedade civil na promoção do bem-estar e uma maior harmonização das respostas sociais; e
- h) Desenvolvimento de uma articulação eficiente entre as entidades com responsabilidades sociais e os serviços, nomeadamente de saúde e de educação (PORTUGAL, 2013, Art.31º).

A reforma do setor público e do bem-estar social tem sido parte do cenário internacional em muitos países nas últimas três décadas. Essas reformas são frequentemente realizadas para diferentes justificativas políticas, processos, discursos e velocidades. A literatura do serviço social vê essas mudanças, seu impacto no Serviço Social e na desigualdade social e econômica a partir de uma perspectiva de um único país. No entanto, o desenvolvimento de perspectivas internacionais e a colaboração em pesquisa são importantes para facilitar a compreensão global do contexto da doutrina econômica neoliberal internacional, suas tendências e para auxiliar a avaliação do impacto do Serviço Social sobre as pessoas vulneráveis e a profissão (O'MALLEY, 2008).

Nas últimas três décadas, muitas sociedades, como Portugal, experimentaram mudanças políticas, econômicas e culturais que transformaram nossas comunidades

por meio da implementação de modelos menos regulamentados de capitalismo, a criação de estados de bem-estar social, mudanças na estrutura e responsabilidade das organizações nos setores público e privado, com uma maior ênfase no risco e maior precariedade da força de trabalho decorrente do neoliberalismo (PINTO, 2011).

O neoliberalismo pode ser entendido como uma teoria das práticas econômicas políticas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando liberdades e habilidades individuais do empreendedor dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio. O papel do estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a tais práticas (MOURO, 2009).

Essa doutrina econômica, portanto, fornece uma importante base na política econômica do governo, seu compromisso com o bem-estar social, direitos humanos e sociais e o papel do Serviço Social na promoção, proteção e imposição dos mesmos. O desenvolvimento dessa abordagem neoliberal baseou-se principalmente na oposição à doutrina política adotada por John Keynes no Reino Unido na década de 1930 e no *New Deal* nos EUA. Suas ideias macroeconômicas visam reduzir o tamanho e a influência do Estado, aumentar a desregulamentação e promover a iniciativa privada, com a crença de que, à medida que o Estado tem menos responsabilidade, suas necessidades financeiras diminuem, resultando em menores taxas de taxaço. Considerado bom para o crescimento econômico e que os benefícios econômicos resultantes escorreriam para os pobres e reduziriam a desigualdade. Em vez de reduzir a pobreza, parece haver níveis crescentes de desigualdade em muitos países (MOURO, 2001).

As últimas três ou quatro décadas foram marcadas por um acentuado e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, rapidamente incorporado na atividade produtiva, o que se traduziu em enorme aumento da produtividade. Mas os agentes que estão por detrás da *financeirização* têm pressionado (e continuam a pressionar) os governos a adotar políticas de *arrocho salarial* (diminuição dos salários reais e diminuição da parte da riqueza criada que cabe aos trabalhadores), bem como políticas que dão primazia ao combate à inflação e que desvalorizam a promoção do crescimento e do emprego. Tudo de acordo com a lição dos 'ayathollahs' do neoliberalismo (Hayek e Milton Friedman). O dogma neoliberal foi cumprido. Mas o mundo não ficou mais próspero nem mais feliz com esta tentativa de contrariar a *baixa tendencial da taxa média de lucro* à custa da diminuição dos custos do trabalho, ou, dito de outro modo, à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores. Tais políticas garantem lucros (e muitos) a curto prazo, mas provocam o empobrecimento dos trabalhadores e agravam as contradições no seio do capitalismo como um todo, acabando por conduzir a situações de *sobrecapitalização* (*sobreacumulação*), que configuram *crises de sobreprodução*, cujo risco de ocorrência é tanto maior quanto mais acentuado e acelerado for o desenvolvimento das forças produtivas que acompanha o desenvolvimento científico e tecnológico. importante, a este propósito, chamar a atenção para outro ponto. É que, tendo como pano de fundo as *políticas de globalização neoliberal*, a *financeirização* da economia foi acompanhada, nos países industrializados, pela *internacionalização* de muitas empresas industriais, i.é, pela *deslocalização* de



muitas delas (acompanhada da exportação de capitais) para países com mão-de-obra barata e sem direitos, o que se traduziu em acentuada *desindustrialização*, com profundas alterações na estrutura da produção e do emprego e com repercussões em termos de reforço da debilidade das estruturas produtivas dos países dominantes (BRAZ, 2016, p.233-234).

Dentro desse contexto de desvalorização o desafio de interpretar o Serviço Social a partir de uma perspectiva internacional requer uma compreensão do contexto da prática e ver isso além da provisão de bem-estar do estado. Até mesmo a compreensão e a experiência do bem-estar são diferentes internacionalmente, com muitos vendo a austeridade nos "serviços de bem-estar generosos" como sendo ainda melhores do que a experiência dos pobres em outros países (MARTINS, 2008a).

Ao procurar analisar o Serviço social em Portugal é importante entender como este se constitui. As submissões globais destacam como regionalmente o Serviço Social tomou posições contra o neoliberalismo. Essas perspectivas mostram que os assistentes sociais estão formados para atuar no atendimento das perspectivas coletivas. No entanto, para promover os objetivos da Agenda Global no Serviço Social e para promover a igualdade social e econômica é importante fortalecer o perfil e a visibilidade do Serviço Social, para desenvolver novas parcerias para aumentar a confiança dos assistentes sociais para dar uma contribuição mais forte ao desenvolvimento de políticas (MARTINS, 2008b).

Assim, apesar dos benefícios da colaboração internacional em pesquisa, os estudiosos relatam um processo repleto de desafios, que podem incluir obstáculos no financiamento, dificuldades de linguagem e problemas metodológicos. A natureza diversa dos países envolvidos necessita desenvolver uma teoria coesiva e explicação dos processos e, assim, empreender um processo de construção conjunta do conhecimento. Na tentativa de compreender o impacto de uma abordagem neoliberal na prática de Serviço Social, é importante a reflexão sobre a singularidade do Serviço Social que não é devido a uma base de conhecimento distinto, mas sua perspectiva sobre os problemas das pessoas. A interconexão e interdependência dos indivíduos com a sociedade, acreditando que "problemas privados" e "questões públicas" estão intimamente relacionados. A base de conhecimento, portanto, é derivada da pesquisa sobre indivíduos e sociedade e, mais importante, sobre a relação dinâmica entre os dois.

Essa singularidade em perspectiva, juntamente com o papel e a resposta do Serviço social, experimentaram nos últimos anos um "efeito" político com implicações para a marginalização daqueles que recebem seus serviços, isto é, através da restrição de serviços e o aumento da supervisão gerencialista ou processos gerenciais. Essas características estão presentes em todos os países, mesmo quando a política social

articulada sugere o contrário. Além disso, a New Public Management – NPM há muito enfatiza o uso da gestão corporativa no serviço público, além de transferir o trabalho do setor público do governo para o setor corporativo. O desenvolvimento de programas de responsabilidade social corporativa em países como a Índia também enfatizou um papel maior do setor privado além da privatização dos serviços de bem-estar social vistos em muitos outros países. Como resultado, a NPM tem sido uma ferramenta útil nos esforços neoliberais para transformar os serviços públicos em mecanismos de mercado e gerenciamento. Além disso, o papel do Estado como amortecedor da pobreza também está passando por mudanças, com maior ênfase na sociedade civil e no papel da responsabilidade social corporativa e no empreendedorismo.

Em Portugal, a mudança cultural como resultado do neoliberalismo resultou na mercantilização de aspectos da sociedade que antes eram considerados impossíveis de comercializar, como bem-estar social, poluição e água. Embora todos os países que participaram deste processo de pesquisa tenham identificado provisão de Serviço Social como existente nos setores estatal, não-governamental (ONG) e privado, também é importante reconhecer as mudanças estruturais nos serviços oferecidos. As ONGs fizeram parcerias com o governo para fornecer serviços muitas vezes sob o pretexto de uma solução para a má cobertura ou prestação de serviços pelo setor estatal; maior democratização; e tentar mobilizar a responsabilidade pública para combater a pobreza, estabelecer responsabilidade compartilhada e preencher o abismo entre os serviços estatais reduzidos e as necessidades da sociedade.

No entanto, o uso de ONGs os atrai para sistemas regulatórios, mas também à medida que essas organizações se tornam mais dependentes das finanças governamentais para prestação de serviços e sobrevivência, enfraquece sua capacidade de defender mudanças sociais e econômicas, bem como justiça social. Reforçando a necessidade de responder positivamente aos critérios de avaliação, modelos de prestação de serviços e requisitos do governo. O uso do NPM tem sido frequentemente descrito como a gestão que aumentou os métodos de controle direto e indireto, a fim de aumentar a produtividade, aumentar o lucro e / ou reduzir os custos. No entanto, embora esses objetivos busquem alcançar eficiência e responsabilidade, outros valores fundamentais como igualdade, equidade e participação são menos enfatizados (ZINN, 2008).

De fato, alguns sugerem que, como o setor estatal tem sido cada vez mais criticado por ser a causa de problemas sociais como crime e pobreza, a profissão de assistente social que integra o estado de bem-estar também sofre uma redução de status. A profissão tornou-se vulnerável em sua resposta a essa crítica, seus esforços para se livrar dessa situação especialmente através da adoção de ideias neoliberais

como a gestão de risco, promovendo o uso de mercados através de orçamentos individuais e a erosão do social universal. Assim, a profissão também deve estar atenta para que outros, talvez com intenções menos nobres, busquem atender a Agenda Global com cautela para promover suas próprias aspirações políticas e econômicas. A lógica de mercado está, portanto, cada vez mais incorporada na sociedade, com os valores sendo internalizados nas vidas sociais e pessoais dos cidadãos criando desafios profissionais devido ao crescente isolamento do serviço social da prestação de serviços universais (MARQUES; MOURO, 2004).

Isso é o resultado de um giro político, a verdadeira natureza dos projetos neoliberais é frequentemente disfarçada ou apresentada como uma nova roupagem reformista. Nas discussões em grupo entre os parceiros do projeto, tem havido o reconhecimento de que a experiência de muitos países tem sido uma implementação neoliberal através da retórica da modernização do serviço público e uma busca por maior eficiência de recursos. Outras mudanças viram o discurso ou as ideias de "clientes" e "cidadãos" do Serviço social serem reformulados aos dos consumidores, enquanto, ao mesmo tempo, as organizações públicas são remoldadas como réplicas do mundo dos negócios (LOPES, 2012).

A importância das relações para efetuar a mudança no serviço social está bem documentada. No entanto, o desenvolvimento de soluções de mercado em países como Portugal, como principais defensores da mercantilização, resultou na reformulação dos assistentes sociais como um "gerente de atendimento". A especialização tornou-se baseada em grupos de usuários de serviços, como crianças, adultos e saúde mental, em vez de intervenções profissionais, como trabalho ativista e comunitário; que aborda mais a importância da construção de relacionamentos, empoderamento, facilitação e pedagogia crítica. Os desafios de recursos limitados ou recursos insuficientes para atender à demanda não só resultaram em maior ênfase em abordagens baseadas em riscos, mas em detrimento da prevenção, juntamente com ataques a serviços sociais universais devido às preocupações com a eficiência, o risco e priorização (GALEGO, 2009).

Cada vez mais, o papel dos assistentes sociais parece estar mais focado na avaliação de necessidades, na identificação de riscos, na identificação de recursos formais e informais e em debates sobre os direitos e responsabilidades dos usuários dos serviços. A centralidade da avaliação de risco na tarefa do serviço social serve como mais um exemplo do impacto da padronização, onde agora se tornou um aspecto fundamental da prática de do Serviço Social. A avaliação de risco tornou-se uma parte fundamental do papel dos assistentes sociais das crianças e isso como resultado da trilha de auditoria da documentação. Espera-se que os trabalhadores se concentrem

mais nas decisões defensivas do que nas "certas" (PARTON, 1998). Além disso, o aumento do uso de estruturas baseadas em competência no treinamento de Serviço Social é uma forma de padronização que promove a prestação de contas e padrões, mas também pode levar a um foco em padrões mínimos aceitáveis, maior administração e conteúdo educacional reduzido.

Como resultado, os empregadores acreditam que os assistentes sociais não precisam mais ter habilidades específicas em intervenções terapêuticas ou de Serviço Social especializado. Isso levanta questões sobre a formação do Serviço Social e a experiência da supervisão como um processo de gestão que busca reforçar ou negar essas tendências.

As políticas neoliberais em Portugal também influenciam quem deve ou não fazer o Serviço Social e ensinar Serviço Social. Parece haver pouco debate em curso sobre a ética ou adequação desta abordagem, apesar do risco óbvio de maior controle e injustiça social. Ao nível da formação espera-se que os estudantes do serviço social realizem um período de educação prática e haja uma grande variação no número de horas necessárias (FERREIRA, 2008).

Com a massificação do ensino, o surgimento de vários cursos de Serviço Social, e a desregulação das Políticas Públicas, o ensino do Serviço Social em Portugal tem-se orientado mais para o ensino de métodos de intervenção, para as competências profissionais, para agir em situações de emergência. O ensino responde à tecnocracia exigida nestes contextos, e não tanto para o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo exigido à intervenção que se exerce em contextos de grande complexidade. Embora, o Serviço Social em Portugal não tenha esses regulamentos, a atuação profissional bem como a formação acadêmica se desenvolve de uma maneira crítica, que buscam respostas para o enfrentamento da "questão social" e, potencializam, uma formação prática com a aproximação dos discentes à realidade atual na qual se inserem.

É necessário entender as implicações disso e esclarecer os detalhes do que é apresentado, mas isso ilustra a complexidade da colaboração internacional, onde uma investigação mais aprofundada e o desenvolvimento de estruturas são críticos para localizar e analisar dados que em um nível podem parecer diretos, muitas vezes requer exame detalhado considerável. A percepção de alguns formuladores de políticas de Portugal é de que o Serviço Social continua sendo uma atividade prática que pode ser realizada voluntariamente por "banqueiros", embora seu compromisso com a justiça social e os códigos éticos possa ser questionável (FERREIRA, 2009).

Enquanto a teoria neoliberal promove as ideias de liberdade individual, a necessidade de responsabilização resulta em uma contradição ainda maior com os

assistentes sociais sendo examinados, mesmo em sua capacidade pessoal e vida privada. Apesar desse aumento na regulamentação, para usuários e cidadãos, parece haver um crescente enfraquecimento dos títulos de assistente social. Além disso, como resultado da busca por flexibilidade, eficiência e modernização; muitas tarefas anteriormente realizadas por assistentes sociais são agora realizadas por trabalhadores não qualificados ou outros profissionais que enfraquecem ainda mais a profissão. Este ataque aos papéis profissionais não foi uniformemente defendido ou repellido (FERNANDES, 2005).

Em contraste, em países como a África do Sul e a Finlândia, a supervisão é vista como proporcionando apoio "clínico" ou profissional, enquanto a administração se preocupa com a administração e que essas duas tarefas ou processos são separados por pessoas diferentes, assumindo a responsabilidade por eles. Na Rússia, uma Comissão confirma o nível de realizações dos assistentes sociais e promove o nível de categoria de trabalho dos indivíduos. Além disso, através de uma posição de um chamado "metodista" - isto é um profissional que analisa como os programas são construídos em centros e agências de assistência social, verifica métodos que são usados, controla a qualidade do trabalho - é uma posição estatal e abrange agências estaduais. Em Portugal, o estado realmente gerencia e supervisiona a maioria das agências de Serviço Social, o que se denomina de managerialialismo, implicando a prestação de contas. Dentro do grupo de projetos, apenas um país (África do Sul) estipula que apenas um assistente social qualificado pode supervisionar outro assistente social. Em dois países (Inglaterra, Itália), outros profissionais também podem fazer a supervisão. Em três países (Rússia, Finlândia e Índia), não está claro qual deve ser a profissão do supervisor. Portanto, é importante para iniciar o desenredar os processos, nuances e praticar diferenças entre a administração e a supervisão nos diferentes contextos. Embora este trabalho esteja em andamento, é claro que tanto o significado quanto a experiência da supervisão são diferentes. Assim, a supervisão em todos os contextos destina-se a garantir que os riscos sejam efetivamente gerenciados; que as intervenções são baseadas no conhecimento acumulado (prática baseada em evidências) e que os assistentes sociais sejam apoiados para capacitá-los a realizar seu trabalho "efetivamente".

Quem julga o que é eficaz não é normalmente contestado na prática organizacional. A gestão, managerialista, desafia a tradicional gestão de tratamento de questões mais estratégicas ou macro, garantindo que as metas gerais sejam alcançadas e que a direção da organização seja clara. Em outras palavras, a supervisão tende a ser voltada para dentro, enquanto a administração é vista como voltada para

fora. É discutível que essa diferenciação é baseada em uma abordagem baseada em problemas para o Serviço Social (CARVALHO, 2010).

O impacto social, econômico e profissional do neoliberalismo é uma dessas áreas em que o Serviço Social tem um papel importante a desempenhar. No entanto, o uso da linguagem, contexto local, economia e política tornam impossível o desenvolvimento de um continuum simples e estruturas mais complexas são necessárias para auxiliar a descrição, análise e contexto do Serviço social moderno dentro do contexto neoliberal. Alguns autores sugerem identificar a dificuldade para essas dificuldades como sendo culpa dos gestores, outros questionaram essa proposição.

O impacto das políticas neoliberais em Portugal está tendo uma variedade de consequências intencionais e não intencionais para nossa profissão, nossos valores e para os cidadãos globais. Como o desenvolvimento de coletivos nacionais e internacionais, para promover o debate crítico, desenvolver bases de evidências para teorizar e engajar-se na complexa relação entre cidadãos, Estado e a profissão está aberta para debate.

Num contexto de crise global e de crise de legitimidade e financeira do Estado, não é só o investimento nas políticas sociais que é posto em causa, mas também a profissão de assistente social. A des-regulação do ensino do Serviço Social diluiu os antigos perfis profissionais, a des-regulação do mercado de trabalho, e a crescente importância, liderada pelo mercado, requer novos perfis profissionais do social. Atualmente as ofertas de trabalho, que existem, mas menos bem pagas e com piores condições de trabalho do que no setor público, são no setor privado não lucrativo e, mais secundariamente, no setor empresarial (quer nas respostas sociais desenvolvidas por este setor de bem-estar, bem como na emergente área da responsabilidade social das organizações, que parece estar a abrir novos nichos de mercado que os assistentes sociais têm certamente competências e apetência para preencher). Numa sociedade global e tecnicista, o Serviço Social tende a ser cada vez mais racional, controlado por legislação e protocolos de atuação enfatizando a técnica como "quase" um fim, e não como meio da sua ação. Esse contexto onde a racionalidade instrumental se destaca, demanda um pensamento "reflexivo". De fato, a política social e o Serviço Social da/na sociedade de risco tornam-se reflexivos quando se confrontam necessariamente com os seus resultados, tensões, conflitos, contradições e desafios. Embora seja o próprio Estado social, e as suas políticas sociais, a produzir riscos sociais, o Serviço Social vê-se na contingência de continuar a ser aquele que tem de atender a velhos e novos riscos. O Serviço Social constitui-se como agente fundamental promotor de reflexividade implícita em processos de criação e superação de riscos sociais, pelas várias dinâmicas societais (CARVALHO; PINTO, 2015, p.68).

Da mesma forma, é preciso entender que a ação local, particularmente em Portugal, pode fornecer apoio, intencional ou não, à implementação de políticas neoliberais e à promoção de interesses corporativos em bem-estar social e saúde pública. O papel dos profissionais e cidadãos individuais não deve ser subestimado,

mas o Serviço social precisa ser mais visível, crítico, promover o debate, bem como a pedagogia crítica. Ao considerar o neoliberalismo, deve-se considerar a sociedade está diante de uma abordagem econômica poderosa, em uma profissão que muitas vezes é acrítica, reticente em reivindicar crédito por suas conquistas impactadas pela baixa moral e confiança de Praticantes do trabalho e um fracasso no engajamento em um nível político resultaram na profissão (inconsciente ou consciente) de reforma da política neoliberal (CARVALHO, 2011).

### **3.3 O trabalho do assistente social docente em Portugal: realidades e desafios**

Como se nota, “O Serviço Social, ao contrário do que possa pensar, não é uma profissão nova: tem mais de 100 anos em todo o mundo e mais de 80 anos em Portugal” (CARVALHO, 2013). A maioria das profissões de sucesso emergiu como projetos masculinos de classe média baseados no conhecimento científico e organizados para promover os interesses próprios dos envolvidos e proteger seu território. As teorias profissionais também foram desenvolvidas a partir de uma perspectiva masculina. Mas o Serviço social, por outro lado, é um projeto profissional exercido por mulheres, sendo tendencialmente feminino (CARVALHO, 2013).

O Serviço Social em Portugal é um produto do estado ditatorial e do estado democrático após 1974. Um olhar mais atento revela a natureza de gênero dessa “nova” profissão e, além disso, revela uma história de desenvolvimento profissional anterior à Segunda Guerra Mundial, que foi formada pelas ideias das mulheres; visões e valores e que foram estruturalmente construídos na ocupação. O desenvolvimento do estado de bem-estar do pós-guerra deslocou o Serviço Social português das margens para uma posição muito mais central, mas o gênero ainda é uma dimensão importante para desconstruir o desenvolvimento profissional (CARMO; PINTO, 2011).

É comum dizer que as raízes históricas do Serviço social estão no trabalho de caridade que foi direcionado às necessidades sociais e à pobreza através dos séculos. Grande parte deste trabalho foi anteriormente trabalho não remunerado das mulheres. Os fundamentos teóricos do Serviço Social se baseiam na exploração do comportamento humano, sistemas sociais e princípios de justiça social. Os fortes laços entre Serviço Social profissional, valores de compaixão e apoio humano tornaram difícil delinear os limites do Serviço social. De acordo com as teorias convencionais sobre profissões, limites transparentes limitam as possibilidades de profissionalização em um sistema diferenciado de funções (BRANCO, 2009a).

A especificidade da profissão segundo Carvalho (2012, p.2) é:

É a de intervir na sociedade com a finalidade de promover a mudança e o bem estar social. Também promove a igualdade de oportunidades e a participação social (VIEIRA, 2015), numa sociedade que se quer justa e democrática. O neoliberalismo é pensamento que orienta atualmente às políticas e a ação do Serviço Social na sociedade, priorizando a eficiência, a capacitação personalizada e individualiza, rementendo para a comodificação do Serviço Social (ZAVIRSEK *et al.*, 2010). Esta mudança ocorre num enquadramento político neoliberal global. Representa uma forma de gerir os serviços sociais públicos através de parcerias público-privadas lucrativas e não lucrativas, isto é, gerir os serviços públicos com regras privadas. Os profissionais de Serviço Social, os assistentes sociais, são também avaliados pela sua eficiência na execução destas políticas, neoliberais, discriminatórias e injustas, que selecionam e sancionam os cidadãos, sobretudo os que são incapazes de prover as suas necessidades e os que não tem lugar, e/ou que não encaixam, não se adaptam, a este tipo de sociedade.

Por outro lado, Branco, (2009) afirma que exatamente essa ambiguidade fornece um desafio ou um ponto de partida para a reflexão crítica e desenvolvimento futuro do Serviço social profissional. É preciso extrair e comentar as pressuposições e suposições incorporadas em interpretações concorrentes de uma questão. Ela argumenta que qualquer descrição de um problema é simultaneamente uma interpretação que envolve julgamento e escolhas. Em relação ao Serviço social português, houve uma necessidade crescente de intervenção baseada numa organização racional, científica e administrativa no pós-guerra. Até então, o modelo de caridade era a única opção para ajudar os necessitados, e porque as mulheres, que fizeram a maior parte desse trabalho, foi mais ou menos negadas a entrada no mercado de trabalho remunerado, ele não foi pago. A crítica acima foi explicitamente dirigida às mulheres benevolentes da classe alta que organizaram o trabalho voluntário. De acordo com a ideologia emergente na época, a empatia e a emoção não eram mais assumidas como parte do Serviço social; suas funções deviam ser executadas de maneira profissional e comercial. Houve uma tentativa de torná-lo mais masculino (BRANCO, 2009b).

O Serviço social atualmente é uma profissão cada vez mais necessária em nossa sociedade, particularmente à medida que a sociedade se torna cada vez mais complexa. A justiça social e os princípios dos direitos humanos são fundamentais para a prática do Serviço Social, auxiliando na melhoria do funcionamento social e do bem-estar social. O Serviço Social atualmente é uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social e o empoderamento e a liberação das pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito às diversidades são centrais para o Serviço Social. Subjacente às teorias do Serviço Social, ciências sociais,



humanidades e conhecimento indígena, o Serviço Social envolve pessoas e estruturas para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar, numa tensão entre o necessário e o possível, entre o querer e o poder (ANDRADE, 2001).

O profissional Serviço social atua na:

Avaliação, remediação e prevenção de problemas psicossociais e melhoria do funcionamento social e psico-social de indivíduos, famílias, grupos e comunidades (i) fornecendo serviços de aconselhamento e terapia para clientes, (ii) desenvolvimento, promoção e fornecimento de programas de serviços humanos, incluindo aqueles feitos em associação com outras profissões, (iii) contribuindo para o desenvolvimento e melhoria da política social, e (iv) conduzindo pesquisas na ciência, técnica e prática de Serviço Social.

Em Portugal, não existe uma regulamentação específica para esta profissão, pois apesar de terem sido criados dois decretos-lei (decreto-lei nº 297/91 de 16 de Agosto e o decreto-lei 248/85 de 15 de Julho), nenhum deles define um conteúdo funcional específico para o Serviço Social. É esta lacuna que esta profissão pretende agora colmatar, no sentido de haver um reconhecimento da mesma que salvasse a sua especificidade. Portugal apresenta um modelo de estado providência misto, onde o Estado reparte as responsabilidades entre o mercado lucrativo e não lucrativo orientada para a subsidiariedade; isto é, o Estado só intervém quando as instâncias, famílias, instituições locais e da comunidade não o conseguem fazer (FERRERA, 2000, 2005).

Em Portugal, a profissão de Assistente Social não é objecto de uma regulamentação geral, quer no que se refere à formação, quer no que respeita ao exercício profissional. No que respeita aos programas de formação a regulação tem sido assumida exclusivamente pelo Estado, através do Ministério que tutela o ensino superior, com base na homologação dos *curriculade* formação e na atribuição de graus, segundo dispositivos de peritagem que excluíram, de forma quase sistemática até ao presente especialistas provenientes do grupo profissional. Neste plano, a situação portuguesa enquadra-se no designado modelo franco-europeu, em contraposição com o modelo anglo-saxónico (casos do Reino Unido e Irlanda designadamente) no qual se regista uma acreditação por conselhos especiais para a formação inicial e profissional, existindo, regra geral, uma regulamentação através de pré-requisitos e critérios para os cursos, exames, validação e reconhecimento de graus e licenças profissionais. No que respeita aos requisitos e condições de exercício profissional regista-se um regime de regulação casuística e fragmentada, conglomerado de normas legais e regulamentares diversas quanto ao seu estatuto e contexto histórico e variando designadamente segundo os principais sectores e campos de atividade. (BRANCOa, 2009, p.69-70).

Apesar da regulamentação não estar atualizada, será abordada a partir daqui as suas competências e sobre a necessidade de formação profissional contínua para atender as emergências atuais da sociedade portuguesa. Assim na realidade do serviço social português emerge a figura do cliente, da competência cultural, teorias e modelos de intervenção, pessoa ambiente, recursos da comunidade (justa distribuição de

recursos), responsabilidade ética e desenvolvimento profissional. Vejamos cada uma dessas dimensões:

A figura do cliente<sup>12</sup> emerge sobrepondo o atendimento ao cidadão. Dessa forma, os clientes incluem uma pessoa, família, grupo de pessoas, corpo incorporado, associação ou comunidade em nome de quem um assistente social fornece ou concorda em fornecer um serviço ou a quem o assistente social é legalmente obrigado a prestar serviço. A palavra "cliente" reconhece o diferencial de poder que existe entre o doador e o receptor do serviço.

O profissional de Serviço Social deve ter competência cultural, este é o processo pelo qual indivíduos e sistemas respondem respeitosa e efetivamente a pessoas de todas as culturas, línguas, classes, raças, origens étnicas, religiões, tradições espirituais, status de imigração e outros fatores de diversidade de uma maneira que reconheça, afirme e valorize o valor dos indivíduos, famílias e comunidades e proteja e preserve a dignidade de cada um. A competência cultural envolve o desenvolvimento de habilidades para respeitar as diferenças e interagir efetivamente com pessoas de diferentes origens. Isso envolve a conscientização dos preconceitos ou preconceitos de uma pessoa e está enraizado no respeito, validação e abertura em relação às diferenças entre as pessoas. A competência cultural começa com uma consciência de suas próprias crenças e práticas culturais, e o reconhecimento de que os outros acreditam em verdades / realidades diferentes das suas próprias. Também implica que há mais de uma maneira de fazer a mesma coisa de maneira correta (AMARO, 2012).

A competência cultural nesses padrões é um termo abrangente para o conhecimento e as habilidades que os assistentes sociais precisam para trabalhar dentro do contexto cultural dos clientes. Incorpora sensibilidade cultural, consciência, humildade e segurança. A competência cultural é um processo contínuo de aprendizado, reflexão e crescimento profissional. O uso da palavra competência é consistentemente usado na literatura profissional e implica ação e responsabilidade. Os assistentes sociais reconhecem que as pessoas experimentam a cultura de maneiras únicas, e muitas vezes têm múltiplas identidades culturais que se cruzam para moldar suas experiências, valores, crenças e tradições. Portanto, os assistentes sociais evitam generalizações culturais e permanecem abertos a incorporar a humildade cultural em sua prática. A humildade cultural “envolve a habilidade de manter uma postura interpessoal que é orientada para o outro (ou aberta para o outro) em relação aos aspectos de identidade cultural que são mais importantes para o cliente”.

---

<sup>12</sup> Clientes ou Utentes são as terminologias utilizadas para definir os usuários do Serviço Social em Portugal.

A experiência cultural de uma pessoa pode ter impacto sobre como ela percebe suas necessidades psicossociais, soluções para atender às necessidades e expectativas / percepções da relação de Serviço Social. Clarificar as expectativas em torno de intervenções de assistência social é importante no início do relacionamento terapêutico. Além disso, os assistentes sociais devem explorar com os clientes as influências socioculturais sobre a saúde e o bem-estar, juntamente com as crenças, costumes, rituais, expressões culturais e conceituação da saúde dos clientes. Os assistentes sociais têm a responsabilidade ética de “avaliar a capacidade de um cliente de dar o consentimento informado o mais cedo possível no relacionamento” (GARCIA, 2006, p.75).

Ao trabalhar com clientes de diversas origens culturais, os assistentes sociais entendem que os clientes não podem atribuir o mesmo significado aos conceitos abordados por meio do consentimento informado (ou seja, confidencialidade, saúde mental, risco, recuperação, cura, etc.). Portanto, é necessário que os assistentes sociais busquem estratégias para resolver possíveis mal-entendidos e discutir isso com o cliente. Isso pode envolver o uso proficiente de um consultor cultural e / ou intérprete.

Os/As assistentes sociais devem ter um conhecimento fundamental da cultura de um cliente (contexto histórico, tradições, valores, experiência de opressão); Reconhecer a interseccionalidade das identidades culturais e a consciência de quaisquer estereótipos ou percepções culturais. Também é importante que os assistentes sociais busquem o conhecimento e a compreensão da opressão, colonização, discriminação, posições sociais, poder e privilégio. Embora esse entendimento seja importante, os assistentes sociais reconhecem que a experiência deles não é a mesma para todos os indivíduos que se identificam com uma cultura específica (AMARO, 2012).

Os/As assistentes sociais devem lutar pela competência cultural nos níveis micro, mezzo e macro da prática de Serviço Social. Os assistentes sociais devem demonstrar uma compreensão e respeito pela importância da cultura na prática, política e pesquisa. Assistentes sociais devem: a) demonstram humildade cultural na prática, b) esforçam-se para melhorar o conhecimento e as habilidades para conduzir avaliações eficazes que incorporam cultura, c) aumentam as habilidades de comunicação eficaz com os clientes, c) usam estratégias de resolução de conflitos quando aplicável, d) usam efetivamente intervenções e habilidades que são sensíveis à experiência cultural do cliente (FALEIROS, 1997).

Os/As assistentes sociais devem considerar o uso de teorias, habilidades e modelos de intervenção para garantir a sensibilidade cultural e a relevância para o cliente que recebe serviços. A perspectiva pessoa-ambiente e pontos fortes fornece

uma estrutura útil para trabalhar com clientes de diversas origens culturais. A perspectiva pessoa-ambiente vê o indivíduo dentro do contexto de seu ambiente físico e social, e a perspectiva de pontos fortes enfatiza as forças, capacidades, ativos e resiliência do cliente. Os assistentes sociais devem se esforçar para melhorar as competências em comunicação transcultural e reconhecem o importante papel da linguagem e da comunicação ao trabalhar com clientes de diversas origens culturais.

Também é importante que os assistentes sociais estejam sintonizados com os comportamentos não-verbais e o estilo de comunicação dos clientes, e envolvam os clientes em um diálogo sobre o significado associado a estes comportamentos. Por exemplo, a exibição emocional, o contato visual, a inclinação da cabeça e o toque podem ter diferentes significados para indivíduos e membros de diversas culturas (DUARTE, 2009). Dessa forma, os assistentes sociais reconhecem suas próprias forças e limitações ao trabalhar com clientes de diversas origens culturais e encaminham clientes para outro assistente social ou profissional, quando necessário, para garantir que as necessidades do cliente sejam atendidas.

Os/As Assistentes Sociais apreciam que a competência cultural é um conceito fluido e continuam a lutar pela competência cultural na prática. Isso envolve um processo de aprendizagem, reaprendizagem, consulta, consulta e reflexão crítica. É importante entender que a competência cultural não é desenvolvida escolhendo respostas mais corretas do que incorretas, mas tomando decisões práticas ponderadas com a melhor informação disponível e aprendendo através de um processo de reflexão e avaliação de como fazer melhor no futuro. Os assistentes sociais apreciam o papel da comunidade ao trabalhar com indivíduos e famílias de diversas origens culturais (FALEIROS, 1997).

A diferença faz-se: “De forma crítica pelo reconhecimento da dimensão política do Serviço Social; Pela recusa da instrumentalização; Pelo envolvimento e pela promoção de alternativas às políticas sociais; Pela criação de autonomia profissional” (CARVALHO, 2016, p.3).

Os/As Assistentes Sociais se envolvem em desenvolvimento profissional contínuo para promover o conhecimento, habilidades em trabalhar com clientes de diversas origens culturais. Ressalto a responsabilidade ética dos assistentes sociais “em se esforçar para manter e aumentar seus conhecimentos e habilidades profissionais”. Assim, promover a competência cultural exige um compromisso com a aprendizagem ao longo da vida, a auto-reflexão, e uma avaliação contínua do conhecimento e habilidades de uma pessoa em trabalhar com clientes de diversas culturas. A aquisição de conhecimentos e habilidades para trabalhar com clientes de diversas culturas pode ser obtida de modos formais de aprendizado, que podem incluir: Participar de cursos,

workshops, e seminários que se concentram em conhecimento cultural, modelos teóricos, diversidade cultural e sensibilidade, ética e melhores práticas para práticas culturais cruzadas (BRANCO, 2008).

Profissionais envolvidos na supervisão da prática de Serviço Social integram consciência cultural e sensibilidade na aprendizagem contínua e desenvolvimento de habilidades. Isso inclui o conhecimento da diversidade e da prática culturalmente competente, a capacidade de identificar as necessidades de aprendizagem dos supervisionados e a capacidade de ajudar os supervisionados a estabelecer objetivos mensuráveis para aprendizagem e desempenho. Os assistentes sociais que fornecem supervisão asseguram que os assistentes sociais que trabalham com clientes de diversas origens culturais tenham a orientação apropriada e preparação para a prática, incorporem discussões sobre diversidade cultural e competência nas sessões de supervisão e trabalhem com o supervisionado para ter acesso ao desenvolvimento profissional contínuo para melhorar a competência cultural (BERNAL, 2006).

O contexto atual do Serviço Social mostra a incerteza e o risco com dilemas de como atuar em contextos sociais para que seja possível a melhor articulação entre a teoria e a prática. Para superar esse desafio, o profissional precisa lidar com problemas de um contexto neoliberal e fragmentado.

Esta independência exige lidar com a globalização e a fragmentação em contextos de incertezas e defender uma prática criativa em ambientes altamente regulados (uma prática criativa é uma prática que promove a distribuição de poder num processo de correlação de forças) (Faleiros, 2011). A atitude reflexiva implica de uma prática profissional que se quer na crítica. Nunca é demais lembrar que o Serviço Social tem a função de produzir conhecimento sobre as realidades sociais (representações e práticas sociais), e a função de agir na sociedade, para modificar as condições de desigualdade. Os riscos sociais atuais desafiam o Serviço Social a fazer face às mudanças sociais produzidas pelo capitalismo global (neoliberal) e a tornar-se uma oportunidade para as pessoas e para a sociedade, tendo presente princípios e valores como o desenvolvimento, a coesão, a justiça social e o bem-estar (CARVALHO, 2016, p.4).

Em sua essência, o Serviço social adentrou-se ao pensamento moderno, “orientado pela democracia, direitos humanos e direitos sociais, e assumiu a finalidade de criar mecanismos que maximizassem o bem-estar coletivo e facilitassem a integração dos cidadãos no sistema cooperativo” (CARVALHO, 2016, p.04). O objetivo era buscar uma justiça social e defesa da equidade de direitos na esfera social. Mas dentro desse meandro o neoliberalismo é adotado na sociedade criando uma nova postura do Estado Social:

O Estado assumiu a ideologia neoliberal para fundamentar a não intervenção na prestação de serviços em determinadas áreas – saúde, segurança social e educação - , atribuindo essas responsabilidades a associações de indivíduos, organizações de caráter lucrativo e não lucrativo. Os ideais neoliberais

defendem que o Estado deveria retirar-se do sistema econômico tornando-o mais competente, orientando-se este para as capacidades individuais e o empreendedorismo (Megales, 2006:318). O pensamento neoliberal potencia o dismantelamento do Estado Social orientando-se para uma recomposição de responsabilidades, entre o Estado e a sociedade, as famílias e o mercado (CARVALHO, 2016, p.7).

Não se pode esquecer que o profissional é desafiado a desenvolver ações que defendam os Direitos Humanos, provendo intervenções que ajude na diminuição entre o fosso que separam ricos e pobres na aldeia global e local.

O Serviço Social é uma área que incomoda, sobretudo, a classe política que não vê com bons olhos a defesa dos direitos, que demoniza os pobres, que vê no mercado a única forma de satisfação das necessidades. O Serviço Social é uma profissão que destaca realidades escondidas e que são incômodas para os políticos. Em alguns países (como, por exemplo, na Inglaterra), querem abolir o Serviço Social e o *welfarestate*, assim como o direito das pessoas se manifestarem publicamente. O Serviço Social é, então, desafiado a posicionar-se no contexto social, no centro da mudança – no conflito –, onde assume uma obrigação ética com os direitos humanos tendo em conta os particularismos – as necessidades humanas locais – transformando-as em direitos universais (CARVALHO, 2016, p.11).

Não obstante, os assistentes sociais devem esforçar-se para promover condições que estimulem o respeito pela diversidade cultural e social em Portugal e no mundo (VALDUGA; FERREIRA, 2016). Os assistentes sociais devem promover políticas e práticas que demonstrem respeito pela diferença, apóiam a expansão do conhecimento e dos recursos culturais, advogam programas e instituições que demonstram competência cultural e promovem políticas que salvaguardam os direitos e confirmam a equidade e justiça social para todas as pessoas (BECK, 1992).

Parece que chegou ao fim a cultura dos direitos. Voltamos à cultura da caridade. Nesta sociedade, os pobres são demonizados e a intolerância cresce. Veja-se, por exemplo, o corte das políticas sociais e dos programas de combate à pobreza e o aumento dos bancos alimentares e cantinas sociais, vulgo “sopa dos pobres”. O Serviço Social não se pode resignar a estas mudanças e dificuldades. Tem de se conceber como oportunidade para reconstruir a sociedade e posicionar-se como uma profissão do futuro (CARVALHO, 2016, p.03).

Assistentes sociais precisam avançar no desenvolvimento de políticas organizacionais inclusivas e serviços e programas culturalmente informados, e para informar mudanças sistêmicas. Através de suas práticas, assistentes sociais podem

(ANDRADE, 2001, p.30): Analisar políticas, sistemas e estruturas organizacionais e seu impacto nas pessoas; Defender a equidade, justiça e respeito; Colaborar com parceiros e outras profissões no avanço do conhecimento e compreensão cultural; Compartilhar informações e conhecimento para promover informações culturalmente informadas prática; Trabalhar em parceria com indivíduos, grupos e comunidades para promover a justiça social e a consciência cultural; Contribuir para o desenvolvimento de políticas sociais que promovam a diversidade e os direitos humanos.

As questões sobre a visibilidade do Serviço Social não se podem imputar exclusivamente aos profissionais. Como sabemos, e como procuramos problematizar neste texto, o Serviço Social é o resultado do modo como a sociedade e o Estado estão organizados. Para que o Serviço Social se destaque na sua função, a construção do bem-estar das populações é necessário que os profissionais estejam motivados para participarem nesse processo, mas também que a sociedade e o Estado estejam recetivos a essa mudança. É nesse cruzamento entre a teoria e a prática, por um lado, e as possibilidades e a motivação, por outro, que consideramos ser importante desconstruir o domínio da prática sobre o saber teórico e o voluntarismo profissional, uma prática que acontece apenas com base nos princípios e na ética profissional. O conhecimento em Serviço Social necessita ser validado pelos agentes sociais relevantes - os cidadãos, a sociedade, as organizações e o Estado - e pelos assistentes sociais. A qualificação dos assistentes sociais parece-nos ser uma condição essencial para uma intervenção mais eficaz, eficiente e relevante para os objetivos de desenvolvimento das sociedades onde o Serviço Social intervém, pois é fator de *empowerment* dos profissionais, para que estes possam ser elementos capacitadores e catalisadores do *empowerment* dos sistemas-cliente. Os vários agentes da profissão - assistentes sociais, acadêmicos, clientes e seus familiares, comunidades, sociedade civil e o Estado - são desafiados a trabalhar em conjunto para definir regras de qualidade do ensino e da profissão, assente no desenvolvimento do capital humano e capital social da profissão e dos profissionais. Para que isso aconteça é fundamental melhorar as qualificações, dos profissionais e dos agentes acadêmicos de formação, bem como o desenvolvimento de uma cultura profissional de associação, fundada na confiança recíproca e na colaboração solidária. Para poder vingar como área do conhecimento e como profissão nos tempos futuros, o Serviço Social vai necessitar viver em autenticidade, isto é, assumir perante si próprio os seus valores, saberes e práticas, de uma forma reflexiva e integrada. Estes são alguns dos desafios que o Serviço Social em Portugal terá de enfrentar nos anos vindouros (CARVALHO; PINTO, 2015, p.68).

Ressalta-se que “ao assumir o pensamento crítico, o Serviço Social foi desafiado a promover e fortalecer as pessoas e as organizações políticas definindo-se o profissional como ‘um autor político por excelência, atuante em espaços institucionais que são por sua vez contraditórios e ao mesmo tempo limitados” (CARVALHO, 2016, p.11). Complementa-se que o Serviço é uma profissão complexa:

Composto de teorias, metodologias, princípios, valores, ideologias e cultura próprias (Carvalho e Pinto, 2014). É tanto uma disciplina das ciências sociais e humanas, uma ciência prática, que se desenvolve na sociedade, com uma competência científica e técnica, uma relativa autonomia de critérios e uma

responsabilidade social, que promove a mudança, o desenvolvimento, a coesão social, o *empowerment* e a liberdade das pessoas, dos cidadãos e a promoção dos princípios de justiça social, direitos humanos e responsabilidade coletiva (CARVALHO, 2016, p.11).

Mas, ressalta-se que o atraso do reconhecimento profissional em Serviço Social perpetua o caminho lento da evolução da profissão:

Em Portugal, o processo de construção do conhecimento em Serviço Social como disciplina profissional no campo das ciências sociais apresenta um carácter tardio e complexo, como se evidencia quer na história da atribuição de um nível universitário ao Serviço Social, quer na credenciação da formação e exercício profissional. O processo de reconhecimento académico, com estatuto universitário, num caminho de paulatina consolidação que percorre os últimos 20 anos, e se confirma no presente com a criação dos primeiros programas de doutoramento em Serviço Social, abre novos horizontes ao Serviço Social em Portugal. No entanto, a par deste processo de afirmação e fortalecimento da jurisdição do Serviço Social, observam-se, igualmente, no contexto actual, riscos da sua vulnerabilização, designadamente a ausência de formas elementares de regulação da formação em Serviço Social de que a autorização de novos cursos bi-etápicos de Serviço Social no âmbito do Ensino Politécnico é a mais preocupante manifestação, pois se revela uma absoluta incongruência com o processo de reconhecimento académico do Serviço Social, traduzido designadamente no encerramento dos planos de formação e institutos de nível médio, então responsáveis pela certificação de profissionais habilitadas com o diploma de Auxiliares Sociais (técnicos intermédios). Revela-se igualmente necessário analisar os efeitos da proliferação de formações académicas, de nível secundário e superior, que partilham o campo da intervenção social (Animação, Educação Social, Segurança Social, Educação Social, Política Social, ...). Estas questões colocam na agenda do Serviço Social a necessidade de serem estabelecidas formas de regulação da formação em Serviço Social, de uma matriz-base comum aos Cursos de Licenciatura em Serviço Social, papel que estará de alguma forma cometido à Rede Nacional de Escolas de Serviço Social (BRANCO; FERNANDES, 2015, p.11-12).

Mas para que o avanço na profissão seja uma realidade deveria haver a consolidação de instrumentos legais que estabeleçam os campos de atuação criando assim um perfil profissional como será mostrado no próximo tópico.

### **3.4 A inexistência de instrumentos legais para a atuação em Portugal até a Aprovação do Código Deontológico dos/as Assistentes Sociais de Portugal em 2018**

A falta de instrumentos legais foi certamente um grande desafio enfrentado pelos/as profissionais de Serviço Social em Portugal.



Em 1939, foi assumido o Serviço Social como uma nova profissão<sup>13</sup>, tendo sido aprovado o Diploma em Serviço Social pelo Ministério da Educação. Em 1960, o curso de Serviço Social foi considerado curso superior, mas não universitário. Foi em 1989 que o grau de licenciatura foi reconhecido pelo ministério, depois de muitas lutas (CARVALHO; PINTO, 2014).

A partir de 1994 a formação em Serviço Social inseriu-se em universidades cruzando-se com outras ciências e outras disciplinas e com outras exigências (a primeira licenciatura numa universidade foi na Universidade Católica). Posteriormente, foram criados cursos em universidades e institutos politécnicos da rede pública do ensino superior (CARVALHO, 2014).

Apesar de terem sido criados dois decretos-lei (decreto-lei nº 297/91 de 16 de Agosto e o decreto-lei 248/85 de 15 de Julho), nenhum desses decretos traz um conteúdo funcional específico para o Serviço Social (AGUADO, 2006). Era uma lacuna que esta profissão precisava ultrapassar, no sentido de haver um reconhecimento da mesma que salvaguarde a sua especificidade.

De acordo com a APPS (2018) o Código Deontológico dos Assistentes Sociais é uma grande evolução na profissão de Serviço Social em Portugal, Esse documento traz a definição das normas, competências, princípios, valores, obrigações e conduta ética que deverão estar presentes no exercício da profissão em Portugal, tendo carácter vinculativo para os associados da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS).

Atualmente a atuação do profissional se expandiu, inicialmente restringia-se ao setor público estatal, no âmbito do qual participava na conceção de políticas e na sua execução, nomeadamente em áreas setoriais como a segurança social, a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e justiça, vê-se hoje prioritariamente solicitada para funções de ação direta e emergenciais, sobretudo no sector privado não lucrativo. Estas alterações, decorrentes também da contratualização dos serviços e da transferência de responsabilidades entre o Estado e as entidades do setor privado, têm tido impactos significativos para a reconfiguração da profissão, nas condições de exercício da mesma e tem significado frequentemente trabalho mal remunerado, ausência de carreira e competição desregulada com outras profissões (APPS, 2018).

O Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal tem como referencial principal a “Declaração de Princípios para o Serviço Social”, aprovada em Dublin, em 2018, nas Assembleias Gerais da Federação Internacional dos Assistentes

---

<sup>13</sup> Refere-se à institucionalização do Serviço Social e à inserção das primeiras assistentes sociais na divisão sócio-técnica do trabalho. Para melhor aprofundamento, ver em CARVALHO, M. I; PINTO, C. Serviço Social: teorias e práticas. Lisboa, 2014. Editora Pactor.

Sociais e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (FIAS/AIESS), em articulação com a “Declaração dos Princípios Éticos para o Serviço Social”, aprovada em Adelaide, em 2004, e com “A Ética no Serviço Social – Princípios e Valores” aprovado em Colombo, em 1994 (APPS, 2018).

Aspectos do Código:

A) Definição

O presente Código Deontológico tem como base a definição Global de Serviço Social, aprovada em julho de 2014 pela FIAS e AIESS, a qual é referência internacional da identidade coletiva para os assistentes sociais. A definição estabelece que: “O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.” (APPS, 2018).

B) Competências profissionais (APPS, 2018):

1. Políticas – exercer influência no sistema político e na opinião pública, visando a definição de políticas públicas, consciencializar e mobilizar pessoas e grupos para a defesa dos seus direitos;
2. Relacionais – criar relações de respeito, confiança, empatia e cooperação para as mudanças necessárias, incluindo a construção de redes e parcerias;
3. Psicossociais – desenvolver processos de ajuda, capacitação e acompanhamento social e suporte sociopedagógico;
4. Assistenciais – responder a necessidades básicas das pessoas;
5. Técnico-operativas e reflexivas – saber comunicar, mediar, diagnosticar, planejar, executar e avaliar no quadro de uma abordagem de base científica, multidisciplinar e interdisciplinar.

C) Atuação (APPS, 2018).

- A profissão é exercida em organismos públicos da administração estatal central, regional e local, em entidades empresariais e organismos da economia social, a que acresce o exercício da sua atividade em regime liberal

Esse Código se insere em uma sociedade, onde há uma mudança nos valores e nas práticas sociais. Dessa forma, os corpos sociais da APSS precisam se adaptar e/ou rever este Código sempre que os seus membros considerem oportuno e de acordo com os estatutos da APSS, na salvaguarda da sua relevância para a profissão em Portugal.

**CAPÍTULO 4**  
**UMA APROXIMAÇÃO ÀS REALIDADES DO SERVIÇO SOCIAL DE BRASIL E**  
**PORTUGAL**

*"O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários."*

*(Marilda Yamamoto)*

*"Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize".*

*(Boaventura de Souza Santos)*

## 4.1 O Perfil da amostra / cenário da pesquisa

Apresentaremos aqui uma síntese das instituições pesquisadas, para melhor visualização da natureza das mesmas, localização e grau de instrução. Importante ressaltar, que as instituições pesquisadas em Portugal se deram em maior número que no Brasil, em virtude da abertura para pesquisa em outras universidades. Porém, o número de entrevistados os dois países foram os mesmos.

### 4.1.1 As instituições pesquisadas no Brasil e em Portugal

Foram três universidades pesquisadas o Brasil e o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG). Em Portugal, foram seis universidades e a Associação dos Profissionais de Serviço Social em Portugal (APSS).

Os cursos que foram pesquisados no Brasil estão descritos no quadro 1:

Quadro 01: Identificação dos Cursos de Serviço Social das Instituições Pesquisados no Brasil

	SIGLA	INSTITUIÇÃO	Tipo Ensino	Natureza Jurídica	LOCALIDADE	Grau
1	PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Universidade	Privada Confessional	Belo Horizonte	Bacharelado
2	UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	Universidade	Pública	Mariana/MG	Bacharelado
3	Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros	Universidade	Público	Montes Claros/MG	Bacharelado
4	CRESS/MG	Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais	Entidade de Classe	Pública	Belo Horizonte	_____

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os cursos que foram pesquisados em Portugal estão descritos no quadro 2:

Quadro 02: Identificação dos Cursos de Serviço Social das Instituições Pesquisados em Lisboa

	SIGLA	INSTITUIÇÃO	Tipo Ensino	Natureza Jurídica	LOCALIDADE	Grau
1	ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa	Universidade	Pública	Lisboa	Licenciatura
2	ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Universidade	Pública	Lisboa	Licenciatura
3	UCP-L	Universidade Católica Portuguesa de Lisboa	Universidade	Privado Confessional	Lisboa	Licenciatura
4	ULusíada	Universidades Lusíada	Universidade	Privada	Lisboa	Licenciatura
5	Lusófona-L	Universidade Lusófona de Lisboa	Universidade	Privada	Lisboa	Licenciatura
6	APSS	Associação dos Profissionais de Serviço Social de Portugal	Entidade de Classe	Filantrópica	Lisboa	_____

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

#### 4.1.2 Perfil dos entrevistados no Brasil em Portugal

A seguir apresenta-se no quadro 1 o quantitativo de entrevistados no Brasil e em Portugal:

Quadro 01: Quantitativo de entrevistadas

<b>QUANTITATIVO DE ENTREVISTADAS(OS) – BRASIL/PORTUGAL</b>	
<b>TOTAL DE PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS (AS)</b>	<b>22</b>
NÚMERO DE PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS (OS) EM INSTUTUIÇÕES DE ESINO SUPERIOR (I.E.S) - BRASIL	<b>10</b>
NÚMERO DE PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS (OS) EM INSTUTUIÇÕES DE ESINO SUPERIOR (I.E.S) - PORTUGAL	<b>10</b>
PROFISSIONAL REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL MG	<b>01</b>
PROFISSIONAL PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL	<b>01</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como se pode observar foram 22 entrevistados, sendo 11 no Brasil e 11 em Portugal. Em Portugal as idades da amostra variaram entre 39 a 71 anos, enquanto que no Brasil as idades da amostra variaram de 31 a 61 anos. A maioria dos entrevistados em Portugal são doutores, apenas um tem apenas graduação. No Brasil apenas 5 são doutores.

Quadro 02: Perfil dos docentes e profissional assistente social entrevistados em Portugal

Nº	<b>PERFIL DAS (OS) DOCENTES E PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADAS (OS) EM PORTUGAL</b>				
	<b>ENTREVISTADA(O)</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>TEMPO DE GRADUAÇÃO</b>	<b>NIVEL DE FORMAÇÃO</b>
<b>01</b>	Docente 01 - PT	46 Anos	Solteira	25 Anos	Doutora
<b>02</b>	Docente 02 - PT	55 Anos	Divorciado	35 Anos	Doutor
<b>03</b>	Docente 03 - PT	39 Anos	Casada	21 Anos	Doutoranda
<b>04</b>	Docente 04 - PT	55 Anos	Casada	34 Anos	Doutoranda
<b>05</b>	Docente 05 - PT	40 Anos	Casada	18 Anos	Doutoranda
<b>06</b>	Docente 06 - PT	45 Anos	Casada	13 Anos	Doutora
<b>07</b>	Docente 07 - PT	65 Anos	Casado	41 Anos	Doutor
<b>08</b>	Docente 08 - PT	51 Anos	Casada	27 Anos	Doutor

09	Docente 09 - PT	41 Anos	Casada	19 Anos	Doutora
10	Docente 10 - PT	51 Anos	Solteiro	28 Anos	Doutor
11	Profissional - PT	71 Anos	Divorciada	51 anos	Graduação

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quadro 03: Perfil dos docentes e profissional assistente social entrevistados no Brasil

Nº	PERFIL SOCIAL DAS (OS) DOCENTES E PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL ENTREVISTADAS (OS) NO BRASIL				
	ENTREVISTADA (O)	IDADE	ESTADO CIVIL	TEMPO DE GRADUAÇÃO	NIVEL DE FORMAÇÃO
01	Docente A - BR	35 Anos	Casado	10 Anos	Doutorando
02	Docente B - BR	52 Anos	Divorciada	28 Anos	Pós - Doc
03	Docente C - BR	39 Anos	Solteiro	14 Anos	Doutor
04	Docente D - BR	38 Anos	Casado	12 Anos	Doutor
05	Docente E - BR	59 Anos	Divorciada	36 Anos	Doutora
06	Docente F - BR	66 Anos	Divorciada	43 Anos	Doutora
07	Docente G - BR	56 Anos	Divorciada	33 Anos	Doutora
08	Docente H - BR	31 Anos	União Estável	13 Anos	Mestranda
09	Docente I - BR	34 Anos	Casada	15 Anos	Doutoranda
10	Docente J - BR	37 Anos	Casada	12 Anos	Mestre
11	Profissional-BR	50 Anos	Casada	30 anos	Especialista

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

## 4.2 Formação Profissional Brasil – Portugal

Nesse capítulo daremos início à análise dos dados coletados na pesquisa, buscando aproximação com autores/as que discorrem sobre os temas. Para tanto, dividiu-se em categorias de análises, tendo como aporte as entrevistas que emergiram tais categorias. As mesmas foram divididas em quatro categorias: Formação Profissional Brasil – Portugal; Relação Teoria e Prática; Exigências do Mercado de Trabalho – Rebatimentos do Sistema Capitalista na Formação e Atuação Profissional e, por último Elementos Reguladores da Profissão

### 4.2.1 Mercantilização do Ensino Superior

A crise no regime de acumulação capitalista do pós-1970 e a consequente reação burguesa, em âmbito mundial, desencadeou processos de reestruturação produtiva, a mundialização do capital, e o alastramento da ideologia neoliberal. No campo da educação, expandiu-se o processo de mercantilização da educação, particularmente em seu nível superior e localizado preferencialmente nos países

capitalistas periféricos. Os currículos de Serviço Social sofreram alterações devido às exigências do sistema capitalista. Há uma dúvida sobre quais são essas exigências. O ENTREVISTADO 8 PT diz que elas não muito claras: “*porque o mercado hoje em dia está muito diferente daquilo que era antes. O principal empregador deixou de ser o Estado, hoje temos assistentes sociais formados pelo ensino privado e sendo contratados pela sociedade civil pelas organizações, e as exigências dele penso que tem muito a ver com a sustentabilidade das organizações, tendo haver com empreendedorismo que necessita de profissionais capazes de buscar recursos financeiros. Ao nível do primeiro ciclo eu acho que são pouco estimulados pra isso, eles tem algumas unidades de empreendedorismo, vejo que muitos deles serão meros executores em receber ordens e não estão verdadeiramente preparados para serem líderes*”.

A lógica capitalista influencia diretamente na constituição do Estado Social (IAMAMOTO, 2000), segundo o ENTREVISTADO 6 PT: “*há tendências que são transversais e, portanto, eu acho que as consequências principais tem a ver com as lógicas neoliberais, que tiveram um impacto muito forte na transformação do estado social e ao mesmo tempo nas lógicas que atravessam a administração das instituições sociais, o que traz consequências muito sérias para o serviço social*”.

O Serviço Social enquanto profissão nasce da sociedade moderna, democrática e capitalista. Esse é o quadro da emergência do Serviço Social, mas, embora nós possamos identificar a existência do Serviço Social em outros contextos, mas, o quadro de emergência do Serviço Social enquanto profissão é este e, portanto, nesse sentido o Serviço Social é também uma profissão filha do capitalismo, da divisão social do trabalho, dos estados democráticos, estado de direito, dos estados baseados numa ideia de cidadania. Hoje no mundo é possível construir mais riquezas com menos trabalho o que traz mais mão de obras disponíveis, em números superiores aos empregos ofertados. “O mercado não consegue absorver todos, gerando a crise financeira e social” (IAMAMOTO, 2008, p.131).

No Brasil, na educação superior há historicamente uma associação, e distribuição de tarefas, entre Estado, Igreja Católica e empresariado. Tal “sociedade” – com claras vantagens para o setor privado (a Igreja Católica e o empresariado) desde os anos 1930 – influenciou o processo de criação de Escolas de Serviço Social no Brasil, majoritariamente abertas por religiosos, entre as décadas de 1930 e início dos anos 1960. Após a década de 1960 até 1980, os cursos de Serviço Social vivenciaram um processo de laicização e expansão, integrando-se a estruturas universitárias - públicas e privadas -, mas também se expandiram por meio de IES não-universitárias. Aquele processo, vinculado às transformações da sociedade brasileira, rumo a uma



“modernização conservadora”, constituiu o “chão histórico” que possibilitou o processo de renovação profissional (IAMAMOTO, 2017).

A década de 1990 mostrou avanços e retrocessos. Avanços, pois de acordo com Iamamoto (2003, p.45):

Os assistentes sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. Por outro lado, amadureceram suas formas de representação político-corporativas, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados. Um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, em especial da assistência social, situada no campo dos direitos sociais, na teia das relações entre o Estado e a sociedade civil, contribuiu para adensar o debate sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu autoreconhecimento.

Por outro lado, os anos 1990 mostraram um processo profundamente regressivo, no que diz respeito aos direitos conquistados e afirmados pela Constituição Federal de 1988, após as lutas sociais da década de 1980. Processo este que, monitorado pelos organismos internacionais, contou com a ciência, adesão e direcionamento ativo por parte da burguesia brasileira. Esta organizou um amplo processo de contra-reforma, atrelada às novas exigências do capital mundializado. Contra-reforma, dado que a Carta Magna de 1988 afirmou avançadas concepções no campo dos direitos sociais.

Dessa forma, tratou-se, sobretudo, de realizar um desmonte no padrão civilizatório apontado pela Carta Constitucional em 1988, considerada uma das Constituições mais avançadas do mundo no campo dos direitos sociais (COELHO, 2018).

Na busca por uma justiça social, viu-se no Brasil a partir de 2006 um verdadeiro sucateamento do sistema de ensino superior público, através de diversos mecanismos, como a redução progressiva do montante de recursos para as universidades públicas. Em decorrência do ajuste fiscal, o corte de verbas para bolsas de mestrado e doutorado foi sistematicamente realizado, além do congelamento nos valores das bolsas, durante todo o período em questão (1995/2002). Também houve as aposentadorias “forçadas” de docentes, especialmente aqueles pertencentes às IFES, devido às perdas de direitos decorrentes da Reforma da Previdência de 1998, realizada através da Emenda Constitucional 20/98, somado ao processo de retirada de docentes em condições de aposentadoria, houve a deliberada não-realização de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos durante os dois mandatos do governo FHC. De forma concomitante, reforçou-se a instituição do “professor substituto”, que recebe salários inferiores e tem contratos precários e temporários.

Todo esse quadro mostra uma quebra do exposto na Carta Magna de 1988 que apregoa que deve haver uma indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sabe-se plenamente que a realização de pesquisas implica um horizonte de médio e longo prazos, não subjugados a contratos precários de, no máximo, 2 anos. Quanto à qualidade das aulas ministradas, a precariedade da relação de trabalho faz com que o professor, ao familiarizar-se com o conteúdo da disciplina, tenha que se responsabilizar por outra disciplina e/ou seu contrato já terminou e outro professor (também substituto) entrará em seu lugar. Além disso, as seleções, geralmente, não exigem titulação e/ou provas escritas, baixando-se o nível de exigência dos candidatos e, portanto, de qualificação do docente.

Em 2001, no 12º. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, o PT aprovou o documento pregando a ruptura com o “modelo neoliberal” como condição para a retomada do desenvolvimento. No entanto, depois de disputar 4 (quatro) eleições, Luis Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, não realizaria tais rupturas; ao contrário, sem considerar os importantes avanços conquistados por este governo, em especial, nas políticas sociais, o governo do PT não rompeu com as orientações do FMI e outras marcas do neoliberalismo. A começar pelas alianças realizadas fora da esquerda para o processo eleitoral, nas quais Lula optou por um político moderado e grande empresário para a vice-presidência de seus dois mandatos (2003-2006/2007-2010), o senador José de Alencar. Lula escolheu pessoalmente sua sucessora. Dilma Rousseff que foi eleita a primeira presidenta do país, em 2010. O apoio direto de Lula e as alianças constituídas no processo eleitoral foram fundamentais para eleger um governo do PT por mais dois mandatos com a eleição e reeleição de Dilma (2010-2014/2015-2016), mas que durou apenas 6 (seis) anos, já que em 2016 o governo do PT foi interrompido pelo Impeachment de Dilma. No governo de Temer (2016), muitos retrocessos já foram configurados, em especial destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional N. 95 que estabelece o Teto dos Gastos Públicos, e congela os gastos com saúde e educação por 20 (vinte) anos.

Apesar dos avanços na área social, as expectativas em relação aos governos do PT no que se refere à educação não foram atingidas, entre os maiores problemas de acordo com Coelho (2018) foi o empresariamento da educação, que pode ser observado no processo de privatização e mercantilização da educação superior através proliferação de universidades privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES – Fundo de Financiamento Estudantil e PROUNI – Programa Universidade para todos. Outro problema é a certificação em larga escala. Identificada em ações como o EaD – Ensino à distância e o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais . As orientações para o ensino superior reforçam a

tendência conservadora para a formação profissional, essa lógica submete as metas educacionais às recomendações impositivas do Banco Mundial, da OMC e do FMI, cujo “objetivo é tornar as universidades funcionais à reprodução de um modo de pensar, formar e atuar compatível com os interesses do capital.

Dessa forma verifica-se no Brasil um *sucateamento do ensino superior no Brasil*, entrevistado 5BR. Dentro do Serviço Social, Iamamoto (2010, p.110) pontua que:

No contexto de sucateamento do ensino superior público e de privilegiamento ao setor privado com vistas à mercantilização da educação superior, somado às necessidades de formação de intelectuais colaboracionistas sob a ótica do capital, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS sofreram uma descaracterização quanto à direção assumida e, também, em relação aos conhecimentos e habilidades considerados necessários para o desempenho profissional. Desta feita, se tivemos avanços, consideramos necessário apontar os recuos e ameaças à direção do projeto ético-político profissional, como a piora nas condições de trabalho dos assistentes sociais, o retrocesso em relação às políticas sociais, o sucateamento da Universidade Pública e a abertura crescente e galopante de novas vagas em cursos privados de Serviço Social.

A precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais juntamente com o cenário atual de assistencialização das políticas sociais impõe grandes desafios para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Outro agravante encontra-se no âmbito da formação profissional, com a mercantilização do ensino superior, a proliferação de cursos de Serviço Social, principalmente em instituições privadas e EADs. As entidades organizativas da profissão empenham-se na manutenção desta direção que encontra sustentação no aparato jurídico-político da profissão. Mas sabe-se que o cenário é assustador, pois as eleições de 2018, que elegeram presidente Bolsonaro, expressam que o conservadorismo tem ganhado forças no país. A profissão certamente não sairá imune. De acordo com Iamamoto (2017): “No caso brasileiro, a crise econômica convive com a prolongada crise política no país. Amplia-se o espaço para o radicalismo de direita, a investida contra o legado de direitos dos trabalhadores e o avanço exponencial e veloz na privatização da coisa pública”.

A crise atual do capital, com suas novas e antigas determinações, impõe metamorfoses ao mundo do trabalho, o que exige um perfil de profissional funcional a essa etapa do capitalismo. Parto da hipótese de que as atuais configurações do ensino respondem às exigências da atual fase do capitalismo e se orienta pelas demandas do mercado de trabalho. Nesta direção, a formação profissional tem um duplo desafio: desvelar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e condições de trabalho, flexibilização dos direitos e focalização das políticas sociais, que, como parte da mesma racionalidade, se expressam e condicionam exercício e formação profissionais (GUERRA, 2010, p.715).

De acordo com o Entrevistado 2 BR:

Diante da mercantilização é preciso adotar uma construção teórica de vigor que vai rebater no fortalecimento da formação profissional, não só das diretrizes curriculares, mas com a reafirmação do projeto ético-político. (Entrevistado 2 BR).

Missão essa que se torna difícil dentro de um cenário conservador (NETTO, 2016) adotado pelo governo atual, sob o discurso da democratização do conhecimento, vem responder mais a frações da burguesia, pela ampliação de mercados, acompanhada de precarização e fragilidade da qualidade do que suprir uma demanda da classe trabalhadora.

#### ***4.2.2 Brasil: Ensino EaD em Serviço Social e a Proliferação das instituições privadas***

O Processo de Bolonha teve grande repercussão na América Latina. No Brasil, a contrarreforma do ensino superior ganha destaque no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas se prolonga até os dias hodiernos. Da mesma forma, o ensino superior, neste lado do Atlântico, é compreendido como mercadoria, proliferando-se os cursos no âmbito privado, em instituições não universitárias e também na modalidade à distância.

No caso brasileiro, o Serviço Social já havia consolidado um projeto de formação profissional vinculado a um projeto de profissão, o Projeto Ético-Político e por este, posicionou-se mediante tais processos em forma de resistência. Contudo, o Serviço Social no Brasil também sofreu os impactos das contrarreformas no ensino superior. A proliferação de cursos, em sua maioria privados, e a oferta significativa de vagas na modalidade à distância impactaram de forma considerável a profissão e a formação, alterando o perfil do assistente social brasileiro. No entanto, o Brasil (ainda) sustenta uma direção social crítica expressa no aparato jurídico-político que sustenta a profissão, como o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8662/93 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A qualidade dos cursos à distância e a precarização do ensino superior é colocada em xeque como um problema na formação de profissionais. De acordo com Mészáros (2005) é necessária uma mudança nos paradigmas da educação que nos direcione para além do capital, ou seja, as modificações na educação devem promover uma transformação social criando alternativas para a promoção educacional diferente dos padrões que temos atualmente. É emergente o estabelecimento de uma educação além do capital que promova transformações não somente pensando em “servir” o sistema capitalista. Mais do que isso, as reformas na educação precisam ser profundas,

englobando a totalidade das práticas pedagógicas na sociedade, relevando o fato que as escolas e as universidades são responsáveis pelo sistema de internalização. Esse processo é inevitável e deve ser coletivo, somente dessa forma será possível a criação de uma nova concepção de mundo contrário a lógica do capital. O autor defende que é preciso universalizar o trabalho e a educação como uma atividade auto-realizadora garantindo a sua sustentabilidade.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 é expressão desse processo, por estabelecer dispositivos jurídico-institucionais das alterações que viriam a ocorrer no quadro geral da educação e, em particular, na de nível superior. Com o objetivo de flexibilizar a operacionalização dos cursos, a LDBEN transforma os currículos mínimos em diretrizes curriculares e estabelece que os currículos possam ter 20% da carga horária em atividades semipresenciais ou que se constituam em 100% *online*, ou seja, na modalidade de ensino à distância. O aligeiramento da formação é algo requerido pela LDBEN como forma de construir um novo modelo de ensino superior preocupado com as necessidades do mundo do trabalho e a expansão do mercado universitário, conforme orientações dos organismos internacionais.

Pereira (2018), em recente pesquisa, conclui que os primeiros quinze anos do século XXI foram marcados pela expansão do ensino superior brasileiro, com a predominância do setor privado mercantil, concentrada em conglomerados educacionais e com uso intensivo do Ensino à Distância (EaD). Em análise sobre o ensino superior nos anos de 2003 a 2016, ou seja, nos governos de Lula e Dilma, a autora ressalta o contexto de forte crescimento econômico, com um modelo governamental pautado no desenvolvimentismo e o estímulo ao setor privado.

Podemos reafirmar este fato com a Entrevistada 4 BR:

Cresce os cursos a distância, hoje ficou muito difícil pra gente das escolas presenciais, principalmente, das privadas. É uma competitividade até desleal, podemos notar que há cursos à distância qualquer lugar, toda esquina tem, com preços que a gente nunca consegue praticar. Mas, ao mesmo tempo, muitas vezes recebemos pessoas oriundas desses cursos que percebem que a formação não é a mesma coisa e não tem qualidade. (Entrevistada 4 BR).

A expansão do ensino superior, sob o discurso da democratização do conhecimento, vem responder mais a frações da burguesia, pela ampliação de mercados, acompanhada de precarização e fragilidade da qualidade do que suprir uma demanda da classe trabalhadora. A autora destaca que o crescimento do setor público nesse período foi importante, mas que, se comparado ao setor privado, é inexpressivo.

Em duas décadas (1995-2015), o setor privado obteve um crescimento de 473,58% com 6.075.152 matrículas, no ano de 2015, enquanto o setor público cresceu 178,66% ao longo desse período, passando de 700.540 para 1.952.145 matrículas. Da mesma forma que nos anos anteriores, a tendência de expansão foi em IES não universitárias, cujo crescimento foi de quase 500%, enquanto as matrículas em IES universitária obtiveram um ritmo de crescimento menor que 300%. Indo ao encontro do movimento iniciado no final da década de 1990, intensificou-se de forma ainda mais impressionante a expansão de matrículas na modalidade de ensino à distância, com um crescimento da ordem de 82.762,78% em 2015.

Para o Serviço Social, o impacto das contrarreformas do ensino superior foram significativas. De acordo com Pereira (2008), a partir de 1990, houve uma forte expansão do ensino em Serviço Social. De 1990 a 2002, foram criados 52 (cinquenta e dois) cursos de Serviço Social, a maioria no setor privado. Dos 52 (cinquenta e dois) cursos criados, 90,38% foram em IES privadas e 9,62% em IES públicas. Em análise da expansão no período dos 2 (dois) governos de Lula até o ano de 2009, Pereira (2009) destaca que as orientações mercantis permaneceram, marcando uma forte expansão dos cursos de Serviço Social de natureza privada.

Em relação à expansão dos cursos públicos de Serviço Social, Pereira (2018) ressalta que entre 2003 a 2016, os 13 (treze) anos de governo do PT (Lula – 2003/2010 e Dilma – 2011/2016), caracterizou-se pelo período de maior expansão dos cursos de Serviço Social de natureza pública. Foram criados 34 (trinta e quatro) 235 cursos públicos, sendo mais da metade (23, vinte e três cursos, 68%) criada em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), “o que se relaciona claramente com o projeto de expansão das IFES - REUNI - por parte do governo federal” (p. 192). Depois das IFES, as estaduais somam 26% (09, nove) e as municipais 2 (dois) cursos, representando 6% dos cursos públicos de Serviço Social criados no período em análise. Atualmente está em atividade no Brasil 585 (quinhentos e oitenta e cinco) cursos de Serviço Social na modalidade presencial e 68 (sessenta e oito) cursos na modalidade à distância. Por mais que o número de instituições seja menor, a quantidade de vagas ofertadas na modalidade à distância supera o presencial. Nesse quadro, o Serviço Social concentra o 3º maior contingente de matrículas nos cursos de graduação à distância, atrás da Pedagogia e da Administração. Essa expansão de cursos EaD, fez com que o número de profissionais aumentasse de forma expressiva, somando atualmente um contingente de 180 mil profissionais. “*Esse ensino Ead tem contribuído pra sucatear, desqualificar uma formação que a categoria lutou tanto tempo pra ter e está no nível de produção científica. (Entrevistada 6 BR).*”

Um dos impactos observado no processo de mercantização do ensino superior foi a proliferação das instituições privadas. O curso de Serviço Social não ficou imune a essa tendência, os entrevistados mostram-se preocupados com a questão da desqualificação na formação, com a questão do estágio e do acompanhamento do professor. De acordo com o Entrevistado 7 BR a EAD se embasa em um profissional que deve atender aos anseios do mercado “*que tende a um perfil muito específico funcionalista muitas vezes pragmático*”.

Em casos onde os alunos fazem transferência de uma instituição EAD para presencial, eles mesmos notam a diferença da qualidade no ensino. De acordo com os Entrevistados 4; 6 e 8 BR,

“Cresce os cursos a distância, existe uma incompatibilidade até desleal que tem entre o curso EAD e presencial não é a mesma coisa não tem qualidade. (Entrevistado 4)

“Esse ensino Ead tem contribuído pra sucatear, desqualificar uma formação que a categoria lutou tanto tempo pra ter e está no nível de produção científica” (Entrevistado 6 BR);

“O EAD fomenta a desqualificação profissional”. (Entrevistado 8 BR).

Vale ressaltar, que os cursos de Serviço Social em Portugal, ainda não há graduação à distância. Sendo assim, preservam a qualidade da formação, sendo esta uma luta das entidades de classe da categoria profissional no Brasil.

Essa expansão de cursos tem consequências como a forma como o estágio é realizado, a desqualificação do processo formativo e o novo perfil formado a partir desses cursos. O Entrevistado 9 BR vai mais além apontando que a proliferação das EADs estimula a precarização do ensino, já o Entrevistado 5 BR diz que:

Olha eu acho que nem tudo dá pra ser ensinado à distância. O serviço social é umas das profissões que eu não acho que dá pra ser ensinada a distância. O regimento da UFOP prevê que trinta por cento de cada disciplina da UFOP podem ser administradas à distância, mas como que eu vou trabalhar com o aluno que atende a seres humanos é preciso uma relação minimamente humana em fatos reais, é incompatível nesse ponto de vista. (Entrevistado 5 BR).

Eu não sou muito favorável. Eu estou um pouco mais aberta para o semipresencial, porque eu tô começando a flexibilizar o semipresencial, porque aí a gente já fica no próprio departamento a gente tem o domínio, tem o contato com o aluno esclarece dúvidas né a distância nossas disciplinas específicas do serviço social eu tenho muita dificuldade né. (Entrevistado 5 BR).

Diante dos dados expostos, verifica-se que a contrarreforma do ensino superior no Brasil trouxe graves consequências para o ensino em Serviço Social. Com a mercantilização das universidades e a precarização da formação profissional em Serviço Social na atualidade.

#### **4.2.3 Portugal: Processo de Bolonha e o Aligeiramento da Formação**

A contrarreforma do Ensino superior alastrada pelo mundo a partir de 1990 teve impactos significativos na formação em Serviço Social tanto no Brasil quanto em Portugal. Na Europa, o Processo de Bolonha introduziu um sistema de créditos como forma de padronizar o ensino superior, bem como garantir a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores. As transformações propostas por Bolonha pautam-se pelas orientações dos organismos internacionais no processo de internacionalização da educação, nas quais concebem o ensino superior como um nicho de mercado.

O Serviço Social, produto e produtor das relações sócio-históricas, não esteve imune a esse processo. Como Portugal não possuía legislações que amparassem a profissão, como Lei de Regulamentação, Diretrizes Curriculares e/ou Código de Ética Profissional, os cursos de Serviço Social se adequaram rapidamente às propostas de Bolonha, apesar da resistência de entidades como a APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social e grupos de pesquisa. Essas adequações resultaram no aligeiramento da formação, bem como em um processo de credenciamento de todos os cursos conforme padrões europeus. O Processo de Bolonha influenciou os currículos para formação de profissionais de acordo com o Entrevistado 8 PT:

Com o Bolonha desagregou-se aquilo que era o primeiro ciclo do segundo ciclo e, penso que os primeiros permitem ficar com bons instrumentos, com uma ideia e com o fundamentos necessários para desenvolver de forma básica a intervenção. Porém, com Bolonha os ciclos foram diminuídos. Penso também que o mestrado é fundamental para exercer a profissão, pena não ser contínuo um mestrado integrado, sendo que o mestrado é que daria a base para uma maior reflexão e postura crítica. Portanto, acredito que somente o primeiro ciclo é muito básico. (Entrevistado 8 PT).

O Entrevistado 9 PT complementou:

Em 2012, se não me engano, foi feito um novo plano curricular que procurou colocar-se, digamos à frente, de acordo com as exigências que sociedade contemporânea coloca aos assistentes sociais, é um modelo que precisa se consolidar. Tivemos aqui o Processo de Bolonha, que ocorreu um “encurtamento” do Curso, temos que produzir cada vez mais licenciados em cada vez mais em menos tempo. Eu acho que chega a ser impossível formar assistentes sociais completos apenas no primeiro ciclo com tão pouca carga letiva e com sociedades cada vez mais complexas... realmente não é possível. (Entrevistado9 PT).



Voltando a questão da formação de profissionais em Portugal, ressalta-se que a regulação dessas escolas pelo Estado aconteceu em 1939. A partir dela, estabeleceu-se um plano de estudos de três anos que confere o diploma e título de profissional Assistente Social. Nesse primeiro momento, a formação tinha ênfase no estágio, que era desenvolvido ao longo dos três anos, priorizando a prática profissional, marcada por um viés higienista e pelo caráter fortemente doutrinário, corporativo e conservador (BRAZ, 2016).

A inserção de Portugal ao PB não foi fácil para o Serviço Social. De acordo com a Entrevistada 1 PT:

Foi um processo muito violento e foi muito doloroso. O primeiro ano de modificação foi muito difícil e os próprios alunos estavam todos contra o processo. Mas, o que procuramos é fazer no pouco tempo que temos, procurar fazer com o máximo de qualidade possível e termos a noção de que não fazemos milagres. Mas, não lhe digo que eu não faço isso com alguma frustração. (Entrevistada 1 PT).

Já a Entrevistada 3 PT disse que:

Não foi um processo fácil, para os professores e as próprias instituições com quem trabalho. há muitas coisas que ainda estão vinculadas ao modelo antigo e o fato é que as pessoas formadas neste novo modelo não tem a mesma competência do que as pessoas formadas no modelo antigo. (Entrevistada 3 PT).

A Entrevistada 4 PT aponta desvantagens da adoção ao PB:

O processo trouxe desvantagens, aquilo que de fato vejo que trouxe como maior inconveniente é essa necessidade de incluir muita coisa em um curto espaço de tempo ou, então, não incluir. Duas coisas que eu acho muito importante que o processo trouxe foram maior transparência e maior clarificação das coisas para todos dentro do sistema, coisas que eram básicas e não existiam. O outro aspecto de Bolonha também interessante foi à mobilidade de criar um espaço universitário europeu, houve uma certa uniformização do ensino à uma equivalência do diploma em todo território europeu.(Entrevistada 4 PT).

O Entrevistado 6 PT é assertivo ao criticar o encurtamento do processo de formação, apontando que

Eu penso que esse foi o impacto fundamental que teve no caso do serviço social que reduziu de cinco anos de formação para três anos e meio. Significa reduzir a formação teórica, crítica e a própria formação em outras áreas científica de seguimento do serviço social. Em humanas isso pra mim é o impacto principal (Entrevistado 6 PT).

O processo de mundialização do capital supracitado envolve, além do processo produtivo, os serviços e funções do Estado. Dessa maneira, a educação não ficou isenta

desse cenário. Como abordou-se anteriormente, o Processo de Bolonha é uma das expressões de como os serviços, anteriormente prestados pelo Estado, configuram-se em serviços regidos por instâncias supranacionais, com protagonismos dos organismos internacionais, como Banco Mundial, FMI, Unesco.

Na análise dos Planos de Estudos (currículo de cada curso) dos cursos de Serviço Social do 1º. Ciclo em Portugal, após adequação ao Processo de Bolonha, Duarte (2009) constatou que o debate referente à adequação centrou-se na duração dos cursos, bem como na construção de um perfil profissional que atendesse as novas demandas do mercado de trabalho do assistente social, frente ao momento de crise da Europa e do país.

Relativamente ao processo de Bolonha, várias organizações de Serviço Social manifestaram-se no sentido de demonstrarem as suas posições quanto à reestruturação dos cursos. Tendo em conta esta política, constatou-se que o debate centrou-se na duração da formação, na sua relação com o perfil de formação conquistado e na sua adequação ao mercado de trabalho. Neste âmbito, foi uniforme a opinião de que para manter a qualificação e estatuto ganho pelo Serviço Social seria necessário uma duração de quatro anos (8 semestres - 240 ECTS), mantendo desta forma o perfil exigido ao Assistente Social e as competências necessárias para trabalhar em diversas áreas do mercado de trabalho. No entanto, verifica-se que nenhuma das IES após adequação a Bolonha ficou com o 1.º ciclo de quatro anos (8 semestres - 240 ECTS) em Serviço Social (DUARTE, 2009, p. 143-144).

Mas, ressalta-se que Docentes e autores do Serviço Social brasileiro que participaram, direta ou indiretamente desse processo de reconceituação, puderam contribuir de forma substancial para a qualificação acadêmica do Serviço Social em Portugal. Essa contribuição se expressa, com maior contundência, na década de 1980, sobretudo na luta pelo reconhecimento do Serviço Social como grau de licenciatura a nível universitário, ocorrido em 1989.

O Protocolo de cooperação científica e intercâmbio, firmado entre o ISSSL e a PUC SP nesse período, foi fundamental para qualificar os docentes dos cursos de Serviço Social em Portugal, através de cursos de mestrado e, posteriormente, de doutorado em Serviço Social. O “*Terceiro Encontro*” foi, sem dúvida, o “*Grande Encontro*” entre o Serviço Social brasileiro e o português. A partir do intercâmbio com a PUC São Paulo, o Serviço Social português amadureceu teoricamente e, em 1997, abriu sua primeira turma de mestrado próprio de uma escola portuguesa, assim como em 2003 o primeiro doutorado em Serviço Social.

## **4.3 Relação Teoria e Prática**

### **4.3.1 Estágio Supervisionado em Serviço Social: entre o ideal e o real**

Não é possível se analisar o processo de formação profissional de forma desagregada da semântica capitalista (YAZBEK, 2014), onde o indivíduo por muitas vezes se coloca em um terreno árduo e perigoso de atuação, no eixo do “centro” da balança que se configura e se materializa na desigual luta entre capital e sua relação com o trabalho, considerando que o Serviço Social encontra-se nas relações sociais norteadas pelo capitalismo, e nas transformações a ele inerente. E é neste meio que se configura o estágio, pois as instituições nada mais são que ambiente contraditório de reprodução dessas relações, e são tendencionadas a defenderem aos interesses dos grupos dominantes, ou seja, aos seus próprios interesses (ORTIZ, 2010).

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE),

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2010, p. 11).

O Serviço Social atua de forma direta com a implementação das políticas e a busca pela efetivação dos direitos sociais e, para que haja profissionais capazes de compreender a lógica do mercado e visualizar além das possibilidades já apresentadas, depende de uma formação que proporcione a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos para apreensão crítica do processo histórico da realidade social e o real papel do Serviço Social na contemporaneidade.

O processo de aprendizagem da profissão ocorre numa dimensão teórico-prática, fundamental para a formação de um profissional competente. A concepção de competência está alicerçada nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, articuladas de tal modo que não haja domínio de uma sobre a outra. A formação profissional do assistente social é definida mediante a clareza das competências deste na sociedade, e as suas competências de atuação são definidas pelas demandas da sociedade e as demandas próprias da profissão. Este movimento

exige um constante repensar das intervenções e ações inerentes ao processo de formação.

De acordo com Almeida (2013), visando minimizar esse processo de desqualificação profissional conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS pensaram em instrumentos que pudesse normatizar e regulamentar o estágio supervisionado em Serviço Social. É a expressão da preocupação da categoria em reforçar o estágio como um componente curricular fundamental a formação profissional, sendo, portanto, um momento a ser entendido como preponderante para identidade profissional do discente, merecendo destaque nas discussões atuais nos vários eventos do Serviço Social que buscam refletir e debater a formação, visando o comprometimento e competência no desenvolvimento das habilidades e ações profissionais acerca do estágio supervisionado.

No sentido de colaborar e normatizar o estágio supervisionado, indo ao encontro com a resolução ora citada, em 2010, após vários debates com as UFAs – Unidades de Formação Acadêmicas, professores, estudantes e assistentes sociais a ABEPSS elabora a PNE – Política Nacional de Estágio que foi pensada como um instrumento que para resistir a precarização da formação, travando lutas junto a diversos setores responsáveis pelo ensino superior no país. O objetivo é operacionalizar o desenvolvimento do estágio, de forma que o mesmo capacite profissionais com base nas dimensões interventiva e investigativa como condição central da formação, descartando a abordagem tecnicista e instrumental que era dada anteriormente.

Diante do agravamento da questão social e o aumento exacerbado das instituições de ensino superior que passou a ser um “*grande negócio*”, em que formam profissionais somente para atender às exigências do mercado, o estágio configura-se como elemento fundamental para a formação, sendo assim, sofre diretamente os impactos advindos da lógica mercantil presentes em todas as esferas da vida social, inclusive na universidade neoliberal e os prejuízos para a profissão são enormes. Podemos perceber a fala da Entrevistada 9 BR :

A formação já se inicia logo no início do curso e isso envolve uma série de fatores. Aqui ainda não tem uma política estudantil e institucional, está começando agora e bem precária. Os alunos param de estudar porque não tem transporte para vir às aulas, não tem como alimentar, mesmo sendo a alimentação no Restaurante Universitário (RU) R\$ 3,00 (três reais) mas, para eles é muito. Então, essa precarização começa na formação, com perdas de aulas, trabalhos suspensos e outros. Na universidade a precarização se inicia com esse projeto no de estrutura. (Entrevistada 9 BR).

Ainda sobre esses impactos da lógica mercantil, a Entrevistada 9 BR continua abordando sobre as condições de trabalho para o exercício da docência na universidade em que trabalha, sendo esta de natureza pública.

Chegou ao ponto que a nossa coordenadora teve um momento que ela ficou sem saber o que fazer com as salas de aula, porque todos os cursos estavam pegando as cadeiras do curso de Serviço Social. Então teve um dia que nós paramos, não teve aula! Eu já dei aulassentada no chão com os alunos. Daí observa-se a nossa precarização eles sentem isso. Para mim, isso é terrível porque defensora da formação profissional do professor e do docente e ver alunos sentado no chão, não é fácil. (Entrevistada 9 BR).

Deve-se levar em consideração os princípios ético-políticos que perpassam pelo estágio com a defesa da liberdade, democracia, cidadania, justiça, direitos humanos, combate ao preconceito e outros. Devemos ressaltar ainda, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a competência e o pluralismo, visando a superação da exploração e das formas de opressão. (PNE, 2010).

A PNE destaca também a indissociabilidade entre as dimensões teórico metodológicas, ético política e técnico-operativa, devendo estas ser garantidas nos campos de estágio como elemento transversal da formação profissional do assistente social.

Evidencia-se o estágio como uma estratégia reflexiva da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, dando ênfase à prática. “O estágio é o *lócus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente.” (BURRIOLLA, 2001, p. 13).

Lewgoy (2009) contempla que não há para o Serviço Social um método próprio de atuação, da realização do exercício profissional, estes dependem de variáveis, o que reflete diretamente na realização do estágio, e o “defrontar” com essa realidade torna na maioria das vezes frustrante, desmotivante e até decepcionante o primeiro contato do acadêmico com a realidade prática profissional.

Buriolla(2001) é concreta ao contribuir afirmando que o estágio é essencial à formação do acadêmico, enquanto este lhe proporcione momentos específicos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição campo apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

A formação em Serviço Social ganha elementos próprios, os quais fazem do estágio momentos de dúvidas, questionamentos e incertezas aos estagiários. É neste

momento que se torna indispensável à presença do supervisor de campo, pois é ele quem guiará o acadêmico para o conhecimento e uso dos instrumentos e realização das ações técnico-operativas. Mas, via de regra, é aí que surge um outro questionamento no desenvolvimento do estágio; a participação do supervisor; que seria o ponto chave para que o acadêmico compreenda bem a prática profissional e seus entornos. Conforme destaca, Oliveira (2004a, p. 68):

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio.

O estágio supervisionado é um espaço que capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social. (Almeida, 2013).

#### **4.3.2 Práticas de Estágio nos dois países**

Em Portugal, o estágio é desenvolvido ao longo de todos os anos do curso, o que denota a ênfase na formação prática, voltada para o ensino de como fazer. De acordo com a Entrevistada 2 PT:

O curso de Serviço Social tem durante os três anos experiência com o contato da realidade, no primeiro ano através da disciplina de observatório de serviço social, no segundo ano os alunos vão para o estágio a todo um processo de avaliação do perfil do aluno, das suas preferências. (Entrevistada 2 PT).

Um dos grandes desafios do estágio é propiciar aos alunos situações que eles possam colocar em prática o que aprenderam na teoria. De acordo com a Entrevistada 4 PT:

Isso é uma questão complexa, por que em todas as unidades e em todos os momentos na academia, é claro que em uma disciplina que não é prática e não é laboratório, nós tentamos elucidar e dar exemplos concretos, de mostrar o que estamos a dizer para fazer essa integração melhor. No instituto, há

momentos em que são de fato momentos de teorização da prática. (Entrevistada 4 PT).

A Universidade Católica é a única que parece apresentar um programa bem estabelecido de estágio, de acordo com o entrevistado 6 PT:

*A Universidade Católica é a universidade que tem a maior carga horária de estágio de Portugal, no total do curso são 940 horas de estágio obrigatório. Nós privilegiamos aquilo que gosto de chamar de uma formação presencial longa, ela é quantitativamente muito significativa, pois começa de uma forma gradativa. Inicia-se no segundo ano, depois no terceiro e por fim, no último semestre. Do ponto de vista do modelo, nós temos um modelo com bastante qualidade, agora isso não quer dizer que nós não precisamos melhorar. (Entrevistado 6 PT).*

Exatamente pelas dificuldades do processo de formação, as instituições precisam estar sempre preocupadas com o processo da qualidade de ensino, sendo possível perceber níveis de maturação por parte dos alunos durante o processo de formação (BRANCO; FERNANDES, 2005).

De acordo com Carvalho, M. I; Almeida, S. T. S; Pinto, C. (2018) as práticas de estágio para os Cursos de Serviço Social desenvolvidas em Portugal, se estabelecem em sua maioria, se seguinte forma:

- Promover a aproximação dos estudantes aos profissionais do SS que atuam em contextos diversificados;
- Situar o Serviço Social no âmbito da intervenção social, nomeadamente através da análise das funções dos profissionais de Serviço Social tendo em conta os contextos, os campos de atuação, as problemáticas e a população alvo;
- Sensibilizar para os valores e princípios éticos da profissão do Serviço Social.

**E que atinjam as seguintes competências :**

- Conhecer-se a si mesmo e aos outros – refletir sobre uma experiência de vida, acontecimento marcante, e reconhecer o valor dessa experiência para o Serviço Social.
- as competências da profissão em termos da jurisdição legal, institucional e informal
- a função da observação e a importância do conhecimento e dos valores
- Descrever a experiência observada em contexto de visitas e de relatos de assistentes sociais em sala de aula tendo em conta (os contextos-instituições, problemáticas e população alvo e o profissional )
- Que reconheça a relação entre as expectativas pessoais e o sistema de valores do quadro axiológico do Serviço Social e as as motivações para serem assistentes sociais (para serem um assistente social aberto, honesto e genuíno e respeitar os outros);

**As atividades a realizar:**

- Convidados em sala de aula – Os profissionais partilham a experiência profissional, podem abordar os seguintes itens (Serviço Social nas organizações e com a população alvo; boas práticas, advocacy, trabalho com outros profissionais, conhecimento e valores)

- Visitas guiadas a instituições com grelhas de observação
- Entrevistas a assistentes sociais nas instituições com guião de entrevista
- Privilegia-se o trabalho de grupo em sala de aula. Trabalho escrito e apresentação oral de modo a que os alunos ganhem confiança para argumentar e apresentar o seu ponto de vista
- Portfólio – descrição do observado e resumo da aprendizagem coletiva. (Carvalho, M. I; Almeida, S. T. S; Pinto, C., 2018).

A adequação à Bolonha massificou a formação profissional que passa, então, a pautar-se por uma lógica mercantil, sem atender a critérios mínimos como: “formação sólida em Serviço Social e Ciências Sociais, investigação com disciplina específica, estágio supervisionado, e com professores qualificados em Serviço Social” (NETTO, 2016, p. 215).

O fato de dividir o ensino em primeiro ciclo e segundo ciclo levou as pessoas à partirem a formação e, não ir para o segundo ciclo. Do ponto de vista daquilo que é a integração à formação, existiu uma perda e refere-se as repercussões do Bolonha. As aulas também que são de 45 minutos, não permite que haja uma formação mais fundamentada, ou seja, tudo passa muito rápido. Contudo, houve ganhos com o Bolonha, nós ganhamos maior rigor e os processos são mais exigentes, houveram mais exigências nos programas e no controle científico. (Entrevistada 9 PT).

Nós no instituto seguimos três anos e meio para a licenciatura, mas, mesmo assim eu penso que é pouco. Bolonha efetivamente procura uma formação de profissionais mais apressada, vejo que essa é a grande dificuldade após o Processo de Bolonha. (Entrevistada 1 PT)

Por outro lado, temos uma posição favorável ao Processo de Bolonha, conforme verifica-se na fala do Entrevistado 10 PT.

Eu sou um defensor do processo de Bolonha, e não estou convencido que é uma licenciatura insuficiente à formação do estudante. O que está em causa é a maneira como olhamos para as práticas pedagógicas, portanto, cada um de nós terá que aprender mais o que é importante para a minha unidade curricular que eu vou lecionar. Na minha avaliação até hoje eu não encontrei perdas, acho inclusive uma potencialidade, ao fim de três anos colocar a pessoa no mercado de trabalho, lhes dando a oportunidade de entrar imediatamente no Mestrado. E acho que é o mercado de trabalho que dará ao aluno um componente crítico. (Entrevistado 10 PT).

Com as exigências de Bolonha acerca da harmonização dos graus e diplomas, com vistas a criar um Espaço Europeu de Ensino Superior, a organização dos currículos dos cursos de Serviço Social foram alteradas. A formação passou a ser organizada em ciclos de estudos: 1º. Ciclo (licenciatura), 2º. Ciclo (mestrado) e 3º. Ciclo (doutorado), “em uma concepção de continuidade e desvalorizando a formação” (NETTO, 2016, p.



327). As orientações de Bolonha eram para que os cursos do 1º. e 2º. Ciclos somassem cinco anos, o que na prática resultou na transformação da formação inicial, da licenciatura recém-reconhecida (1989) em licenciatura e mestrado. Os cinco anos, que antes eram exigidos para a licenciatura, agora englobavam também o mestrado. A licenciatura foi reduzida para três anos ou três anos e meio.

Eu acho que um nessa ênfase é dado ao trabalho autônomo e que nos obriga a pensar a unidade curricular do ponto de vista do aluno e do ponto de vista de onde é que nós queremos que ele chegue. Temos que pensar, quais são as competências que os estudantes adquiram pensar no que é essencial, no que é secundário. O Serviço Social sempre foi mais interativo com os alunos, mais próximo deles, tornando-os sujeitos. Diferente com os outros cursos que são mais “mercadológicos”, digamos assim..., então, isso facilitou um pouco essa “adequação”, mesmo achando que prejudicou a formação. (Entrevistada 9 PT).

No Brasil, em 1996 foi aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) as novas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social que estão organizadas em princípios, eixos e núcleos que expressam uma nova relação de formação com a realidade social, ganhando destaque nesta proposta as atividades ligadas à extensão, à pesquisa, ao estágio e aquelas que se materializam em novas práticas pedagógicas. As expressivas mudanças na produção e reprodução da vida social, ocasionadas pela reforma do Estado, pela alteração das relações públicas e privadas, pela nova forma de enfrentamento das expressões da questão social, requer na atualidade uma nova formação profissional. É fato que o a (a) assistente social também é afetado pelas repercussões destas transformações no cenário mundial.

Desta forma, a reestruturação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social veio no sentido de eliminar a “pseudo-dicotomia” existente entre teoria e prática, visando agregar à formação matrizes curriculares que dê condições aos futuros profissionais darem respostas as demandas postas a atuação, buscando a efetivação e consolidação do projeto ético-político. Nota-se como consequência deste distanciamento a formação e o exercício profissional pautados em métodos teoricistas, tecnicistas e politicistas, identificados na história da profissão. O projeto de formação profissional além dos pressupostos norteadores e dos princípios que fundamentam a formação e as diretrizes da proposta básica do Curso de Serviço Social contém três núcleos de fundamentação<sup>14</sup>.

Os núcleos reúnem um conjunto de conhecimentos que permitem a compreensão da origem, manifestação e enfrentamento da questão social, sendo este

---

<sup>14</sup> Os Núcleos já foram discriminados e explicados no Capítulo 1.

o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, ela é a base de fundação histórico-social na realidade, constituindo o eixo ordenador das diretrizes.

As diretrizes aprovadas pela ABEPSS constituem referências políticas e teóricas para elaboração dos currículos plenos das unidades de ensino. A proposta foi encaminhada para o Ministério de Educação e Cultura (MEC), porém, este órgão aprovou de forma restrita alguns indicativos curriculares, mas permaneceram os princípios básicos defendidos pela ABEPSS. A proposta das Diretrizes Curriculares é formar profissionais que estejam articulados aos elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Destaca-se que o Curso de Serviço Social tem uma duração de 4 (quatro) anos, sendo a carga horária mínima de 3000 (três mil) horas e o estágio dentro da nova proposta curricular possui carga horária de 15% (quinze por cento), totalizando 450 (quatrocentos e cinquenta) horas. Vejamos a fala da Entrevistada 5 BR.

Aqui na PUC estamos completamente tentos com as diretrizes curriculares. Há pouco tempo inclusive nós fizemos no ano passado e, nesse ano, especialmente, uma nova Matriz Curricular. Temos que fazer alterações em todos os cursos colocando 20% à distância, né? Nós temos uma Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, seguimos rigorosamente às diretrizes desta associação que defende junto com o MEC essas diretrizes. Elas são nacionais, quem tem uma carga horária prevista, então, não posso mudar isso, sob pena de descumprir as diretrizes e o curso ser penalizado por isto. A PUC é filiada à ABEPSS, ela é muito rigorosa, quem define junto com o MEC essas diretrizes. Todos os cursos de Serviço Social têm sua essência. (Entrevistada 5 BR)

Como matérias básicas, são propostas: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica Do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos, Processo de Trabalho e Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional, bem como estipula atividades indispensáveis integradas ao currículo, sendo: Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso.

O novo Projeto de Formação Profissional do Serviço Social propõe, em suas Diretrizes, uma “lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade” (ABESS, 1997, p. 63)

Neste novo currículo, o estágio ganha lugar de destaque, uma vez que o mesmo é visto como essencial para o processo de formação profissional do assistente social. Apresenta como um dos seus princípios a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. Deve ser analisado dentro do contexto do ensino

aprendizagem visando uma articulação sistematizada entre as unidades de formação acadêmicas e prática do cotidiano da ação profissional.

Neste contexto, o maior desafio é “abandonar” a concepção de estágio voltada somente para a informação técnica e a prestação de serviços através do exercício profissional, e centrar-se na compreensão dos elementos históricos e conceituais do Serviço Social, numa transversalidade de conteúdos (OLIVEIRA, 2004 b).

Apesar de todos os esforços voltados para uma formação profissional qualificada e competente, o que se observa é que o projeto profissional do Serviço Social se consolidou no país nos anos 1990, ao mesmo tempo em que a ofensiva neoliberal adentrava na sociedade brasileira. A categoria é motivada a redimensionar o projeto profissional, chamado de projeto ético-político para ir de encontro às alterações no mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais. De acordo com o Entrevistado 1 BR:

A gente infelizmente se depara com profissionais que não vê que não tem essa postura da dessa formação da importância do estágio supervisionado né para os estudantes e para os profissionais que que param no tempo. (Entrevistado 1 BR)

A Entrevistada 2 BR complementa que:

É preciso um comprometimento maior dos formadores de pensamento principalmente no estágio supervisionado. É preciso que haja uma formação profissional com um novo perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade. (Entrevistada 2 BR).

Em 2012, a ABEPSS lançou o Projeto ABEPSS Itinerante, cujo objetivo era “Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior”, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior” (ABEPSS, 2012). Em decorrência das avaliações e dos destaques da primeira edição, em 2014 a ABEPSS lançou a segunda edição do ABEPSS Itinerante, cujo tema central era “*Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas*”, sendo seu objetivo fortalecer a implantação da PNE – Política Nacional de Estágio, como estratégia para a ampliação da base político-acadêmica do plano de lutas em

defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior, nas UFAs – Unidade de Formação Acadêmica” (ABEPSS, 2014).

Com o intuito de avançar no debate acerca dos “Fundamentos do trabalho e da formação profissional em Serviço Social”, a ABEPSS lançou a terceira edição do ABEPSS Itinerante em 2016. O objetivo foi “fortalecer a concepção dos fundamentos teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social que consubstanciam a lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS e o trabalho profissional” (ABEPSS, 2016).

Em 2017, na cidade do Rio de Janeiro foi realizado “*I Seminário Nacional: Fundamentos do Serviço Social*”, organizado pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho da ABEPSS, em que foi reafirmada a concepção de Fundamentos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. A quarta edição do projeto ABEPSS, lançada em 2018, ratificou a importância da discussão dos Fundamentos do Serviço Social, tendo como tema “Os Fundamentos do Serviço Social: As atribuições e competências profissionais em debate”<sup>278</sup>, sendo seus objetivos: a) fortalecer a concepção dos fundamentos teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social que consubstanciam a lógica das diretrizes curriculares da ABEPSS na problematização do trabalho profissional e das requisições institucionais em articulação com a formação, como um dos elementos de sustentação do Projeto Ético-Político; e b) fortalecer o projeto de formação profissional do serviço social brasileiro no contexto atual, por meio de encontros com docentes, supervisores de estágio e discentes de graduação e pós-graduação (mestrado/doutorado).

Os entrevistados disseram sobre o estágio que é adotado nas instituições, o Entrevistado 3 BR disse que:

A universidade oferece pesquisa de extensão de intercâmbio, o aluno também tem que fazer a sua parte. Nós temos acho que 520 horas de estágio do projeto pedagógico o estágio começa no quarto período, onde a gente tem uma disciplina que é o estágio supervisionado da prática do assistente social onde é trabalhado além do estágio, alguns aspectos da ética profissional. Então esse é o primeiro o segundo e o estágio supervisionado onde é feito o reconhecimento institucional, onde cada turma de 15 alunos fica com um professor. Eles tem acompanhamento no campo e tem supervisão acadêmica que uma vez por semana são 34 horas, Eles terminam com projeto de intervenção em diagnóstico”. (Entrevistado 3 BR).

Já o Entrevistado 4 BR disse que:

Temos disciplinas de estágio, são três. Nós temos estágio supervisionado a prática do assistente social que está localizado no quarto período essa disciplina e uma disciplina “turma cheia” como a gente chama ... ela tem 68 horas, mas ela também tem hora externas, porque os estudantes fazem os

trabalhos externos ne então não sei falar exatamente. Essa somatória que está no nosso projeto. (Entrevistado 4 BR).

As diretrizes adotadas na instituição são assinaladas pelo Entrevistado 5 BR, que defende a necessidade da boa articulação com a teoria e prática. *“Acredito que com as novas diretrizes adotadas na instituição, o estágio está propiciando uma melhora na teoria e prática”*. (Entrevistado 5 BR).

No entanto, essa afirmação é contestada a partir do que aos que defendem problemas no currículo de Serviço social apontando que há fragmentação entre os conhecimentos básicos e os profissionalizantes, dificultando a articulação entre a análise da realidade econômica, social e política e a inserção do serviço social dentro dela, originando falsos dilemas no sentido em que a realidade se torna um entrave para a profissão e, ainda, reproduz a dicotomia entre teoria e prática. (NETTO, 2016, p.115).

De acordo com o Entrevistado 6 BR:

Desafio né essa relação teoria e prática e por que nas diretrizes nessas unidades é indissociável desde do primeiro período e o aluno tem que tá trabalhando com agente nesses nesses elementos inclusive as disciplinas teóricas eles tem que fazer esse link né e eu acho que tem algumas disciplinas né que tem mais né pela sua natureza essa condição de desenvolver e mostrar mais glamour dessa articulação mais ela tem que ter passar tanto verticalmente como horizontalmente a a estrutura curricular né e eu acho que o estágio tem uma centralidade ali nessa relação, mas não quer dizer que as outras disciplinas também não têm, entendeu? (Entrevistado 6 BR).

Dessa forma, verifica-se uma grande necessidade atribuir com maior severidade à assimilação das matrizes teórico-metodológicas no âmbito da formação, devendo o quadro docente manter a preocupação constante com os conceitos apresentados, buscando transpor a simples reprodução dos mesmos, onde teoria e prática devem complementar-se objetivando, em suma, iluminar análises das diferentes situações com as quais os profissionais irão se deparar no exercício de sua prática.

Segundo a Entrevistado 8 BR:

A Teoria e prática assim isso, é uma questão eterna né, que agente sempre se ver diante dela né, e gente sempre a um esforço muito grande, coletivo, um esforço dos conjuntos dos professores de confrontar dicotomia né às vezes há muitas dificuldades no caminho, formativo do estudante e às vezes de nós mesmos docentes ...assim de fazer as articulações e agora no estágio estava precisando de uma experiência muito interessante porque, as primeiras coisas que eu falo no estágio é, vamos ver como a matéria de ontologia está aqui dentro, olha o pressuposto fundamental da ontologia de histórico materialista é que a realidade precede a ideia e dependendo da ideia, você não tá conseguindo seu campo de estágio, não, tá com dificuldade dos campos então vamos ver a realidade primária da própria crítica da economia política, como você fala do estágio do exercício profissional de espaço ocupacional sem falar

da mineração, como impactou fortemente a vida da população. (Entrevistada 8 BR).

Já a Entrevistada 4 BR diz que:

Primeiro, diga para a sua orientadora, a Cirleneque eu até hoje uso e utilizo o texto dela de 2004, da revista serviço social da sociedade. Uma das coisas que eu mais aprecio nela é mostrar que essa relação não é uma relação Mecânica ... A ideia é dizer que o referencial teórico nos ajuda a ter uma compreensão mais ampla dessa realidade da gente não ficar no senso comum na superfície e a gente compreender essas contradições da realidade agora. (Entrevistada 4 BR).

Como observado é preciso a adoção da teoria social crítica, para que o projeto de formação de Serviço Social se vincule a uma determinada perspectiva, no entanto, em seus princípios, entende o “exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais”, admitindo a disputa de projetos no interior da formação e da profissão (ABESS, 1996b).

#### ***4.3.3 Dimensões: teórico-metodológico; técnico-operativo; ético-político***

O Projeto Ético-Político do Serviço Social foi construído nos anos de 1970 a 1980, em meio ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social, vinha reconhecer a liberdade como valor central na dimensão política, propondo uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social aprovadas pelo MEC em 2001 estabelecem o perfil dos formandos, enquanto atuantes frente às expressões da questão social, na formulação e implementação de propostas de intervenção para seu enfrentamento. Dispõem sobre suas competências e habilidades, sua capacitação teórico-metodológica e ético-política para a atuação técnico-operativa, para que, enquanto profissional, o assistente social compreenda o significado social da profissão, seu desenvolvimento sócio-histórico, identificando as demandas presentes na sociedade.

É muito importante que os três eixos da atuação profissional – técnico-operativo; teórico-metodológico e ético-político sejam contemplados durante a formação, sendo demonstrados tanto na academia quanto no campo de estágio, de uma forma que ressalte a importância da articulação dos mesmos, os quais não se excluem, mas, ao contrário, se complementam.

O projeto assinala ainda a necessidade de uma formação acadêmica qualificada, comprometida com a competência, qualidade dos serviços prestados e respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais e rede de abrangência dos serviços públicos, onde o profissional deve reagir contra a imposição de preceitos de seletividade no acesso aos atendimentos, esclarecendo ainda que a atuação deste profissional potencializar-se-ia somente se atuasse junto aos segmentos de outras categorias profissionais, que também solidarizavam com a luta dos trabalhadores.

Sobre a corrente teórica adotada nas universidades os professores se mostraram, em sua maioria, evasivos. A Entrevistada 1 PT disse:

Não há esse consenso, nós temos um grupo de professores muito heterogêneo do ponto de vista do percurso profissional, das dimensões teóricas, das perspectivas. Então, sendo assim, não há aqui um pensamento único. Portanto, a resposta a sua pergunta é não há. (Entrevistada 1 PT).

Enquanto que a Entrevistada 2 PT, disse: “não sei o que se fala na academia sobre isso, porque não acompanho”. O Entrevistado 5 PT relatou:

Eu acho que é uma mescla de perspectivas mais tecnocráticas com perspectivas mais emancipatórias. Somos ecléticos não há uma corrente única aqui no instituto. (Entrevistado 5 PT)

De acordo com o Entrevistado 10 PT, há uma certa dificuldade no estabelecimento de uma corrente teórica,

*Essa é a dificuldade porque nós em Portugal e nem nas universidades portuguesas, em alguns departamentos de algumas universidades aqui você tem uma identidade muito forte, ou seja, algumas com uma visão mais crítica como a de Coimbra na área de sociologia, sendo este um projeto certo. Você não tem isso no serviço social de Portugal, o que quero dizer é que acaba por programas que não tem necessariamente uma direção teórica tão uniforme, algumas são mais pluralistas outros mais ecléticos. Aqui, eu diria que tem uma orientação mais crítica, mas não uma orientação crítica marxista. (Entrevistado 10 PT).*

Apenas uma professora foi assertiva dizendo que sua instituição segue a linha teórica desenvolvida pela pesquisadora Carla Pinto. Entrevistada 3 PT:

Nas cadeiras que eu leciono, bem falando pelas minhas cadeiras e posso falar pela professora Carla Pinto, nos trabalhamos esta corrente, especificamente e, portanto, trabalhamos muito nestas questões, não apenas em perspectivas crítica, mas, também em outras correntes e abordagens discriminatórias que de forma também foram influenciadas pela visão marxista. Existe de qualquer forma esta perspectiva marxista também de que ao meu conhecimento em outras cadeiras que servem de introdução pra alguns ou de enfim para refrescar as ideias do outro que já tiveram estes conteúdos. Defendemos nossa

perspectiva não é uma abordagem puramente crítica, mas, nos apostamos sempre na lógica da abordagem eclética de acordo com aquilo que é a situação problema, que são as características das pessoas, do grupo ou comunidade que estar a ser apoiada por nós. Claramente é dado um enfoque no desenvolvimento comunitário, falamos especificamente sobre ação sócio política e pra nós é muito relevante, toda essa lógica da não violência ativa, falamos também do budismo ativo, do Monge Budista, trabalha muito na Guerra do Vietnã, por exemplo. Existe ainda, essa noção da corrente marxista na cadeira de Sociologia, no meu entendimento. (Entrevistada 3, PT).

No Brasil, na década de 1950, os aportes para a intervenção do assistente social e a produção do conhecimento encontraram validação no positivismo, na tentativa de trazer à profissão um caráter técnico-operativo, no entanto, permaneceram elementos da filosofia neotomista, em especial no que se refere aos valores e à referência moral que informam sua dimensão ética, bem como se mantém sua vinculação ao pensamento conservador. O currículo mínimo aprovado pelo CNE – Conselho Nacional de Educação em 1970 refletiu, mesmo que tardiamente, a adesão do Serviço Social à ideologia desenvolvimentista. Outra característica resultante desse processo histórico da profissão foi demonstrada a preocupação com a cientificidade e o método, pela inclusão de disciplinas como Teoria do Serviço Social.

No Brasil, a aproximação com a teoria social de Marx a partir da década de 1970, possibilitou um avanço no debate teórico e o aprofundamento teórico-metodológico; o avanço acadêmico do Serviço Social; o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento pelas agências de fomento de pesquisa; a crítica ao pragmatismo e à concepção do Serviço Social reduzido a sua dimensão interventiva; a tentativa de superação da concepção da profissão de forma endógena, desarticulada da processualidade histórica, bem como o reconhecimento da dimensão política da profissão. Ressalta-se que o Movimento de Reconceituação foi um fenômeno tipicamente latino-americanode contestação ao Serviço Social tradicional, que questionou seus fundamentos, objeto, natureza, direção social da prática profissional, entre outros elementos. No bojo da Reconceituação, entendia-se que não cabia mais a vinculação da prática do assistente social aos manuais e literaturas europeia e norte-americana, pois estes não respondiam às necessidades dessa latitude do mundo. Era preciso entender a realidade latino-americana e formular respostas profissionais que viessem ao encontro das demandas particulares do continente. Outro aspecto incentivador do movimento foi a necessidade de superar a falácia da neutralidade ideológico do assistente social. Esse Movimento possuía alguns eixos comuns, os quais deram direção e forma ao seu desenvolvimento, entre seus eixos estão os “esforços compreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social, na criação de um projeto abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao



tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológico e prático-interventivos” (IAMAMOTO, 2004, p.52). Assim, o Movimento de Reconceituação foi expressão de uma tendência fundante na necessidade de construção de uma alternativa crítica ao Serviço Social neste continente, respondendo as suas necessidades regionais. A partir desse momento, buscou-se importantes contribuições nas ciências sociais, o que possibilitou a aproximação do Serviço Social com correntes críticas, como o marxismo. As categorias relativas ao Materialismo Histórico Dialético são esvaziadas e o marxismo surge associado à necessidade de se estabelecer uma metodologia própria do serviço social que respondesse à realidade na América Latina.

Diante das considerações acerca dos conteúdos, princípios e lógica curricular das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social no Brasil e de publicações sobre tais diretrizes, constata-se que esse Projeto de Formação Profissional foi construído a partir de um amplo debate da categoria, ancorado em um Projeto de Profissão, denominado, a partir da década de 1990, Projeto Ético-Político, o qual sustenta uma concepção de profissão com uma determinada direção social.

Este conjunto de diretrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno. Aquela base está pautada por um projeto de formação e profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABESS (ABESS, 1996b, p. 6).

Ao adotar a teoria social crítica, esse projeto de formação se vincula a uma determinada perspectiva, no entanto, em seus princípios, entende o “exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais”, admitindo a disputa de projetos no interior da formação e da profissão (ABESS, 1996b). Assim, se entende as Diretrizes Curriculares como um significativo avanço na construção de um Projeto de Formação Profissional alinhado a um Projeto de Profissão, ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. As análises corroboram que as concebem como fruto de um processo coletivo, ainda que não venham a expressar todo o conjunto da categoria. Esse projeto pretende traduzir uma direção para a formação e a profissão e atribui uma face muito peculiar ao Serviço Social brasileiro na América Latina, no Caribe e no circuito mundial do Serviço Social.

#### **4.3.4 Formação crítica e a Formação tecnicista**

De acordo com o Entrevistado 8 PT: “*O modelo teórico que sustentava a formação estava pautado na Doutrina Social da Igreja*”. O Serviço Social era um instrumento de concretização das ideias reformistas, implícitas nessas duas perspectivas teóricas e filosóficas. O curso era estruturado a partir de três eixos: educação social, medicina social e o exercício da prática em instituições sociais, com ênfase na intervenção individual e familiar. A profissão era obrigatoriamente feminina e caracterizava-se como instrumento de concretização das ideias reformistas e no projeto político de educação nacional - Deus, Pátria e família (CARVALHO e PINTO, 2014).

O Decreto Lei 30.135 de 1939 definiu e legalizou o primeiro plano de estudos do curso de Serviço Social. No período de 1935 a 1939 o curso que fora ministrado não estava aprovado legalmente, apenas quatro anos depois é que se construiu uma versão definitiva. Em 1944 outro documento expõe nova versão diferente da publicada, o que permite identificar as transformações ocorridas neste contexto e a configuração de um novo projeto educativo (PEREIRA *et al*, 2014). Em Portugal, o destaque é dado à Revolução dos Cravos que culminou no fim da ditadura Salazarista e na abertura do Serviço Social a novos projetos. A partir da crítica ao Estado de Salazar e da abertura democrática, a profissão em Portugal pôde se aproximar de tendências críticas do Serviço Social (PEREIRA, 2018).

Os anos finais do século XX, início do século XXI, foram prodigiosos para o Serviço Social português. Em menos de 30 anos, o Serviço Social em Portugal deu um salto qualitativo significativo, principalmente no que se refere à formação profissional. Posteriormente a um longo percurso de luta, em 1989, foi reconhecido o grau de licenciatura; em 1995, foi aberto o primeiro curso de mestrado de escolas portuguesas e, em 2003, o primeiro doutorado. Além da formação, a profissão também ganhou destaque nesse período; as autoras evidenciam a importância que a criação da carreira Técnica Superior de Serviço Social (TSSS) na administração pública, com o requisito do grau acadêmico de licenciatura, teve no desenvolvimento qualificado da profissão e, conseqüentemente, na procura de formação pós-graduada em Serviço Social.

Esse movimento incentivou o processo investigativo no Serviço Social, mas o que poderia se configurar como um processo de amadurecimento teórico e político dos assistentes sociais em Portugal configuram a coexistência de um movimento contrário a esse processo, ou seja, pelas refrações do movimento histórico do próprio ensino superior na Europa que tem como um de seus aspectos a adequação da formação

profissional em Serviço Social às orientações propostas no Processo de Bolonha (PEREIRA, 2009).

A formação em Serviço Social expandiu-se de forma indiscriminada na década de 1990. Proliferaram-se os cursos de Serviço Social pelo país, inicialmente no setor privado e, a partir de 2000, no ensino público<sup>239</sup>. Durante mais de 70 (setenta) anos existiram em Portugal apenas 3 (três) escolas de Serviço Social, todas privadas. Esse número pulou para 8 (oito) cursos até o final da década de 1990. A adequação à Bolonha massificou a formação profissional que passa, então, a pautar-se por uma lógica mercantil, sem atender a critérios mínimos como: formação sólida em Serviço Social e Ciências Sociais, investigação com disciplina específica, estágio supervisionado, e com professores qualificados em Serviço Social (LOPES; MENEZES, 2018).

No Brasil, a formação crítica é adotada nas instituições. De acordo com o Entrevistada6 BR:

A PUC tem uma características que me atrai muito e que é ter um profissional crítico, mas ao mesmo tempo ter uma abertura para um debate profissional que muitas faculdades e universidades brasileiras serviço social que estão muito presas em uma determinada a linha ideológica e tem muita dificuldade de abrir uma discussão e aqui a gente tem essa diversidade. (Entrevistada 6 BR).

Já a Entrevistada 8 BR:

[...] a precarização começa na formação... garanto, temos dificuldades na formação, pois tem temos limitações até para o desenvolvimento das aulas, como ter cadeiras disponíveis para os alunos [...]". (Entrevistada 8 BR).

Verifica-se que para entender a formação crítica em Serviço Social é preciso anteriormente compreender a complexidade do sistema capitalista que impactam com a política, a cultura, as organizações sociais, a educação e o mercado de trabalho. Observa-se nesse ponto, o “sucateamento” da profissão tendo em vista a mercantilização do ensino superior.

Ortiz (2010) afirma que o processo de formação acadêmica deve perpassar por todas as temáticas que englobam a atuação profissional, e subsidiar um embasamento que possibilite a correlação com a práxis, que já não pode mais ser tecnicista, tradicional e operacionalizada. Deve-se evidenciar o modo estratégico de atuação que tenha como foco principal a emancipação do usuário através dos mecanismos existentes, pautados na ética e nos fundamentos da profissão.

Com todas as transformações da reforma do aparelho do Estado para atender aos anseios dos organismos multilaterais atinge a formação crítica, esvazia os anseios pela justiça social e enfraquece as lutas de classes.

O que temos visto então é um processo de progressiva expansão do ensino superior — “crescimento para menos” — por meio do empresariamento da educação, e também de uma descaracterização da universidade pública, que passa a ser gerenciada a partir de uma lógica privada. Assim, os processos de formação profissional voltam-se para atender o mercado e suas demandas imediatistas e técnicas, esvaziados de uma dimensão crítica e orientados por uma direção pós-moderna. Surge, então, um tipo de *capitalismo universitário ou acadêmico*, em que o ensino superior, além de cumprir sua função tradicional de valorizar o capital, assume uma posição estratégica na reprodução das relações burguesas e uma funcionalidade que se volta para o mercado, na medida em que passa a controlar e a direcionar a produção de um tipo de conhecimento científico que atinge todas as áreas do conhecimento, mercantilizado e sintonizado com as demandas das corporações industriais. A construção da educação enquanto direito social, entendida como um componente estratégico para a transformação social, deve estar articulada com as lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, mas o que vem ocorrendo é o movimento coordenado pela esfera estatal de desconstruí-la enquanto direito social, considerando-a como bem público e, como tal, sem distinção entre a esfera privada ou pública. Este projeto para a educação descaracteriza o ensino superior e sua capacidade de produzir conhecimento reflexivo e articulado com a complexidade contraditória do real, pois pensa a formação superior a partir de uma lógica terciária (educação pós-secundária), e não universitária, que praticamente restringe esse segmento ao ensino descolado da pesquisa e da extensão, e atravessa o espaço acadêmico com a lógica do mercado e suas determinações. (SILVA, 2010, p.427-428).

Essa precarização em tempos atuais rebate diretamente na formação do assistente social, descaracterizando uma formação crítica e qualificada dando espaço para o “aligeiramento” da mesma, de forma precária e sem o compromisso com um projeto profissional que visa uma transformação coletiva em defesa da classe trabalhadora e que dê respostas às demandas advindas do capitalismo. “O aligeiramento da formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo. O expansionismo superficial de cursos é extremamente funcional ao conservadorismo, pois conserva e mesmo agudiza a perspectiva de formação funcional ao mercado e subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado, ou seja, do capital (BOSCHETTI, 2015, p.648).

#### **4.4 Exigências do Mercado de Trabalho – Rebatimentos do Sistema Capitalista na Formação e/o Atuação Profissional**

##### **4.4.1 Brasil: Lógica mercantil; precarização; sucateamento do ensino**

O Serviço Social brasileiro é regulamentado como profissão liberal, entretanto, não tem essa tradição em nosso país, uma vez que ele não dispõe dos meios e recursos que subsidiem sua autonomia. O assistente social é um trabalhador especializado que vende sua capacidade de trabalho para as entidades e/ou instituições empregadoras. Estando nesta relação de compra e venda de trabalho, o profissional se insere no campo

da mercantilização, no campo do valor, se constituindo como parte do trabalho socialmente produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendam às necessidades sociais.

De acordo com Barros (2015, p.04):

Aliado a este processo, há a necessidade de articular a relação do trabalho coletivo ao processo denominado de reestruturação produtiva, advindo do processo de liberalização da economia e, deste emerge as modificações na relação capital x trabalho, incidindo diretamente no cotidiano da classe operária e, por conseguinte, no processo de trabalho do assistente social. Compreender a função social do Serviço Social na sociedade capitalista significa, inicialmente, situá-lo como partícipe da reprodução das relações de classes e, principalmente, o relacionamento contraditório entre elas, além de conceber as relações sociais como reprodução da vida material e do modo de produção capitalista, ultrapassando a reprodução no seu sentido amplo, incluindo produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias, tido como um processo.

O desafio é da formação do assistente social no Brasil é dar um salto de qualidade. Este novo projeto de formação profissional deve estar atento a ofensiva neoliberal, que se apresenta conservadora e privatista, reduzindo, significativamente, a função do Estado, que se torna cada vez mais mínimo. A Entrevistada 4 BR menciona uma grande contradição na formação, pois o Estado Mínimo altera a forma como o profissional atual. Ela diz que:

É uma grande questão o autoritarismo, além dessa questão do clientelismo que visa impedir a participação da sociedade né então são essas características do capitalismo influenciam o mercado de trabalho com um todo. Entrevistada 4 BR).

Constata-se com muita preocupação a precarização generalizada do trabalho e, mais ainda, a do ensino, especialmente no que tange à supervalorização da sustentabilidade e operacionalidade, em detrimento da qualidade, no sentido amplo. Quando menciona-se a qualidade, fala-se da formação de profissionais com diversas competências cada vez mais necessárias, entre as quais estão, não só a capacidade técnica, fundamental para materializar o trabalho profissional, mas também um acúmulo teórico-metodológico mais denso, consistente e coerente e uma postura e compromissos éticos que precisam ser introjetados e materializados nas produções, ações e relações estabelecidas por estes profissionais no cotidiano de trabalho (PRATES *et al*, 2012).

O Serviço Social está inserido na divisão sócio-técnico do trabalho, devendo dar respostas às necessidades sociais, sendo estas, as demandas da profissão, que o leva

a se qualificar para que sejam capazes de responder às exigências contemporâneas de forma crítica e transformadora, tendo em vista os padrões de produção e acumulação do capital, que implica numa reestruturação do Estado e sua relação com as classes sociais. De acordo com o Entrevistado 3 BR:

Está acontecendo muitas mudanças no mundo do trabalho a gente não pode ignorar esse mundo do trabalho infelizmente e o meio que vivemos queremos um modo diferente e claro queríamos um sistema de trabalho diferente eu desejaria que fosse diferente, mais humano e mais justo, mas não é isso que nos temos nós temos o mundo do trabalho cada vez mais competitivo cada vez mais exigindo um profissional habilitado mesmo eficiente pró ativo, criativo e o que mais que tem capacidade de trabalhar em equipe um profissional que seja mais flexível mais aberto mais flexível ne então eu fico pensando que esse mercado ele acaba que esta exigindo mais dos profissionais sim e exigindo eu acho que os profissionais que hoje não estão dispostos a se aperfeiçoarem a continuar estudando né e que não querem sair da mesmice como aconteceu muito tempo com muitos dos nossos colegas. Eu vejo a precarização do ensino principalmente nos currículos que recebo de alunos que pedem transferências. O currículo mínimo por vezes é indecente. (Entrevistado 3 BR).

De acordo com Netto (2016, p.10):

A atual conjuntura de assistencialização das políticas sociais, aliada à precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, impõe grandes desafios para este projeto. Outro agravante encontra-se no âmbito da formação profissional, com a mercantilização do ensino superior, a proliferação de cursos de Serviço Social (principalmente em instituições privadas e na modalidade à distância) têm alternado significativamente o perfil dos assistentes sociais. As entidades organizativas da profissão empenham-se na manutenção desta direção que (ainda) encontra sustentação no aparato jurídico-político da profissão, como as normativas acima mencionadas. Mas sabemos que o cenário é extramente ameaçador. As eleições de 2018, que elegeram presidente Jair Messias Bolsonaro, expressam que o conservadorismo tem ganhado forças no país. A profissão certamente não sairá imune. É importante mencionar que, ao afirmamos as condições adversas que ameaçam o projeto de profissão construído pelo Serviço Social nos últimos 40 anos não significa coadunar com uma perspectiva contrária ao PEP, longe disso, entendemos que a luta por essa direção é a (árdua) tarefa que nos cabe nos próximos anos.

Segundo Iamamoto (2007), com isto nota-se a “precarização” do trabalho, com trabalhos precarizados, alto índices de desempregos, trabalhos temporários e terceirizados, ocasionando a perda dos direitos sociais gerando a exclusão e o exército industrial de reserva. O Entrevistado 6 ressalta que: “*situação está extremamente precária, as condições de trabalho e a condição dos empregos mesmo os contratos de trabalhos de assistentes sociais*”, cada vez é exigido mais dos trabalhadores, mais conhecimento, melhores habilidades, formação continuada, porém em contraponto as condições de trabalho são cada vez piores.

Dentro desse contexto, o trabalhador “polivalente” é cada vez mais requisitado, o que não passa de uma “estratégia” de explorar a mão de obra, no qual um trabalhador exerce várias funções com o mesmo salário e uma jornada de trabalho “flexível”. Tudo isto faz aumentar as diferenças de classes, amplia as desigualdades sociais, o que altera, consideravelmente, o mercado de trabalho.

Segundo Faleiros (2001), as demandas sociais emergentes da sociedade capitalista junto às exigências apresentadas pelo mercado de trabalho na contemporaneidade afetam de forma direta a atuação do profissional de Serviço Social, sendo necessário ao mesmo uma formação continuada assumindo um caráter crítico e interventivo de forma que acompanhe as transformações societárias, indo ao encontro com os preceitos éticos da profissão, sem ferí-los, não se deixando ser manipulado pelos empregadores, que frequentemente visam mais os interesses da própria instituição ou da visibilidade que sua gestão governamental terá, do que a necessidade real da população usuária do Serviço Social cujo nosso papel é assegurar os seus direitos. Tal formação não pode se basear em um pragmatismo que ignore a teoria, nem em idealismo alienado em relação à realidade do cotidiano profissional.

Para Yamamoto (2006, p. 171-172),

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

É importante mencionar que a qualidade do ensino superior público também é atingida no processo de contrarreforma da educação. Há um verdadeiro sucateamento do sistema de ensino superior público, por meio da redução progressiva do montante de recursos para as universidades públicas; pelas aposentadorias forçadas de docentes, em especial dos pertencentes às instituições federais; a não realização de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos.

#### **4.4.2 Portugal: lógica tecnicista; repetitiva; reiterada**

Se antes de Bolonha, na década de 1990, já havia ameaças em relação à precarização da formação em Serviço Social, no que tange à duração dos cursos, agora

essa reflexão expande-se para o mercado de trabalho (ARAÚJO *et al*, 2018).

Entrevistada 1 PT:

O Serviço Social mais do que nunca precisa estar organizado em termo de classe, ser crítico e reflexivo para fazer frente à essas consequências, desse capitalismo muitas vezes grosseiro e selvagem. (Entrevistada 1 PT).

Já a Entrevistada 4 PT, afirma:

*O sistema e as universidades hoje procuram responder as exigências do mercado, sendo esse um interminável sistema no qual vivemos. Por isso, acho que o sistema e o próprio trabalho do assistente social enquanto trabalhador está inserido nesse contexto em termo do que ganha no mercado de trabalho, de forma que há uma precarização muito grande do trabalho profissional. E, há uma grande diferença de quem trabalha para o estado para quem não trabalha pra ele. (Entrevistada 4 PT).*

Enquanto a Entrevista 2 PT, destaca:

*Há uma diversidade muito grande, há de tudo um pouco, nós não temos uma noção de qual seja o grau de empregabilidade dos assistentes sociais. De oitocentos a novecentos euros e, às vezes, com um trabalho precário. Além de que o mercado não absorve todos os profissionais licenciados. Com esta questão de globalização, essas crises que todos temos atravessado, vieram os problemas que nós já conhecemos em todas as áreas, a falta de investimento, a incapacidade do próprio Estado em financiar novos projetos e, sobretudo, da incapacidade em contratar novos funcionários, de forma que tudo isso atingiu todas as profissões. As pessoas estão muito dispersas, envolvidas no seu dia a dia, no seu cotidiano, com as preocupações da sobrevivência e não com o coletivo. Temos em Portugal por volta de dezoito mil profissionais. (Entrevista 2 PT).*

Quanto à preocupação da formação profissional dos futuros assistentes sociais, num momento de aligeiramento da profissão que atenda à uma lógica tecnicista, Entrevistada 3 PT diz:

Preocupa-me esse modelo de formação atual porque ficou pequeno e a verdade é que no fim de três anos levam daqui um diploma que diz que esta pessoa é licenciada em Serviço Social, logo terá competências para tanto. Por isso, trabalho com eles desde o início que a formação tem que ser ao longo da vida ela não pode ficar com três anos. Aqui procuramos que se desenvolva essa capacidade crítica de questionamentos deles olharem a realidade e perceberem essas contravenções e essas desigualdades que existem e, portanto, que reflitam sobre ela. (Entrevistada 3 PT).

A lógica mercantilista, destacando o PB, teve uma massificação do ensino superior e a inexistência de Políticas Sociais, aumentando significativamente o número de situação de vulnerabilidades sociais. Por outro lado, essas questões também não



são geradoras de trabalho para o Serviço Social, haja vista que é um mercado de trabalho de adaptação para o/a assistente social. A Entrevistada 4 PT é bem contundente ao discorrer sobre isso:

Os empregadores exigem que as pessoas saibam resolver problemas, que sejam flexíveis, que saibam fazer mil e uma coisas, que sejam polivalentes, empreendedores e inovadores. É um desafio, do ponto de vista da formação, da educação eu acho que é um desafio fundamental hoje que é desconstruir determinadas ideias que o aluno já vem com elas e desconstruir muitas ideias feitas, preconceitos moralistas que os alunos tendem a ter dos casos e situações e, fazer passar uma vertente sócio política e sócio educativo no serviço social. O desafio é fazer que aqueles não sejam tão operativos voltados para a técnica, mas que consigam problematizar de uma outra forma. O sistema e as universidades hoje procuram responder as exigências do mercado, sendo esse um interminável sistema no qual vivemos. Por isso, acho que o sistema e o próprio trabalho do assistente social enquanto trabalhador está inserido nesse contexto em termos do que ganha no mercado de trabalho, de forma que há uma precarização muito grande do trabalho profissional. E, há uma grande diferença de quem trabalha para o estado para quem não trabalha pra ele. (Entrevistada 4 PT).

O PB foi importante para a formação em Serviço Social em Portugal, haja vista que a formação não contava com normativas que estabelecessem padrões mínimos; no entanto, mesmo com a constituição de comissões de especialistas compostas por assistentes sociais, essa agência não visou constituir parâmetros que versassem sobre conteúdos mínimos necessários para a formação profissional, mas estabeleceu apenas critérios mínimos de adequação às orientações de Bolonha, principalmente relativos ao tempo de duração dos cursos e à adequação da formação ao mercado de trabalho (DAHMER PEREIRA, 2007).

#### **4.4.3 Imediatismo e quantitativo no Serviço Social: tendências contemporâneas**

A prática profissional em Portugal e no Brasil é historicamente determinada por condições econômicas, ideológicas e sócio-culturais objetivas e, de que, resulta e se explicita o desenvolvimento sócio-histórico do modo de ser da sociedade que a produziu.

Para a compreensão da prática profissional do Serviço Social é preciso apreendê-la em suas dimensões objetiva e subjetiva. É, necessário, estabelecer os nexos constitutivos entre a prática profissional e as relações sociais na sociedade capitalista com o intuito de apreender suas determinações sociais objetivas, sua direção social e o sentido a ela atribuído por seus agentes. Significa, ainda, afirmar que não há prática sem que haja intencionalidades, mesmo quando visam tão-somente atender a uma demanda emergencial como, por exemplo, inserir uma família em um

programa de renda mínima, ou executar os procedimentos burocráticos para que um cidadão portador de necessidades especiais tenha acesso a uma cadeira de rodas, ou encaminhar um cidadão que necessita de atendimento médico-hospitalar para as unidades de referências, ou acompanhar e orientar um adolescente em relação às medidas sócio-educativas, ou elaborar um parecer social (COELHO, 2008).

De acordo com o Entrevistado 8 BR: “*A prática em Serviço Social é condensada em episódios da luta de classes*”. Nesse quadro, a prática profissional do assistente social é determinada, de um lado, pelas condições sócio-históricas objetivas que estabelecem sua necessidade, delimitada por correlações de forças expressas nos confrontos e conflitos das classes sociais e os seus projetos societários; assim, explicitam-se concepção de mundo, formas de relação entre os homens e entre eles e a natureza, estrutura da sociedade, relação entre público e privado, organização política, dentre outros.

O Entrevistado 5 PT, posiciona-se da seguinte forma:

As coisas vão evoluindo eu acho que a um conjunto de competências básicas que são sempre exigidas que seja o aluno tem que saber fazer um diagnóstico e tem que saber intervir, com pessoas, grupos e comunidades. Naturalmente mesmo que às vezes próprias instituições não as reconheçam começam surgir outras competências que são importantes. Acho que sim, mas, temos que melhorar, sempre. Captando melhor as exigências do mercado. O projeto é para eles saírem com a preparação técnica metodológica, para, além disso, nos gostaríamos que eles saíssem com uma abordagem crítica. Eles tem áreas de formação em que se estimula isso. (Entrevistado 5 PT).

No modo de produção capitalista, o trabalhador para acessar os meios para a satisfação de suas necessidades, vende a sua força de trabalho em troca de um salário. O produto de seu trabalho pertence àquele que compra. Decorre dessa relação de produção o processo de alienação. Esse processo acentua-se em decorrência da divisão social e técnica do trabalho, pois além do resultado do trabalho não pertencer ao trabalhador, ele não se reconhece no produto que produz. Para garantir a satisfação de suas necessidades, os trabalhadores, cotidianamente, desdobram-se em ritmos e regularidades próprios de cada contexto sócio-histórico. A heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva da vida cotidiana absorvem o homem inteiro, exigem que todas as suas capacidades sejam mobilizadas.

No atual estágio de desenvolvimento das relações de produção e reprodução social da sociedade capitalista, a sensibilidade consumidora, estabelecida na imediatividade da vida social, Coelho (2008), não admite a distinção entre aparência e essência. Para garantir a transitoriedade das relações, a aparência é venerada, e a essência, desqualificada. Há a desqualificação da relação entre aparência/essência,

provocando a incredibilidade no tocante às metas narrativas legitimadoras contidas no iluminismo, para o qual, na razão se encontravam as possibilidades da emancipação, da liberdade do homem.

O pensamento pós-moderno propõe, segundo Coelho (2008) por intermédio da desconstrução, a refuncionalização dos arcabouços teóricos fundamentados na intuição, próximos das conexões imediatas entre teoria e prática. Para esse pensamento, a apreensão das determinações e das mediações da estrutura histórico-social é descartável. A irracionalidade desse modo de perceber a realidade busca justificar a caótica condição de reprodução social na sociedade capitalista. No entanto, a realidade que esse pensamento produz e reproduz associa-se àquela do pensamento cotidiano, isto é, os processos de mediações entre particularidade e universalidade vinculam-se às reações espontâneas e à imediata genericidade humana. Nessas condições, as relações desenvolvidas na esfera da vida cotidiana são apreendidas pela imediaticidade e tem um fim em si mesmas. Na vida cotidiana, os homens são tomados de sobressalto pela multiplicidade de atividades, que impõem determinações e mediações mais complexas e amplas e aparecem, sob a forma de sua característica de imediaticidade. A prática profissional imediata, circunscrita à fenomenalidade dos processos sociais, que apreende apenas a realidade em sua aparência, deixa-se prender apenas à multiplicidade das atividades emergenciais cotidianas. Nessas condições, a prática profissional do assistente social restringe-se somente ao atendimento das demandas explicitadas pelos usuários, às rotinas e aos procedimentos estabelecidos no fluxograma institucional, amortece os conflitos e individualiza as seqüelas da questão social. Trata-se de uma prática espontânea e reiterativa (COELHO, 2008). O Entrevistado 6 PT, afirma:

O mercado de trabalho em Portugal sofreu alterações estruturais que estão relacionadas com a própria transformação do estado social. Vejo que o mercado não tem absorvido todas as pessoas licenciadas para o trabalho, o mercado vem absorvendo cada vez mais de uma forma mais precária. (Entrevistado 6 PT).

Já a Entrevistada 3 BR, ressalta:

Está acontecendo muitas mudanças no mundo do trabalho a gente não pode ignorar esse mundo do trabalho infelizmente e o meio que vivemos queríamos um modo diferente e claro queríamos um sistema de trabalho diferente eu desejaria que fosse diferente, mais humano e mais justo, mas não é isso que nos temos nós temos o mundo do trabalho cada vez mais competitivo cada vez mais exigindo um profissional habilitado mesmo eficiente pró ativo, criativo e o que mais que tem capacidade de trabalhar em equipe um profissional que seja mais flexível mais aberto mais flexível ne então eu fico pensando que esse mercado ele acaba que esta exigindo mais dos profissionais sim e exigindo eu acho que os profissionais que hoje não estão dispostos a se aperfeiçoarem a

continuar estudando né e que não querem sair da mesmice como aconteceu muito tempo com muitos dos nossos colegas. (Entrevistada 3 BR).

A superação da imediatividade implica o movimento de supra-sunção da consciência no caminho que percorre para apreender a essência da realidade, ultrapassando a aparência dos fenômenos sociais. O horizonte da prática profissional do assistente social é o cotidiano e a superação momentânea e temporária dessa esfera do ser social, caracterizada pela heterogeneidade, pela imediatividade e pela superficialidade extensiva, pressupõe o conhecimento das situações concretas que eleve a consciência do homem de ser em-si, para ser para-si, acesse a consciência humano-genérica e amplie os seus espaços de liberdade

#### ***4.4.4 Redução do espaço de trabalho e o fenômeno da intensificação da prática profissional do/a assistente social***

Como característica do Estado Mínimo está a redução da reestruturação produtiva que atinge, além da produção, a organização da sociedade e sua relação com o Estado. Netto (2016) ressalta que o objetivo do capitalismo contemporâneo não é a diminuição do Estado, mas a diminuição das funções estatais, principalmente as relacionadas aos direitos sociais.

*“As análises que permeiam as comunicações orais entrelaçam, conectam os diversos aspectos sócio-históricos que determinam e desafiam o exercício profissional crítico”,* segundo o Entrevistado 6 BR, com a adoção do Estado Mínimo é preciso a compreensão quais são os novos espaços de atuação do profissional de Serviço Social.

As reflexões e debates em torno da atuação do Serviço Social nos últimos anos no Brasil selam os nossos compromissos profissionais com a classe trabalhadora. Ao analisarmos diversos documentos, destacando o nosso Código de Ética, reconhecemos o quanto se ampliou e se definiu esta aliança nos últimos anos. Trata-se agora de reconhecer os espaços de intervenção que foram se constituindo nessa direção. (...). A demanda para o trabalho de assessoria técnica nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente por parte do movimento sindical petroleiro no Estado de São Paulo está explicitada em diversas manifestações e denúncias públicas, datadas no início dos anos 90 (ROCHA; GIL, 2004, p. 2-3).

O Entrevistado 3 BR, aborda que o fenômeno da intensificação e redução dos postos de trabalho, são consequências da Mercantilização que estamos inseridos:

As exigências do mercado de trabalho levaram ao sucateamento ... todas as formas de exploração da mão de obra assalariada da força de trabalho assalariada vão também rebater o profissional serviço social. Diante da mercantilização é preciso adotar uma construção teórica de vigor que vai

rebater no fortalecimento da formação profissional, não só das diretrizes curriculares, mas com a reafirmação do projeto ético-político. Ao mesmo tempo a variação crítica de qual é o lugar do projeto ético-político aí eu achei que é importante fazer porque os caras tem profissionais, mais que isso nos casos seres humanos integrais eu acho que essa pergunta anterior o que buscado pro profissionais eu acho que esse nexos ético político da coetividade ele é muito antes é claro que a forma como re conceituação do contexto do serviço social tivesse visto assim da profissão isso é um ganho total que é uma situação crítica dos recursos então isso precisa se deixar muito claro mas como não é um lugar desse projeto ético-político. Aí sim onde formam nosso senso ético, onde nós estamos investindo nessa formação, criando mecanismos de fortalecimento. (Entrevistado 3 BR).

Efetivada na direção da escolha consciente fundada na ética, a objetivação da prática profissional crítica cotidiana conecta-se com os processos de homogeneização, apresentando como possibilidade de suspensão em relação à heterogeneidade, a superficialidade e a imediatividade características da vida cotidiana.

#### **4.4.5 O Adoecimento Profissional Docente**

*“A condição de assalariamento e as condições precárias do trabalho do profissional de Serviço Social, leva a um adoecimento do profissional docente”.*(Entrevistado 8 BR).

A Entrevistada 11 BR, disse que atualmente tem aumentando o número de profissionais com adoecimento em virtude do trabalho:

*O maior desafio atualmente do CRESS/MG é localizar os profissionais e saber o que levou do adoecimento do profissional. Há um afastamento do que está no Código com a prática no cotidiano de trabalho dos profissionais.* (Entrevistada 11 BR).

Já a Entrevistada 9 BR, afirma que o adoecimento profissional advém,

*das exigências do mercado de trabalho, principalmente, daqui do Norte de Minas. Tudo é muito complexo para falar, digamos que a demanda tem uma lógica ainda clientelista, do favor. As maiorias das vagas aqui são ocupadas por indicações políticas e isso altera o perfil profissional, que muitas vezes se submete a um determinado trabalho, até mesmo porque, não tem outras oportunidades, causando insatisfação, uma prática assistencialista e, conseqüentemente ao adoecimento.* (Entrevistada 9 BR).

Dias (2013) relata que é preciso compreender o adoecimento fazendo um paralelo com o contexto histórico atual, permeado pela sociedade do controle e do

capitalismo globalizado, no qual as escolas estão adotando políticas de qualidade semelhante às empresas, valorizando técnicas de gerenciamento, “transformando o aluno em consumidor de ensino e o professor em funcionário treinado e competente”. As novas exigências profissionais provocadas pelas reformas educacionais no Brasil a partir de 1990, trouxeram efeitos significativos para a saúde dos docentes, sobretudo por causa da intensificação do trabalho. Regulação, controle e avaliação por competências nos moldes industriais, chegam às escolas sem considerar os princípios educativos tampouco as realidades que distinguem o ensino básico do ensino médio e do superior. Cobra-se dos professores cada vez mais trabalho, como se somente a educação tivesse que resolver os problemas sociais de seu público.

Pela lógica do sistema capitalista o profissional vende seu serviço especializado por um valor que é necessário para sua manutenção e subsistência.

A intervenção profissional do assistente social e assim, seu valor-de-uso, se efetiva a partir da mediação do trabalho assalariado, uma vez que, o assistente social vende sua força de trabalho especializada<sup>7</sup> para obter uma quantia monetária equivalente a este trabalho e custear os itens essenciais para sua manutenção e reprodução – manutenção e reprodução própria e de seus familiares (MAURICIO *et al*, 2017, p.6).

As relações de trabalho com salários defasados enfraquece a categoria e acomete o profissional com vários problemas que podem atrapalhar seu desempenho no trabalho, como o desenvolvimento do estresse, ou síndrome de *burnout*. O adoecimento pode advir do fenômeno de “mal-estar” docente nos quadros focados pelas exigências que a realidade educacional lhes impõe e por ideais educativos inalcançáveis, os professores manifestam uma enorme angústia e grande sentimento de desamparo e muitos não encontram saídas a não ser pela via do isolamento justificado pelas licenças médicas que autorizam sua retirada.

Dentro dessa realidade,

É necessário o descortinar da consciência do sujeito, para sua condição de sujeito partícipe e construtor de sua história. Esta condição revela-se como desafio que se apresenta ao sujeito, ao docente trabalhador assalariado, que diante as refrações do capitalismo nega suas condições objetivas e subjetivas, reproduzindo (in)conscientemente a lógica do capital. Esta difusão materializa-se no adoecimento deste sujeito, em seu corpo orgânico e espiritual, acendendo assim no processo de autonegação e submissão às condições postas. Esta reflexão não nega a condição do docente de ter e poder despertar sua consciência crítica diante a realidade. Realidade social e econômica desse trabalhador que, para garantir suas necessidades, as necessidades do eu, expõem-se às condições de trabalho e as artimanhas do capital. O enfrentamento cotidiano à barbárie do capital compõe a realidade do docente

da Universidade privada, mas enquanto possibilidade e luta, o processo de construção de consciência é a alternativa de ruptura a realidade posta (NETO; BRAGA, 2017, p.11).

*“As causas que derivam desse adoecimento não são somente das condições financeiras, também há uma relação com as condições de trabalho”*, como mencionado pelo Entrevistado 8 PT.

No contexto de transformações societárias fortemente marcados pela degradação do trabalho organizado a partir de regulamentações sociais e trabalhistas ocorre, inevitavelmente, a acentuação da conexão entre trabalho e adoecimento/sofrimento. Produz-se, portanto, um efeito direto sobre a saúde física e mental dos trabalhadores. Desse modo, para o Serviço Social compreender e apreender os impactos perversos da ofensiva do capital na categoria é fundamental para que seja elaborada e articulada estratégias de enfrentamento para um exercício profissional que tenha como norte o fortalecimento da base da categoria comprometida com o Projeto Ético Político (PEP) da profissão. Se realmente existe um crescimento do sofrimento entre os trabalhadores, evidenciá-lo é fundamental já que, pelas características próprias do sofrimento, a personalidade dificulta a socialização, mas é na socialização que se pode diminuir o sofrimento (MAURICIO et al, 2017, p.6).

De acordo com a citação acima, compreende-se que tanto no Brasil quanto em Portugal deve haver uma preocupação em relação aos efeitos da precarização do trabalho sobre os profissionais de Serviço Social.

Desta forma, percebe-se que ao mesmo tempo em que o assistente social pode sofrer situações de precariedade e de adoecimento profissional enquanto trabalhador assalariado, este é também interventor frente às demandas e vulnerabilidades dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho aos donos do capital. Sendo assim, o assistente social pode vivenciar esse adoecimento profissional tanto em sua própria categoria, quanto na de seus usuários. O capitalismo contemporâneo em seu processo de super-exploração vem reestruturando o trabalho e a vida social das pessoas, o qual empurra os trabalhadores ao binômio de flexibilização e precarização, reduzindo os direitos trabalhistas conquistados, em que políticas neoliberais se estruturam na crise da mundialização, direcionando o seu empreendimento na lucratividade e competitividade no mundo do trabalho (ALMEIDA; ALMEIRA, 2001, p.14).

A atenção a essas causas podem dimensionar com mais completude todas as origens que fomentam, infelizmente, o adoecimento profissional. É preciso que haja a restauração da dimensão coletiva do trabalho, uma vez que o professor encontra-se isolado em sala de aula com quase nenhuma interlocução com os seus pares. O professor precisa de espaços para se expressar, falar e questionar-se a respeito de sua práxis. Pinto (2012, p. 32), identifica três componentes centrais desta alteração. Vejamos:

- a) Fragmentação a partir da tipificação entre os docentes, distinguindo-os entre os que pesquisam e os que ensinam, a partir de critérios de produtividade dos órgãos de fomentos e dos determinantes da gestão empresarial;
- b) Precarização do trabalho, com um aumento da carga horária em que sala de aula, do número de alunos, inclusão de tarefas como critério para remuneração e ausência de política salarial;
- c) Remuneração salarial relacionada à produtividade, cujos critérios são definidos por exigências externas.

Observa-se com isso, a dissociação entre o conhecer e o fazer, reduzindo o trabalho docente a uma mera atividade. Consequentemente, gera sobrecarga de trabalho, stress e o adoecimento docente.

## **4.5 Elementos Reguladores da Profissão**

### ***4.5.1 Brasil: Código de Ética; Diretrizes Curriculares; Projeto Ético Político; Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS***

O perfil aprovado pelo MEC é bastante vago conceitualmente e em sua direção ético-política: não fazendo referência aos princípios éticos e políticos do Código de Ética - base de sustentação do projeto ético-político profissional – faz com que, por exemplo, a categoria cidadania seja interpretada das mais diversas formas, pois nada anda mais em voga do que a palavra “cidadania”. Assim, numa concepção globalizada de cidadania, os profissionais de Serviço Social são requisitados como “fiscais da pobreza”, num verdadeiro retrocesso da profissão e da sociedade como um todo. É necessário ressaltar que esta “fiscalização” é maquiada com a verborragia da “Terceira Via”. Porém, a “cidadania” disseminada pelo discurso da “Terceira Via” nada tem a ver com a defesa da cidadania inscrita no Código de Ética dos assistentes sociais (CFESS, 1993), bem como se distancia radicalmente da direção ético-política que a categoria profissional vem ardorosamente construindo desde o final dos anos 1970.

No Código de Ética – cujos princípios balizam a direção do projeto ético político profissional - a defesa da ampliação e consolidação da cidadania é compreendida como a garantia dos direitos para além da visão clássica liberal, isto é, restrita aos direitos civis. A concepção inscrita naquele Código defende a ampliação do rol de direitos para os direitos políticos e sociais. E tal princípio não pode ser visto isoladamente, mas articulado aos demais e, fundamentalmente, ao quarto e oitavo princípios, que explicitam uma determinada concepção de democracia e de horizonte quanto à ordem societária, que aqui explicita-se:



- iv) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- viii) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero (CNE, 2002).

Destarte, o perfil aprovado pela resolução do MEC é questionável e não garante minimamente a direção ético-política impressa pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A resolução do CNE define ainda as competências e habilidades do profissional de Serviço Social, dividindo-as em gerais e específicas. As competências gerais são assim arroladas.

- A) Gerais - A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à
  - compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
  - identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
  - utilização dos recursos da informática (CNE, 2002).

O Entrevistado 7 BR diz que o Código de ética:

É um documento referencial muito importante que a gente tem até essa equação que estamos conversando é uma equação do código de ética e liberdade onde se tem valor fundamental, mas não abstrato, não é um valor abstrato nem simplesmente entendido a uma dinâmica de mercado que não é a liberdade pensada através de condições concretas possíveis o campo da realidade sempre traz a gente sempre tem escrito nos processos da realidade da possibilidade ainda que as possibilidades estejam muitas constrangidas. (Entrevistado 7 BR).

Mas mesmo com toda sua importância, Iamamoto (2003, p. 22) denuncia a descaracterização do documento encaminhado pela Comissão de Especialistas, com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), pois as competências sofreram cortes explícitos em relação ao projeto original:

[...] Na definição das competências e habilidades, a definição do direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira foram suprimidos. Assim, consta no projeto original encaminhado ao CNE que a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. Tais objetivos supradestacados foram simplesmente eliminados do texto legal. E os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial para todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação, que compõem a organização curricular: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-

histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esse corte significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, mais além dos três núcleos organizadores da estrutura curricular. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos. Essa total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado. Este é um forte desafio à construção do projeto ético-político do Serviço Social (IAMAMOTO, 2003, p. 22).

Assim, Iamamoto (2003, p. 22) demonstra como os cortes sofridos pelo projeto original contribuíram para a total flexibilização dos conteúdos curriculares, facilitando a mercantilização da formação dos assistentes sociais brasileiros. Se, por um lado, é possível constatar o enorme avanço quanto à consolidação da perspectiva de “intenção de ruptura”, que se consubstanciou no que ficou denominado por “projeto ético-político” profissional; por outro lado, assiste-se à aterradora avalanche do ideário neoliberal no país e, especificamente, na política educacional como um todo – principalmente entre 1995-2002, com os dois governos FHC - com vistas à formação de um amplo contingente de intelectuais colaboracionistas. Tal processo repercutiu com toda força no perfil das unidades de ensino de Serviço Social, que, no pós-1995 cresceram de forma explosiva, em consonância com o projeto educacional privatista do governo FHC.

*De acordo com o Entrevistado 10 BR,*

O Código de Ética profissional é um instrumento regulador para a atuação do/a assistente social no Brasil, ela não acha possível uma atuação sem o respaldo do mesmo. Não é possível uma atuação sem os princípios que o código, até porque ele norteia nossas ações o que que a gente pode o que que é vedado os princípios da profissão então eu penso que o profissional do serviço social tem que mergulhar mesmo. (Entrevistado 10 BR).

O Entrevistado 10 BR, faz parte do CRESS/MG E ABEPSS, de acordo com dados coletados ele ressaltou que o Estado de Minas Gerais tem um papel fundamental no processo de virada dessa profissão. A primeira inversão de ruptura se dá na PUC dentro do processo histórico que foi fundamental para o papel de Minas Gerais através do edifício da Universidade Católica.

*Com relação a essa virada do serviço social ao reconhecimento desse lugar do lado que essa profissão iria tomar do lado da classe trabalhadora e isso até hoje caímos a mais a profissão e é considerado fundamental hoje que a gente percebe essa profissão ela nesse estado por ter dimensões continentais como é todo esse processo da formação profissional que a gente tem visto de precarização. (Entrevistado 10 BR).*

O Entrevistado 8 BR fala sobre a precarização do ensino no Estado de Minas

Gerais:

O que eu percebo aqui é que também somos um dos Estados mais afetados infelizmente por exemplo não ter na capital o curso de serviço social público é muito caro para nós é muito grave do ponto de vista do processo de formação profissional e de diversas questões do CRESS do CFESS do ABEPSS Já tentaram abrir esse espaço de diálogo mas infelizmente a gente não conseguiu os cursos de serviço social pouco mais próximo que a gente tem é lá no porte de Mariana que e a UFOP né mas é muito significativo né a gente tá aí né Nós somos o segundo maior estado do país em numero de assistente sociais inscritos e ativos CREAS muito significativo não ter um curso público na capital né então acho que e uma luta que a gente precisa travar mas ne não e entretanto né com todo esse cenário a gente ainda é uma referência no serviço social brasileiro pelo que Minas construiu para Profissão a forma como as unidades do ensino presenciais se organizam né dentro do estágio a gente continua sendo uma referência". Dessa forma, verifica-se que apesar de ser uma referência em Serviço Social no Brasil, os cursos no estado mineiro também estão sendo impactados pelo processo de precarização do ensino. (Entrevistado 8 BR).

O ENTREVISTADO 8 BR, fala sobre o papel do CRESS para os profissionais, ressaltando que:

O CRESS vem de um longo tempo de algumas sugestões tentando buscar ações executar ações que aproxima do fazer profissional e não só numa perspectiva normativa disciplinadora, mas numa perspectiva de orientação na perspectiva pedagógica, assim é preciso que o conselho esteja a serviço da categoria na perspectiva de orientar para qualificar a intervenção profissional e as últimas gestões do CRESS q tem feito isso com muita supremacia muita responsabilidade. (Entrevistado 8 BR).

Dessa forma, verifica-se que o CRESS age como um fiscalizador da qualidade do exercício profissional. Sobre a orientação e fiscalização realizada pelo CRESS, a Entrevistada 11 BR ressalta que:

Nós somos hoje 11 profissionais assistentes sociais dentro do setor de orientação e fiscalização do CRESS. São cinco na sede e dois em cada profissional e eu faço a mediação no processo de Coordenação das ações técnicas do CRESS. O setor de orientação e fiscalização tem como base como premissa e cumprir as normativas que estão previstas na lei multinacional da fiscalização através da resolução CFESS 512 de 2007. (Entrevista 11 BR).

Ressalta-se que a mencionada Resolução traz um tripé de dimensão da atuação da fiscalização que são essenciais no campo de orientação ético-político

orientador. A orientação e a fiscalização praticada têm como objetivo a qualificação do exercício profissional.

Então, a gente trabalha na perspectiva das visitas de educação de cunho educativo preventivo e trabalha com a demanda de fiscalização das irregularidades sobre denúncias então a gente averigua denúncias de exercício legal da profissão” (Entrevistada 11 BR).

De acordo com dados de Janeiro de 2019 são 26.700 assistentes sociais inscritos e 16.700 profissionais ativos no CRESS/MG.

Os ativos são aqueles que estão aptos para o exercício profissional significa que eles estão com registro ativo então há registro profissional a totalidade dos inscritos inclui aqueles que estão se inscreveram, mas em algum período da vida profissional pararam de atuar portando cancelaram o registro ou em algum momento se é transferido para outro CRES então totalidade hoje de inscritos 26,700 assistentes sociais. No Brasil são 180.000 profissionais do Brasil, nós estamos em segundo maior”. (Entrevistada 11 BR).

O CRESS/ABEPSS ressalta que a Mercantilização do Ensino Superior leva ao sucateamento da profissão no Brasil, a ENTREVISTADA 11 BR, aponta que problemas na fiscalização também ajudaram na proliferação dos cursos à distância:

O problema é a forma como estado brasileiro através do MEC abriu as portas para facilitar essa entrada das EAD's desse processo de mercantilização o que a gente deveria ter tido nos últimos governos e aí acho que entra os governos Progressistas que nos tivemos do PT, a gente precisava ter fechado um pouco mais as torneiras de abertura desses campos, desses cursos. Deveríamos ter investido mais no processo de fiscalização, porque o que aconteceu é que abriu-se também um caminho com essa mercantilização absurda que ocorreu, abrindo também um caminho para falsificação de diplomas, de várias escolas presenciais com autorização para formação em Serviço Social presencial. Há ofertas de diplomas de curso à distância pelo resto do país afora. Conseguimos elementos para conseguir barrar de todosos que acionamos na Justiça Federal. Fizemos denúncia, indeferimos a solicitação de inscrição. (Entrevistada 11 BR).

Sobre o Código de Ética Profissional, a Entrevistada 10 ressalta que há um afastamento do que está no Código com a prática no cotidiano de trabalho dos profissionais.

Eu percebo que nesse momento a profissão tem um Grande Desafio que é trazer de forma mais densa os fundamentos serviço social aos processos de formação para que se esses futuros profissionais possam fazer uma leitura mais próxima possível dessa realidade para que a intervenção possa oferecer respostas que usuário precisa ter diante da intervenção profissional. (Entrevistada 10 BR).

#### **4.5.2 Portugal: Código de Conduta; Currículo Mínimo; Associação dos Profissionais de Serviço Social**

O Serviço Social sofreu influências diretas do processo de mundialização do capital. Como Portugal não possuía legislações que amparassem a profissão, como Lei de Regulamentação, Diretrizes Curriculares e/ou Código de Ética Profissional, os cursos de Serviço Social se adequaram rapidamente às propostas de Bolonha, apesar da resistência de entidades como a APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social e grupos de pesquisa. Essas adequações resultaram no aligeiramento da formação, bem como em um processo de credenciamento de todos os cursos conforme padrões europeus (IAMAMOTO, 2000).

A Entrevistada 3 salienta a importância de se ter um Código de Ética: *“qualquer profissão que não tenha como a nossa aqui em Portugal, está muito menos protegida”*. A Entrevistada 4 PT diz que faz falta:

Sim, faz falta em Portugal claramente um código de ética. Em relação à ordem em si eu não sou a favor, pois acho que é muito importante nós conseguirmos uma plataforma de regulamentação da profissão, porém, eu gostaria de ver isso feito de uma forma associativa não exatamente como ordem, que é capaz de dizer quem entra e quem não entra, pois as normas são um pouco perversas. (Entrevistada 4 PT).

O Entrevistado 6 PT é assertivo ao afirmar que:

*Esse é um dos aspectos que pode ter um impacto muito importante numa maior consolidação do serviço social como profissão e, isso trará aspectos importantes para a própria academia, porém, não sei se vamos conseguir, pois há muita resistência.* (Entrevistado 6 PT).

No quadro descrito os profissionais não têm regulação, portanto, o que existe são profissionais de serviço social, pois não existe uma ordem que regularize essa profissão. O currículo mínimo também é um impasse para formação:

Não existe um currículo mínimo e/ou Diretrizes Curriculares que sustentem a necessidade de conteúdos mínimos necessários à construção de um perfil profissional específico para os assistentes sociais, ou mesmo a descrição de demandas profissionais e objetivas a serem alcançadas com a formação. O entrevistado 8 PT fala sobre a direção adotada pela comissão e pela A3ES no sentido de não regulamentar *conteúdos mínimos* para a formação, mas de priorizar aspectos organizacionais e estruturais que garantam a qualidade da formação, no que tange à sua adequação ao cenário europeu.

Assim, entende-se que a comissão externa teve um papel fundamental em estabelecer critérios mínimos de qualidade. Ressalta-se que essa comissão é formada por assistentes sociais, os quais possuem grande referência para a profissão em Portugal. No entanto, com a criação do mercado educacional nessa área, a expansão indiscriminada de cursos e a não existência de currículo ou parâmetros mínimos comuns levam a que nem todas as novas instituições assumam os compromissos em curso: ao nível da qualificação docente em Serviço Social; da formação de base e da criação de estruturas de investigação. Em relação ao estabelecimento de conteúdos mínimos necessários à formação em Serviço Social, o processo de avaliação não teve esse objetivo. A própria comissão entende que esse papel deveria ser exercido por um órgão profissional, como a APSS.

Entre os maiores desafios está a regulamentação da profissão de acordo com a Entrevistada 1 PT:

De forma geral é falta da regulamentação da profissão, não acredito que seja só também a ordem que resolveria todos os problemas, mas, penso que uma parte importante do problema. Há aqui então dois mundos, que é o mundo do ensino público que apesar de ser uma carreira difícil e com questões das categorias para progressão na carreira que é conhecido por todos, e a o mundo privado que cria suas próprias regras e a competitividade é cada vez maior e onde o alunos pagam o estudos e com esse valor é pago os professores. (Entrevistada 1 PT).

A desconstrução de ideias moralistas, também é citado pela Entrevistada 4 PT: É preciso desconstruir muitas ideais feitas, preconceitos moralistas que os alunos tendem a ter dos casos e situações e, fazer passar uma vertente sócio política e sócio educativo no serviço social. O desafio é fazer que com eles não saíssem tão operativos voltados para a técnica, mas que consigam problematizar de uma outra forma". (Entrevistada 4).

O desenvolvimento de capacidades políticas e sociais, maturidade emocional, capacidade de liderança e criatividade, são citados pelos Entrevistados 7 e 8 PT.

O Serviço Social em Portugal só foi reconhecido como licenciatura, ou seja, curso superior de nível universitário, em 1989, o que se impõe como desafios para o Serviço Social, não apenas na formação, mas de estatuto de profissão, do reconhecimento do Serviço Social enquanto área de conhecimento, o que leva ao debate acerca do cientificismo. Esse cientificismo é necessário em todo o processo de criação e estabelecimento de uma identidade profissional.

A Entrevistada 2 PT relata a dificuldade do desenvolvimento da militância coletiva:

É muito difícil desenvolver a consciência do coletivo nos profissionais. Portugal nunca teve e não tem a militância que houve e que há no Brasil. Todos aqui somos voluntários e não podemos fazer tudo, precisamos ter associados”. (Entrevistada 2 PT).

O Entrevistado 5 PT aponta vantagens e desvantagens:

A grande vantagem é que cria o que deve ser o perfil do assistente social e, de como ele deve ser formado. A ordem tem a capacidade para influenciar as formações, a ordem ajudaria a criar uma identidade profissional mais consciente. O grande perigo de uma ordem é o de criar uma excessiva ordem em limites que são difíceis de definir quando se trata do social. (Entrevistado 5 PT).

É fundamental a existência da ordem para garantir que o Serviço Social seja realizada em prol do bem estar das pessoas, dos grupos e das comunidades(IAMAMOTO, 2000). Para garantir também que haja a regulação do desempenho profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“As lágrimas que rolaram como pedras no meu rosto, serviram para pavimentar meu caminho até VITÓRIA!!!*

*(Juliano Almeida)*



Apresentam-se aqui as considerações obtidas nesse estudo.

Essa pesquisa, teve por objetivo analisar a formação profissional do/a assistente social em tempos de crise do capital, visando contribuir para uma formação qualificada e fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social, com uma reflexão crítica sobre os novos desafios impostos à profissão. Em Portugal, esse fenômeno faz parte de uma crise do regime capitalista principalmente pós 1970, que estimulou o crescimento da ideologia liberal e a mundialização do capital. O maior impacto do sistema capitalista foi à inserção do currículo mínimo. O Brasil também não ficou imune aos impactos da nova ordem neoliberal, a partir de 2006, em nome da justiça social, o que se viu foi a proliferação de cursos de ensino superior, que resultou em mais profissionais formados com qualidade formativa questionável.

O Processo de Bolonha é uma das heranças das tendências neoliberais. A adoção de Bolonha no Brasil foi chamada de contrarreforma do ensino superior ganhando destaque no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que se prolonga até os dias atuais. Entre os efeitos do PB está o tratamento da formação em Serviço Social como mercadoria, proliferando-se os cursos no âmbito privado, em instituições não universitárias e também na modalidade à distância. Mesmo dentro desse cenário vislumbra-se uma resistência pela parte do professorado brasileiro em relação ao curso à distância, pois a totalidade dos entrevistados se posicionou contra ao curso EAD de Serviço Social na graduação, associando esses cursos a termos como precarização do ensino, baixa qualidade e desqualificação da formação.

Em Portugal, a contrarreforma iniciada com o PB introduziu um sistema de créditos como forma de padronizar o ensino superior, bem como garantir a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores. As transformações propostas por Bolonha pautam-se pelas orientações dos organismos internacionais no processo de internacionalização da educação, nas quais concebem o ensino superior como um nicho de mercado. Como Portugal não possuía legislações que amparassem a profissão, como Lei de Regulamentação, Diretrizes Curriculares e/ou Código de Ética Profissional, os cursos de Serviço Social se adequaram rapidamente às propostas de Bolonha, apesar da resistência de entidades como a APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social e grupos de pesquisa. Essas adequações resultaram no aligeiramento da formação, bem como em um processo de credenciamento de todos os cursos conforme padrões europeus.

Analisou-se a questão da relação teoria e prática nos dois países. Em Portugal, o estágio é desenvolvido ao longo de todos os anos do curso, o que denota a ênfase na formação prática, voltada para o ensino de como fazer. De acordo com os entrevistados

entre os desafios do estágio é propiciar aos alunos situações que eles possam colocar em prática o que aprenderam na teoria. A Universidade Católica é a única que apresenta um programa bem estabelecido de estágio. A adequação de Portugal ao PB influenciou na prática do estágio, pois com a adoção do currículo mínimo também, passou-se a ter menos tempo para formação. Dessa forma, Bolonha massificou a formação profissional que passa, então, a pautar-se por uma lógica mercantil, sem atender a critérios mínimos como a instituição de uma formação sólida em Serviço Social e Ciências Sociais, que possibilite a investigação com disciplina específica, o estágio supervisionado bem estruturado, e com a supervisão de professores qualificados em Serviço Social.

No Brasil, em 1996 foi aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) as novas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social que estão organizadas em princípios, eixos e núcleos que expressam uma nova relação de formação com a realidade social, ganhando destaque nesta proposta as atividades ligadas à extensão, à pesquisa, ao estágio e aquelas que se materializam em novas práticas pedagógicas. Neste novo currículo, o estágio ganha lugar de destaque, uma vez que o mesmo é visto como essencial para o processo de formação profissional do assistente social. No Brasil, o maior desafio é deixar de lado a concepção de estágio voltada somente para a informação técnica e a prestação de serviços através do exercício profissional, e centrar-se na compreensão dos elementos históricos e conceituais do Serviço Social, numa transversalidade de conteúdos.

Sobre a corrente teórica adotada em Portugal, os entrevistados não apresentaram uma específica, observou-se, por exemplo, que não há um consenso entre quais correntes teóricas está sendo usada atualmente nas universidades portuguesas, porém, notou-se uma tendência contemporânea para o materialismo histórico dialético. Apenas uma entrevistada referiu-se a Carla Pinto apontando que ela acompanha as perspectivas críticas adotadas por essa pesquisadora. No Brasil, nota-se uma aproximação com a teoria social de Marx a partir da década de 1970, que possibilitou um avanço no debate teórico e o aprofundamento teórico-metodológico; o avanço acadêmico do Serviço Social; o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento pelas agências de fomento de pesquisa; a crítica ao pragmatismo e à concepção do Serviço Social reduzido a sua dimensão interventiva; a tentativa de superação da concepção da profissão de forma endógena, desarticulada da processualidade histórica, bem como o reconhecimento da dimensão política da profissão. Esse aprofundamento teórico-metodológico teve como base o Movimento de

Reconceituação que foi um fenômeno que ocorreu na América Latina<sup>15</sup>, que questionou os fundamentos, objeto, natureza, direção social da prática profissional, entre outros elementos. No bojo da Reconceituação, entendia-se que não cabia mais a vinculação da prática do assistente social aos manuais e literaturas europeia e norte-americana, pois estes não respondiam às necessidades dos profissionais na América Latina. Esse movimento foi a expressão de uma tendência fundante na necessidade de construção de uma alternativa crítica ao Serviço Social respondendo as suas necessidades regionais. A partir desse momento, buscaram-se importantes contribuições nas ciências sociais, o que possibilitou a aproximação do Serviço Social com correntes críticas, como o marxismo.

Sobre a formação crítica em contraposição com a formação tecnicista dada em Portugal, nota-se que em menos de 30 anos, o Serviço Social em Portugal deu um salto qualitativo significativo, principalmente no que se refere à formação profissional. Posteriormente a um longo percurso de luta, em 1989, foi reconhecido o grau de licenciatura; em 1995, foi aberto o primeiro curso de mestrado e, em 2003, o primeiro doutorado. Além da formação, a profissão também ganhou destaque nesse período, mas o que poderia se configurar como um processo de amadurecimento teórico e político dos assistentes sociais em Portugal configuram a coexistência de um movimento contrário a esse processo, ou seja, pelas refrações do movimento histórico do próprio ensino superior na Europa que tem como um de seus aspectos a adequação da formação profissional em Serviço Social às orientações propostas no Processo de Bolonha.

A adequação à Bolonha massificou a formação profissional que passa, então, a pautar-se por uma lógica mercantil, sem atender a critérios mínimos como: formação sólida em Serviço Social e Ciências Sociais, investigação com disciplina específica, estágio supervisionado, e com professores qualificados em Serviço Social. No Brasil, a formação crítica é adotada nas instituições dentro de um cenário que espelha a mercantização e sucateamento dentro do ensino superior. Essa precarização em tempos atuais rebate diretamente na formação do assistente social, descaracterizando uma formação crítica e qualificada dando espaço para o “aligeiramento” da formação, que é realizada de forma precária e sem o compromisso com um projeto profissional que visa uma transformação coletiva em defesa da classe trabalhadora e que dê respostas às demandas advindas do capitalismo.

---

<sup>15</sup> No final dos anos 1960 e no início dos anos 1970 do século XX, houve um movimento político-cultural heterogêneo -o movimento de reconceituação -que trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de lados antagônicos – duas classes sociais antagônicas –dominantes e dominados, negando, a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado a profissão. (Estevão, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 2006. Coleção Primeiros Passos).

Foram levantadas as análises acerca das exigências do mercado de trabalho, os rebatimentos do sistema capitalista na formação e atuação profissional. O desafio na formação do assistente social no Brasil é dar um salto de qualidade. O projeto de formação profissional deve estar atento aos efeitos do neoliberalismo, que se apresenta de forma conservadora e privatista, reduzindo, significativamente, a função do Estado, que se torna cada vez mais “mínimo”. Durante as entrevistas observou-se muita preocupação com a questão da precarização generalizada do trabalho e, mais ainda, a do ensino, especialmente no que tange à supervalorização da sustentabilidade e operacionalidade, em detrimento da qualidade, no sentido amplo.

Em Portugal, nota-se que Bolonha implantou no ensino superior uma lógica tecnicista para atendimento dos anseios do mercado. Se antes de Bolonha, já havia ameaças em relação à precarização da formação em Serviço Social, no que tange à duração dos cursos, agora essa reflexão expandiu-se para o mercado de trabalho. Não sendo apenas crítica ao PB, decerto forma pode-se dizer que ele foi importante para a formação em Serviço Social em Portugal, haja vista que a formação não contava com normativas que estabelecessem padrões mínimos; no entanto, mesmo com a constituição de comissões de especialistas compostas por assistentes sociais, o PB não visou constituir parâmetros que versassem sobre conteúdos mínimos necessários para a formação profissional, mas estabeleceu apenas critérios mínimos de adequação às orientações de Bolonha, principalmente relativos ao tempo de duração dos cursos e à adequação da formação ao mercado de trabalho. Dentre as exigências de mercado também se vislumbra tanto no Brasil quanto em Portugal uma redução do espaço de trabalho e o adoecimento do profissional docente.

Sobre a redução do espaço do trabalho essa certamente é uma característica do Estado Mínimo, que apresenta a redução da reestruturação produtiva que atinge, além da produção, a organização da sociedade e sua relação com o Estado. O objetivo do capitalismo contemporâneo não é a diminuição do Estado, mas a diminuição das funções estatais, principalmente as relacionadas aos direitos sociais. O Estado Mínimo desafia o exercício profissional crítico, que deve buscar novos espaços de atuação do profissional como o trabalho de assessoria técnica nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente, entre outras.

Ressalta-se que o profissional crítico deve conectar-se com os processos de homogeneização, apresentando como possibilidade de suspensão em relação à heterogeneidade, a superficialidade e a imediatividade de características da vida cotidiana, na busca de uma atuação profissional consistente com grande reflexividade crítica. Uma das consequências do imediatismo é o Adoecimento Profissional Docente.

O professor sofre com a condição de assalariamento e as condições precárias do trabalho. As novas exigências profissionais provocadas pelas reformas educacionais no Brasil a partir de 1990 trouxeram efeitos significativos para a saúde dos docentes, sobretudo por causa da intensificação do trabalho. Dentro dessa vertente, a regulação, o controle e a avaliação por competências nos moldes industriais, chegaram às universidades sem considerar os princípios educativos. Cobra-se dos professores cada vez mais trabalho, como se somente a educação tivesse que resolver os problemas sociais de seu público.

As relações de trabalho com salários defasados enfraquecem a categoria e acomete o profissional com vários problemas que podem atrapalhar seu desempenho no trabalho, como o desenvolvimento do estresse, ou síndrome de *burnout*. O adoecimento pode advir do fenômeno de “mal-estar” docente nos quais sufocados pelas exigências que a realidade educacional lhes impõe e por ideais educativos inalcançáveis, os professores manifestam uma enorme angústia e grande sentimento de desamparo e muitos não encontram saídas a não ser pela via do isolamento justificado pelas licenças médicas que autorizam sua retirada. A atenção a essas causas podem dimensionar com mais completez todas as origens que fomentam, infelizmente, o adoecimento profissional. É preciso que haja a restauração da dimensão coletiva do trabalho, uma vez que o professor se encontra isolado em sala de aula com quase nenhuma interlocução com os seus pares. O professor precisa de espaços para se expressar, falar e questionar-se a respeito de sua práxis.

Foram examinados ainda, os Elementos Reguladores da Profissão. No Brasil, os entrevistados pontuaram que o perfil aprovado pelo MEC é questionável e não garante minimamente a direção ético-política nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Os cortes sofridos pelo projeto original contribuíram para a total flexibilização dos conteúdos curriculares, facilitando a mercantilização da formação dos assistentes sociais brasileiros. Entre os maiores desafios atualmente do CRESS/MG é localizar os profissionais e saber o que levou do adoecimento do profissional e assegurar que o que está proposto no projeto ético-político está sendo colocado em prática. A proliferação dos cursos EAD é outro grande desafio, o CRESS/MG reconhece que é preciso uma maior fiscalização nas universidades à distância. Como também é importante o acirramento da fiscalização nos campos de estágios em cursos presenciais. O olhar mais atento e fiscalizatório das instituições reguladoras é essencial para se chegar ao ideal de um salto em qualidade na formação do profissional de Serviço Social não só em Minas Gerais, mas como em todo o Brasil.

Em Portugal, os entrevistados disseram que os profissionais de Serviço Social não têm regulação, pois não existe uma ordem. O currículo mínimo também foi apontado como um impasse para formação. Não existe um currículo e/ou Diretrizes Curriculares que sustentem a necessidade de conteúdos mínimos necessários à construção de um perfil profissional específico para os assistentes sociais, ou mesmo a descrição de demandas profissionais e objetivos a ser alcançados com a formação.

Essa pesquisa demonstra a organização do ensino das práticas em dois países que têm uma relativa proximidade na área do Serviço Social. Podemos considerar que há grandes diferenças entre a formação e a forma como a mesma é concebida. No Brasil existe um conjunto estruturado de organizações que defendem e promovem o Serviço Social nas entidades formadoras, nas que empregam assistentes sociais, e junto dos/os usuários/as. Existem legislações e instrumentos que regulamentam o ensino e as práticas em Serviço Social. Este é um poder que foi reconhecido pelo Estado através de legislação específica que é executada pelo Conselho Federal de Serviço Social e, através da associação de ensino do Serviço Social.

Em Portugal a não existência de um Conselho e/ou ordem de Classe é uma grande lacuna na nossa profissão, que tem impactos específicos na formação dos estudantes, futuros assistentes sociais. Se apresenta como um dos grandes desafios na atualidade para o Serviço Social no referido país.

Ressalta-se que o Serviço Social em Portugal só foi reconhecido como licenciatura, ou seja, curso superior de nível universitário, em 1989, o que se impõe como desafios para o Serviço Social, não apenas na formação, mas de estatuto de profissão, do reconhecimento do Serviço Social enquanto área de conhecimento, o que leva ao debate acerca do cientificismo. Esse cientificismo é necessário em todo o processo de criação e estabelecimento de uma identidade profissional. Esse avanço, na verdade, já está em curso com o advento do Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal, que teve aprovação em Outubro de 2018. Esse Código visa corrigir a falta de um norte na profissão que agora conta com esse documento que traz a definição das normas, competências, princípios, valores, obrigações e conduta ética que deverão estar presentes no exercício da profissão. Esse Código possui caráter vinculativo para os associados da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS). O Código Deontológico visa atender às novas demandas profissionais, pois o campo de atuação se expandiu, inicialmente restringia-se ao setor público estatal, agora também se espalha em funções de ação direta e emergenciais, sobretudo no setor privado não lucrativo. Todas essas alterações levam a uma reconfiguração da profissão e os efeitos da adoção desse novo Código somente poderão ser observados nos próximos anos.

Assim, para futuras pesquisas ter-se-á um material a ser estudado: O Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal, que ainda é muito recente e encontrasse em processo de implantação. Analisar quais estão sendo os rebatimentos do mesmo na atuação profissional dos/as Assistentes Sociais no referido país.

No que tange a devolutiva da pesquisa, a pesquisadora almeja participar de eventos, congressos, seminários, eventos científicos e participação em grupos de pesquisa acerca da Formação Profissional, no Brasil e em Portugal, apresentando a Tese, os dados colhidos nas entrevistas, socializando os resultados. Essa possibilidade visa discutir e encontrar formas de enfrentamento para os desafios encontrados, aproximando os países ora apresentados podendo ainda gerar outros frutos e construções coletivas. A autora comprometeu-se ainda, em enviar toda a Tese por e-mail para todos/as os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Por fim, quero destacar aqui a experiência única, profícua e de extrema relevância para a realização deste trabalho, que foi o período do Doutorado Sanduíche realizado entre Abril e Julho de 2017 na cidade de Lisboa – Portugal. Adentrei-me nesse desafio de conhecer uma outra realidade, num país “desconhecido”, objetivando conhecer as características desse país e as especificidades da atuação profissional de Serviço Social. Isso me proporcionou descortinar para outras experiências e perceber que são tão exitosas como as brasileiras, claro que cada uma dentro do seu contexto sócio-histórico.

*“Perder tempo em aprender coisas que não interessam,  
priva-nos de descobrir coisas interessantes.”  
(Carlos Drummond de Andrade)*



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social; CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Formação profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1996b.

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996b.

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social; CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Formação profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

ABRAMOVITZ, M. Theorising the neoliberal welfare state for social work. In Gray, M., Midgley, J., Webb, S. A. (Eds.), **The Sage handbook of social work**. London, England: Sage.2012

ABREU, Maria Helena Elpídio; SANTOS, Cláudia Mônica. Desafios do estágio supervisionado na atualidade. In: PEREIRA, Larissa Dalmei; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **As Diretrizes Curriculares e o projeto de Formação Profissional do Serviço Social**. Brasília, 2012

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Estágio supervisionado em serviço social: desfazendo os nós e construindo alternativas**. Brasília, 2014.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Os fundamentos do serviço social em debate: formação e trabalho profissional**. Brasília, 2016.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Os fundamentos do serviço social: as atribuições e competências profissionais em debate**. Brasília, 2018.

ALBUQUERQUE, Cynthia Stuart; PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em serviço social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.

ALMEIDA, S; ALMEIDA, J. **Adoecimento profissional: Reflexos das novas exigências impostas pelo mercado de trabalho aos assistentes sociais**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2001.

ALMEIDA, S. T. Suênnyade. **Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a**

**práxis social.** Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, (2013).

ARGUETA, J. C. D. Naturaleza y especificidad del Trabajo Social: un desafío pendiente de resolver. **Revista Katálisis**, v. 9, n. 2, p. 217-226, jul./dez. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rk/v9n2/a09v09n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rk/v9n2/a09v09n2.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2012.

AGUADO, O. V. Teorías de las principales figuras del Servicio Social. In: GARCÍA, Tomás Fernández; BRACHO, Carmen Alemán (Coords.). **Introducción al Trabajo Social**. 3. ed. Madrid: Ciencias Sociales/ Alianza Editorial, 2006. p. 110-130.

AMARO, M. I. **Urgências e emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012.

ANDRADE, M. **Campo de intervenção do Serviço Social, autonomias e heteronomias do agir**. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 23-24, 2001.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

APSS. Associação dos Profissionais de Serviço Social. **Posição da APSS sobre o Processo Bolonha e a formação em Serviço Social**. 2006. Disponível em: <<http://www.cpiht.com>>.

APSS. **Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. 2018**. Disponível em: [https://servicosocial.pt/wp-content/uploads/2015/06/CD\\_AS\\_APSS\\_Final\\_APSS\\_AssembGeral25-10-2018\\_aprovado\\_RevFinal.doc-1-converted-1-Cópia.pdf](https://servicosocial.pt/wp-content/uploads/2015/06/CD_AS_APSS_Final_APSS_AssembGeral25-10-2018_aprovado_RevFinal.doc-1-converted-1-Cópia.pdf)

AQUIN, N. El Trabajo Social en la institucionalidad de las políticas públicas. Comprender los límites, potenciar las posibilidades. In: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). **Políticas Públicas**, derechos y Trabajo Social en el Mercosul. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009, p. 151-166.

ARAÚJO, CVB, SILVA, V, DURÃES, SJ. **Processo de Bolonha e mudanças curriculares na educação superior: para que competências?** *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, e174148, 2018.

BATISTONI, Rosângela. O debate sobre os fundamentos do serviço social nas diretrizes curriculares do serviço social. In: SEMINÁRIO NACIONAL FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL, 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2017.

BARROS et al. **Precarização do ensino superior sob a égide do capital e os rebatimentos no trabalho docente do assistente social**. Universidade Federal Fluminense – UFF/ RJ. 2015.

BECK, U. **Risk society, towards a new modernity**. Londres: Sage Publications, 1992.

BERNAL, J. L.; SANCHES-SERRANO, J. L. Nacimiento y evolución del trabajo social. In: GARCÍA, Tomás Fernández; BRACHO, Carmen Alemán (Coords.). **Introducción al Trabajo Social**. 3. ed. Madrid: Ciencias Sociales/ Alianza Editora, 2006. p. 78-109.

BRANCO, F. **A investigação em Serviço Social em Portugal: trajectórias e perspectivas.** LocusSoci@l, n. 1, p. 48-63, 2008.

\_\_\_\_\_. A profissão de Assistente Social em Portugal. **Revista LocusSoci@l**, n. 3, p. 61-89, 2009a.

\_\_\_\_\_. Assistentes Sociais e profissões sociais em Portugal: notas sobre um itinerário de pesquisa. **Revista LocusSoci@l**, n. 2, p. 7-19, 2009b.

\_\_\_\_\_. **A profissão de assistente social em Portugal, breve perspectiva histórica e análise curricular da formação superior em Serviço Social pós-reforma de Bolonha.** WorkingPaper, citado com autorização do autor, 2009c. Disponível em: <[http://www.cesss-ucp.com.pt/papers/files/Branco\\_WorkPaper\\_01\\_2009.pdf](http://www.cesss-ucp.com.pt/papers/files/Branco_WorkPaper_01_2009.pdf)>.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, E. **O Serviço Social em Portugal: trajetória e encruzilhada,** 2015. Disponível em: <[www.cpihts.com](http://www.cpihts.com)>.

BRAZ, M. **Para a Crítica da Crise – Diálogo com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal,** Curitiba, Editora Prismas, 2016, 199-253.

BRITOS, N. **Ámbitoprofesional y mundo do trabajo.** Políticas Sociales y Trabajo Social en los noventa. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais.** Revista Emancipação. Editora UEPG, 2006.

\_\_\_\_\_. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul/dez. 2008. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul/dez. 2008.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMPANINI, A. **O Serviço Social em Itália: problemas e perspectivas.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 108, p. 639-55, 2011.

CAMPOS, M. S. **Assistente Social: confidente, juiz, bombeiro, agitador social.** Guardião da humanidade em qualquer tempo? Serviço Social: questões políticas, sociais, metodológicas, PUC/SP, s/n, p. 9-17, 1988.

CAPUTI, L. **Supervisão de estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!** 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

CAPUTI, L. and BENATTI, Lucimara P. dos Santos. Serviço social e trabalho: lutas e estratégias frente à precarização na formação profissional. In: Seminário de saúde do trabalhador de Franca, 7., 2010, Franca. **Proceedings online...** Unesp Franca,

Available from:

<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000112010000100038&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000112010000100038&lng=en&nrm=abn)>. Access on: 20 Apr. 2018.

CARMO, H.; PINTO, C. **Social work and sustainability**: the civic contribution of a profession, comunicação apresentada na European Conference ENSACT. Social Action in Europe: sustainable social development and economic changes. Bruxelas, abr. 2011.

CARVALHO, MI e PINTO, C. **Serviço social em Portugal**: uma visão crítica. Lisboa: Factor. 2014.

CARVALHO, MI; PINTO, C. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 66-94, Mar. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282015000100066&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000100066&lng=en&nrm=iso)>. access on 06 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.014>.

CARVALHO, A.; MOURO, H. Serviço Social no Estado Novo. Coimbra: Centelha, 1987.

CARVALHO, M. I. (Coord.) . **Serviço Social na saúde**. Lisboa: Practor, 2012.

CARVALHO, MI. **Ética aplicada ao serviço social dilemas e práticas profissionais**. LISBOA/PORTUGAL: Pactor: 2016.

CARVALHO, M. I. **Serviço Social e sistema de bem-estar**: semelhanças e diferenças entre Portugal, Espanha e Alemanha. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 13, n. 2, 2011.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Portugal**: percurso cruzado entre a assistência e os direitos. Serviço Social & Saúde, Campinas, n. 10, p. 30-47, 2010.

\_\_\_\_\_ et al. **Sistema de ensino em Serviço Social pós-Bolonha**: uma perspectiva crítica. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 15, n. 2, 2013.

CARVALHO, A. M. P. **A formação profissional do assistente social**, 1992. Mimeografado.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

CARVALHO, MI; ALMEIDA, S; PINTO, C. **Ensinar e Aprender Serviço Social: Modelos de Práticas de Estágio em Portugal e no Brasil**. In: **Serviço Social em Educação**. Editora Pactor, Lisboa: 2018.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes. 1998.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão socail. 2ª ed. São paulo: Cortez, 2008.

CAZZANIGA, S. El abordaje desde lasingularidad. **Cuadernillo temático**, n. 22. Material de lacarrera de Trabajo Social. Buenos Aires: UBA, 2005.

CEOLIN, G. e F. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014

CFAS- Conselho Federal de Assistentes Sociais. Pela prática dos direitos sociais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 1, p. 5-16, set., 1979.

CFESS-Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética**. 2009.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília, 2012

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS (CBCISS) . [1986]. **Teorização do Serviço Social**: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. São Paulo: Agir, 2010.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008

COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira. **A formação profissional em serviço social no Brasil e em Portugal**: encontros e desencontros. 2018. 370 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

CNE. CES. Resolução n. 15/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1. p. 33.

CUENCA, Juan. **Introducción al Marxismo**, San José de Costa Rica, Presbere, 1989.p.75.

DAHMER PEREIRA, Larissa. **Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DGES, 2019 - Disponível em:<http://www.dges.gov.pt/guias/indcurso.asp?curso=9238>. Acesso em 10/01/2019.

DIAS, Amanda de O.A. **Diagnóstico preliminar da Saúde dos Professores da rede municipal de ensino**: subsídios para intervenções do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho na Prefeitura Municipal de Nova Lima. 2013.

DUARTE, T. **Formação de primeiro ciclo em Serviço Social após adequação ao processo de Bolonha em Portugal**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, 2009.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2014, n.120, pp.706-722. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.006>.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2014, n.120, pp.706-722. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.006>.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1990.

FORTI, V.; GUERRA, Y. A. D. Na prática a teoria é outra? *In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_*. (Org.) **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 3-23.

FERNANDES, A. H. D.; FERREIRA, M. de L.; CABRITA, T. O surgimento do Serviço Social nas misericórdias portuguesas. **Intervenção Social**, Lisboa, n. 8, 1993.

FERNANDES, E. **Evolução da formação dos assistentes sociais**. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 2/3, p. 123-142, 1985a.

\_\_\_\_\_. **Elementos para uma cronologia do Serviço Social em Portugal**. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 2/3, p. 143-149, 1985b.

\_\_\_\_\_. **A singularidade do ISSSL**. Primeira escola de assistentes sociais em Portugal, 2005. Disponível em: <[www.cpihts.com](http://www.cpihts.com)>.

FERREIRA, M. E. **Cumplicidades e interações**: contributos para uma análise da produção académica no período de 1936 a 1972. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 32/34, p.139-174, 2008.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e sociedade, cumplicidades e interações**: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972. Em *Pauta*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 23, p. 161-190, 2009.

FERGUNSON, Ian. **Neoliberalism, the Third Way and Social Work**: the UK Experience. Vol 2, No 1. 2004) University of Stirling. Disponível em: <http://socwork.net/sws/article/view/236/411>

FOOK, J. **Social work, critical theory and practice**. Londres: SagePublications, 2003.

FRANÇA, Luciane Silva Nascimento. **Ser docente**: a experiência de uma faculdade de Serviço Social privada. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

FRANKLIN, J. (Ed.). **The politics of risk society**. Cambridge: Polity Press, 1998.

FURTADO, Celso. **El Capitalismo Global**, México, Fondo de Cultura Económica, 1999. p.26,

GALLEGO, T. B. **El nasciminetto de una nuevaprofesión**: eltrabajo Social. In:

GARCÍA, Tomás Fernandes (Coord.). **Fundamentos deltrabajo social**. Madrid: Alianza Editorial, 2009. p. 15-108.

GARCIA, T. F. (Coord.). **Fundamentos deltrabajo social**. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

GARNIER, J. F. **Assistente social: pourlaredefinition d'unmetier**. Paris: L'Harmattan, 1999.

GOHN, M. da G. M. **A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas**. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

GONZÁLEZ, M. C.; AQUIN, N. El Trabajo Social enrelación a las políticas sociales: algunos interrogantes y posibles respuestas. **Revista Acto Social**, Buenos Aires, n. 1, ago., 1992.

GUEDES, Olegna. Competências e atribuições no processo de formação profissional. In: JORNADA PÓTERE DIREITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 4., 2018, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2018.

GUERRA, y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **Servicio Social y División del Trabajo**. 2ª ed, São Paulo, Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do(a) assistente social**. Brasília: Cfess, 2002, p. 13-50.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998, 2002, 2003.

\_\_\_\_\_. **A produção de Conhecimento em Serviço Social no Brasil**. In: Encontro nacional de pesquisadores em serviço social (ENPESS) IX, 2004, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional: 2010**.

\_\_\_\_\_. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão\*** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA (ISSSL). **Serviço Social: 50 anos de formação.** *Intervenção Social*, Lisboa, ns. 2/3, 1985.

INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA (ISSSL). **Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.** *Intervenção Social*, Lisboa, número especial, 1999.

JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas de reconceitualização do Serviço Social: uma abordagem crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano II, n. 4, p. 1-38, 1980.

KOIKE, Marieta Maria. Formação profissional em Serviço Social: o estágio supervisionado. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, M. A. et al. Serviço Social e qualidade em contexto hospitalar. In: CARVALHO, Maria Irene (Coord.) **Serviço Social na Saúde.** Lisboa: Pactor, 2012. p. 25-54.

LOPES, L; MENEZES, I. **Transição para o processo de Bolonha: Significações de docentes e estudantes da Universidade do Porto.** *Educação Sociedade e Cultura.* 2018.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa.** São Paulo: EDUC, 1999. (p.80/88). Texto em pdf.

MALACALZA, S. La dimensión política del Trabajo Social y suposibilidad de aportar a la construcción de políticas públicas que fortalezcan los derechos sociales. In: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). **Políticas públicas, derechos y Trabajo Social en el Mercosul.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009, p. 187-194.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** São Paulo, Cortez, 1994.

MASARDO, Jaime. **Investigaciones sobre la Historia del Marxismo en América Latina,** Chile, Bravo y Allende Editores, 2001. p.137.

MARQUES, E.; MOURO, H. Portugal . In Annamaria Campanini and Elizabet Frost (Eds.). **European Social Work, commonalities and differences.** Roma: CaracciEditori, 2004. p. 182-88.

MARTINS, A. **A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do Serviço Social português.** *Intervenção Social*, Lisboa, n. 7, 1993.

\_\_\_\_\_. Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português. Escola Normal Social de Coimbra. **Intervenção Social**, Coimbra, p. 17-34. ns. 11/12, 1995a.



\_\_\_\_\_. Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português, Estudos e Documentos, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, n. 1, **Intervenção Social**, Coimbra, p. 11-32, 1995b.

\_\_\_\_\_. 70 anos de formação em Serviço Social em tempos de ditadura e de democracia: da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga. **Interações**, Lisboa, n. 17, p. 21-44, 2009.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e investigação. In: NEGREIROS, M. et al. Serviço Social: profissão e identidade - que trajetória? Lisboa/São Paulo: Veras, 1999a. p. 45-63.

\_\_\_\_\_. Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999b.

\_\_\_\_\_. Investigação em Serviço Social: perspectivas actuais. In: BERNARDO, Alfredo Henriques C.; FARINHA, Maria André (Orgs.). **Serviço Social**: unidade na diversidade encontro com a identidade profissional. Lisboa: APSS, 2003.

\_\_\_\_\_. Investigação em Serviço Social em Portugal: contemporâneo, paradoxos e desafios. **LocusSoci@I**, Lisboa, n. 1, p. 32-47, 2008.

MARTINS, A. M. de C. **Serviço Social crítico em tempo de ditadura, comunicação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1., Aveiro, 23 e 24 de maio de 2002. Disponível em: <www.cpihts>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MARTINS, A.; TOMÉ, M. R. **Estado actual da formação em Serviço Social em Portugal**: problemas e desafios à organização profissional, publicado no CPIHTS, 2008a. Disponível em: <www.cpihts.com>.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Formação contemporânea do Serviço Social em Portugal. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 21, p. 153-169, 2008b.

MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Politica**. (Grundrisse). 1857-1858. Vol. II. Mexico, Siglo XXI, 11ª ed , 1980, p. 586.

MAURÍCIO et al. Adoecimento e sofrimento social do assistente social. **Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social**.2017.

MENEZES, Franciane Cristina de. O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 103, p. 503-531, Sept. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282010000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300006&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000300006>.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**.: São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa, Método e Criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Social Policy and Social Work: the challenges of professional intervention. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 16, n. spe, p. 61-71, 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-)

49802013000300005&lng=en&nrm=iso>. access  
on 20 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000300005>.

MIOTO, R. C. T. El Servicio Social en la institucionalidad de las Políticas Públicas: la realidad brasileña en foco. *In*: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). **Políticas públicas, derechos y Trabajo Social en el Mercosul**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009, p. 213-228.

MONIEC, S.; GONZÁLEZ, R. El que hacer profesional en las instituciones de política social en Misiones. *In*: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). **Políticas públicas, derechos y Trabajo Social en el Mercosul**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2009, p. 167-186.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. *In*: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 23-44.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: Um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Editora Cortes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 141-157, Dec. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802006000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000200002&lng=en&nrm=iso)>. access  
on 20 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802006000200002>.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: Um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Editora Cortes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, A. A formação acadêmica dos assistentes sociais: uma perspectiva crítica da institucionalização do Serviço Social em Portugal. **Intervenção Social**, Lisboa, n. 11/12, p. 43-76, 1995.

MOURO, H. **Modernização do Serviço Social, da sociedade industrial à sociedade do risco**. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. Serviço Social, um século de existência. *In*: \_\_\_\_\_; SIMÕES, Dulce (Orgs.). **Cem anos de Serviço Social**. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 23-60.

MUNHOZ, Divanir E. N. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer os fenômenos**. Revista Emancipação. Editora UEPG, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/70>>.

NEGREIROS, M. A. **As representações sociais da profissão de Serviço Social**. Lisboa: ISSSL, 1995.

\_\_\_\_\_. Qualificação acadêmica e profissionalização do Serviço Social: o caso português. *In*: \_\_\_\_\_ et al. (Orgs.). **Serviço Social profissão e identidade, que trajetória**. Lisboa: Veras, 1999 p. 13-44.

NEGRI, A. e HARDT, M. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 414.

NETO, CTC; BRAGA, L. **Adoecimento docente: a degradação do trabalho e da vida**. Universidade de Brasília: 2017.

NETTO, J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social E Serviço Social**. - Brasília: UnB, Cead, 2000. P.93-110

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. La construcción del proyecto ético-político del Servicio Social frente a la crisis contemporánea. BORGIANI, E.; GUERRA, Y. A. D.; MONTAÑO, C. (Org.). **Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 271-296.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social E Serviço Social**. - Brasília: UnB, Cead, 2000. P.93-110.

\_\_\_\_\_. Para uma história nova do serviço social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduina Oliveira (Org.). **Serviço social no Brasil: históricas de resistência e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-76.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, v. 80, p. 59-81, nov. 2004a.

\_\_\_\_\_. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos,... constantes desafios. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 13, n. 2, p. 55-78, 2004b.

\_\_\_\_\_. Estágio supervisionado curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão. **Revista da ABEPSS**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 17, 206 páginas, jan. 2009.

OLIVEIRA, CAHS; ALMEIDA, STS. **Debata contemporâneo do estágio supervisionado**. Curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca/SP. 2015.

OLIVEIRA, CAHS; ALMEIDA, STS. **O estágio supervisionado como elemento fundamental para a formação profissional do assistente social**. Curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca/SP. 2015.

O'MALLEY, P. **Governmentality and risk**. In: ZINN, J. O. (Ed.). Social theories of risk and uncertainty: an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. p. 52-75.

ORTIZ, FSC, CARRARA, VA, XAVIER, MO; TOMÉ. Internacionalização do serviço social: diálogos entre Brasil, Portugal e Espanha. **XVI ENPESS**. 2015.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. AvailablefromSciELO Books <<http://books.scielo.org>

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, LD. **Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

PEREIRA, P. A. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção social aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus. 1996.

PEREIRA, LD, FERREIRA, ATS, SOUZA, ACV. **Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social EAD e presenciais**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014.

PEREIRA, Letícia Terra. **A expansão dos cursos de Serviço Social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos públicos de serviço social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Revista Katalasys**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan./abr. 2018.

PEREIRA, LD. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Rev. Katál. Florianópolis**. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. AvailablefromSciELO Books <<http://books.scielo.org>

PIMENTEL, I. **Assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40**. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXIV, ns. 2/3, p. 477-508, 1999.

PINTO, C. **Representações e práticas de empowerment nos trabalhadores sociais**. Tese (Doutorado em Política Social) - ISCSP/UTL, Lisboa, 2011.

PINTO, J. M. **Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal**. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 46, p. 11-31, 2004.

PINTO, M.B. **Precarização do Trabalho Docente: competitividade e fim do trabalho coletivo.** IN: In: PEREIRA, Larissa Dalmei; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e educação.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

PONTES, R. Nobre. **Mediação e Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTUGAL. *Lei nº 83-A.* Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social. Lisboa: 30 de dezembro de 2013.

PORTUGAL. Constituição. **Constituição da República Portuguesa.** 2ª ed. Coimbra, 1989.

PRATES, Jane C et al. **Estudo sobre as competências requisitadas ao assistente social para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Relatório de pesquisa enviado ao CNPq.** Porto Alegre, 2012.

RICHMOND, M. **Whatis social case work.** Nova York: Russel Sage Foundation, 1922.

\_\_\_\_\_. **O diagnóstico social.** Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 420-437, Sept. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RIZZOTTI, M. L. A. **O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão.** *Argumentum*, v. 2, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2010.

SPOLANDER, Gary; ENGELBRECHT, Lambert; SANSFAÇON, Annie Pullen. **Social work and macro-economic neoliberalism: beyond the social justice rhetoric,** *European Journal of Social Work.* 2015. DOI: 10.1080/13691457.2015.1066761

SANTOS, CM; MARTINS, AMC. **A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão.** *R. Katál.*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 324-332, out./dez. 2016.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo : Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2015. 24ª Edição.

\_\_\_\_\_. **O mundo global visto do lado de cá**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW\\_mnM](https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM) Acesso em 05/03/2019.

SILVA, RS. **A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010

SIMIONATTO, I. **Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social**. *Temporalis*, Recife, ano 5, p. 51-62, jan./ jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade**. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.77-90, 2000.

SIMIONATTO, I.; LUZA, E. **Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais**. *Textos&Contextos*, v. 10, n. 2, p. 215-226, ago./dez. 2011.

SPOLANDER, Gary; ENGELBRECHT, Lambert; SANSFAÇON, Annie Pullen. **Social work and macro-economic neoliberalism: beyond the social justice rhetoric**, *European Journal of Social Work*. 2015. DOI: 10.1080/13691457.2015.1066761

TINTI, ÉC. **Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional**. In: **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 7596. ISBN 978-85-7983-655-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

VALDUGA, T; FERREIRA, J. **A Assistência Social em pauta: os constrangimentos para o Serviço Social no Brasil e em Portugal**. In: **A gestão social em debate**. João Pessoa. CTTA, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde**. São Paulo: Cortez, 2002.

WELLEN, H; CARLI, R. **A falsa dicotomia entre teoria e prática**. *Temporalis*, Brasília, ano 10, n. 20, p. 113-135, jul./dez. 2010.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: CFESS-ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e política social**, módulo 4. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

YAZBEK, M. C. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014

ZINN, J. O. **Risk society and reflexive modernization**. In: RICHMOND, M. (Ed.). **Social theories of risk and uncertainty: an introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. p. 18-51.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI  
ESTRUTURADA (PORTUGAL)**

**Docentes e Coordenadores do Curso de Serviço Social**

**I – Identificação:**

1. Sexo ( ) masculino ( )feminino
2. Idade\_\_\_\_\_anos.
3. Estado Civil: ( ) solteiro ( ) casado ( )outros
4. Regime de trabalho: ( ) dedicação exclusiva ( ) tempo integral( ) tempoparcial
5. Nível de instrução: ( ) Graduado ( ) Especialista ( ) Mestre ( ) Doutor ( )  
outros.
6. Tempo de graduação emServiçoSocial:\_\_\_\_\_anos.
7. Tempo deexercícioprofissional:\_\_\_\_\_anos.
8. Tempo de trabalhonadocência:\_\_\_\_\_anos.
9. Tempo de trabalhonainstituição:\_\_\_\_\_anos.
10. Nome da Instituição /Universidade: \_\_\_\_\_

<b>Parte A – Percurso Profissional</b>
--

**1. Comente sobre a sua trajetória profissional no ServiçoSocial.**

- *Áreas do Serviço Social em que já atuou e locais*
- *Tempo de exercícioprofissional*
- *Tempo de atuação nadocência*
- *Para você, o que é serdocente?*
- *Principais mudanças nadocência.*



## 2. Fale brevemente como se dá a Formação Acadêmica em nível de graduação na Universidade em que está inserida.

-Quais os níveis de formação em Serviço Social (Licenciatura, Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado) que a Universidade oferece?

- *Projeto de Formação do Curso é adequado face às exigências do Mercado e da Profissão?*

- *Os docentes são preparados?*

- *Relação Teoria e Prática – como se estabelece?*

- Há Formação Continuada?

<b>Parte B – Mercado de Trabalho</b>
--------------------------------------

## 3. Quais são as exigências atuais do Mercado de trabalho para o/a assistente social?

- *Onde os Assistentes Sociais exercem a profissão em Portugal?*

- *Considera que os estudantes saem preparados para as necessidades do mercado?*

- *E para as necessidades sociais da cidadã/utentes?*

- *Quais os maiores desafios encontrados dessas necessidades para os docentes?*

- *Quais os consequências do Sistema Capitalista para o Serviço Social em Portugal?*

<b>Parte C – Estágio Supervisionado</b>
---

## 4. Elemento fundamental para a formação acadêmica.

- *Como estão estruturadas as práticas de estágio?*

- *Como é efetuada a aproximação da Universidade com os locais em que os estudantes realizam os estágios? E como é realizada a Supervisão?*

- *Qual o significado do Estágio Supervisionado para os estudantes e o lugar que o mesmo ocupa na formação?*

- *Identifica nos assistentes sociais que supervisionam o estágio nos campos a preocupação com formação? De que forma?*

**Parte D** – Em relação ao Sistema de Ensino em Serviço Social pós Bolonha?

## **5 . Principais alterações.**

- *Como o Serviço Social se adequou à esse processo?*
- *Quais as principais “perdas” do seu ponto de vista?*
- *E os principais ganhos?*
- *Quais caminhos percorrer...?*

**Parte E**– Código de Ética e/ou de Conduta em Portugal

## **6. Instrumentos Reguladores para prática**

- *Acha importante ter um Código de Ética ou de Conduta (como chamam aqui) para o Serviço Social? Porquê?*
- *Como vê a atuação do profissional sem um Código de Ética que respalde a legitima as suas ações e o ampara de possíveis “intercorrências”?*
- *Do seu ponto de vista, quais seriam os principais benefícios?*
- *E quanto à Associação dos/as assistentes sociais existente em Portugal, qual o seu posicionamento?*

## **7. Observações**

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA DOCENTES (BRASIL)

**Tema: A formação Acadêmica do/a assistente social em tempos de capital fetiche e os seus rebatimentos: um estudo entre Brasil e Portugal**

**Investigadora:** Suênya Thatiane Souza de Almeida

**Orientadora no Brasil:** Prof<sup>a</sup> Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

**Orientadora em Portugal:** Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Carvalho

**Instituição no Brasil:** Universidade Estadual Paulista – UNESP – Franca/SP

**Instituição em Portugal:** Universidade de Lisboa – ISCSP

- **A presente entrevista tem por objetivos:**
  - ✓ *Compreender a evolução da formação em Serviço Social ao nível de Ensino Superior entre Brasil e Portugal, situando as diferenças e as semelhanças, com destaque para o Estágio Supervisionado: o aprender com e na prática*
  - ✓ *Analisar a estrutura do ensino entre Brasil e Portugal, considerando as mudanças sociais atuais;*
  - ✓ *Identificar a importância dos processos de aprendizagem pela prática – Estágio Supervisionado – na formação do/a Assistente Social;*
  - ✓ *Identificar de que forma se dá a precarização do ensino superior na atual conjuntura*
- **Para tanto, quero solicitar-lhe autorização para gravar.**

**Coordenadora e Docentes do Curso de Serviço Social da (nome da  
instituição, cidade)**

**I – Identificação:**

1. Sexo ( ) masculino ( )feminino
2. Idade\_\_\_\_\_anos.
3. Estado Civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) outros
4. Regime de trabalho: ( ) dedicação exclusiva ( ) tempo integral( ) tempoparcial
5. Nível de instrução: ( ) Graduado ( ) Especialista ( ) Mestre ( ) Doutor ( )  
outros.
6. Tempo de graduação emServiçoSocial:\_\_\_\_\_anos.
7. Tempo deexercícioprofissional:\_\_\_\_\_anos.
8. Tempo de trabalhonadocência:\_\_\_\_\_anos.
9. Tempo de trabalhonainstituição:\_\_\_\_\_anos.
10. Nome da Instituição /Universidade: \_\_\_\_\_

<b>Parte A – Percurso Profissional</b>
--

**1. Comente sobre a sua trajetória profissional no ServiçoSocial.**

- *Áreas do Serviço Social em que já atuou e locais*
- *Tempo de exercícioprofissional*
- *Tempo de atuação nadocência*
- *Para você, o que é serdocente?*
- *Principais mudanças nadocência.*

**2. Fale brevemente como se dá a Formação Acadêmica em nível de graduação na Universidade em que estáinserida.**

- *Projeto de Formação do Curso está adequado às DiretrizesCurriculares propostas pelaABEPSS?*
- *Os docentes são preparados para a atuação em uma perspectiva mais crítica do ServiçoSocial?*
- *Relação Teoria e Prática – como seestabelece?*
- *E quanto à Precarização da Formação Profissional do Assistente Social, qual o seu ponto devista?*
- *O que se espera do estudante graduado em Serviço Social nessainstituição?*

<b>Parte B – Mercado de Trabalho</b>
--------------------------------------

### **3. Quais são as exigências atuais do Mercado de trabalho para o/a assistente social a partir do nosso contexto social econômico?**

- Qual o maior empregador para o/a profissional?
- Considera que os estudantes saem preparados para atender às demandas sociais advindas das expressões da “questão social”?
- Após o término da graduação, os estudantes adentrarem rapidamente no mercado de trabalho?
- Quais os maiores desafios encontrados para os/as docentes do Curso de Serviço Social, na qualificação de futuros profissionais, tendo em vista a nossa realidade social econômica?
- Quais as maiores consequências do Sistema Capitalista para o Serviço Social no Brasil?

<b>Parte C – Estágio Supervisionado</b>
---

### **4. Elemento fundamental para a formação acadêmica.**

- Como estão estruturadas as práticas de estágio?
- Como é efetuada a aproximação da Universidade com os locais em que os estudantes realizam os estágios? E como é realizada a Supervisão?
- Consegue identificar nos estudantes a real importância que o estágio é para a sua formação acadêmica? Dê exemplos.
- Identifica nos/as assistentes sociais que supervisionam o estágio nos campos a preocupação com formação? De que forma?

<b>Parte D – Em relação ao Serviço Social à Distância</b>
---

### **5 . Principais alterações.**

- Qual a sua opinião sobre essa modalidade de ensino?
- Quais os principais “rebatimentos” para a formação?
- Consegue identificar algum benefício? Exemplifique.
- Comente sobre a Mercantilização do Ensino Superior no Brasil e o sucateamento da profissão.
- Quais caminhos percorrer...?

<b>Parte E – CRESS / ABEPSS</b>
---------------------------------

### **6. Instrumento Regulador para a prática**

- O Código de Ética profissional é um instrumento regulador para a atuação do/a assistente social no Brasil. Acha possível uma atuação sem o respaldo do mesmo? Justifique.
- Acha que os profissionais assistentes sociais pautam suas ações com base nele?

- *Sente-se respaldo dos conjuntos CFESS/CRESS nas ações profissionais, bem como nas orientações e acompanhamento junto às IES? Comente sua resposta.*
- *E em relação à ABEPSS? Qual a relação da entidade com a IES e o respaldo da mesma diante das demandas apresentadas?*

## **7. Observações**

## **APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTE DO CRESS/MG**

**Tema: A formação Acadêmica do/a assistente social em tempos de capital fetiche e os seus rebatimentos: um estudo aproximativo entre Brasil e Portugal.**

**Pesquisadora:** Suênya Thatiane Souza de Almeida

**Orientadora no Brasil:** Prof<sup>a</sup> Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

**Orientadora em Portugal:** Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Carvalho

**Instituição no Brasil:** Universidade Estadual Paulista – UNESP – Franca/SP

**Instituição em Portugal:** Universidade de Lisboa – ISCSP

### **A presente entrevista tem por objetivos:**

Compreender a evolução da formação em Serviço Social ao nível de Ensino Superior entre Brasil e Portugal, situando as diferenças e as semelhanças: o aprender com e na prática.

- ✓ Analisar a estrutura do ensino entre Brasil e Portugal, considerando as mudanças sociais atuais;
- ✓ Identificar a importância dos processos de aprendizagem pela prática – Estágio Supervisionado – na formação do/a Assistente Social;

Identificar de que forma se dá a precarização do ensino superior na atual conjuntura

Para tanto, quero solicitar-lhe autorização para gravar.

### **VAMOS COMEÇAR...**

- 1 – Fale um pouco da trajetória do Serviço Social no Brasil e em Minas Gerais
- 2 – Qual o papel do CRESS para os profissionais?
- 3 – E o Setor de Orientação e Fiscalização?
- 4 – Hoje há quantos profissionais inscritos no CRESS/MG?

- 5 – E a nível de Brasil?
- 6 – Sabe me dizer desses números, quantos são de EaD?
- 7 – Qual o maior desafio para o profissional assistente social na atualidade?
- 8 - Quais são as exigências para o mercado de trabalho hoje?
- 9 – Acha que estão dentro das atribuições e competências do A. Social, na direção do Projeto Ético Político?
- 10 – Você acha que os estudantes de Serviço Social hoje saem preparados para atenderem à essas duas demandas: do mercado e a realidade da profissão? Justifique.
- 11 – Qual a sua opinião acerca dos cursos à distância?
- 12 – Vê algum benefício nesse tipo de formação?
- 13 – Comente a precarização do ensino superior atualmente e os seus maiores rebatimentos para a profissão.
- 14 – Como o CRESS/ABEPSS se posicionam diante desse contexto e suas principais ações?
- 15 – E quanto à Mercantilização do Ensino Superior e o sucateamento da profissão no Brasil. O que me diz à esse respeito?
- 16 – Qual a média de salário dos profissionais inscritos no CRESS/MG?
- 17 – Fale um pouco sobre o Estágio Supervisionado, elemento fundamental para a formação. Como isso rebate aqui no CRESS?
- 18 – Há muitas denúncias e irregularidades acerca do mesmo? Quais medidas são adotadas?
- 19 – Conhece a dificuldade das IES hoje em conseguir campos de estágio para os estudantes, em especial, aos finais de semana. Comente sobre isso e qual a sugestão do CRESS para superarem esse problema?
- 20 – Aqui em Minas já chegou ao conhecimento do CRESS de profissionais que estão cobrando para abrirem campos de estágio? Há alguma ação nesse sentido?
- 21 – Quanto ao Código de Ética Profissional? Consegue perceber a importância dada ao mesmo por parte dos/as profissionais? Há apropriação do Código no cotidiano de trabalho dos profissionais?
- 22 – Acha possível uma atuação profissional do/a assistente social sem respaldo e/ou conhecimento do Código de Ética?



23 – E quanto ao Projeto Ético Político, do seu ponto de vista, há uma real clareza do objetivo do mesmo para o exercício profissional dos/as assistentes sociais?

24 – Acerca da formação profissional de futuros colegas. Como observa essa formação nas IES em Minas Gerais, tendo em vista a qualidade, preocupação com ensino, formação crítica e etc...?

25 – Consegue identificar uma boa formação baseada nos princípios éticos da profissão?

26 – Acha que os profissionais e estudantes conseguem estabelecerem a relação da teoria com a prática? Justifique.

27 - E quanto à esse Serviço Social Libertário que tem se apresentado agora, se opondo ao Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e outras entidades de representação da categoria. Sabe me dizer algo à esse respeito?

28 – Possuem uma boa relação com a ABEPSS? Fale um pouco sobre essa parceria, caso aconteça.

29 - Quais os rebatimentos as consequências que o sistema capitalista trouxe para o Serviço Social brasileiro?

30 – Os maiores desafios encontrados atualmente pelo CRESS/MG?

**Espaço aberto para comentários e sugestões...**

## **ANEXOS**

## ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNESP



### UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FÉTICO E OS SEUS REBATIMENTOS: um estudo entre Brasil e Portugal.

**Pesquisador:** Suênya Thatiane Souza de Almeida

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 02032818.0.0000.5408

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.034.914

**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto encontra-se dentro das normas do sistema CEP/CONEP.

**Objetivo da Pesquisa:**

São exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram apresentados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1109602.pdf	22/10/2018 00:45:44		Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTAS_PORTUGAL.pdf	22/10/2018 00:44:46	Suênya Thatiane Souza de Almeida	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTAS_BRASIL.pdf	22/10/2018 00:43:17	Suênya Thatiane Souza de Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DOUTORADO_SANDUICHE.pdf	22/10/2018 00:22:35	Suênya Thatiane Souza de Almeida	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAOUFOP.pdf	22/10/2018 00:22:10	Suênya Thatiane Souza de Almeida	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_UNIMONTES.pdf	22/10/2018 00:21:50	Suênya Thatiane Souza de Almeida	Aceito
Declaração de Instituição e	DECLARACAO_PUCMINAS.pdf	22/10/2018 00:21:32	Suênya Thatiane Souza de Almeida	Aceito

Infraestrutura				
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODOUTORADOCEP.pdf	22/10/2018 00:02:56	Suênyia Thatiane Souza de Almeida	Aceito
Folha de Rosto	FRSUENYA.pdf	21/08/2018 16:45:50	Suênyia Thatiane Souza de Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLESUENYA.pdf	21/08/2018 16:26:39	Suênyia Thatiane Souza de Almeida	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 23 de  
Novembro de 2018

---

Assinado por:

Helen Barbosa Raiz  
Engler  
(Coordenador(a))

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PESQUISA DA UFOP**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora Suênya Thatiane Souza de Almeida, RG: MG-7.663.215, está autorizada a realizar pesquisa no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Ouro Preto, situado na Rua do Catete, nº 166, Centro, Mariana, MG, sob o CNPJ 23.070.659/0001-10.

Franca, 18 de setembro de 2018.

  
Virginia Alves Carrara  
Chefe do DESSO

**ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PESQUISA DA PUC - MINAS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Instituto de Ciências Sociais

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora **Suênya Thatiane Souza de Almeida**, RG: MG-7.663.215, está autorizada a realizar pesquisa no Departamento de Serviço Social da PUC Minas, Rua Dom José Gaspar, 500, Bairro Eucarístico, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Franca, 17 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Maria da Consolação Gomes de Castro**  
**Chefe do Departamento de Serviço Social da PUC Minas**  
**RG: M 980.148 / CRESS 1933**

*Prof.ª Maria da Consolação Gomes de Castro*  
Coordenadora do Curso de Serviço Social  
PUC Minas - Núcleo BH

**ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PESQUISA DA UNIMONTES**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS

CNPJ- 22.675.359/0001-00

Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Política e Ciências Sociais

Curso de Serviço Social



---

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora **Suênya Thatiane Souza de Almeida**, RG: MG-7.663.215, está autorizada a realizar pesquisa junto à Coordenação Didática, Colegiado e aos professores do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, situada na cidade de Montes Claros /MG.

Montes Claros/MG, 02 de setembro de  
2019.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Geusiani Pereira Silva e Nascimento".

Geusiani Pereira Silva e Nascimento

Coordenadora do Curso de Serviço Social da UNIMONTES



## ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PESQUISA DA CAPP (LISBOA)



### CARTA DE ACEITAÇÃO

Para os devidos efeitos, e na qualidade de Presidente do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), Unidade I&D 713, reconhecida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, declaro que a Dra. Suênya Thatiane Souza de Almeida irá desenvolver a sua investigação de Doutoramento, subordinada ao tema “A formação profissional do assistente social em tempos de capital fetiche e os seus rebatimentos: um estudo entre Brasil e Portugal” no CAPP, Unidade de Investigação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade de Lisboa (ULisboa), sob a supervisão da Professora Doutora Maria Irene Carvalho no período entre 13/03/2017 e 13/07/2017.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2017

O Presidente do CAPP,

A handwritten signature in black ink, reading 'Paulo Castro Seixas', is written over a blue circular stamp. The stamp contains the text 'INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS' around its perimeter. Below the signature and stamp, a horizontal line is drawn across the page.

Prof. Doutor Paulo Castro Seixas

## ANEXO F – TERMO DE CONSETIMENTO DA CO-ORIENTADORA ESTRANGEIRA



### CARTA DE ACEITAÇÃO DE CO-ORIENTAÇÃO

**Maria Irene de Carvalho** licenciada, mestre e doutorada em Serviço Social, Professora auxiliar convidada no ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa declara para os devidos fins que se compromete a Co-orientar a discente **Suênya Thatiane Souza de Almeida** doutoranda em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus Franca/São Paulo - Brasil, no seu Doutorado Sanduíche no ISCSP. A pesquisa debruçar-se-á sobre a Formação Profissional do/a Assistente Social em Portugal estabelecendo um paralelo com a formação no Brasil. Esta pesquisa poderá inserir-se no projecto de investigação que o GISS- Grupo de Investigação em Serviço Social está a desenvolver no CAPP – Centro de Administração e de Políticas Públicas do ISCSP universidade de Lisboa. A investigação decorre entre Abril e Julho de 2017. Mais se informa que devido à mudança de local de trabalho da co-orientadora da Universidade Lusófona, Instituto de Serviço Social, para o CAPP - ISCSP Universidade de Lisboa a estudante será acompanhada exclusivamente pelo CAPP - Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP Universidade de Lisboa.

Lisboa, 4 de Abril de 2017

Prof. Doutora Maria Irene de Carvalho

VALORIZAMOS PESSOAS | WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Pólo Universitário do Alto da Ajuda - Rua Almerindo Lessa - 1300-663 Lisboa